

António Costa Pinto

## O Nacional Sindicalismo e Salazar

O Fascismo Português no Período entre as Duas Guerras

VOLUME I

Tese submetida à apreciação do júri para obtenção do grau de Doutor em História e Civilização pelo Instituto universitário Europeu.

Membros do júri: Prof. Manuel António Garcia Braga da Cruz  
Prof. Maria Carrilho  
Prof. António César Gouveia de Oliveira  
Prof. Juan José Linz  
Prof. Stuart Woolf (orientador)

Florença, Outubro de 1992

LIB  
946  
.9041  
P  
COS

European University Library



3 0001 0014 2204 9

946.9042

1



António Costa Pinto

## O Nacional Sindicalismo e Salazar

O Fascismo Português no Período entre as Duas Guerras

VOLUME I

Tese submetida à apreciação do júri para obtenção do grau de Doutor em História e Civilização pelo Instituto universitário Europeu.

Membros do júri: Prof. Manuel António Garcia Braga da Cruz  
Prof. Maria Carrilho  
Prof. António César Gouveia de Oliveira  
Prof. Juan José Linz  
Prof. Stuart Woolf (orientador)

Florença, Outubro de 1992

9469041P  
3318609469  
320 3309469



**António Costa Pinto**

# **O Nacional Sindicalismo e Salazar**

**-O Fascismo Português no Período entre as Duas Guerras**



**Para o meu Pai**

946  
9041P



COS

129 1100 0 1000

# SUMARIO

Prefácio.....	p. 7
---------------	------

## INTRODUÇÃO

O FASCISMO EM PORTUGAL.....	p. 16
- Breve "Estado da Questão"	

## PARTE I

### O FASCISMO EM PORTUGAL -Origem e Desenvolvimento

Cap. I- As Origens do Fascismo Português.....	p. 88
---	-------

- 1.1.- O Integralismo Lusitano
  - 1.1.1.- A Ideologia Integralista
  - 1.1.2.- A Acção Política do IL
- 1.2.- Rolão Preto: O Valois Português
  - 1.2.1.- A Formação Integralista
  - 1.2.2.- A Grande Guerra: O Nacionalismo
  - 1.2.3.- O Sindicalismo Orgânico
  - 1.2.4.- 1922: A Descoberta do Fascismo Italiano
  - 1.2.5.- Uma Chefia Adiada: Preto e os Primeiros Movimentos Fascistas
- 1.3.- Fascismo e Direita Radical nos anos 20
  - 1.3.1.- O Fascismo e a Sociedade Portuguesa do pós Guerra
    - 1.3.1.1.- O Nacionalismo Lusitano
    - 1.3.1.2.- A Cruzada Nun'Alvares Pereira
  - 1.3.2.- O Fascismo e o Derrube do Liberalismo- Algumas Questões
  - 1.3.3.- Fascistas e Conservadores sob a Ditadura Militar
    - 1.3.3.1.- A União Nacional e as "Milicias Lusitanas"
    - 1.3.3.2.- A Liga 28 de Maio
  - 1.3.4.- Balanço de uma "Família Política"

Cap. II- O Nacional Sindicalismo.....	P. 170
---------------------------------------	--------

- 1.1.-A Fundação do N/S
  - 1.1.1.- O Grupo *Revolução*
  - 1.1.2.- O N/S: Breve Radiografia
- 1.2.- A Ideologia e o Programa Político
  - 1.2.1.- N/S e Integralismo
  - 1.2.2.- "Os 12 Princípios da Produção"





- 1.2.3.- Os Temas de Mobilização
- 1.3.- Os Parametros da Acção Política
  - 1.3.1.- A Onda dos Comícios
  - 1.3.2.- A "Tentação Operária" e Sindical
  - 1.3.3.- O Desafio a Salazar
- 1.4.- O N/S e o Fascismo Internacional
  - 1.4.1.- Uma "Familia Internacional"
  - 1.4.2.- O N/S e os Movimentos Fascistas
    - 1.4.2.1.- Os N/S Ibéricos
    - 1.4.2.2.- O N/S e a AIB
  - 1.4.3.- Uma Variante do Fascismo Europeu

## PARTE II

### A ORGANIZAÇÃO NACIONAL SINDICALISTA

#### -Perfil Político e Social

#### Cap. III- A Estrutura da Organização.....P. 235

- 1.1.- A Organização N/S
  - 1.1.1.- A Organização Central
    - 1.1.1.1.- A Chefia
    - 1.1.1.2.- O Secretariado Geral
    - 1.1.1.3.- O Grande Conselho N/S
    - 1.1.1.4.- O Secretariado de Propaganda no Estrangeiro
    - 1.1.1.5.- O Secretariado Militar
    - 1.1.1.6.- As Organizações Periféricas
  - 1.1.2.- As Organizações Distritais e Locais
    - 1.1.2.1.- Os Secretários de Zona
    - 1.1.2.2.- Os Secretariados Distritais
    - 1.1.2.3.- Os Secretariados Municipais
    - 1.1.2.4.- As Células
  - 1.1.3.- O Funcionamento Interno
    - 1.1.3.1.- O Papel dos Grupos Informais
    - 1.1.3.2.- A Imprensa N/S
    - 1.1.3.3.- Os Apoios Financeiros
- 1.2.- Dirigentes, Militantes e Aderentes
  - 1.2.1.- Os Dirigentes e a Comunidade Militante
    - 1.2.1.1.- Idade
    - 1.2.1.2.- Composição Socioprofissional
    - 1.2.1.3.- Origem Política
    - 1.2.1.4.- Os Militares
  - 1.2.2.- Os Aderentes: Distribuição e Perfil
    - 1.2.2.1.- A Distribuição Geográfica da Adesão N/S
    - 1.2.2.2.- a Composição Socioprofissional



## **Cap. IV- N/S e UN- Elementos de Comparação.....P. 273**

- 1.1.- A UN e Os Partidos Unicos Autoritários
- 1.2.- Os Fascistas e o Partido Governamental
  - 1.2.1.- A UN Vista pelos Fascistas Portugueses
  - 1.2.2.- A UN Vista por um Fascista Italiano
- 1.3.- UN e N/S - Elementos de Comparação
  - 1.3.1.- A Estrutura Organizativa
  - 1.3.2.- Os Dirigentes
    - 1.3.2.1.- Os Dirigentes Nacionais
    - 1.3.2.2.- Os Dirigentes Regionais e Locais
  - 1.3.3.- Os Aderentes
    - 1.3.3.1.- A Distribuição Geográfica da Adesão
    - 1.3.3.2.- A Composição Socioprofissional
- 1.4.- Alguns episódios da tensão UN/NS
- 1.5.- Considerações Finais

## **PARTE III N/S VERSUS SALAZARISMO**

## **Cap. V- "Sem o Poder": Da Tensão ao Conflito com Salazar.....P. 313**

- 1.1.- O N/S visto de fora
  - 1.1.1.- O Estigma Integralista
  - 1.1.2.- Os Católicos e o Fascismo
  - 1.1.3.- A Oposição Anti-fascista e o N/S
- 1.2.- A Resposta de Salazar: A Integração
  - 1.2.1.- A Legislação Corporativa
  - 1.2.2.- As Primeiras Medidas Repressivas
- 1.3.- A Crise Interna do Verão de 1933
  - 1.3.1.- O Congresso N/S: "Pelo Poder, Contra o Poder, Sem o Poder"
  - 1.3.2.- O Compromisso Falhado
- 1.4.- A Cisão pró Salazarista
  - 1.4.1.- O Grupo "Revolução Nacional"
  - 1.4.2.- Os Instrumentos de Integração
    - 1.4.2.1.- O Aparelho Corporativo
    - 1.4.2.2.- A Ação Escolar Vanguarda
    - 1.4.2.3.- O 1º Congresso da UN
- 1.5.- O N/S de Rolão Preto: integração ou exílio
  - 1.5.1.- Contra os "Conservadores Sociais"
  - 1.5.2.- "Em Legítima Defesa"
  - 1.5.3.- O Apelo a Carmona e aos Militares



## **Cap. VI- "Contra o Poder": Os Anos da Conspiração (1934-45).P. 363**

- 1.1.- A Organização Clandestina (1934-36)
- 1.2.- Uma Oposição Fascista?
  - 1.2.1.- O N/S Clamando por Liberdade
- 1.3.- A Agitação Golpista
  - 1.3.1.- O Golpe de Setembro de 1935
  - 1.3.2.- Atrás de Paiva Couceiro e do que vier
  - 1.3.3.- O Fim Póstumo da Ditadura Militar
- 1.4.- 1936: O Efeito Guerra Civil de Espanha
- 1.5.- Uma Sub-cultura sobrevivente
- 1.6.- Os Fascistas e O "Estado Novo"
  - 1.6.1.- O Lugar Secundário dos "integrados"
  - 1.6.2.- Na Oposição a Salazar

## **CONCLUSÃO**

**Fascismo e Autoritarismo em Portugal.....p. 404**

**Anexos.....p. 421**

**Fontes e Bibliografia.....p. 427**



## PREFACIO

### A Estrutura da Tese

Esta tese tem como objecto o estudo da acção política dos fascistas portugueses no período entre as duas guerras, concentrando-se no Movimento Nacional Sindicalista de Rolão Preto, a expressão mais significativa e derradeira de um movimento fascista em Portugal.

Alguma hesitação inicial ia transformando este trabalho em dois. Um sobre o "Estado Novo" de Salazar e outro sobre o Nacional Sindicalismo (N/S). O primeiro estava em esboço numa introdução que se ia alargando indefinidamente. Após conselho avisado ficou reduzida a algumas dezenas e a tese estruturou-se como uma monografia sobre os fascistas portugueses. A diversidade documental que a sustentou permitiu, creio, a possibilidade de uma análise diacrónica da evolução de um movimento fascista no quadro de uma processo de transição do liberalismo ao autoritarismo.

Numa breve introdução faz-se um balanço da recente investigação sobre o problema do fascismo em Portugal e do Salazarismo. O original excedeu largamente o objectivo e, por questões de equilíbrio, foi bastante reduzido. Uma versão quase integral foi publicada como "working Paper" do IUE e sairá brevemente em livro, em Portugal.

A divisão tripartida pareceu-me operativa para a organização da exposição. Assim, numa primeira parte, estuda-se a emergência do fascismo na sociedade portuguesa do após-guerra e a acção política do Nacional Sindicalismo. No primeiro capítulo aborda-se a fundação e a acção política do Integralismo Lusitano, principal movimento da direita radical portuguesa, e a formação política de Rolão Preto, chefe carismático do Nacional Sindicalismo. Fornecem-se alguns elementos explicativos sobre o





aparecimento tardio de um movimento fascista, bem como sobre as particularidades da queda da República liberal e da transição ao autoritarismo nos anos 20, discutindo-se algumas teses gerais sobre a origem e desenvolvimento do fascismo e a sua operacionalidade para a análise do caso português. No segundo capítulo estuda-se a fundação do Nacional Sindicalismo no contexto da Ditadura Militar e sistematiza-se o fundamental da sua ideologia e da sua acção política. Referem-se também as suas atitudes perante o fascismo internacional e as suas relações com os movimentos fascistas com que mais se identificaram.

Na segunda parte procede-se a uma análise da natureza política e social do Nacional Sindicalismo. No terceiro capítulo caracteriza-se a estrutura organizativa do N/S e o perfil social e político dos seus dirigentes e aderentes. No quarto fornecem-se alguns elementos de comparação entre o N/S e a União Nacional, o partido de criação governamental que sustentou a formação do "Estado Novo" de Salazar. Trata-se de um aspecto fundamental para a percepção das diferenças entre um partido fascista e um partido único autoritário.

A terceira e última parte retoma a perspectiva diacrónica e estuda o conflito entre os fascistas e o Salazarismo. No capítulo sexto analisam-se as atitudes dos fascistas perante a formação do "Estado Novo" e o processo de "integração forçada" destes na nova ordem autoritária. No último, talvez o de mais difícil reconstituição empírica, observa-se a radicalização anti-salazarista de uma parte do movimento, que conduziu à tentativa golpista de Setembro de 1935, concluindo-se com alguns elementos sobre o papel dos fascistas no "Estado Novo".

Resumido o plano da tese, importa salientar o que não se fez e apontar algumas limitações.

A não realização de estudos de casos de âmbito local, é desde logo a primeira. Durante a investigação recolhi bastante informação sobre a origem e a acção política de vários núcleos N/S locais, mas resisti à tentação de tirar conclusões apressadas. Acontece que a escassez de dados e a ausência de monografias locais são tão gritantes na investigação portuguesa, que a sua realização para o Nacional Sindicalismo representaria outra tese. A esfera local -se se quizer evitar o lugar comum do "tudo é



clientelismo"- exige um rigor metodológico e uma investigação empírica exaustiva e só muito recentemente a abertura de alguns arquivos a permitem realizar. No capítulo IV, onde comparo o Nacional Sindicalismo com o partido governamental, utilizo alguns dos muitos dados que fui recolhendo, e é tudo. Trata-se, no entanto, de uma dimensão central, pois penso que muito do debate sobre o fascismo passa pela caracterização da sua especificidade sociológica e de actuação política, sendo a esfera local um óptimo campo de observação.

A ausência de estudos sobre algumas instituições do "Estado Novo" também limitou necessariamente esta tese. Se, sobre o partido único ou o sistema corporativo, por exemplo, temos já vários estudos, instituições como a Legião Portuguesa, A Mocidade Portuguesa, o Secretariado de Propaganda Nacional, etc, continuam à espera dos seus investigadores. Esta lacuna diminuiu as hipóteses de generalização e contribuiu para a secura de alguns capítulos. Por outro lado a conjuntura historiográfica actual aconselha alguma prudência, particularmente quando muitas das obras sobre o autoritarismo português, publicadas nos anos 70, se preocuparam pouco com a investigação empírica e muito com versões mais ou menos "conspirativas" do relacionamento entre classes sociais e comportamentos políticos.

Gostaria ainda de chamar a atenção para um problema que não sei se consegui resolver: o dos públicos. Esta tese acabou por ser escrita em português para defesa numa instituição universitária internacional, o que não estava inicialmente previsto. Algumas especificidades da mentalidade académica portuguesa tiveram de ser contempladas, nomeadamente na apresentação formal, no número de páginas e em algum aparato erudito, mas a mais importante é de conteúdo. A tendência natural perante um juri internacional seria o de evitar nomes e descrições mais detalhadas, bem como a de sintetizar em introduções e conclusões parciais alguns aspectos da evolução da sociedade portuguesa da época, que seriam depois retiradas da versão para Portugal, dada a sua pouca originalidade. Tratava-se assim de apresentar um "estudo de caso", assinalando as particularidades do caso português.



Tentei conciliar as duas componentes, partindo do princípio de que é mais fácil reduzir do que aumentar. Ou seja, não omiti muita factologia que, ainda que pareça supérflua perante um júri internacional, acrescenta informação empírica útil para a investigação portuguesa sobre áreas afins às de esta tese. Em compensação, dei como adquirido muitos aspectos do processo de mudança política que "envolve" o objecto. Por outro lado, não completei (com informação biográfica, por exemplo) notas sobre actores políticos que não precisam de apresentação na comunidade das ciências sociais em Portugal, mas que a sua defesa no IUE provavelmente justificaria. Ao contrário da situação em outros países, a investigação sobre temas do século XX português está nos seus começos, pelo que para além da inovação analítica, é da mais elementar responsabilidade fornecer, tanto quanto possível, elementos de reconstituição empírica.

Resta-me finalizar, sublinhando que o objectivo fundamental da tese foi contribuir para uma melhor compreensão das condições de emergência do fascismo, enquanto variante de um largo espectro de soluções autoritárias no âmbito da crise do liberalismo e da democracia após a Iª Guerra Mundial, testando alguns modelos analíticos à luz do caso português. Habitado a dúvidas periódicas sobre a importância deste tipo de trabalhos, encontrei uma citação que me convém, particularmente para abrir uma tese sobre um caso periférico como o que à frente é estudado. Diz ela que "the study of the lesser-known fascist movements is, in itself, a most interesting occupation; for it is in the sidelines of fascism, away from the historical dominance of Hitler and Mussolini, that some new light can be thrown on the problem of fascism."<sup>1</sup>. Mesmo que a luz desta tese seja escassa espero pelo menos ter acrescentado alguma coisa.

## As Fontes

A realização desta investigação só foi possível devido ao cruzamento de três tipos de fontes documentais: as de carácter policial, provenientes do arquivo da PIDE/DGS e do Ministério do

---

<sup>1</sup> Cf. Stephen M. Cullen, "Leaders and Martyrs: Codreanu, Mosley and José António", *History*, Vol. 71, October 1986, p. 430.



Interior; a correspondência interna, graças, fundamentalmente, ao arquivo de Rolão Preto; e os testemunhos orais (já muito limitados, dada a morte da grande maioria dos dirigentes e militantes).

As primeiras permitiram colmatar lapsos de informação sobre uma organização que não deixou arquivos. Desde dados quantitativos sobre idades, perfis sociais e de carreira política, etc, dos dirigentes N/S, até à própria reconstituição da sua acção política, particularmente durante o seu período "clandestino", o Arquivo da PIDE/DGS foi um instrumento essencial desta tese. O arquivo do Ministério do Interior permitiu-me uma visão mais rigorosa da estratégia inicial do Salazarismo e da influência local do N/S.

As segundas contribuíram para evitar uma abordagem formalista, estreitamente "colada" aos comunicados oficiais e às normas estatutárias, já submetidos à censura. Se, sem elas, a imaginação histórica e outra metodologia poderiam eventualmente conduzir a resultados idênticos, a sua utilização permitiu uma reconstituição mais "viva" da vida política dos fascistas portugueses, das suas hesitações, do seu debate interno e das suas contradições tácticas, numa conjuntura política de transição.

As terceiras cumpriram uma função limitada, quase exclusivamente de apoio informativo. O escasso número de sobreviventes não nos permitiu um inquérito por amostra sobre as atitudes ideológicas dos militantes e dirigentes, à semelhança do que foi efectivado, por exemplo, por Helgio Trindade, na sua tese sobre a *Acção Integralista Brasileira*, talvez uma das melhores monografias sobre um partido fascista.

Não vale a pena insistir nas queixas generalizadas que costumam deliciar os investigadores quando se aborda o tema da documentação histórica e da sua preservação em Portugal. Diga-se apenas que o desleixo dos responsáveis me obrigou a confundir-me com um verdadeiro investigador policial sem meios: percorrer caves de residências particulares, secar cartas humedecidas, lutar contra os bloqueios burocráticos no acesso à documentação guardada em certos arquivos, o que aliás me obrigou a voltar a alguns, já nas vésperas da conclusão da tese.





O fundamental da investigação decorreu num período complexo em termos de política arquivística. Enquanto uns arquivos abriam, outros fechavam sem data marcada para a reabertura. A alguns, como o da Polícia Política, não pude regressar, por estarem agora fechados, devido a processos de transferência que prometem arrastar-se durante alguns anos. A outros, como o de Salazar, aconteceu o inverso, já que foram abertos há cerca de 2 meses, quando esta tese estava quase terminada. Apesar disso, ainda pude realizar uma breve consulta que, felizmente, apenas serviu para ilustrar com maior rigor a estratégia do regime de Salazar perante os fascistas portugueses. No seu conjunto, no entanto, o material consultado permite-me não ter desculpa perante eventuais omissões que me venham a ser apontadas.

\*

\*\*\*

Esta tese foi escrita na sua maior parte em Lisboa, no meio de uma intensa actividade docente, ressentindo-se seguramente de uma escrita intervalada. Os anos que passei em Florença e em Stanford foram, no entanto, fundamentais para a sua finalização. Os principais agradecimentos vão para Stuart Woolf, meu orientador e responsável por este e outros projectos que desenvolvi em Florença, entre 1986 e 1989.

Autor de uma série de obras que marcaram decisivamente a historiografia do fascismo, Stuart Woolf possui uma qualidade caracterial rara nos historiadores da Europa continental: a capacidade de pensar globalmente os fenómenos históricos, evitando a tendência para uma ultra-especialização que cai regularmente na erudição estéril. A enumeração dos diversos apoios que me deu seria um exercício fastidioso. Obrigado a ler em português o que eu ia escrevendo, Stuart Woolf revelou um apoio crítico pouco comum. Mostrou-se também um apoiante vigoroso das iniciativas que desenvolvi com outros investigadores por ele orientados no IUE, nomeadamente a da criação do Working Group "Politics and Culture in Mass Society", que ultrapassaram largamente o que o nosso estatuto nos permitia.



Um palavra também para Philippe Schmitter, que me convidou inicialmente a concorrer para o IUE, e com quem passei um ano no Center for European Studies da Universidade de Stanford, por ele dirigido. Não será exagerado dizer que Philippe Schmitter foi, até agora, o mais interessante dos cientistas sociais estrangeiros que escreveram sobre a sociedade e a política portuguesa contemporânea, particularmente sobre o autoritarismo do século XX.

Entre conversas, encontros em colóquios e, sobretudo, nas "margens" destes, devo a vários colegas e amigos muito dos temas desta tese e de outros trabalhos que tenho realizados nos últimos anos. Nos USA quero salientar Stanley G. Payne e Juan J. Linz.

Stanley Payne foi o primeiro a convidar-me a apresentar uma comunicação sobre o tema num colóquio realizado nos USA no início dos anos 80, inserindo-me na comunidade internacional. Quanto a Juan J. Linz, a sua proverbial criatividade intelectual e a importância das suas obras sobre o tema desta tese são por demais conhecidas. Às suas qualidades de politólogo e de académico, ele junta também uma rara disponibilidade para ouvir e debater com os mais novos, provavelmente atrasando os múltiplos projectos que tem sempre em curso.

Nos últimos anos tenho-me envolvido em vários projectos que reconheço terem atrasado esta prova académica. De alguma forma ligados ao tema do autoritarismo, embora, como sempre, dispersivos da disciplina que uma tese exige, o meu envolvimento na organização de muitos deles foi largamente positivo. Entre os que fui encontrando no quadro da minha colaboração em diversas iniciativas, algumas nem sempre com sucesso, quero salientar, Gerhard Botz, Emilio Gentile, Stein U. Larsen, Marc Lazar, George L. Mosse, Henri Rousso e Zeev Sternhell, com quem discuti sobre temas de história e política.

O Instituto Nacional de Investigação Científica, recentemente extinto, apoiou com uma bolsa a minha estadia em Florença. A Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento e o IUE apoiaram a minha Fellowship em Stanford. No ISCTE, instituto de ciencias sociais onde ensino em Portugal, tenho que destacar a liberdade que me deram os meus colegas do Departamento de História, particularmente para quem, como eu, vinha de uma



Faculdade onde a norma era, após a breve segunda metade dos anos 70, a tacanhez provinciana e o auto-isolamento regressivo que ainda hoje, infelizmente, a caracterizam. Aqui os meus agradecimentos vão para César Oliveira, presidente do Departamento durante alguns anos e meu orientador em Portugal.

O acesso a alguma documentação particular, como sublinhei atrás, foi decisivo para a investigação. Gostaria de agradecer a Rita Rolão Preto e ao meu amigo José Costa Pereira a consulta de documentos de Francisco Rolão Preto, e a Maria Isabel Pires de Lima e Marinus Pires de Lima o acesso a documentos de Augusto Pires de Lima.

Alguns colegas forneceram-me informações e documentos que não se encontram (esperemos que conjunturalmente) disponíveis. João Arsénio Nunes, sobre o Partido Comunista Português nos anos trinta. Fátima Patriarca, sobre os sindicatos corporativos e sobre o Partido Socialista, no mesmo período, bem como alguns materiais do Arquivo da PIDE/DGS. Simão Kuin, sobre os CAUR e a sua actividade em Portugal. Por motivos óbvios, para quem conheça as suas obras sobre o autoritarismo português, devo também bastante a Manuel Braga da Cruz.

Quanto aos amigos, o melhor é pedir desculpa se me esqueci de algum. Em Portugal, a Leonor Xavier de Brito, o Pedro Tavares de Almeida, o João Carlos Espada, o João Varejão Faria, o Nuno Gonçalo Monteiro, o Rui Resende, o António Goucha Soares, o Nuno Severiano Teixeira. Em Florença algumas colegas e amigas com quem discuti ciência e vida, como a MariaPia Bigaran, a Anne Cova, a Michela Nacci, a Elisabetta Vezzosi e a Patrizia Zagnoli.

Quando comecei a investigar para este trabalho não pensei que o iria partilhar com duas pessoas, mas a vida tem destas coisas: a Anna conheceu o seu início, e a Anne viveu a parte pior. O meu pai, esse, viveu-a toda: a sua redação e, infelizmente para ele, o período histórico a que ela se refere.

Setembro de 1992



# INTRODUÇÃO





## O FASCISMO EM PORTUGAL -Breve "Estado da Questão"

O objectivo desta introdução é o de *observar e analisar as interpretações do "Estado Novo" e , genericamente, do "problema" do fascismo em Portugal, propostas pelas ciências sociais.*

O factor proximidade temporal tornou o estudo do "Estado Novo" um domínio interdisciplinar por excelência, onde se cruzaram tradições diversas, da Ciência política à História, e à Sociologia. Com um desenvolvimento bloqueado até aos anos 70, a História Contemporânea, mais concretamente a do século XX português, faz ainda de parente pobre. A sua institucionalização nas Universidades é muito recente, a formação académica é fraca e o contacto com a historiografia internacional é ainda ténue<sup>1</sup>. Nos últimos anos, no entanto, a situação começou a alterar-se significativamente, bem visível no número de trabalhos que veem sendo publicados sobre este tema e na sua introdução nos curricula escolares.

Pretende-se fazer aqui um breve balanço do que foi sendo escrito sobre o fascismo e o Salazarismo, pela investigação das ciências sociais, privilegiando-se aquelas contribuições que assumiram, mesmo lateralmente, uma dimensão comparativa.

---

<sup>1</sup> Cf. M. V. Cabral, "História e Política nas Ciências Sociais Portuguesas: 1880-1980", e Luís Salgado de Matos, "Generalidade e Drama: Pensamento Político Português, 1945-1980", in Bolivar Lamounier (org.), *A Ciência Política nos Anos 80*, (Brasília: 1982), pp. 251/280 e pp. 281/305; Manuel Braga da Cruz e Manuel de Lucena, "Introdução ao desenvolvimento da ciência política nas universidades portuguesas", *Revista de Ciência Política*, Lisboa, 2<sup>a</sup> semestre de 1985, n<sup>o</sup> 2, pp. 5/41, e João B. Serra, "Os Estudos sobre o Século XX na Historiografia Portuguesa do Pós-Guerra", *Penélope*, n<sup>o</sup> 5, 1991, pp. 111/147.



## 1- O FASCISMO: AS INTERPRETAÇÕES DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E O CASO PORTUGUÊS

A partir dos anos 50, as teorias do totalitarismo fizeram escola nos sectores dominantes da ciência política norte americana, influenciando muitos estudos sobre o fascismo<sup>2</sup>. O Nacional Socialismo alemão, contraponto do modelo soviético, era o regime que mais se aproximava do "tipo ideal" totalitário, com a chefia carismática de Hitler, um partido único, depositário da ideologia, ensaiando a conquista do Estado e o enquadramento da sociedade, auxiliado por um terrorismo institucionalizado. O fascismo italiano, segundo os pais ideológicos desta escola, não passava de um "totalitarismo imperfeito" e as restantes ditaduras dos anos 30 foram excluídas da investigação, de tal forma se afastavam deste "tipo ideal". O regime franquista ainda era por vezes referido, mas o português nem nas notas de rodapé.

Quando a teoria do totalitarismo começou a ser testada pela investigação empírica, nos anos 60, e apareceram os primeiros trabalhos sobre o tema da autoria de historiadores, a primeira preocupação foi a de delimitar a utilização do termo, que corria nos anos 60 um risco de generalização abusiva, espalhando-se por todos os continentes para caracterizar as ditaduras de direita. Este duplo trabalho de demarcação conceptual e investigação histórica só muito periféricamente incluiu o "Estado Novo" e as razões não são difíceis de encontrar.

Reagindo contra a generalização abusiva e política do termo, os historiadores dos anos 60 procuraram identificar aquilo que era singular e inovador nos sincréticos movimentos fascistas europeus, e quais foram os factores que presidiram ao seu sucesso após a Iª Guerra Mundial. Estes movimentos representaram qualquer coisa de novo e inesperado na Europa do pós-guerra e não eram, quer como ideologia quer como partidos políticos, meros resquícios dos movimentos anti-liberais do século XIX.

---

<sup>2</sup> Não se pense no entanto que a teoria do totalitarismo se reduz a uma invenção norte-americana do período da "guerra fria", pois a sua elaboração é anterior aos anos 50. Cf. H. Arendt, *The Origins of Totalitarianism*, (New York: 1951) e Carl J. Friedrich and Zbigniew K. Brzezinski, *Totalitarian Dictatorship and Autocracy* (Cambridge: 1956).



Sucederam-se investigações sobre os movimentos, que procuravam individualizar a sua capacidade de mobilização e enquadramento no âmbito da crise social provocada pela I<sup>a</sup> Guerra Mundial e a sua habilidade em captar largas faixas do eleitorado popular. Sobre as estratégias simultaneamente revolucionárias (ou contra-revolucionárias) e eleitorais que estes novas formações políticas utilizaram para subverter, com sucesso, a ordem liberal na Alemanha e na Itália, e, sem sucesso, noutros países europeus. Ora, o que justamente se procurava explicar em estudos monumentais, como os de Renzo De Felice sobre Mussolini ou os comparativos de Ernst Nolte, não se tinha verificado em Portugal. Aqui não se criaram movimentos fascistas significativos, e o regime liberal republicano, na aparência formal, foi derrubado por um clássico golpe militar em 1926.

Umas das chaves deste sucesso na mobilização política anti-liberal residia nos temas da propaganda fascista, baseados numa ideologia sincrética e extremamente fluida, repescando elementos de origem muito diversa. O fascismo dos anos 20 afirmava-se anti-capitalista, caricaturava o burguês plutocrata, de charuto na boca e com traços judaicos, armava-se da mitologia nacionalista contra o "internacionalismo vermelho", demarcava-se do conservadorismo tradicionalista, católico e monárquico de finais do século XIX. Acresce que muitos dos agentes desta síntese tinham percursos políticos pouco lineares. Mussolini vinha do partido socialista e a elite do Nacional Socialismo não vinha dos partidos conservadores. Encontrava-se de tudo: sindicalistas sorelianos que vinham do marxismo, futuristas divinizando a sociedade industrial e a guerra, Intelectuais críticos do "liberalismo corrupto" e dos "partidos", militares desmobilizados com muitas medalhas de guerra.

Associando as origens ideológicas de Salazar e do seu regime, quase exclusivamente com o conservadorismo tradicionalista e católico, emergente em finais do século XIX, sem qualquer dos elementos individualizadores que caracterizaram a novidade do fascismo face ao velho pensamento contra-revolucionário, a larga maioria do debate historiográfico ignorou o caso português.



Não se pense que esta exclusão era provocada por deculpabilizações ou cumplicidades ideológicas com o regime derrubado em 25 de Abril de 1974. Os próprios trabalhos de origem marxista dos anos 60 e mesmo dos inícios da década de 70, que tentavam individualizar a natureza do fascismo, excluíam-no também. Procurava-se nas obras de Nicos Poulantzas e não se vislumbrava Portugal. O mesmo sucedia com outros estudos do mesmo sector, como os do húngaro Mihály Vajda, ou os do francês Roger Bourderon, para referir apenas os mais citados nessa época.

A primeira obra colectiva sobre o fascismo que, não apenas por razões de conveniência editorial, mas sobretudo teóricas, incluiu o regime de Salazar foi publicada em Inglaterra, em 1968, por Stuart Woolf<sup>3</sup>. O artigo sobre Portugal era da autoria de Hermínio Martins e a preocupação dos autores era a de encontrar os elementos comuns a todos os regimes ditatoriais de direita na Europa do período entre as duas guerras mundiais. Mas, mesmo quando se tratava de abordar os regimes, a renitência dos grandes especialistas do tema continuava.

O Salazarismo, segundo a maioria dos autores, não possuía as características que demarcavam o fascismo das clássicas ditaduras. Faltava-lhe a liderança carismática, um partido único mobilizando as massas, uma ideologia expansionista e guerreira, a tendência totalitária. Era também duvidoso que a sociedade portuguesa do após-guerra possuísse as características estruturais que presidiram à emergência do fascismo - industrialização rápida, massificação da vida política, crise económica e mobilidade social descendente- e estiveram na base da sua capacidade de atracção junto de grupos sociais até aí eleitores tradicionais dos partidos democráticos e mesmo socialistas. Por outro lado, quer a Alemanha quer a Itália tinham um importante factor em comum: uma unificação política extremamente recente. Portugal, pelo contrário, era uma velha nação sem problemas nesse domínio e o "Estado Novo" tendia a ser comparado com regimes como o de Dolfuss, na Austria, ou com as ditaduras da Europa de leste. O desenvolvimento da investigação sobre os regimes ditatoriais extra-europeus, a partir do início dos anos 60, conduziu à

---

<sup>3</sup> Cf. S. J. Woolf (Edited by), *European Fascism*, (London: 1968).





elaboração e consolidação de um ideal-tipo de "regime autoritário" que faria escola na ciência política e influenciaria também os historiadores do fascismo, quando se entrava no problema das "classificações" e das "tipologias". Portugal, Espanha e os regimes atrás referidos tendiam pois a ser integrados nesta categoria.

Não é de estranhar que os primeiros estudiosos do "estranho" caso português viessem á procura do corporativismo, do "catolicismo social", do colonialismo ou do papel dos militares. Nestes últimos dois domínios concentrou-se uma pequena legião, à medida que o arrastar da guerra colonial fazia antever a mobilização política dos actores que tinham derrubado a longínqua República parlamentar, nos anos 20.

O conjunto mais significativo das interpretações do fascismo surge ao longo da década de 60, quando nasce toda uma investigação, sobretudo da autoria de historiadores. As referências ao caso português foram escassas e episódicas o que não deixou de ser significativo do ponto de vista da sua inserção no debate interpretativo<sup>4</sup>.

## A AUSENCIA DO FASCISMO PORTUGUES

As preocupações iniciais dos primeiros trabalhos históricos sobre o fascismo foram as de "historicizar" -desculpe-se o pleonismo- o objecto, testando as teorias contemporâneas à luz da investigação empírica. Os modelos do totalitarismo de Arendt ou das "classes médias" de Seymour Lipset começaram a ser desafiados por uma nova investigação que começou a periodizar as diversas fases dos movimentos e regimes. Ensaaiaram-se também as primeiras hipóteses de definição, nomeadamente a de Ernst Nolte. Entre as obras emblemáticas deste período,

---

<sup>4</sup> Cf., como introdução genérica, Renzo De Felice, *Le Interpretazioni del Fascismo* (Bari: 1969) e *Il Facismo. Les interpretazioni dei contemporanei e degli storici*, (Bari: 1970). Mais actualizada e analítica é a obra de Stanley G. Payne, *Fascism. Comparison and Definition*, (Madison: 1980). Sobre o Nacional Socialismo, vide Pierre Ayçoberry, *La Question Nazi. Les interpretations du National Socialisme. 1922-1975*, (Paris: 1979) e Irwin Kershaw, *The Nazi Dictatorship. Problems of Interpretation*, (London: 1985).



salientaram-se as de Eugen Weber sobre a *Action Française* e o seu primeiro ensaio genérico, a triologia do autor atrás citado e o volume colectivo coordenado por George L. Mosse em 1966<sup>5</sup>. Em Itália publicava-se o Iº volume da monumental biografia de Mussolini escrita por Renzo De Felice, destinada a provocar uma importante polémica<sup>6</sup>. Alguns anos antes Stanley Payne publicava a primeira monografia sobre a Falange Espanhola<sup>7</sup>.

Mais do que Weber ou Mosse, preocupados com os aspectos revolucionários dos movimentos fascistas, Nolte considerou a *Action Française* a versão francesa do fenómeno e portanto estaria mais próximo da inclusão do caso português na família. No entanto, quando se trata de definir os regimes este autor assumiu um critério bastante restritivo: "Se a simples supressão dos partidos e da liberdade de imprensa fosse considerado um suficiente critério de fascismo(...)", diz ele, todos os regimes ditatoriais do período de entre as duas guerras seriam incluídos, mas falta-lhes uma característica muito mais distintiva: "o apoio popular e o potencial partido único". "Originalmente, este também faltava no Portugal de Salazar, e permaneceu até hoje uma estrutura artificial. Porque no fundo o *Estado Novo* é simplesmente uma ditadura militar que teve a sorte de encontrar um brilhante civil que simultaneamente a controlou e transformou. Quer o partido estatal quer o corporativismo foram e ainda são meramente os meios deste controlo e transformação; não têm origem independente nem vontade própria"<sup>8</sup>. A ausência de dinâmica fascista e de partido no processo de derrube do regime liberal excluía este regime. Esta semi-realidade semi intuição será repetida sistematicamente em quase todos os manuais internacionais de História como fundamento da exclusão.

Nolte era -por estranho que pareça, dada a o sua posição na *Historikerstreit* do final dos anos 80- o historiador mais

---

<sup>5</sup> Cf. Eugen Weber, *Varieties of Fascism* (New York: 1964); Ernst Nolte, *Three Faces of Fascism* (New York: 1964) e o número especial "International Fascism" do *Journal of Contemporary History*, coordenado por George L. Mosse e Walter Laqueur, em 1966.

<sup>6</sup> Cf. Renzo De Felice, *Mussolini. Il rivoluzionario, 1883-1920*, (Torino: 1965).

<sup>7</sup> Cf. Stanley G. Payne, *The Falange: A history of spanish fascism*, (Stanford: 1961).

<sup>8</sup> Cf. Ernst Nolte, *Op. Cit.*, pp. 3/21.



susceptível de incluir o regime português, pois todos os outros tendiam a salientar justamente o que aqui ou não existiu ou teve um peso político e social reduzido<sup>9</sup>. Mas a sua 1ª definição genérica de um "fascist minimum" dificilmente o poderia integrar: "antimarxismo, anticonservadorismo, a chefia carismática, um partido armado e o objectivo totalitário", o que o levou, poucos anos mais tarde, a considerar que "Portugal não devia (...) ser considerado um Estado Fascista"<sup>10</sup>. De Felice ou Karl Dietrich Bracher tendiam nessa época a recusar a utilidade de um conceito geral e, particularmente o primeiro, refugiavam-se na teoria das "singularidades".

Eugen Weber, no seu *Varieties of Fascism*, iniciou um filão interpretativo que provocou uma produção empírica quase imparável até aos nossos dias, sobretudo de autoria norte-americana, mas com bastantes epígonos europeus. Mais interessado nos movimentos fascistas e nas suas origens ideológicas, este desafia as tradicionais origens conservadoras e reaccionárias, acentuando o carácter compósito da sua ideologia e as contribuições vindas do "sindicalismo" e da esquerda. Este pôs em causa o modelo "contra revolucionário" e, democratizando o conceito de revolução, alargou-o ao fascismo: "Sob a superfície, todo o tipo de fermentos trabalhavam, quer à esquerda quer à direita"<sup>11</sup>. George L. Mosse, aliás, repetiu-o com clareza na sua introdução ao *International Fascism* : "No nosso século dois movimentos revolucionários marcaram a Europa: aquele resultante do marxismo e a revolução fascista."<sup>12</sup>.

Na sua introdução a *The European Right*, publicado em 1965, Eugen Weber, embora pondo em causa a rigidez da tipologia dos movimentos extremistas de Seymour Lipset, não contesta o lugar do regime de Salazar. Lipset definiu o fascismo como um radicalismo do centro, tendo como base social as classes médias e incluiu o Salazarismo no campo do radicalismo de direita,

<sup>9</sup> Cf os artigos de Nolte in, AA VV, *Historikerstreit*, (München: 1987).

<sup>10</sup> Cf. Ernst Nolte, *Les Mouvements Fascistes. L'Europe de 1919 à 1945*, (Paris: 1969), p. 339.

<sup>11</sup> Cf. Eugen Weber, *Op. Cit.*, p. 24.

<sup>12</sup> Cf. George L. Mosse, "Toward a General Theory of Fascism", George L. Mosse (edited by), *International Fascism. New Thoughts and New Approaches*, (London: 1979), p. 1.



juntamente com regimes como o de Dolfuss ou o movimento maurraziano, que procuraram mudar as instituições políticas para preservar ou restaurar instituições culturais ou económicas, enquanto o extremismo do centro ou de esquerda procurou usar meios políticos para uma revolução social e cultural<sup>13</sup>. Lembrando-lhe que o Salazarismo nunca foi um movimento, Eugen Weber reconhece no entanto que este apenas "se devotou ao que se poderia chamar o partido da Resistência"<sup>14</sup>.

Sucederam-se obras sobre os mais diversos aspectos da ideologia e das origens culturais do fascismo e sobre a sua relativa atracção junto das elites intelectuais. George L. Mosse desenvolveu toda uma investigação sobre o nacionalismo, o racismo e ainda sobre a coreografia política dos movimentos, introduzindo o problema da "nacionalização das massas"<sup>15</sup>. Os temas centrais da história cultural foram no fundamental introduzidos por estes autores e grande parte da investigação mais recente, de A. James Gregor a Emilio Gentile e Zeev Sternhell, veio nesta esteira<sup>16</sup>.

Ainda que as perspectivas metodológicas e teóricas, sobretudo no campo das origens ideológicas, se pudessem aplicar ao caso português, não há dúvida de que o campo aberto por estes autores o tornava não só desinteressante porque periférico e repetitivo, como sobretudo exotérico pois a componente tradicionalista e católica era predominante. Não havia aqui nenhum problema especial a resolver.

Quanto aos movimentos, iniciou-se um inquérito, bem mais fundamentado empiricamente, às suas bases sociais e às suas estratégias políticas. Algumas obras chamaram a atenção para a diversidade do fenómeno e para as grandes diferenças entre as

---

<sup>13</sup> Cf. Seymour M. Lipset, *Political Man: the social bases of politics*, (New York: 1959).

<sup>14</sup> Cf. Eugen Weber, "introduction" in Hans Rogger and Eugen Weber (Edited by), *The European Right. A historical profile* (Berkeley: 1965), p. 14.

<sup>15</sup> Cf. George L. Mosse, *The Crises of German Ideology: Intellectual origins of the third reich*, (New York: 1964); *Masses and Man. Nationalist and fascist perceptions of reality*, (New York: 1980); *The Nationalization of the Masses*, (New York: 1975); *Sexuality and Nationalism*, (New York: 1985).

<sup>16</sup> Cf., em particular, A. James Gregor, *The Fascist Persuasion in Radical Politics*, (Princeton: 1974); Emilio Gentile, *Le Origini dell'Ideologia Fascista*, (Bari: 1975), e Zeev Sternhell, *La Droite Radicale. Les origines françaises du fascisme. 1885-1914*, (Paris: 1978).





sociedades em que estes emergem com algum sucesso, caso da maior parte dos que nasceram na Europa de Leste, como a Guarda de Ferro<sup>17</sup>.

A ignorância do caso português não representava apenas uma mera questão de "poder" na investigação, de desprezo pelo pequeno, pois a indústria académica ia inventariando tudo, mesmo o mais insignificante. F. L. Carsten, numa das primeiras obras gerais, introduziu desde logo a razão: "As ditaduras de Portugal (...) e de certos países da Europa de Leste não se estabeleceram através do desenvolvimento e triunfo final de partidos fascistas; estas representam um tipo de ditaduras muito mais antiquadas e conservadoras, semelhantes às que existiram na Península Ibérica -e em outros lados- nas décadas precedentes. Apesar de estas ditaduras terem sido influenciadas pelo aparecimento do fascismo em Itália e na Alemanha e terem possuído traços "fascistas", a sua história foi omitida aqui porque ela difere em pontos vitais da dos movimentos fascistas nos outros países europeus."<sup>18</sup>.

## A DEFINIÇÃO DE UM TIPO-IDEAL DE 'REGIME AUTORITARIO'

Em 1964, o politólogo Juan Linz conceptualizou um tipo-ideal de regime "autoritário" a propósito do Franquismo que faria escola na historiografia do fascismo europeu, pois vinha corporizar as *diferenças* que os historiadores iam descritivamente observando entre os regimes nazi e fascista, por um lado, e as restantes experiências ditatoriais que lhes foram contemporâneas<sup>19</sup>. Nas próprias tipologias dos regimes políticos

---

<sup>17</sup> Cf. Eugen Weber, "The man of Archangel", *Journal of Contemporary History*, 1 (April 1966), pp. 101/126, e ainda as primeiras abordagens comparativas especificamente sobre a Europa de Leste, como Peter Sugar (Edited by), *Native Fascism in the Successor States. 1918-1945*, (Santa Barbara: 1971).

<sup>18</sup> Cf. F. L. Carsten, *The Rise of Fascism*, (Berkeley: 1967), p. 7/8.

<sup>19</sup> Cf. Juan Linz, "An Authoritarian Regime: Spain", in Erik allardt and Yrjö Littunen (edited by), *Cleavages, Ideologies and Party Systems*, (Helsinki: 1964). Este artigo seria mais tarde reeditado em várias obras



que se iam esboçando até aí, este conjunto de regimes tendia a ser integrado num 3º grupo, entre as democracias e os regimes totalitários. Raymond Aron, por exemplo, já em 1958, se referia a este "3º grupo de regimes", "baseados nem numa legitimidade eleitoral nem numa legitimidade revolucionária", onde integrava o salazarismo, o Franquismo e a 1ª fase do regime de Vichy<sup>20</sup>.

Linz considerou estes regimes como distintos, observando que a utilidade desta distinção era a de compreender melhor a diferente maneira como eles resolviam os problemas comuns a todos os regimes políticos: manter o controlo e adquirir legitimidade; recrutar elites; articular e agregar interesses; tomar decisões e relacionar-se com as várias esferas institucionais, das Forças Armadas aos corpos religiosos<sup>21</sup>.

"Os regimes autoritários -segundo a definição de Linz- são sistemas políticos com um pluralismo político limitado, não responsável: sem uma ideologia-guia elaborada (mas com mentalidades distintas); sem mobilização política intensiva ou extensiva (exceptuando em alguns momentos do seu desenvolvimento); e na qual um líder (ou ocasionalmente um pequeno grupo) exerce o poder com limites mal definidos mas bastante previsíveis."<sup>22</sup>.

Esta definição seria mais tarde desenvolvida e afinada em diversos sentidos pela investigação em ciência política, sobretudo pelos especialistas da América Latina, e teve bastante influência junto da historiografia comparada do fascismo, persistindo até ao debate contemporâneo, encontrando-se invariavelmente em todas as tipologias dos regimes do período entre as duas guerras<sup>23</sup>. Não esqueçamos também que uma boa parte da investigação sobre

colectivas. Utilizei a versão publicada in, Erik Allardt and Stein Rokkan (edited by), *Mass Politics. Studies in Political Sociology* (New York: 1970), pp. 251/283. O mesmo autor desenvolveu posteriormente a sua tipologia in "Totalitarian and Authoritarian Regimes" in F. Greenstein e N. Polsby (Edited by), *Handbook of Political Science*, (Reading, Mas.: 1975), vol. 3, pp. 175/411.

<sup>20</sup> Cf. Raymond Aron, *Sociologie des Sociétés Industrielles. Esquisse d'une théorie des regimes politiques* (Paris: 1958), p. 50.

<sup>21</sup> Cf. Juan Linz, "An Authoritarian Regime...", p. 254

<sup>22</sup> *Idem*, p. 255.

<sup>23</sup> Para um balanço da utilização desta definição na historiografia espanhola vide, Javier Tusell, *La dictadura de Franco*, (Madrid: 1988), pp. 86/110.



Portugal contemporâneo vinha deste campo disciplinar e, em alguns casos, a sua própria experiência anterior relacionava-se com esta área geográfica.

A partir desta altura o "Estado Novo" emergiu como exemplo da variante autoritária em quase todas as obras que fundamentaram a moderna ciência política<sup>24</sup>. Ainda que o caso português não seja objecto particular de investigação até aos anos 70, multiplicaram-se as referências a ele, quer se trate de tipologias de sistemas partidários ou dos modelos de intervenção militar, quer dos processos de crise e queda dos regimes liberais-democráticos<sup>25</sup>. Muitas destas referências, descontando as que se baseiam numa análise superficial, pecam por aquilo que, à falta de melhor termo, se poderá chamar insensibilidade ao factor cronológico, particularmente importante neste caso, dada a longevidade do regime.

O problema do papel do partido único constitui um exemplo. Em *Authoritarian Politics in Modern Society*, Clement H. Moore reconhece que "o modelo fascista influenciou o processo de legitimação da ditadura, mas o partido era ainda menos autónomo que a Falange. Salazar continuou a confiar em primeiro lugar nos grupos conservadores que o levaram ao poder."<sup>26</sup>, o que sendo verdade pode conduzir à subestimação do papel da U.N. na institucionalização do regime, a partir da ditadura militar. O mesmo se poderia comentar a Giovanni Sartori quando em *Parties and Party Systems*, definindo a sua tipologia tripartida dos regimes de partido único -totalitário, autoritário e pragmático-, coloca "Portugal até 74" no 3º caso<sup>27</sup>.

No campo da história política, para aqueles que não negaram a validade ou o interesse duma abordagem comparativa dos regimes, esta dicotomia (totalitarismo/autoritarismo) perdurou. A partir dos finais dos anos 60 multiplicaram-se as

---

<sup>24</sup> Cf., por exemplo, Gabriel A. Almond and G. B. Powell, *Comparative Politics. A Developmental Approach*, (Boston: 1966).

<sup>25</sup> Cf. a obra ainda não ultrapassada, Juan J. Linz and Alfred Stepan (Edited by), *The Breakdown of Democratic Regimes*, (Baltimore: 1978).

<sup>26</sup> Cf. Clement H. Moore, "The Single Party as Source of Legitimacy" in Samuel P. Huntington and Clement H. Moore (Edited by), *Authoritarian Politics in Modern Society*, (New York: 1970), p. 52.

<sup>27</sup> Cf. Giovanni Sartori, *Parties and Party Systems-A framework for analysis* (Cambridge: 1976), p. 224.



críticas, algumas pura e simplesmente excluindo a dicotomia (sobretudo o totalitarismo), outras, eventualmente a maioria, "historicizando" e faseando a aplicação deste conceitos no estudo dos regimes alemão e italiano<sup>28</sup>. Mas, de um modo geral, esta foi aceite pela historiografia não marxista (e mesmo por alguma deste campo) atravessando todo o esforço de comparação<sup>29</sup>. O fascismo italiano representava, à luz desta dicotomia, um caso delicado visto o relativo insucesso da componente totalitária do regime, como reconhece Stanley G. Payne, mas o debate continua e Giuseppe Di Palma, referindo-se à sua queda, falou de um duplo legado<sup>30</sup>.

Quanto à historiografia política francesa, bastante mais autocentrada, o panorama apresentou-se bastante semelhante. A escola de René Rémond baseou-se num conceito bastante restrito de fascismo e a tipologia dos movimentos políticos de direita deste autor afastava o caso português<sup>31</sup>. Para Rémond, "o fascismo é um fenómeno bem diferente das direitas clássicas" e serve-se justamente do regime português para ilustrar a diferença. Num retrato excessivo mas não alterado, mesmo quando reviu a sua obra clássica dos anos 50, continuou para ele a ser "evidente que o Portugal de Salazar não percente à categoria: O "Estado Novo" do ditador português, pelo seu carácter estreitamente clerical, pela sua política tipicamente reacionária, estava mais próximo da Austria de Metternich e dos principados reaccionários do século XIX do que da Itália mussoliniana."<sup>32</sup>.

---

<sup>28</sup> Cf., como síntese de algumas destas críticas, no final dos anos 70, Ernst A. Menze (edited by), *Totalitarianism Reconsidered*, (Port Washington: 1981). Particularmente interessantes os capítulos de K. D. Bracher e de Hans Mommsen ("the concept of totalitarianism dictatorship versus the comparative theory of fascism"). Este último rejeita a sua utilização.

<sup>29</sup> Cf. Karl Dietrich Bracher, *Controversias de Historia Contemporanea sobre Fascismo, Totalitarismo y Democracia*, (Barcelona: 1983) e o mais recente Karl Dietrich Bracher e Leo Valani (A Cura Di), *Fascismo e Nacional Socialismo*, (Bologna: 1986), como exemplo de persistência na utilização do conceito de totalitarismo pela historiografia mais recente.

<sup>30</sup> Cf. Giuseppe Di Palma, "Italy: Is There a Legacy and Is It Fascist?" in John H. Herz (Edited by), *From Dictatorship to Democracy. Coping with the Legacy of Authoritarianism and Totalitarianism*, (Westport: 1982), pp. 107/134.

<sup>31</sup> Cf. René Rémond, *La droite en France*, (Paris:1954).

<sup>32</sup> Cf. René Rémond, *Les Droites en France*, 4ª ed, (Paris: 1982), p. 202.





## O FASCISMO E A SOCIOLOGIA DA MODERNIZAÇÃO

A produção teórica da sociologia da modernização provocou talvez o aparecimento dos modelos mais inspiradores para a análise do caso português e para a sua integração numa teoria geral do fascismo<sup>33</sup>. O facto não deixaria de ser notado, bastantes anos mais tarde, pela investigação portuguesa, justamente quando ela sofria ataques diversos e os seus grandes expoentes a abandonavam<sup>34</sup>.

As hipóteses e as análises macro-sociológicas introduziram as variáveis dos estádios de desenvolvimento e de industrialização, dos conflitos inerentes à passagem ao capitalismo industrial, na análise dos sistemas políticos. Os seus modelos eram bastante mais sensíveis à dinâmica de mudança histórica e vários autores ensaiaram modelos genéticos sobre os regimes fascistas. Como referiu Organski: "parece claro que o estudo dos sistemas políticos fascistas é melhor analisado com uma perspectiva interdisciplinar, porque é necessário explorar os vínculos ramificados e complexos entre três padrões de mudança: desenvolvimento económico, mobilização social e mobilização política. Nenhuma nação se desenvolve de tal forma que todas as suas regiões e todos os aspectos da vida nacional vão a par e passo."<sup>35</sup>.

De entre os vários sociólogos inseridos nesta área que abordaram o tema do fascismo destacaram-se Barrington Moore Jr., Gino Germani e o já citado Organski<sup>36</sup>. Para o que nos interessa, este último é o mais importante.

Organski inicia o seu modelo com os três padrões que caracterizaram o período precedente à tomada do poder pelo

---

<sup>33</sup> Cf. os clássicos David Apter, *The Politics of Modernization*, (Chicago: 1965) e A. F. K. Organski, *The Stages of Political Development* (New York: 1965).

<sup>34</sup> David Apter diria com à vontade numa conferência em Stanford, em 1989, que a sociologia da modernização "está enterrada e bem".

<sup>35</sup> Cf. A.F.K. Organski, "Fascism and modernization", in S. J. Woolf (Edited by), *The Nature of Fascism*, (New York: 1968), p. 20.

<sup>36</sup> Cf. Barrington Moore Jr., *Social Origins of Dictatorship and Democracy: Lord and Peasant in the Making of the Modern World* (Boston: 1966).



fascismo: 1-um claro crescimento económico; 2-grande mobilidade social com uma forte componente de migração campo-cidade; 3-grande e rápida mobilização política particularmente aguda antes da tomada do poder.

Para este sociólogo, o ponto em que se encontra uma dada sociedade no continuum do processo de modernização é central para a emergência do fascismo, porque "o compromisso é alma do sistema político" a que Organski chama fascista. Se o sector moderno fosse já o mais poderoso porquê o compromisso? Exclui-se desta forma qualquer possibilidade de o fenómeno aparecer em sociedades já fortemente industrializadas ou ainda predominantemente agrárias. O fascismo poderia apenas desenvolver-se em sociedades no *turning point* deste processo de transição.

Ao integrar os sistemas políticos nas suas funções no processo de modernização, Organski relativizou a coreografia política e a ideologia. A mobilização política foi, no fascismo, largamente simbólica, e cumpriu uma função: "disciplinar as massas numa atitude de obediência em que a não participação no processo de decisão se torna um dado adquirido e se torna uma virtude(...)"<sup>37</sup>. A ideologia é um simples "device" através do qual as elites legitimam os interesses do seu modo de vida".

A grande vantagem analítica do modelo de Organski era também o seu carácter dinâmico. O fascismo -conclui- faz parte de um processo de transição entre um tipo de participação limitada e um sistema de massas. O fascismo foi um último recurso utilizado pelas elites, quer as modernas quer as tradicionais, para impedir a expansão do sistema sobre o qual exercem a hegemonia. A tentativa falha sempre e, de certo modo, o sistema fascista apenas adia alguns dos efeitos que ele procura evitar."<sup>38</sup>.

Embora na linha de Organski, Barrington Moore foi mais sensível á diversidade mas também, ao reintroduzir a Alemanha nazi, repôs a confusão. Quanto a Germani, o seu contributo central referiu-se às modalidades de mobilização social no quadro da

---

<sup>37</sup> Cf. A. F. K. Organski, "Fascism..", *Cit.*, p. 33.

<sup>38</sup> Cf. *Idem*, p. 41.



transição a uma massificação da política.<sup>39</sup> Algumas das suas hipóteses foram discutidas mais tarde, nos anos 80, por investigadores portugueses e serão analisadas á frente, mas na perspectiva que nos interessa agora, elas foram irrelevantes.

O contributo da sociologia da modernização marcou a investigação sobre os regimes fascistas. Mas, como demonstraram uma série de trabalhos publicados posteriormente, o debate sobre o carácter modernizador ou anti-modernizador dos regimes, fundamentalmente o alemão e italiano, sobre os quais incidiram a quase totalidade dos estudos, continuou<sup>40</sup>. A partir do final dos anos 70 a historiografia deixa de referir estes autores e o problema da "modernização" foi excluído do debate mais recente.

## AS CONTRIBUIÇÕES MARXISTAS DOS ANOS 60

Muito embora mais sensíveis à dinâmica das classes sociais e subestimando as classificações meramente políticas, os modelos discutidos anteriormente demarcavam-se das análises marxistas. Organski escreveu que "os marxistas se enganam quando afirmam que o fascismo é uma criação da burguesia. Como vimos os sistemas sincráticos representam uma tentativa das elites rurais de abrandar o passo da industrialização e de controlar as suas consequências."<sup>41</sup> Esta demarcação forçava um pouco a nota visto ser duvidoso que estas elites não fossem burguesas.

As contribuições inspiradas no marxismo, foram talvez as mais importantes nas análise contemporâneas do fascismo e seria ocioso recenseá-las em toda a sua diversidade<sup>42</sup>. Interessa aqui

---

<sup>39</sup> Cf., para além da sua contribuição a *The Nature of fascism*, a colectânea, Gino Germani, *Autoritarismo, Fascismo e Classi Sociali*, (Bologna: 1975).

<sup>40</sup> Cf. sobre o debate posterior, Henri A. Turner, Jr., "Fascism and modernization" in Henri A. Turner Jr. (edited by), *Reappraisals of Fascism*, (New York: 1975), pp. 117/139, para uma versão do nazismo como "utopia antimodernizadora" e, como uma versão do fascismo italiano como modernizador, A. J. Gregor, *Italian Fascism and Developmental Dictatorship* (Princeton: 1979).

<sup>41</sup> A. F. Organski, *The Stages of Political Development...*, p. 155.

<sup>42</sup> Quase todas as obras interpretativas as incluem. Para uma antologia bastante detalhada das análises do período entre as duas guerras cf., David Beetham, *Marxists in Face of Fascism*, (Manchester: 1983).



sobretudo referir as produzidas nos anos 60 e 70, na perspectiva do debate em curso e do caso português, assinalando por que foram pouco inspiradoras para a análise deste último.

A incidência temática, privilegiando o papel dos movimentos, foi o principal factor conducente, mais uma vez, à exclusão do caso português. Não se poderá dizer que foi o privilegiar do estudos dos casos centrais (Alemanha e Itália) que a provocou, pois muitas delas referiam-se e inspiraram-se em regimes periféricos com o de Peron, caso das teorias sobre populismo e fascismo<sup>43</sup>.

A prioridade era óbvia numa conjuntura em que o que parecia importante era responder ao desafio interpretativo dos aspectos menos lineares do fenómeno fascista: o facto de este ser um movimento popular e das classes médias; da sua ruptura relativa com as elites tradicionais; da relativa autonomia do político perante o económico e, sobretudo no caso da Alemanha, da importância do factor ideológico, aspecto que nenhuma análise marxista (ou não, sublinhe-se) dos anos 30 esteve perto de prever. Exemplificando, o que era interessante era saber porquê e como existia "uma ordem social onde Hitler não podia passar da patente de cabo e 15 anos mais tarde uma outra onde ele era o beneficiário de um processo de reconstituição do poder."<sup>44</sup> De entre os autores emblemáticos da época poderiam citar-se Nicos Poulantzas e Mihaely Vajda, no campo da sociologia<sup>45</sup>. Vajda introduz logo no primeiro parágrafo a sua hipótese: "O carácter central da ditadura fascista é o de que esta deriva de um movimento de massas e, como forma capitalista de dominação, depende do apoio deste movimento. Foram os chefes e participantes do movimento, não políticos burgueses, que assumiram funções de poder na ditadura(...). Existe uma opinião

---

<sup>43</sup> como veremos à frente, não quero dizer que a temática do populismo não tenha sido importante para a análise da crise do sistema liberal em Portugal, onde a Ditadura de Sidónio Pais é o exemplo mais evidente.

<sup>44</sup> Cf. Jules Monnerot, *Sociologie de la Révolution: mythologies politiques du XX siècle, marxistes-leninistes e fascistes, la nouvelle stratégie révolutionnaire*, (Paris: 1969), p. 495.

<sup>45</sup> Cf. Nicos Poulantzas, *Fascisme et Dictature: La Troisième Internationale face au Fascisme*, (Paris: 1970) e Mihaly Vajda, *Fascism as a Mass Movement*, (London: 1976), originalmente publicado em 1970. Utilizei a versão inglesa da primeira obra, (London: 1974).





bastante difundida segundo a qual toda a forma anti-democrática de poder capitalista após a Iª Guerra Mundial é fascista e portanto é de esperar que seja necessário provar que as ditaduras da Alemanha e da Itália diferiam de diversas formas de todas as outras ditaduras do seu tempo, de forma a atribuir posteriormente alguma importância ao próprio movimento fascista."<sup>46</sup>. Coerente com este pressuposto o autor dedica-se a esta prova, com argumentos bastantes estimulantes.

Na linha de Otto Bauer e Clara Zetkin, acentuaram-se alguns traços miméticos entre as restantes ditaduras e os regimes fascistas, mas rejeitou-se qualquer confusão. Referindo-se ao Franquismo, Vajda considerou-o de outra família, por razões não muito distantes das já nossas conhecidas: não se afastaram as elites tradicionais do exercício do poder; não se satisfizeram as reivindicações radicais das massas visto ser um poder tipicamente contra-revolucionário; não se desenvolveu uma agressiva política externa e, mais importante, "não se empurrou o desenvolvimento das forças produtivas antes e muito claramente se bloqueando."<sup>47</sup>. Imagine-se o que se poderia dizer do caso português, nesta perspectiva.

Os trabalhos de Nicos Poulantzas, não se afastaram muito da temática em discussão. Na sua obra sobre o fascismo, este autor concentrou-se na crítica às visões da 3ª Internacional e no acentuar do carácter pequeno burguês dos movimentos, salientando a autonomia relativa do poder fascista perante as classes dominantes, e o papel da mobilização de massas<sup>48</sup>. Demarcando-se das teorias do totalitarismo que separavam o caso alemão do italiano, este uniu-os na sua tipologia dos "regimes de excepção", mas excluiu as restantes ditaduras, nomeadamente a espanhola. Numa obra posterior sobre a crise e queda dos regimes autoritários português, espanhol e grego, um dos pressupostos iniciais é o de que estes não são, "num sentido estrito, fascistas."<sup>49</sup>.

---

<sup>46</sup> Cf. Mihaly Vajda, *Op. Cit.*, p. 13.

<sup>47</sup> Cf. *Idem*, p. 14/15.

<sup>48</sup> Cf. Nicos Poulantzas, *Op. Cit.*, pp. 237/258 e 331/356.

<sup>49</sup> Cf. *Idem*, *La Crise des Dictatures*, (Paris: 1975). Utilizei a versão inglesa, (London: 1976), p. 9.



A influência destes autores na historiografia do fascismo, mesmo na marxista, foi muito relativa<sup>50</sup>. No fundamental esta estava mais preocupada com a reinserção do fenómeno como fase histórica do desenvolvimento do capitalismo e, embora não abordando os casos periféricos, tendia a defender a existência de um "fascismo genérico". É este o caso da historiografia marxista alemã, da qual a obra de Reinhard Kühnl pode ser apontada como paradigmática, e sobretudo da historiografia marxista italiana. Mas, embora partindo do mesmo pressuposto, vários estudos reavaliaram a importância da ideologia e das suas funções no campo da acção política<sup>51</sup>. Foi justamente a propósito do nazismo alemão que a historiografia marxista anglo-saxónica, se demarcou do economicismo vulgar, ainda dominante neste campo. A contribuição de Tim Mason ao *The Nature of Fascism*, intitulava-se significativamente "o primado da política" e constituiu um marco importante<sup>52</sup>. "A existência de uma esfera política autónoma, com as suas leis próprias é vulgarmente negada pelos historiadores marxistas (...)" ora, afirma Mason, parece ser este o caso do regime nazi: "(...) a politica interna e externa do regime nacional socialista tornou-se, a partir de 1936, progressivamente independente da influência das classes dominantes na esfera económica, e mesmo, em alguns aspectos essenciais, em direcção contrária aos seus interesses. *Esta relação é, no entanto, única na história da sociedade burguesa moderna e dos seus governos; é precisamente isto que precisa de ser explicado.*"<sup>53</sup>.

É, no geral, à procura desta relação que parte o sector mais inovador da historiografia marxista, como aliás os autores atrás referidos, que andavam perto das mesmas preocupações. Tim Mason referia multiplos exemplos em "que uma política ideologicamente bem determinada triunfava sobre calculos

---

<sup>50</sup> Para uma critica à proposta analítica de Poulantzas, na perspectiva da historiografia marxista, cf. Jane Caplan, "Theories of Fascism: Nicos Poulantzas As Historian", in Michael N. Dobkowski and Isidor Wallimann (Edited by), *Radical Perspectives on the Rise of Fascism in Germany, 1919-1945*, (New York: 1989), pp. 128/149.

<sup>51</sup> Cf., como exemplo, Roger Bourderon, *Le Fascisme. Ideologie et pratiques (essai d'analyse comparée)*, (Paris: 1979).

<sup>52</sup> Cf. T. W. Mason, "The primacy of politics-political and economics in National Socialist Germany" in S. J. Woolf, *Op. Cit.*, pp. 165/195.

<sup>53</sup> Cf. *Idem*, p. 167.



económicos" e onde "o Estado adquiria um grau de independência face à sociedade, sem paralelo na história."<sup>54</sup>.

## ENTRE "CLÉRICO-CORPORATIVO" E "CLÉRICO-FASCISTA"

Em 1967, uma parte dos autores que vimos referenciando encontrou-se numa série de seminários em Reading<sup>55</sup>. Lendo as actas dos colóquios é curioso verificar que, muito embora a investigação tenha avançado de forma avassaladora até aos anos 80, o fundamental do debate interpretativo não avançou significativamente desde essa época. A relativa surdez entre as disciplinas envolvidas manifestou-se com historiadores a contestarem a aplicabilidade dos modelos da sociologia e da ciência política. Sobressairam as divergências entre os defensores de um "fascismo genérico" como forma de regime e os defensores de critérios mais restritivos, e entre os pesos relativos dos factores políticos, ideológicos e económicos<sup>56</sup>.

Extrapolando de vários aspectos específicos das ditaduras de Dolfuss e de Salazar, acentuando particularmente o peso do corporativismo e da igreja católica em ambos os regimes, alguns autores, passaram a caracterizá-los como "clérigo-fascistas", "clérigo-corporativos" ou "semi-fascistas".

Estas definições, sempre de historiadores, pertencem, salvo melhor opinião, ao domínio das confusões, pois para além de não se referirem a nenhum aspecto que os demarque de outras experiências, possuem uma dimensão analítica muito limitada. Referindo-se a Portugal, Charles F. Delzell caracteriza-o, na mesma página, como "semi-fascista", "clerico-corporativo" e "autoritário"<sup>57</sup>. Henri Michel fala de "clérigo-fascismo" referindo-se ao mesmo e à Austria.<sup>58</sup> Qualquer deles não acrescenta nada

---

<sup>54</sup> Cf. *Idem*, p. 192.

<sup>55</sup> Estes colóquios deram origem às obras já referidas, coordenadas por Stuart Woolf.

<sup>56</sup> Cf. S. J. Woolf, *Op. Cit.*, pp. 51/61, 104/115, 196/202 e 245/252.

<sup>57</sup> Cf. Charles F. Delzell, *Mediterranean Fascism. 1919-1945*, (New York: 1970), p. 331.

<sup>58</sup> Cf. Henri Michel, *Les Fascismes*, (Paris: 1977), p. 90/91



ao atrás descrito, pois quer um quer outro acentuam os traços já nossos conhecidos.

Excluindo o modelo de Organski, não é difícil concluir que a quase totalidade da investigação dos anos 60 foi pouco inspiradora para o estudo do "Estado Novo". A busca de explicações para o sincretismo fascista concentrou-se prioritariamente nos movimentos e levou a uma demarcação conceptual (fascismo-autoritarismo), tomando como paradigma os regimes que modelaram o fenómeno, que foi sendo progressivamente dominante nas ciências sociais.

Reflectindo o movimento anteriormente apontado, os primeiros estudos sobre o salazarismo, ou pelo menos aqueles que implícita ou expelicitamente se referiam às interpretações referidas, confrontaram-se inevitavelmente com o dado não adquirido da relação "Estado Novo"-fascismo.

## 2- OS PRIMEIROS ESTUDOS SOBRE O " ESTADO NOVO"

Stanley G. Payne, num balanço interpretativo de 1980, já se referia a uma nascente investigação sobre o autoritarismo português<sup>59</sup>. A obra de Stuart Woolf incluía pela primeira vez uma contribuição sobre o "Estado Novo". Muito embora sem entrar detalhadamente na caracterização do regime, o artigo de Herminio Martins constituiu a partir dali uma referência citada sistematicamente pela historiografia. Do mesmo autor seria um outro, apresentado em 1970, sobre o processo de crise e derrube do regime liberal republicano, com uma circulação bastante mais restrita, pois nunca seria publicado, sendo no entanto referido anos mais tarde, em diversos trabalhos<sup>60</sup>.

---

<sup>59</sup> Cf. Stanley G. Payne, *Op. Cit.*, pp. 157/160. Vide também o seu balanço mais recente, "Fascism and Right Authoritarianism in the Iberian World: the last Twenty Years", *Journal of Contemporary History*, vol. 21(1986), pp. 163/177.

<sup>60</sup> Nomeadamente por Juan Linz e Phillippe Schmitter, vide *infra*.





Entre 1968 e 1974 surgiram os primeiros trabalhos empíricos sobre o "Estado Novo", inaugurando um conjunto de interpretações fundadas numa investigação própria. No fundamental estas obras situaram-se no campo da Ciência Política e da sociologia e os seus autores eram maioritariamente de origem norte-americana, no geral especialistas da América Latina, ou portugueses exilados da mesma área disciplinar. Datam também deste período alguns estudos pioneiros, já de carácter académico, sobre a Iª República, que incluem e introduzem a temática das origens do autoritarismo. A. H. Oliveira Marques, um historiador português que ensinou nos EUA, para além de ser o responsável de grande parte destes trabalhos, escreveu a primeira história geral de Portugal, incluindo uma introdução ao regime de Salazar<sup>61</sup>.

## AS INTERPRETAÇÕES GENÉRICAS

Muito embora abordando, por vezes, aspectos parcelares, alguns autores ensaiaram uma interpretação genérica do "Estado Novo" e da crise do regime liberal português.

### A Queda Do Liberalismo e o "Estado Novo" em Comparação

Em "The Breadown of the Portuguese Democratic Republic", Herminio Martins ensaiou um modelo 'não determinista' sobre a queda da Iª República, acentuando a "margem de decisão" possível das elites políticas, e abordou-a numa perspectiva

---

<sup>61</sup> Cf. A. H. de Oliveira Marques, "Revolution and Counterrevolution in Portugal. Problems of Portuguese history, 1900-1930", *Studien über die Revolution*, (Berlin: 1969), pp. 403/418; "The Portuguese 1920s: a general survey", comunicação apresentada à V ISSA Annual Conference, Nottingham, 1972, mais tarde publicada in *Revista de História Económica e Social*, nº 1, Janeiro-Junho 1978, pp. 87/103; *History of Portugal*, Vol. II - *From Empire to Corporate State*, (New York and London: 1973).



comparada<sup>62</sup>. Salientou desde logo a relativa "esperança de vida" do regime republicano em termos de média europeia na primeira metade do século XX. Uma República também precoce na "destabilização" das relações com a Igreja Católica (imediatamente a seguir à França).

As condicionantes estruturais da economia e da sociedade portuguesa, bem visíveis em indicadores como os da distribuição da população activa (60 % no sector primário), urbanização (10.5 %), analfabetismo (70 %), não ajudaram à formação de uma "cultura política" correspondente ao projecto republicano. Apesar deste panorama de uma economia subdesenvolvida, com 60 % da população na agricultura, não emergiram aqui, ao contrário do norte e leste da Europa, partidos "camponeses" ou "agrários".

Índice da politização da minoria alfabetizada era a verdadeira "explosão comunicacional" do início do século, ligada ao movimento republicano, visível nos números da imprensa escrita: 1 jornal por 6.500 habitantes em 1900, que, como bem salientou, não se referiam a boletins de "sociedades botânicas"<sup>63</sup>.

"Sociedade dual" sem dúvida, mas mais interpenetrada do que poderia supôr-se, onde o Partido Republicano, hegemónico a nível urbano, constituiu uma máquina suficientemente atraente para o caciquismo rural, "adquirindo uma dupla estrutura e uma dupla clientela não competitivas e orientações ideológicas assimétricas."<sup>64</sup>. Factor que não deixou de se reflectir na óbvia ausência de decisões na esfera agrária.

Apesar dos padrões de violência política e de conflituosidade social precederem a guerra, foi a entrada de Portugal na 1ª Grande Guerra Mundial e a crise consequente que provocaram o "turning point" no ciclo de vida da República, bem visível na Ditadura de Sidónio Pais, que Hermínio Martins salienta ser a primeira experiência europeia de ditadura corporativa e carismática.

---

<sup>62</sup> Cf. "The Breakdown of the Portuguese Democratic Republic", Mimio., Seventh World Congress of Sociology, Varna, 1970, p. 3. A maioria das comunicações apresentadas a esta sessão, coordenada por Stein Rokkan e organizada por Juan Linz, daria origem à obra colectiva *The Breakdown of Democratic Regimes*, citada anteriormente.

<sup>63</sup> Cf. *Idem*, p. 7.

<sup>64</sup> Cf. *Idem*, p. 9.



Explicável, quer em termos de "sociedade da massas" (salientando a abrupta entrada das massas não ainda aculturadas na vida urbano-industrial), quer em termos de "political bargaining" (uma fraca classe operária pretendendo alguns dividendos económicos com a chantagem da violência), o que é certo é que a Lisboa do início dos anos 20 se assemelhava bastante a Barcelona, em termos de violência social, e não andava longe da média experimentada nos últimos anos de outras democracias liberais.

À direita, no entanto, algumas diferenças. Aqui os correspondentes à *Action Française* não criaram *Camelots du Roi*, (algumas tentativas existiram, mas falhadas), adquirindo, no entanto, uma influência ideológica crescente no exército. Hermínio Martins enumera alguns indicadores dos antecedentes imediatos do golpe de 28 de Maio de 1926. No campo social a ordem recuperava. Os indicadores económicos não eram estagnantes ou regressivos. No campo político a instabilidade continuava. As relações com o exército, quase sempre más, pioraram após a Guerra e a "*entente* de militares monárquicos e republicanos de direita, ensaiada em 1917-18, foi tentada novamente, com maior determinação e persistência."<sup>65</sup>

No seu artigo sobre o "Estado Novo" este autor não entra propriamente no problema das "interpretações", mas, além de fornecer a primeira visão de conjunto sobre as origens e desenvolvimento do regime, discute alguns modelos analíticos da época<sup>66</sup>. Embora salientando que as três solicitações do fascismo (representado aqui pelo Nacional Sindicalismo) não foram aceites por Salazar ("a chefia não foi carismática na acepção usada geralmente para os regimes fascistas históricos, o apoio político não foi procurado com uma mobilização em larga escala, e os mecanismos do recrutamento político e da sucessão ao poder não foram elaborados."<sup>67</sup>), Herminio Martins vê, em 1936, "(...) um novo nível de fascização do regime ou, pelo menos, uma fase de

---

<sup>65</sup> Cf. *Idem*, p. 20.

<sup>66</sup> Incluído na obra de Stuart Woolf, atrás citada, este artigo não foi publicado na 2ª edição (London: 1981). Utilizei a tradução portuguesa da edição original, S. J. Woolf (Coord. de), *O Fascismo na Europa* (Lisboa: 1978), pp. 421/467.

<sup>67</sup> Cf. *Op. Cit.*, p. 447.



desenvolvimento político que vai para além do corporativismo cristão, tradicionalista e convencionalmente autoritário, que constituía provavelmente o "projecto" inicial do regime e que dele é o estereótipo dominante no plano internacional"<sup>68</sup>. Ainda que o "complexo organizativo" então criado venha a sofrer modificações, a verdade é que ele se manteve e "não pode ser considerado simplesmente uma aberração temporária (...)"<sup>69</sup>.

### "Um Fascismo sem Movimento Fascista"

Em 1971, na introdução a uma tese sobre o sistema corporativo do "Estado Novo", Manuel Lucena propôs uma análise comparada do regime que, ainda que com algumas referências histórico-sociológicas, deriva fundamentalmente de classificações políticas<sup>70</sup>. A sua definição do regime, expressou-se nesta formula: "um fascismo sem movimento fascista"<sup>71</sup>.

Lucena demarcou-se de uma definição de "fascismo genérico", pois considerou o Nazismo noutra família, e concentrou-se na comparação das instituições dos regimes italiano e português concluindo que se assemelharam como em nenhum outro caso. Contrastando com as classificações que acentuam as semelhanças de base entre o o fascismo italiano e alemão, este autor rejeitou o parentesco, justamente baseado na teoria do totalitarismo do qual, segundo sua opinião, o primeiro, se bem que próximo nos propósitos da ideologia, se afasta na realidade.

Diferentes na origem por diferentes serem as sociedades, ambos acabaram por conduzir a formas de Estado bastante semelhantes. Em Portugal, o partido único era uma realidade quase inexistente, mas a "ausência é uma forma de existência" e a sua função foi cumprida: justificar a ausência de todos os outros

---

<sup>68</sup> Cf. *Idem*, p. 448.

<sup>69</sup> Cf. *Idem*, p. 448.

<sup>70</sup> Cf. Manuel Lucena, *A Evolução do Sistema Corporativo Português*, Vol. I - *O Salazarismo*, (Lisboa: 1976). Para uma discussão das teses de alguns autores aqui referidos e da sua, vide o seu artigo, "Interpretações do Salazarismo: notas de leitura crítica -I", *Análise Social*, Vol. XX (83), 1984-4º, pp. 423/451.

<sup>71</sup> Cf. *Op. Cit.*, p. 27.





partidos e impedir a cristalização de tendências no seio do regime. Em Itália o partido era uma realidade com muito mais peso e com tendências totalitárias, mas ficou muito aquém na "fascização" das instituições e da sociedade italiana, tornando-se num regime de "compromisso" no qual o totalitarismo ficou no domínio das veleidades.

Recenhecendo as diferenças significativas entre os dois regimes, este assinala que estas decorrem da ausência de movimento no caso português já que, quanto à forma de Estado, eles foram idênticos: "Ambos eram ditaduras de partido único que colocaram a sociedade e o Estado sob o princípio da colaboração de classes e eram apoiados por todos os sectores da burguesia nacional. Em ambos um único homem era o chefe indiscutível do partido e do Estado. Em ambos o poder era extraordinariamente centralizado, residia na policia e no exército e qualquer oposição legal era proibida. Em ambos, organizações corporativas aprisionavam as classes sociais e os grupos profissionais na sua teia, e monopolizavam a sua representação. E finalmente, ambos se legitimavam num nacionalismo exacerbado. Estes traços são, em qualquer lado, os dos Estados fascistas e do corporativismo fascista."<sup>72</sup>.

As formas políticas "não dependem estritamente das suas origens". Como existiram muitos liberalismos sem tomada da Bastilha, o mesmo pode suceder com o fascismo. As diferenças apontadas entre Portugal e Itália, manifestam-se na doutrina de Estado e no movimento, o que, sendo importante, não é essencial. "Na medida em que o fascismo constitui uma forma política *sui generis*; na medida em que não pode ser confundida nem com ditaduras tradicionais nem com o liberalismo e o comunismo, na medida em que cria instituições estáveis (facto inegável), Portugal possuiu um regime fascista."<sup>73</sup>.

Note-se que Lucena, ao mesmo tempo que recusou a inclusão do Nacional Socialismo, introduziu uma definição bastante lata de fascismo onde se poderiam incluir quase todas as

---

<sup>72</sup> Cf. Manuel de Lucena, "The evolution of portuguese corporatism under Salazar and Caetano" in Lawrence S. Graham and Harry M. Makler, *Contemporary Portugal. The Revolution and its Antecedents*, (Austin: 1979), p. 65/66.

<sup>73</sup> Cf. *Idem*, p. 71.



ditaduras não socialistas deste período. Por outro lado, na sua comparação com o regime fascista italiano, este sublinhou que esta é operativa se considerarmos a 1ª fase do regime, de Mussolini, até ao impacte da constituição do Eixo Roma-Berlim.

### "Um Regime de Excepção que se Tornou Regra"

Perspectivas diversas, eventualmente mais marcadas pela conjuntura científica da época, foram apresentadas em alguns trabalhos de Philippe Schmitter, que no mesmo ano de 1971, se desloca a Portugal para estudar o sistema corporativo<sup>74</sup>. Como outros que lhe seguirão, Schmitter vinha da América Latina, seu campo de investigação anterior mas, ao contrário de muitos deles, não se precipitou em duvidosas comparações com este hemisfério, nem condenou os regimes autoritários ibéricos a um "futuro" condicionado pelo "padrão" corporativo<sup>75</sup>. Destacando mais à frente algumas conclusões dos seus estudos de algumas instituições do regime, observemos agora a sua interpretação genérica.

Embora utilizando a literatura teórica sobre os "regimes autoritários", Philippe schmitter, acentuou que o seu carácter estático impedia, em certos casos, a observação da sua dinâmica interna. A sua própria edificação "envolve um grande grau de

---

<sup>74</sup> Para o objecto em análise, interessam sobretudo alguns artigos apresentados em conferências diversas, a partir de 1972, e publicados já depois da queda do regime. Cf. Philippe C. Schmitter, "Corporatism and Public Policy in Authoritarian Portugal", *Contemporary Political Sociological Series*, Sage Professional Series, Vol.1, (London: 1975); "Liberation by Golpe: Retrospective Thoughts on the Demise of Authoritarian Rule in Portugal", *Armed Forces and Society*, vol. II, nº1, November 1975, pp. 5/33.; "The Impact and Meaning of "Non-competitive, Non-Free and Insignificant" Elections in Authoritarian Portugal. 1933-74", in Guy Hermet, Richard Rose and Alain Rouquié (Edited by), *Elections Without Choice*, (London: 1978), pp. 145/168; "The "Régime d'Exception" That Became the Rule: Forty-Eight Years of Authoritarian Domination in Portugal" in Lawrence S. Graham and Harry Makler (Edited by), *Contemporary Portugal. The Revolution and Its Antecedents*, (Austin: 1979), pp. 2/46. Utilizei uma outra versão deste último artigo, publicado em *Who were the Fascists*, (Bergen: 1980), pp. 435/466.

<sup>75</sup> Cf. a sua tese de doutoramento, *Interest Conflict and Political Change in Brazil*, (Stanford: 1971).



incerteza, experimentação, falhanços, coerção e violência, até algo semelhante a um padrão institucional coerente e interdependente aparecer. Mais importante, este padrão, uma vez estabelecido, é também submetido à inexorável "lei do desenvolvimento desigual."<sup>76</sup> Parte do "segredo" da estabilidade do regime, consistiu no desenvolvimento relativamente lento destas variáveis "desincronizadoras", em larga medida, "produto de uma política deliberada". Portugal, entre os anos 30 e os anos 50, teve os mais baixos índices de urbanização, alfabetização, industrialização e desenvolvimento económico de todos os países europeus.<sup>77</sup>

Após uma breve incursão na literatura sobre as bases sociais, as condicionantes económicas e políticas que estavam na base das soluções autoritárias e fascistas, esta começa por salientar a já nossa conhecida ausência de dinâmica fascista antecedendo a tomada do poder. Nenhum dos grupos referenciados na Iª República é responsável directo pela tomada do poder por Salazar. Mais: "se seria decerto exagero afirmar que Salazar criou a ordem autoritária em Portugal *tout seule et de toutes pièces*, as fontes sugerem que ele desempenhou um papel muito pessoal e imperativo quer na direcção política quer na selecção das elites depois de 1932. Claro que ele deve ter acomodado as suas escolhas às pressões e "conselhos" de vários grupos privilegiados, forças políticas conservadoras e reacionárias, bem como de actores entricheirados institucionalmente, fundamentalmente os militares e a Igreja, (...)", mas deve ser salientado "o extraordinário grau de autonomia com que este criou, a partir de cima, a elite do "Estado Novo"<sup>78</sup>.

Partindo da análise da composição das Camaras Corporativa e de Deputados, na primeira fase do regime, representativa da "coligação" vencedora, salientou a importância dos burocratas e da ligação ao Estado (68 %). Por outro lado, "a imagem gerontocrática do regime" no anos 60, não deve fazer esquecer que a chegada de Salazar ao poder representa a de uma nova geração, bastante jovem. É com base nestes elementos que Schmitter relativiza a

---

<sup>76</sup> Cf. Philippe C. Schmitter, "Liberation by *Golpe*...", p. 13/14.

<sup>77</sup> Cf. *Idem*, p. 14.

<sup>78</sup> Cf. Philippe C. Schmitter, "The Social Origins, Economic Bases...", p. 438.



"fascização" de 1935-36, pois ainda que inaugurando uma dinâmica mais aparatosa, esta não se reflecte em qualquer alteração da elite política. As características mais distintivas desta elite fundadora foram, a sua juventude, a sua dependência do emprego público e as estreitas relações com o sector financeiro e fiscal "da fraca e dependente economia capitalista" portuguesa.

Quanto às bases económicas, Schmitter, interrogando-se se é plausível argumentar que a emergência e consolidação da dominação autoritária em Portugal corresponde a imperativos de ordem estrutural, do tipo crise de uma economia atrasada e dependente, responde afirmativamente. Mas esclarece desde logo que tal não se verifica pelas razões mais frequentemente citadas, salientando que Portugal estava longe de ter esgotado o modelo de "import substitution" e o efeito da dependência externa colhe pouco: vide o pequeno impacte da crise de 29 em Portugal. Remetendo alguns dos factores para o problema da crise financeira do Estado. A própria conjuntura económica nas vésperas da queda do regime liberal parece sugerir "a relativa autonomia dos factores políticos", já que não foi "a eminência do colapso económico" que provocou a vaga autoritária<sup>79</sup>.

Não longe de Hermínio Martins no campo dos factores de queda do regime liberal, este destacou que, se retrospectivamente, o processo de transição entre a "ditadura de excepção" e o autoritarismo parece calma, na realidade andou longe dela. "Declararam-se insurreições armadas, pronunciamentos, demissões e greves, vindas de um espectro variado de grupos: de alguns que apoiaram o golpe de 1926; dos que se opuseram; dos que acharam que as medidas tomadas iriam destruir a vida política; de outros que acharam que Salazar não ia suficientemente além no estabelecimento de um estado integral, sindicalista-fascista."<sup>80</sup>

Concluindo, Schmitter acentua que, se a emergência e a consolidação do autoritarismo português não foi "singular" na Europa do após-guerra, a combinação deste elementos e o produto final foi bastante distinto. Faltou-lhe ou foi deliberadamente

---

<sup>79</sup> Cf. *Idem*, p. 454.

<sup>80</sup> Cf. *Idem*, p. 457.





evitado o que, a propósito de outras experiências se chamou o "mínimo fascista":

"Como em experiências análogas da Europa de Leste, esta forma de ordem autoritária conservadora-burocrática emergiu em conjunção com uma crise de acumulação financeira numa fase muito recuada do desenvolvimento do capitalismo e uma dupla crise na gestão financeira e na hegemonia ideológica do estado liberal. Muitos, senão a maioria, dos seus quadros foram recrutados na burocracia estatal e nos aparelhos ideológicos das universidades. No âmbito de uma restrita mobilização de massas, camponeses, *mesoi* de província e notáveis locais da periferia geográfica e social, eram "mobilizados" contra o seu mais cosmopolita, secularizado e desenvolvido centro. A ausência de minorias étnicas ou linguísticas, a fraqueza de um "perigo" comunista e operário credível, e a distância dos grandes competidores do poder, tudo contribui para moderar senão obliterar alguma da vingança, xenofobia, violência e outras *bizarrerias* que caracterizaram movimentos autoritários ou regimes, em outras partes da Europa, com origens sociais, funções económicas e imperativos políticos semelhantes."<sup>81</sup>.

## UM "IMPÉRIO CENTRALIZADO E BUROCRÁTICO"

Centrando-se no estudo das relações administrativas com as colónias, Lawrence Graham ensaiou uma definição do regime baseada no conceito de "império centralizado e burocrático" de Eisenstadt<sup>82</sup>. Segundo este autor, o "Estado Novo" poderia ser classificado como uma versão contemporânea deste "controle

---

<sup>81</sup> Cf. *Idem*, p. 462.

<sup>82</sup> Cf. Lawrence S. Graham, "Portugal: The Bureaucracy of Empire", *LADS Occasional Papers*, Series 2, Nº 9, (Austin: 1973) e ainda "Portugal: The Decline and Collapse of an Authoritarian Order", *Contemporary Political Sociological Series*, (Beverly Hills: 1975). Sobre este conceito vide S. Eisenstadt, *The Political System of Empire*, (New York: 1963).



burocrático e centralizado com as lutas políticas reduzidas às mesmas arenas, ainda que sem instituições monárquicas."<sup>83</sup>.

Graham destacou o peso do aparato administrativo do Estado perante as instituições propriamente "políticas" do salazarismo. Após a purga dos elementos afectos à estrutura clientelar dos partidos da República, o ditador confia fundamentalmente na burocracia, reina sobre e baseado nela, e a discrepância entre "forma e substância" do regime acentua-se.

Um exemplo desta discrepância foi o apregoado carácter corporativo do regime, sempre cultivado na ideologia oficial e nunca edificado na prática, o que o leva a concluir que "a realidade sobre a qual Portugal foi governado de 1930 a 1974 era a de um Estado administrativo."<sup>84</sup>. O peso determinante do segundo elemento no binómio política/administração foi desenvolvido mais tarde em diversas investigações parcelares<sup>85</sup>.

## NAS DITADURAS DA EUROPA DE LESTE

Embora não tendo trabalhado sobre Portugal, Stanley G. Payne foi fazendo o balanço desta investigação, abordando o tema do "Estado Novo" em diversos estudos comparativos<sup>86</sup>.

Para Payne, o regime português pertence à mesma categoria das Ditaduras da Europa de Leste do mesmo período, "corporativa, institucionalizada, (...) autoritária (...), sem nenhuma componente partido/fascista."<sup>87</sup>. Referindo-se à definição de Manuel Lucena, este considera que o "próprio pressuposto de um "fascismo sem

<sup>83</sup> Cf. Lawrence S. Graham, "Portugal:...", p. 8.

<sup>84</sup> Cf. *Idem*, p. 15.

<sup>85</sup> Cf. desde logo Paul H. Lewis, "Salazar's Ministerial Elite, 1932-1968", *Journal of Politics*, 40, August 1978, pp. 622/647. Lewis salientou a predominância de técnicos sobre os políticos na elite ministerial salazarista.

<sup>86</sup> Cf. Stanley G. Payne, "Fascism in Western Europe" in Walter Laqueur (Edited by), *Fascism: A Reader's Guide. Analyses, Interpretations, Bibliography*, (Berkeley: 1976), pp. 295/311; *Fascism. Comparison and Definition* (Madison: 1980), pp. 157/160 e "Salazarism: "fascism" or "bureaucratic authoritarianism" ?", AA VV, *Estudos de História de Portugal. Homenagem a A. H. Oliveira Marques*, vol. II-sécs. XVI-XX, (Lisboa: 1983), pp. 523/531.

<sup>87</sup> Cf. Stanley G. Payne, *Fascism...*, p. 157.



movimento fascista" indica que estamos perante um fenómeno diferente. O regime de Salazar foi sem dúvida o mais institucionalizado de todos os regimes autoritários do período entre as duas guerras (explicando em parte a sua longevidade), pelo que a sua estrutura, semi-paralela à italiana, foi mais completa do que a dos regimes balcânicos ou do Leste.", mas é aqui se devem procurar elementos de comparação, particularmente com o regime austriaco de Dolfuss-Schuschnigg<sup>88</sup>.

Dando como factos indiscutíveis que o regime de Salazar não se baseou na "cultura do fascismo" mas na do corporativismo católico, nem num partido da mesma natureza, apenas ao nível de certas características do Estado se podem observar semelhanças com o fascismo italiano. Em tudo o resto (origens, cultura, ideologia e base política) a comparação só salienta diferenças<sup>89</sup>. Para Payne só utilizando um conceito extremamente lato de fascismo, compreendendo "todas as formas de autoritarismo não comunista", se poderá considerar como tal o regime português, o que sendo possível, o torna inútil e não operativo<sup>90</sup>.

Evitando comparações apressadas com as ditaduras mais recentes da América Latina, Payne salienta que o modelo do "autoritarismo burocrático" utilizado para as definir apresenta algumas virtualidades para o estudo das do período entre as duas guerras<sup>91</sup>.

## ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES PARCELARES

Parte dos autores atrás referidos, fundamentalmente aqueles que vinham da ciência política, estavam acima de tudo preocupados em estudar a evolução possível do regime, após a morte política do ditador. A análise do que escreveram nos anos

---

<sup>88</sup> Cf. *Idem*, p. 159.

<sup>89</sup> Cf. Stanley G. Payne, "Salazarism...", p. 527.

<sup>90</sup> Cf. *Idem*, p. 530/531.

<sup>91</sup> Cf. sobre o "autoritarismo burocrático" na América Latina, Guillermo O'Donnell, *Modernization and Bureaucratic-Authoritarianism* (Berkeley: 1973).



que imediatamente antecederam a queda do regime, constituiria um exercício extremamente interessante sobre as reivindicações previsivas e futuroológicas da disciplina.

A "primavera" marcelista atraiu uma série de politólogos, na sua maioria norte-americanos. Em diversas conferências em 1973, alguns destes expressaram grande confiança na longevidade do regime<sup>92</sup>. Outros previam na mesma época importantes papéis para as instituições do próprio regime (nomeadamente as corporativas) no quadro de uma eventual liberalização. Todos se enganaram. Como salientou Philippe C. Schmitter (em balanço autocrítico raro nas Ciências Sociais): "nenhum observador académico ou jornalístico previu a queda de Marcello Caetano, e muito menos o rápido e completo colapso da ordem autoritária em Portugal. Antes pelo contrário."<sup>93</sup>

Não obstante estas limitações prospectivas, uma série de contribuições parcelares iniciaram o estudo de várias instituições do regime, entretanto derrubado, abrindo uma investigação propriamente empírica<sup>94</sup>.

## A "REVOLUÇÃO CORPORATIVA"

O corporativismo foi o campo que mais atraíu a investigação<sup>95</sup>. A prioridade parecia normal, visto este ter sido um dos temas preferidos da propaganda do próprio regime, para justificar a originalidade do autoritarismo português e ainda porque de todas ditaduras do mesmo período que dele se reivindicaram, o "Estado Novo" foi a mais estável no tempo, constituindo, como Schmitter assinalou, um "laboratório" ideal para efeitos analíticos. Partindo de preocupações teóricas muito

---

<sup>92</sup> Vide a maioria das comunicações apresentadas à 1ª conferência do ICGMP, University of New Hampshire, October, 10/14, 1973.

<sup>93</sup> Cf. Philippe C. Schmitter, "Liberation by *Golpe*...", p. 5.

<sup>94</sup> Previligiei neste balanço as conclusões que se referiram à 1ª fase do regime, ou que para esta remeteram elementos importantes, ignorando as análises centradas nos anos 60.

<sup>95</sup> Cf., para além dos estudos assinalados de Manuel Lucena e de Philippe Schmitter, Howard J. Wiarda, *Corporatism and Development. The Portuguese Experience*, (Amherst: 1977).





diversas todos estes estudos apresentaram novos dados sobre o tema. O mais discutível de todos é sem dúvida o de Howard Wiarda<sup>96</sup>.

Logo na introdução, Wiarda, ao analisar as origens do corporativismo luso, enquadra-as numa perspectiva histórica e cultural ibero-latina<sup>97</sup>. Segundo este autor estas sociedades são estruturalmente corporativas e a mentalidade anglo-saxónica ignorou muitas vezes esta dimensão, pelo que este se propõe adoptar um antropológico "relativismo cultural" no seu estudo. A legitimidade da operação é assaz duvidosa e o capítulo sobre a história do corporativismo português é um puro exercício teleológico. Ou Wiarda tomou a sério a produção ideológica dos Integralistas, que no início do século XX procuravam naturalmente "reinventar" uma tradição corporativa que o liberalismo, esse produto "estrangeiro", tentou destruir, ou então estava muito influenciado pelo campo latino-americano, de onde vinha<sup>98</sup>.

Quaisquer dos restantes estudos sobre o tema, encaram correctamente a origem contemporânea das ideologias corporativas, como alternativas autoritárias no âmbito da crise do liberalismo na viragem do século, que em Portugal, aliás, não se apresentam mais "originais" do que as que se desenvolvem em outros países europeus. De todos os referidos, o mais completo e estimulante foi o de Manuel de Lucena<sup>99</sup>.

Lucena começou por analisar o lugar do corporativismo no sistema político do Salazarismo, destacando a sua secundarização no campo das instituições do novo regime. Contra as aspirações dos corporativistas "integrais", no aparato formal, os princípios liberais de representação mantiveram-se e o compromisso não foi particularmente favorável às instituições corporativas, sempre em

---

<sup>96</sup> Estas obras foram debatidas in António Costa Pinto, "La "Révolution Corporatiste" au Portugal- Entre Idéologie et Pratique", communication au séminaire *Les Relations entre L'Etat et la Société Civil au XXe Siècle*, IHTP-CNRS, Paris, 6/12/1988 (a publicar).

<sup>97</sup> Cf. Howard J. Wiarda, *Op.Cit.*, pp. 2/28. Vide Manuel de Lucena, "Uma Leitura americana do corporativismo português", *Análise Social*, vol. XVII (66), 1981-2º, pp. 415/434.

<sup>98</sup> Cf. *Idem*, pp. 29/54.

<sup>99</sup> Sendo também o mais conhecido. Limitar-me-ei a um brevíssimo resumo das suas teses.



notória inferioridade. O "Estatuto do Trabalho Nacional", de clara inspiração italiana, moderou muito "católicamente" o seu equivalente fascista e após a primeira vaga legislativa dos anos trinta o edifício ficará sempre incompleto, com grandes diferenças face ao projecto inicial.

Formados os "sindicatos nacionais", estritamente controlados pelo Estado, a "corporativização" das associações patronais foi bem mais moderada e constituiu uma alavanca da intervenção económica em certos sectores, permitindo embora a continuação de algumas organizações, que resistiram ao seu controlo. Só nos anos 50 se formaram algumas "corporações" numa conjuntura bastante diferente e com quase nula capacidade de decisão e autonomia, contrastando com o apregoado modelo "de associação".

Embora bastante diferentes, o corporativismo do fascismo italiano e o do regime português não deixaram de cumprir funções semelhantes: "amarrar o movimento operário, desenvolver o capitalismo nacional, reforçar o Estado."<sup>100</sup>

Schmitter não tem dúvidas acerca do papel de controlo social do sistema corporativo destinado a "desarmar e tornar dependente do paternalismo patrocinado pelo Estado aqueles grupos cujas reivindicações poderiam pôr em causa a acumulação (...) e impedir a consolidação da hegemonia política da burguesia nacional", concordando com Lucena que este é apenas uma face da moeda<sup>101</sup>. Com efeito a "corporativização" do sector patronal, ainda que mais flexível, não deixou de ser uma realidade particularmente forte em alguns sectores e os todos poderosos organismos de coordenação económica dirigiram uma pirâmide que desmentia o proclamado modelo de "associação".

Parece ter sido a dupla função, atrás assinalada, a principal, já que ao nível do sistema político elas foram poucas. As instituições corporativas tiveram um lugar secundário no aparato constitucional e na esfera da decisão política, mas a sua existência não foi desprezível em termos de efeitos produzidos. Schmitter ensaiou um modelo contra-factual, procurando comparar Portugal com alguns países com "starting points" semelhantes, como a Irlanda ou a Grécia, mas com sistemas políticos diversos e a sua

---

<sup>100</sup> Cf. Manuel de Lucena, *Op. Cit.*, p. 221.

<sup>101</sup> Cf. Philippe C. Schmitter, "Corporatism...", p. 9.



conclusão é que "a ortodoxia fiscal e as políticas económicas conservadoras(..) ainda que inibissem o crescimento e o desenvolvimento a longo prazo(...) parecem apenas ter contribuído para uma distribuição menos desigual que na Grécia(...)". Em tudo resto a comparação é negativa para o "Estado Novo"<sup>102</sup>.

As hipóteses deste politólogo americano sobre as funções do sistema corporativo português não se afastaram muito das geralmente atribuídas aos partidos únicos dos regimes autoritários. "*preemptive*, na medida em que se criaram estruturas de representação de interesses a partir de cima e em antecipação a; *preventivas*, visando não a mobilização mas o impedir de alternativas; *Defensivas* quando se provocou uma reacção mais virada para a defesa de estatutos adquiridos ou perdidos do que para a promoção "agressiva" de novos; e, finalmente, *conpartimentadoras* destes mesmos interesses. Combinados estes factores, a conclusão a que se chega é a de que "o papel e as consequências do corporativismo de Estado devem ser vistos, não tanto em termos do que se obteve aberta e positivamente, mas sim em termos do que subrepticamente e negativamente se evitou que acontecesse."<sup>103</sup>.

As conclusões de Wiarda são bem mais complicadas e discutíveis. A sua obra constitui uma boa descrição do evoluir do sistema corporativo até 1974 mas, como aquelas conclusões que estão previstas desde o início, este hipoteca declaradamente o "futuro" de Portugal (1974 e seguintes) ao síndrome corporativo apontado na introdução, com muitos lugares comuns misturados<sup>104</sup>.

## A IGREJA CATOLICA E O "ESTADO NOVO"

---

<sup>102</sup> Cf. *Idem*, p. 57.

<sup>103</sup> Cf. *Idem*, p. 58.

<sup>104</sup> *Vide* os trabalhos mais recentes deste autor sobre a transição à democracia em Portugal.



Em 1973 a *Revue Française de Sciences Politiques* organizou um número especial sobre o papel das instituições religiosas nos regimes autoritários, coordenado por Guy Hermet, incluindo um artigo sobre Portugal<sup>105</sup>. Nesse mesmo ano outras investigações decorriam sobre o tema das relações Igreja- Estado, desde o início do século aos anos 30<sup>106</sup>.

Ambos os trabalhos ultrapassaram a mera constatação da extrema unidade senão simbiose entre a "questão religiosa" e o derrube do regime liberal e, acima de tudo, da matriz ideológica e política do ditador. Richard Robinson salientou a importancia de organizações como o CADC e o Centro Católico, como matriz do "Estado Novo" contrapondo a formação de um jovem grupo de intelectuais e políticos à crescente influência do Integralismo Lusitano, o mais importante dos agrupamentos ideológicos anti-liberais nas vésperas da queda da República parlamentar, mas não avançou até à ao período da formação do regime<sup>107</sup>. A contribuição de Silas Cerqueira concentrou-se na papel por esta desempenhado ao longo do Salazarismo.

O papel da Igreja no regime foi muito plurifacetado. Não se tratou apenas de um apoio político público sempre que isso lhe foi pedido ou a esse esforço se prestou voluntariamente, emprestando-lhe grande parte dos seus ritos e símbolos. Cerqueira referia o abençoar da cruzada anti-comunista e anti-liberal durante os anos trinta, o apoio às instituições fascizantes do regime, como a Mocidade Portuguesa e a Legião Portuguesa, a participação nas campanhas "eleitorais" após a 2ª guerra mundial, a defesa da guerra colonial dos anos 60. Esta forneceu-lhe, para além disso, um modelo de mobilização, sincronizando o "renovar da prática religiosa" e do "piétisme" popular com a função "salvadora" do novo poder político, aspecto por vezes subestimado. O culto religioso de Fátima e as funções "para-

---

<sup>105</sup> Cf. Silas Cerqueira, "L'Église catholique et la dictature corporatiste portugaise", *Revue Française de Sciences Politiques*, vol. XXIII, nº 3, Juin 1973, pp. 473/513.

<sup>106</sup> Nomeadamente a de Richard Robinson, cf. o seu artigo: "The Religious Question and the Catholic Revival in Portugal, 1900-30", *Journal of Contemporary History*, 12 (1977), pp. 345/362 e Thomas C. Bruneau, "Church and State in Portugal: Crises of Cross and Sword", *Journal of Church and State*, Vol. 18, nº 3, Autumn 1976, pp. 463/490.

<sup>107</sup> Cf. Richard Robinson, "The Religious Question...", p. 358.





políticas" que desempenhou constituíram o exemplo mais cristalino<sup>108</sup>.

A Igreja Católica portuguesa não contribuiu apenas para a matriz ideológica do regime, antes tendo sido "um instrumento essencial dele, sempre submetida à sua direcção política."<sup>109</sup> Com efeito a adiada Concordata, (prevista desde 1933, só se realizou em 1940), manteve alguns princípios-base da separação entre a Igreja e o Estado, manteve o divórcio para casamentos civis, e estabeleceu um relativo controlo deste sobre a instituição religiosa. Como salientou Hermínio Martins, "enquanto em Espanha a concordata de 1950 ofereceu à igreja virtualmente tudo o que ela poderia pedir, a portuguesa não transformou Portugal num Estado confessional nem a igreja recebeu privilégios financeiros ou educacionais consideráveis."<sup>110</sup>

Silas Cerqueira referiu alguns elementos de um núcleo ideológico comum igreja-regime, desde o corporativismo ao anti-liberalismo e anti-comunismo, difundido por esta sob a orientação daquele. "Uma parte destes temas ideológicos, escreveu, encontram-se em todas as ideologias conservadoras em período "normal" (...)", mas aqui eles foram exarcebados e "formarão um *todo*, um *sistema*."<sup>111</sup>

As "funções legitimadoras" também não foram poucas, não só ao nível político central -a cada "crise", sobretudo a partir de 1945, correspondia uma declaração de apoio que só começou a ser mais discreto na fase final do regime-, mas sobretudo na "província" do mundo rural e das pequeníssimas cidades, onde todo um aparato "logístico" coadjuva uma "socialização política" nada desprezível.

## UMAS ELEIÇÕES "PAS COMME LES AUTRES"

---

<sup>108</sup> Cf. Silas Cerqueira, "L'Église Catholique...", pp. 481/490.

<sup>109</sup> Cf. *Idem*, p. 504.

<sup>110</sup> Cf. Herminio Martins, "Opposition in Portugal", *Government and Opposition*, Vol. 4, Nº2, Spring 1969, p. 262.

<sup>111</sup> Cf. Silas Cerqueira, "L'Église Catholique...", p.504.



Em 1968, num artigo sobre a oposição ao "Estado Novo", Hermínio Martins referia-se ao alto grau de racionalidade política do regime no campo da administração da violência, optando por um "*optimum of terror rather than a crude maximum(...)*"<sup>112</sup>. O mesmo poderia ser dito no que toca ao aparato institucional do sistema político, compromisso formal (sublinhe-se) entre princípios liberais e corporativos de representação. Como já foi referido o princípio eleitoral foi mantido e realizado religiosamente nos prazos previstos.

O aparecimento de uma "oposição eleitoral" ao regime, a partir de 1945, não passou despercebido à investigação. Confrontando-se com a pergunta "porquê se incomodam os regimes manifestamente anti-democráticos a realizar ou a simular eleições?" Schmitter detecta correctamente algumas respostas não válidas para o caso português. Ao contrário dos regimes socialistas da época, nunca existiu em Portugal a regra dos 99 %. Nem "Salazar alguma vez pensou em utilizar as eleições como processo de mobilização de massas", nem estas cumpriram aqui o papel de legitimação interna que desempenharam em outros autoritarismos, mais "plebiscitários"<sup>113</sup>.

O que, ainda que referido, convém sublinhar é que até 1945, nunca foi sequer permitido um simulacro de "oposição" durante as eleições, cumprindo estas uma função de legitimação na formação do regime, após o qual não se fala mais no assunto até o curso da 2ª guerra mundial começar a pender para uma vitória aliada. De todas as funções da realização de eleições nos regimes autoritários abordadas e discutidas no trabalho de Schmitter, a mais prosaica foi, segundo a nossa opinião, a única importante: "legitimar o regime aos olhos do estrangeiro" e, portanto, de natureza externa<sup>114</sup>. Todas as outras foram bastante secundárias.

## ESCOLA E IDEOLOGIA DE UM "REGIME CONSERVADOR"

<sup>112</sup> Cf. Herminio Martins, "Opposition...", p. 263.

<sup>113</sup> Cf. Philippe C. Schmitter, "The Impact and Meaning...", p. 146.

<sup>114</sup> Cf. *Idem*, p. 150.



Na introdução a uma tese sobre a escola salazarista nos anos trinta, cuja investigação foi no fundamental realizada antes de 1974, Maria Filomena Mónica discutiu parte da bibliografia aqui citada. Verificando as enormes discrepâncias entre esta bibliografia sobre os casos centrais e a análise do regime de Salazar concluiu que "quase nada do que se tem escrito sobre o fascismo se aplica ao caso português."<sup>115</sup>.

Referindo-se à comparação com o fascismo italiano, esta autora sustentou a posição segundo a qual "as diferenças entre o salazarismo e aquele são mais profundas do que as semelhanças (...)" e, inspirando-se em Barrington Moore, caracterizou o regime como uma "forma subalterna de uma modernização conservadora particularmente pacífica e dilatória através de uma revolução a partir da cúpula."<sup>116</sup>.

Nas conclusões do seu trabalho esta destacou o papel central da religião católica na socialização da escola do "Estado Novo", cujos valores centrais eram a obediência, a resignação, a caridade e o patriotismo, legitimando uma ordem social considerada como uma "estrutura imutável"<sup>117</sup>. Dado o carácter não totalitário do regime, deixando "muitas áreas da vida privada virtualmente libertas da doutrinação política", a hierarquia "natural" bastava, em muitos casos, para assegurar a ordem, e a "igreja desempenhava ainda o seu velho papel de aparelho ideológico por excelência", avançando mesmo a hipótese deste aparelho ser, no Portugal dos anos 30, "mais importante que a própria escola."<sup>118</sup>.

---

<sup>115</sup> Cf. Maria Filomena Mónica, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar (A escola primária salazarista 1926-1939)*, (Lisboa: 1978), p. 98.

<sup>116</sup> Cf. *Idem*, p. 94 e 105.

<sup>117</sup> Cf. *Idem*, p. 345.

<sup>118</sup> Cf. *Idem*, p. 355/56. Alguns trabalhos de antropologia social e política, particularmente os de José Cutileiro e Joyce Riegelhaupt, vieram, no início dos anos 70, fornecer alguns elementos introdutórios sobre o impacto do regime na sociedade rural, ainda maioritária no Portugal dos anos 30. Cf. José Cutileiro, *A Portuguese Rural Society*, (Oxford: 1971) e Joyce Firstenberg Riegelhaupt, "Peasants and Politics in Salazar's Portugal: The Corporate State and Village "Nonpolitics" in, Lawrence Graham and Harry M. Makler (Edited by), *Op. Cit.*, pp. 167/190. Utilizei a versão portuguesa da primeira obra, (Lisboa: 1976).



### 3- O "ESTADO NOVO" NA INVESTIGAÇÃO INTERNACIONAL DOS ANOS 80

Muito embora referindo estes primeiros estudos sobre Portugal, a historiografia mais recente sobre o fascismo não alterou significativamente as suas posições sobre o caso português<sup>119</sup>.

Reflectindo a própria evolução das diversas disciplinas envolvidas, tendeu-se para uma grande diversidade metodológica e para um inquérito empírico bem menos preocupado em testar modelos globais. Por outro lado, com a natural excepção da Península Ibérica, dada a sobrevivência dos respectivos regimes até aos anos 70, enquanto objecto de investigação, o fascismo foi sendo progressivamente abandonado pela sociologia e ciência políticas, e "deixado" para a história, aqui duplamente entendida como disciplina e como o que já não existe.

Rarearam os trabalhos gerais e comparados e explodiram as investigações parcelares. A palavra "explosão" pode ser utilizada sem riscos de exagero, já que surgiram centenas de investigações, sobretudo de carácter monográfico, sobre os mais diversos aspectos do fascismo, utilizando todas as perspectivas de análise, da história das ideologias à social, política, local, económica, oral, biográfica, etc.

Como referiu Geoff Eley, o acumular da investigação mais recente "parece comprometer o potencial explicativo das velhas teorizações"<sup>120</sup>. Entre elas este historiador citava as do totalitarismo, a fórmula de Dimitrov, a da personalidade autoritária, a da sociedade de massas e a dos grupos monopolistas.

Ainda que se possa concordar com a estimulante direcção analítica de Eley, não nos parece correcto invalidar a totalidade

---

<sup>119</sup> Uma versão desenvolvida deste capítulo foi publicada sob o título "O salazarismo na recente investigação internacional sobre o fascismo europeu-velhos problemas, velhas respostas?", *Análise Social*, vol. XXV(108-109), 1990, pp. 695/713.

<sup>120</sup> Cf. Geoff Eley, "What Produces Fascism: Preindustrial Traditions or a Crises of the Capitalist State?" in Michael N. Dobkowski and Isidor Wallimann (Edit. by), *Op. Cit.*, p. 69/70.





destas hipóteses analíticas, até porque as suas virtualidades explicativas se referiam a aspectos muito diversos e parcelares, nunca se erigindo em teoria geral. As teorias do totalitarismo, por exemplo, referiam-se mais ao funcionamento/organização do poder e aos modos de enquadramento da sociedade, e não aos factores explicativos da queda dos regimes liberais e da tomada do poder pelo fascismo.

De qualquer modo, importa por agora salientar que estes modelos interpretativos continuaram a ser as principais referências teóricas da investigação dos anos 80, ora para as contestar ora para as confirmar, não emergindo nenhuma outra teoria global deste inegável avanço empírico. O resultado mais frutuoso foi talvez a possibilidade de uma classificação mais rigorosa dos movimentos e regimes numa perspectiva comparada, bem visível nas diversas propostas "descritivo-tipológicas" entretanto surgidas. Quanto aos aspectos da definição de fascismo referidos por Eley como os mais complexos, caso dos referentes às classes, economia, mudança política e condições de emergência, eles perderam-se, em grande parte, nas singularidades nacionais<sup>121</sup>.

Saliente-se ainda que muito raramente esta investigação possuiu uma dimensão comparativa, utilizando sobretudo o quadro nacional. Apesar de escassas, vale a pena examinar, ainda que de forma bastante sintética, as considerações que foram feitas sobre Portugal, particularmente pelas historiografias nacionais cujos regimes eram mais susceptíveis de referir o caso português como termo de comparação<sup>122</sup>.

---

<sup>121</sup> Cf. *Idem*, p. 70.

<sup>122</sup> Ainda que a investigação se tenha internacionalizado bastante, a sistematização por países e/ou áreas justifica-se pelo facto de, na sua grande maioria, esta ter sido produzida por historiadores. Sendo a História a disciplina das ciências sociais mais dominada pelo "facto nacional", que ainda modela de forma determinante a maioria da investigação e da própria construção do objecto, esta pareceu-nos a forma mais correcta de organizar a este breve inventário. Dada a vastidão das obras nacionais e a complexidade dos percursos das historiografias respectivas, adoptamos como critério: dar uma brevíssima introdução à situação da investigação sobre o tema, nos casos sobre os quais temos informação actualizada, das clivagens interpretativas sobre o caso nacional e das referências por comparação a Portugal. Excluimos a historiografia alemã.



## O 'ESTADO NOVO' NA HISTORIOGRAFIA SOBRE O FASCISMO ITALIANO

Não vale a pena sequer ensaiar um balanço historiográfico sobre o fascismo italiano, de tal forma extensa tem sido a produção sobre este tema central da sua história recente<sup>123</sup>.

Pouco consensual por definição, a historiografia italiana conheceu algumas fracturas polémicas que ficaram célebres. Ressalvadas as distâncias, teve já a sua *Historikerstreit*, provocada pela célebre entrevista sobre o fascismo de De Felice, em 1975<sup>124</sup>. A polémica centrou-se em torno das afirmações deste historiador sobre as duas dimensões do fascismo italiano - movimento e regime- e sobre o carácter revolucionário do fascismo-movimento. Saliente-se ainda, para o que aqui mais interessa, que o debate se têm centrado na especificidade do fenómeno italiano e que, quando chamada, a comparação apenas tem sido feita com o nazismo alemão<sup>125</sup>.

Pouco cultivada da parte italiana, a análise comparada dos regimes português e italiano raramente se colocou como objecto e as referências ao "Estado Novo" foram escassas, dada a centralidade do debate apontada anteriormente. Durante os anos 70 foram produzidas algumas sínteses sobre Portugal, em geral à margem da historiografia italiana sobre o fascismo<sup>126</sup>. A

---

<sup>123</sup> Como introdução à produção dos últimos vinte anos (apenas referindo as mais importantes e genéricas) vide, Emilio Gentile, "Fascism in Italian Historiography: In Search of an Individual Historical Identity", *Journal of Contemporary History*, Vol. 21 (1986), pp. 179/208.

<sup>124</sup> Cf. Renzo De Felice, *Intervista sul fascismo*, a cura di M. A. Ledeen, (Bari: 1975). Para um balanço crítico da sua monumental biografia de Mussolini vide os comentários de diversos historiadores in *Passato e Presente*, nº 1, Gennaio-Giugno 1982, pp. 5/30.

<sup>125</sup> Ainda em 1988, no rescaldo da polémica alemã, algumas entrevistas de De Felice sobre o "anti fascismo" na democracia italiana provocaram alguma polémica. Uma síntese dela, constituindo o mais recente ponto da situação da historiografia sobre o tema, é a pequena obra colectiva, Jader Jacobelli (a cura di), *Il fascismo e gli storici oggi*, (Bari: 1988).

<sup>126</sup> Cf. A. Albonico, *Breve Storia del Portogallo Contemporaneo*, (Napoli: 1977) e P. Giannotti e S. Pivato, *Il Portogallo dalla Prima alla Seconda Repubblica (1910-1975)*, (Urbino: 1978).



transição para a democracia e as suas particularidades provocaram então algum interesse na área marxista. No entanto, já nos anos 80, alguns contributos foram produzidos, nomeadamente os de Enzo Collotti e alguns outros, que se situaram no campo da defesa de um "fascismo genérico"<sup>127</sup>.

Reflectindo justamente esta perspectiva, sublinharam-se as vias diversas para a fascização, ao mesmo tempo que se destacou o paralelismo da "resposta precisa e funcional de um determinado bloco da burguesia face à crise do estado liberal e à poderosa avançada das classes populares."<sup>128</sup> E. Santarelli, o autor da referência atrás assinalada, considerou assim o salazarismo como "a ala extrema direita, não radical, mas tradicionalista do fascismo europeu."<sup>129</sup>.

Enzo Collotti admitiu desde logo que "A experiência do Portugal de Salazar é talvez aquela que criou aos estudiosos maiores dificuldades de enquadramento no interior da fenomenologia do fascismo"<sup>130</sup>, acrescentando que estas dificuldades "de uma definição unívoca do regime português nascem da complexidade das suas componentes ideológicas e institucionais e, não menos importante, das suas próprias características sociais."<sup>131</sup>.

Collotti conhece bem as posições de outras historiografias sobre o regime de Salazar e demarcou-se dos que lhe negam o carácter fascista baseados no recorte formal das suas instituições políticas, muito embora reconhecendo que "os elementos mais especificamente, fascistas da direita portuguesa não conseguiram conferir a sua fisionomia à constituição material do novo Estado."<sup>132</sup>.

---

<sup>127</sup> Ainda que sempre demarcando as peculiaridades do caso português. Cf, por exemplo, a recente síntese pedagógica de Gustavo Corni, *Fascismo e Fascismi. Movimenti, Partiti e Regimi in Europa e nel mondo*, (Roma: 1989), pp. 93/98.

<sup>128</sup> Cf. Nuccio Cocco, "Salazarismo" in Nicola Tranfaglia et Alli (a cura di), *Storia D'Europa*, Vol. 3, (Firenze: 1980), p. 1039.

<sup>129</sup> Cf. E. Santarelli, "Il caso portoghese: radici e premesse di una rivoluzione", *Critica Marxista*, nº4, 1975, citado por N. Cocco, *Idem*, p. 1038.

<sup>130</sup> Cf. Enzo Collotti, *Fascismo, Fascismi*, (Firenze: 1989), p. 117.

<sup>131</sup> Cf. *Idem*, p. 118

<sup>132</sup> Cf. *Idem*, p. 119.



Sintetizando, para este autor, "diferentemente do regime fascista italiano mas em analogia com a experiência austríaca, faltou na constituição do regime em Portugal um processo real de mobilização de massas, em particular faltou um pseudo-revolucionarismo: o regime foi voluntariamente conservador, teve uma base bastante restrita de recrutamento da sua elite dirigente, distinguindo-se pela acentuação do elemento tecnocrático de formação universitária; deste ponto de vista procurou criar uma oligarquia dirigente, visou o consenso entre as classes médias, sem a mínima ambição de produzir no País nenhuma transformação social."<sup>133</sup>.

Onde estão então os aspectos que fazem este autor considerar que Portugal não foi um fenómeno marginal, antes representando "as características epigonais do fascismo"? Detectou vários: a eliminação "totalitária" dos adversários políticos; o corporativismo, que foi um instrumento de eliminação da autonomia do movimento operário; o estatismo "moralizador" dos espíritos e da economia. Por outro lado, traço importante foi o facto de, quando falhou a "estabilização conservadora", o regime ter desviado toda a virulência da repressão interna numa longa guerra, que acabou por fracturar a própria unidade das Forças Armadas<sup>134</sup>.

Posição diversa foi defendida por Renzo De Felice. Ainda que este nunca tenha estudado o caso português em particular, não se lhe ofereciam dúvidas que regimes como o de Salazar "não devem ser enumerados como fascistas, mas considerados clássicos regimes conservadores e autoritários.", mais uma vez tomando como critério principal o da sua relação diversa com as massas<sup>135</sup>.

## O "ESTADO NOVO" NA HISTORIOGRAFIA SOBRE O FRANQUISMO

---

<sup>133</sup> Cf. *Idem*, p. 121.

<sup>134</sup> Cf. *Idem*, p. 122.

<sup>135</sup> Cf. Renzo De Felice, "Il Fenomeno Fascista", *Storia contemporanea*, anno X, nº 4/5, Ottobre 1979, p. 624.





Por razões óbvias, a investigação recente sobre o Franquismo não se afastou muito, em termos de percurso, da portuguesa. Apesar de a historiografia sobre a época contemporânea se ter desenvolvido mais cedo, boa parte deste surto deveu-se à contribuição de sociólogos e politólogos. Acresce ainda o complemento da investigação internacional, que contribui de forma decisiva para o desenvolvimento dos primeiros estudos científicos<sup>136</sup>.

Os trabalhos seminais de Juan Linz, que se baseou no Franquismo para construir o seu "tipo-Ideal" autoritário", marcaram grande parte do esforço inicial e foram mais tarde aplicados em muitos estudos parcelares. As críticas ao modelo de Linz não diferiram muito das que lhe foram apontadas a propósito de outros casos<sup>137</sup>. As mais interessantes foram, no entanto, aquelas que ensaiaram modelos alternativos de caracterização, incluindo o "Estado Novo", caso das propostas por Salvador Giner.

Para este sociólogo, o Franquismo, como outros regimes da Europa do Sul, nomeadamente Portugal, podem ser definidos como uma variante do despotismo moderno, que designa como "despotismo reaccionário". O "tipo-ideal" de Giner, mais diverso na aparência do que na essência do de Linz, acrescentou-lhe um elemento importante: uma caracterização de classe<sup>138</sup>. A "coligação reaccionária" que está na base destes regimes difere da do modelo das "classes médias", dada a intervenção da oligarquia agrária, industrial e financeira. Este carácter de "coligação", que atravessa a edificação dos novos regimes, tem como consequência, no campo da organização do sistema político, o seu afastamento dos regimes totalitários, dada a sua natureza sincrética. Por outro lado, Giner ensaiou a integração destes regimes na "longa duração" da periferia sul da Europa<sup>139</sup>.

---

<sup>136</sup> Para um balanço desta produção *vide*, Stanley G. Payne, "O Fascismo Espanhol Revisitado", *Ler História*, 8 (1986), pp. 115/120.

<sup>137</sup> *Vide* a crítica de Juan Martínez Alier, "Notas sobre el Franquismo", *Papers: Revista de Sociologia*, 8 (1978), pp. 47/51.

<sup>138</sup> Cf. o modelo e a sua aplicação ao Franquismo in Salvado Giner, Eduardo Sevilla-Guzmán e Manuel Pérez Yruela, "Despotismo Moderno Y Dominación de Clase. Para una sociologia del régimen franquista", *Papers: Revista de Sociologia*, 8(1978), pp. 103/141.

<sup>139</sup> Cf. Salvador Giner, "Political Economy, Legitimation, and the State in Southern Europe" in Philippe C. Schmitter Et Alli (Edited By), *Transitions*



Um segundo problema, com óbvio paralelismo com o regime português, é o que diz respeito à periodização. Manuel Ramirez veio negar que se possa utilizar uma conceptualização única para um regime com a duração do de Franco. Este propôs 3 conceptualizações diversas para as três etapas da ditadura. Sobre a primeira, a que mais nos interessa, definiu-a como totalitária, considerando-a uma forma de fascismo<sup>140</sup>.

Quase todos os trabalhos empíricos se referem aos casos centrais do paradigma fascista, a Alemanha e, fundamentalmente, a Itália. Apenas Javier Tusell, abordou recentemente, num trabalho de natureza comparativa, o "Estado Novo", onde toda esta bibliografia foi debatida. Abreviando, para ele o regime português está numa ponta do espectro e o franquismo no meio, "entre o polo máximo de totalitarismo representado pelo regime de Mussolini e o mínimo de Salazar."<sup>141</sup> Sensível à periodização, para Tusell, os regimes são bastante idênticos após 1945, quando o regime espanhol se aproxima do corporativismo católico e secundariza a componente falangista, pois até ao fim da guerra, enquanto o franquismo se aproximou do fascismo, o Salazarismo sempre se manteve perto do tipo-ideal autoritário. Para ele as diferenças de periodização fizeram-se sentir muito mais em Espanha do que em Portugal, mas na sua longa duração, no entanto, eles são parte integrante da mesma família política, das "ditaduras conservadoras não totalitárias"<sup>142</sup>.

## A HISTORIOGRAFIA FRANCESA, VICHY E SALAZAR

---

*From Authoritarian Rule. Southern Europe* (Baltimore and London:1986), p. 24.

<sup>140</sup> Ramirez definiu três fases no Franquismo: Totalitária (1939-45); empírico-conservadora (1945-60); "tecno-pragmática (1960-75). *Vide* Manuel Ramirez, *España. 1939-1975. Régimen Político e Ideologia* (Barcelona: 1978), p. 23/35.

<sup>141</sup> Cf. Javier Tusell, *Op. Cit.*, p. 270. Cf. ainda do mesmo autor, "El Franquismo como Dictadura", in Hipólito de la Torre (Coord.), *Portugal y España en el Cambio Político (1958-1978)*, (Mérida: 1989), pp. 47/58.

<sup>142</sup> Cf. *Idem*, pp. 272/304.



O tema da direita radical e do fascismo francês, que se imbrica no regime de Vichy, tem sido alvo de uma investigação intensa e, por vezes, bastante polémica, parte dela de origem estrangeira, sobretudo norte americana e israelita, permitindo o confronto de tradições historiográficas diversas<sup>143</sup>. Qualquer debate sobre este tema terá de, mais do que no caso italiano, considerar esta produção internacional, que não se reduziu a sínteses interpretativas, antes contribuindo com uma investigação empírica a não desprezar, alguma da qual balizou marcos importantes até aos anos 80<sup>144</sup>. Um destes foi, sem dúvida a fundamentação de que o fascismo não era em França um mero fenómeno de importação, como tendiam a considerar boa parte dos estudos franceses.

De um modo geral, a historiografia francesa, desde Rémond, nos anos 50, à mais recente, utilizou, como vimos, um conceito de fascismo bastante restrito, compreensível pelo facto de o grosso da investigação se ter concentrado em movimentos políticos e ideológicos que, desde a viragem do século, coexistiram em França, ou ainda nos "intelectuais fascistas", designação preferível à de "fascismo intelectual". Acresce ainda que alguns percursos individuais, da esquerda e do socialismo para o fascismo mais radical, por parte de conhecidos actores políticos, movimento mais raro em outros países, provocaram uma necessidade de maior clareza conceptual na abordagem do tema<sup>145</sup>.

Mais do que em qualquer outro país, recorreu-se a tipologias de movimentos políticos autoritários (ora bipartidas ora tripartidas), procurando isolar o fascismo dos movimentos de

---

<sup>143</sup> Apesar de algumas obras anteriores aos anos 80 terem provocado alguma polémica por parte da historiografia francesa, a mais importante foi provocada pelas de Zeev Sternhell, Vide António Costa Pinto, "Fascist Ideology Revisited: Zeev Sternhell and His Critics", *European History Quarterly*, Vol. 19 (1986), pp. 465/483.

<sup>144</sup> Caso, por exemplo, de Eugen Weber, *Action Française*, (New York: 1961) ou Robert O. Paxton, *Vichy France. Old Guard and New Order* (New York: 1972). Para um balanço da mais recente vide, John F. Sweets, "Hold that Pendulum! Redefining Fascism, Collaboration and Resistance in France", *French Historical Studies*, Vol. XV, No. 4 (Fall 1988), pp. 731/758.

<sup>145</sup> Cf. sobre este tema uma das mais recentes investigações, Philippe Burrin, *La Dérive Fasciste. Doriot, Déat, Bergery, 1933-1945*, (Paris: 1986), com uma perspectiva diversa de Zeev Sternhell, *Ni Droite ni Gauche. L'idéologie fasciste en France*, (Paris: 1983).



direita radical, na mesma linha de algumas correntes anglo-saxónicas. Curiosamente, as posições mais favoráveis a uma indiferenciação vieram não da historiografia francesa mas de fora, desde Nolte, nos anos 60, a Robert Soucy e outros, nos anos 80<sup>146</sup>.

A maioria dos estudiosos de Vichy consideraram-no um regime autoritário demarcado do fascismo. Nesta caracterização quase todos convergem, mesmo a historiografia internacional, desde Robert O. Paxton à mais recente. Não é de estranhar pois que, mesmo por razões de coerência teórica, a comparação com Portugal tenha sido referida (mais referida aliás do que praticada) e que seja neste quadro que Portugal tenha sido abundantemente citado.

O rol de referências sobre a natureza do "Estado Novo" poderia ser elaborado a partir dos anos 50, mas para o efeito basta mencionar a mais recente obra de Pierre Milza. Este historiador não só salientou "as diferenças fundamentais com o fascismo" como dá a esta demarcação uma base económica e social correspondente ao afirmar que "a ditadura de Salazar visa em princípio manter e reforçar o poder dos grandes proprietários (agrícolas), em detrimento do capital industrial e financeiro", o que só confirma o "carácter francamente reaccionário do regime, que procura mais refrear o desenvolvimento económico que estimulá-lo, e que assume como objectivo primordial a restauração dos valores tradicionais da sociedade portuguesa."<sup>147</sup>

Convém, no entanto, sublinhar um aspecto essencial a qualquer abordagem comparativa: Vichy, apesar da autonomia com que foi estabelecido como regime político, foi um "regime de ocupação" e, quer como projecto ideológico, quer como projecto político, com uma base social determinada, não chegou ao poder autónomamente. Como projecto, ele não teria oportunidade de se afirmar na sociedade francesa, ou pelo menos nunca o conseguiu até à invasão alemã. Em Portugal, pelo contrário, ele implantou-se de forma duradoura, sem pressão externa significativa.

---

<sup>146</sup> Cf. Robert Soucy, *French Fascism. The First Wave*, (New Haven and London: 1986).

<sup>147</sup> Cf. Pierre Milza, *Les Fascismes*, (Paris: 1985), p. 332. Entre as excepções francesas conta-se Roger Bourderon.





Esta condicionante faz que qualquer esforço de comparação aponte muito mais para o campo ideológico e para o "ideal-tipo" de sistema político que dominou Vichy do que para as condições históricas que determinaram a queda do liberalismo e a edificação dos respectivos regimes nos dois países<sup>148</sup>.

À identidade sentida por muitos colaboracionistas de Vichy não foi estranha a profunda influência do principal movimento da direita radical francesa em Portugal. A *Action Française* foi a principal fonte de inspiração do seu congénere português e o integralismo lusitano foi, por sua vez, o mais determinante movimento ideológico antidemocrático nessa época. Apesar de vir das fileiras do movimento social católico, o próprio ditador português nunca escondeu a influência maurraziana e prestou-lhe mesmo a sua solidariedade no clima adverso do após-guerra, num movimento raro, para não dizer inédito, em Salazar. Por outro lado, o exemplo do "Estado Novo" foi correntemente referido pela direita radical francesa nos anos trinta. Já René Remond se referia a este exemplo para demarcar o regime de Salazar do fascismo, afirmando: "De resto basta ver em que meios em França ele suscitava as simpatias mais vivas, nos círculos da extrema direita maurraziana e integrista."<sup>149</sup>

Reproduzindo uma opinião comum, Pierre Milza afirmou sobre Vichy, que "é (...) com o regime paternalista do Dr. Salazar que o parentesco é mais estreito. Pelo menos se se considerarem os objectivos expressos pelas duas ditaduras: restauração das estruturas de enquadramento e das elites tradicionais, restabelecimento da ordem moral e do magistério espiritual da Igreja, recusa do modernismo e da civilização industrial, com o que isso implica de desconfiança em relação ao totalitarismo fascista, que é seu produto ideológico, tal como o liberalismo e o socialismo marxista. Em dois pontos, no entanto, a diferença com a experiência lusitana salta aos olhos. Por um lado, visto se aplicar a um país bastante e não recentemente industrializado, o itinerário regressivo para o qual Vichy convida os seus adeptos deriva muito mais da utopia. Por outro lado -e este aspecto é

---

<sup>148</sup> Cf. António Costa Pinto, "L'Etat Nouveau" de Salazar et le Régime de Vichy", AAVV, *Vichy et les Français*, (Paris: 1991).

<sup>149</sup> Cf. René Rémond, *Op. Cit.*, p. 202.



determinante- a elite dirigente de Vichy é muito menos homogênea que aquela que preside, desde o início dos anos trinta, aos destinos do "Estado Novo". O que logo à entrada estabelece um hiato entre o núcleo duro ultra-reacionário e os outros inspiradores do poder."<sup>150</sup>. Posição semelhante foi partilhada por historiadores norte americanos, como Robert O. Paxton<sup>151</sup>, e ainda por alguns politólogos e historiadores franceses, que escreveram sobre o regime português<sup>152</sup>.

## O "ESTADO NOVO" E AS DITADURAS AUSTRIACA E DA EUROPA DE LESTE

A Ditadura de Dolfuss foi apontada por alguma investigação internacional, como bastante comparável à de Salazar, particularmente por aquela que considerou o "clerico-fascismo" uma categoria operativa. Tal esforço comparativo não parece, no entanto, ter sido cultivado pela investigação austríaca. O mesmo se poderia dizer da historiografia sobre as ditaduras do Leste europeu.

A Austria constitui um campo privilegiado para a análise do fascismo, já que, caso único, esta conheceu duas ditaduras que se sucederam no tempo, o regime de Dolfuss e o nazismo, cuja componente nativa era também forte.

---

<sup>150</sup> Cf. Pierre Milza, *Le Fascisme Français. Passé et Présent*. (Paris: 1987), p. 230.

<sup>151</sup> Cf. o seu "A França de Vichy sob uma Perspectiva Comparativa", in AAVV, *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia*, Vol. I, (Lisboa: 1987), pp. 49/58.

<sup>152</sup> Jacques Georgel interrogou-se na sua conclusão: " Le salazarisme était un fascisme? La question reste débattue. Les pages qui précèdent justifient à mes yeux une réponse négative. (...) Si, par "fascisme" on entend tout banalement une dictature, alors oui le salazarisme était un fascisme; mais du point de vue scientifique, cette assimilation n'offre aucun intérêt. Si l'on cherche à prendre le terme "fascisme dans une acception précise, il faut aller au-delà.". Cf. Jacques Georgel, *Le Salazarisme. Histoire et Bilan, 1926-1974*, (Paris: 1981), p.3 01. Vide também o mais recente, Jacques Marcadé, *Le Portugal au XX Siècle, 1910-1985*, (Paris: 1988). Não constitui objecto deste estudo o comentário a estas obras sobre Portugal, mas convém assinalar que algumas delas contém imprecisões por vezes importantes.



O debate autoritarismo versus totalitarismo parece não ser aqui uma questão meramente académica, ou, pelo menos, não o foi seguramente para os que viveram sob os dois. Ainda que o nazismo austríaco tenha sido algumas vezes considerado um fenómeno exterior e de "ocupação", argumento mais político ou de conveniência internacional que outra coisa, é ponto assente pela moderna historiografia austríaca o carácter nativo de ambas as experiências, o que torna legítima a comparação.

O debate sobre a caracterização do regime de Dolfuss-Shuschnigg (1933-38), definido pelo seus opositores da época como "austrofascismo", não fugiu ao mesmo tipo de referências teóricas presentes na Península Ibérica. Enquanto para uns a designação faz sentido, para outros, como Gerhard Botz, a ditadura de Dolfuss "não apresentava os traços essenciais de um regime verdadeiramente fascista; nem se tratava apenas de um estado corporativo no sentido da doutrina social católica. Considerada no momento do seu apogeu, em 1934, esta não era muito mais do que uma tradicional ditadura (implantada a partir de cima), um Estado autoritário com verniz fascista e uma *patine* corporativa. No plano da tipologia dos regimes políticos a fundamentação da definição "austrofascismo" parece bastante dúbia."<sup>153</sup>.

Por motivos históricos e teóricos, o esforço de comparação foi fundamentalmente exercido na direcção italiana, dado a influência política e financeira do regime de Mussolini na Austria, que se consubstanciou no apoio aos movimentos fascistas nativos e à implantação do próprio regime ditatorial, no quadro da rivalidade com a Alemanha nazi. Por outro lado, a própria economia e sociedade austríacas, dado o seu carácter de país menos industrializado, com um forte sector agrícola, e o peso

---

<sup>153</sup> Cf. Gerhard Botz, "Fascismo e Autoritarismo in Austria. Heimwehr, nationalsocialismo e "austrofascismo", in Roberto Cazzola e Gian Enrico Rusconi (A cura di), *Il "Caso Austria". Dall'"Anschluss" all'era Waldheim*, (Torino:1988), p. 48. Vide também Gerhard Botz, *Krisenzonen einer Demokratie. Gewalt, Streit und Konfliktunterdrückung in Österreich seit 1918*, (Fankfurt:1987), pp. 211/236. Para uma introdução às diversas interpretações vide, John Rath and Carolyn W. Schum, "The Dolfuss-Schuschnigg Regime: Fascist or Authoritarian?", in Stein U. Larsen et alli (Edited By), *Who Were the Fascists. Social Roots of European Fascism* (Bergen:1980), pp.2 49/256.



cultural do catolicismo, constituíam factores de maior semelhança com a Itália<sup>154</sup>.

Vários factores poderiam aproximar, para efeitos comparativos, os regimes de Dolfuss e Salazar, mas a operação comporta alguns problemas. Alguns são de carácter histórico e referem-se a diferentes situações na esfera da construção do "Estado nacional" e da interferência externa no âmbito do derrube do liberalismo. Subsistem ainda outros, como o das modalidades diversas da formação dos dois regimes e da ruptura com a democracia. As semelhanças sobre as quais se poderia trabalhar seriam mais ao nível do recorte formal do sistema político, da sua legitimação ideológica e do peso central da igreja católica, em ambas as ditaduras.

O peso da Igreja católica foi determinante, quer no derrube da democracia quer na ideologia de ambos, particularmente no carácter corporativo. As duas ditaduras são construídas "a partir de cima", com partidos únicos de vocação e origem semelhantes e com igual desconfiança em relação aos movimentos fascistas nativos, particularmente na Austria, dado o seu maior peso social e político. Este "a partir de cima" deve ser matizado, já que, enquanto em Portugal a ruptura com a ordem liberal foi clara, na Austria foi um dos "campos", com representação partidária ainda sob um regime democrático, a "fascizá-lo" a partir do topo.

Estes e outros aspectos não foram ainda alvo de qualquer estudo comparativo mas, nas tipologias dominantes nos anos oitenta, a Austria esteve sempre perto do regime de Salazar.

As ditaduras da Europa de Leste apresentam, em termos de análise e caracterização, problemas análogos (eventualmente agravados) aos que se apresentaram nos casos português e Austríaco.

Seria ocioso arriscar um balanço historiográfico, dada a vastidão e o relativo desconhecimento das diversas produções nacionais. Parte da bibliografia citada sobre os regimes ditatoriais do período entre as duas guerras baseou-se, por vezes demasiado, na produção académica de especialistas ocidentais ou exilados.

---

<sup>154</sup> Para um esforço semelhante da parte da historiografia italiana vide Enzo Collotti, *Op. Cit.*, (Firenze: 1989), pp. 91/103.





Devem-se aliás a cientistas sociais anglo-sáxónicos e da Europa ocidental toda uma série de trabalhos pioneiros<sup>155</sup>.

Não se exagere, no entanto, na ideia de um grande bloqueio político à investigação do tema ou na das condicionantes ideológicas ao seu estudo, até à recente transição para a democracia. Desde o final dos anos 60 que emergiu toda uma investigação empírica e comparativa, com um relativo pluralismo interpretativo, ainda que com grandes desigualdades nacionais, parte da qual nem sempre foi integrada no debate internacional<sup>156</sup>. Grande parte dos autores que marcaram o debate interpretativo no Ocidente foram discutidos e incorporados, o binómio autoritarismo-fascismo foi aceite por muitos deles, o conceito de totalitarismo foi utilizado, as limitações de alguns modelos marxistas foram reafirmadas, nomeadamente no que diz respeito às relações entre a estrutura económico social e os sistemas ditatoriais implantados. Quando lida, verifica-se que parte da produção nativa sobre o fascismo dos anos 70 e 80 chega aos mesmos problemas e a interrogações conceptuais semelhantes às da investigação internacional<sup>157</sup>.

Deixando por agora de lado o debate sobre a legitimidade de agrupar num bloco todo um conjunto de situações nacionais, políticas e económicas muito diversas, é ponto assente que a maioria dos regimes ditatoriais desta zona da Europa, desde os pequenos países bálticos até aos balcânicos, possuíram grandes semelhanças. Por outro lado, parece também não constituir ponto polémico a sua inserção numa tipologia do fascismo europeu. Qualquer que seja a posição perante a utilização do conceito, elas estarão sempre mais perto dos seus congéneres do

---

<sup>155</sup> Para além de muitas monografias vide alguns trabalhos colectivos ou de síntese como o já citado de Peter Sugar ou Antony Polonsky, *The Little Dictators. The History of Eastern Europe since 1918*, (London and Boston: 1975).

<sup>156</sup> Vide, AA. VV., *Fasismus a Europa. Fascism and Europe*, 2 vol., (Prague: 1969-1970), produto de um congresso internacional. Como exemplo recente deste esforço, por parte da historiografia polaca, vide, Janusz Zarnowski (Editor), *Dictatorships in East-Central Europe. 1918-1939*, Polish Historical Library nº 4, (Wroclaw: 1983).

<sup>157</sup> Cf. Janus Zarnowski, "Authoritarian Systems in Central and South-Eastern Europe (1918-1939). Analogies and Differences" e Franciszek Ryska, "European Fascism. Divergences and Similarities. Prospects of Comparative Research" in Janus Zarnowski (Editor), *Op. Cit.*, pp. 9/26 e 223/246.



outro extremo da Europa e da Austria do que do nazismo ou do fascismo italiano. Se excluirmos o curto período de domínio, ainda assim partilhado, da Guarda de Ferro na Roménia, nenhum outro movimento chegou ao poder.

O binómio conceptual fascismo-autoritarismo pôs-se aqui com maior exigência de clareza, pela realidade indesmentível e por vezes bastante forte, da presença de movimentos fascistas nativos, que atingiram um peso político bem mais importante que os seus congéneres ibéricos, e ainda pela sua (maior ou menor) repressão pelo próprio poder autoritário nascente. Este binómio regimes-movimentos fascistas foi ainda perturbado pela crescente influência externa da Alemanha e da Itália<sup>158</sup>.

Independentemente das especificidades nacionais, alguns traços unificaram a maioria destes regimes. *Todos* eles se implantaram em países da periferia subdesenvolvida da Europa industrializada, com a maioria da população ainda na agricultura. *Todos* eles sucedem a tentativas de democratização, muito incipientes na maioria dos casos. *Todos* eles se edificam com base nas élites tradicionais e são em grande medida uma resposta antidemocratizadora dessas élites tradicionais. Como afirma Zarnowski, estes regimes "foram uma nova forma de poder dos velhos círculos e classes dirigentes, e não as de uma nova élite fascista do tipo da produzida pelas organizações de massas fascistas em Itália ou na Alemanha."<sup>159</sup> Dada a coexistência de movimentos fascistas nativos, a investigação tendeu a salientar as diferenças entre a base social dos regimes e a destes movimentos.

O instrumento a que recorreram para derrubar os regimes liberais não deixou de ser o mais clássico: o golpe de estado militar. Por outro lado, o espectro das formas de governo foi diversificado, mas tendencialmente semelhante<sup>160</sup>. Desde algumas ditaduras, como as bálticas, mais institucionalizadas, até algumas com um pluralismo limitado, como a Hungria ou a Polónia

---

<sup>158</sup> Sobre as relações entre os dois países fascistas, com maior incidência italiana, e os movimentos e regimes da Europa de Leste, *vide*, Jerzy W. Borejsza, *Il Fascismo e L'Europa Orientale. Dalla propaganda all'aggressione*, (Roma-Bari: 1981).

<sup>159</sup> Cf. Janus Zarnowski, "Authoritarian Systems...", p. 11.

<sup>160</sup> Excluimos as mudanças introduzidas com a ocupação alemã ou sob sua inspiração directa, a partir de finais dos anos trinta.



até 1935. A Lituania de Smetona, por exemplo aproximava-se muito mais dos congêneres ocidentais, nomeadamente do "Estado Novo", do que o regime de Pilsudski na Polónia, que não eliminou integralmente a oposição. Um elemento comum a todos eles foi ainda o da criação a partir de cima de partidos de apoio aos regimes, cuja natureza, base e funções, foram semelhantes ao seus contrapontos austríaco e ibéricos.

Alguns elementos específicos desta região da Europa, cuja importância foi diminuta na crise que presidiu ao ascenso dos regimes congêneres ocidentais, devem no entanto ser ponderados. Um deles é o da "questão nacional", que aqui se apresentou de forma bem diferente, e de todos os problemas correlativos, das minorias nacionais, da refundação do "Estado Nação", etc. O outro é o da influência externa, no quadro do conflito entre as potências após o Tratado de Versailles.

Debatendo a natureza destes regimes, as historiografias nativas reproduziram o mesmo tipo de interrogações já nossas conhecidas. Não vale a pena repeti-las. Concluindo uma obra colectiva sobre as ditaduras do Leste, Franciszek Ryska propôs mesmo um regresso às origens, afirmando que o pressuposto básico inicial que deveria dirigir a investigação subsequente é o de que "não há fascismo sem fascistas."<sup>161</sup>

As referências ao "Estado Novo" foram escassas e não foram ainda realizados trabalhos comparativos sistemáticos entre estes regimes e os ibéricos, ainda que eles sejam sempre citados como os mais próximos das experiências autoritárias da Europa de Leste.

\*\*\*

Grande parte das sínteses globais produzidas nos anos 80 reflectiram também esta dicotomia fascismo-autoritarismo. Dois exemplos apenas, vindos de tradições historiográficas diversas.

---

<sup>161</sup> Cf. Franciszek Ryszka, "European Fascism...", p. 245.



Stephen J. Lee, em *The European Dictatorships*, coloca o "Estado Novo" no tipo de ditaduras "fundamentalmente não fascistas, apesar de não imunes a influências fascistas ocasionais. Estes eram regimes muito mais tradicionais e faltava-lhes o apoio e a mobilização de massas."<sup>162</sup> Para a historiografia francesa basta consultar *Les Fascismes* de Pierre Milza, que apresenta uma versão mais detalhada da mesma posição<sup>163</sup>.

Alguns estudiosos do fascismo, mesmo aqueles que se situaram na defesa de um "fascismo genérico", vieram também consagrar a mesma distinção. Stuart Woolf, por exemplo, numa síntese de 1986, depois de reafirmar as semelhanças e as diferenças entre os regimes ibéricos e os alemão e italiano, igualmente aplicáveis aos casos da Europa oriental, concluiu que, "finalmente, a principal característica distintiva entre regimes autoritários e fascistas na Europa entre as duas guerras foi a relativa ausência, nos primeiros, de planos de agressão expansionista, e também a sua realística hostilidade perante o perigo representado pelos movimentos fascistas que encontraram em casa."<sup>164</sup>.

\*\*\*\*

Este breve balanço da investigação mais recente permite concluir que, muito embora perante um progressivo conhecimento empírico do "Estado Novo", foram os paradigmas dominantes nos anos 60 que continuaram a acentuar a demarcação do regime de Salazar do fascismo europeu. Por outro lado, o predomínio monográfico e a sobre-utilização de um quadro de análise quase exclusivamente nacional vieram evacuar a dimensão comparativa e remetê-la por vezes, para o campo do senso comum, em muitos

---

<sup>162</sup> Cf. Stephen J. Lee, *The European Dictatorships. 1918-1945*, (London: 1988), pp. 107/134.

<sup>163</sup> Cf. Pierre Milza, *Op. Cit.*, p. 332 e segs.

<sup>164</sup> Cf. Stuart Woolf, "Movimenti e regimi di tipo fascista in Europa", in Nicola Tranfaglia e Massimo Firpo (a cura di), *La Storia. I grandi problemi dal Medioevo all'Età Contemporanea*, Vol. 9, (Torino: 1986), p. 325.





casos, com uma escassa e intuitiva fundamentação. Cada vez mais dominada por historiadores, esta área de pesquisa, embora absorvendo e testando modelos desenvolvidos pela sociologia e pela ciência política, foi pouco sensível à formulação de novos enquadramentos teóricos sobre o tema do fascismo.

O binómio autoritarismo-totalitarismo, ao nível da organização do sistema político e dos modelos de enquadramento da sociedade, continuou a dominar as atitudes perante o regime de Salazar. Abordando a natureza política e social do "Estado Novo", quer os politólogos, quer a maioria dos historiadores em debate, tenderam a classificar o regime numa categoria demarcada do fascismo, sendo o paradigma "autoritário" dominante. No caso de alguns historiadores, a utilização de outras designações, eventualmente menos claras, não é significativa, pois elas derivaram da aceitação desta distinção que consideraram operativa. De uma forma ou de outra, algumas "ausências", como a do partido e do seu papel no derrube do liberalismo e na edificação do novo regime, da tendencia totalitária, do seu carácter mobilizador, da ideologia nacionalista laica e expansionista, foram os elementos quase sempre apontados como justificação para demarcar o regime de Salazar.

#### **4- A MODERNA INVESTIGAÇÃO SOBRE O "ESTADO NOVO"**

A transição para a democracia inaugurou em Portugal a lenta institucionalização dos estudos sobre o século XX e, particularmente, sobre o "Estado Novo". À natural euforia mais ensaística e panfletária foram-se sucedendo os primeiros estudos na perspectiva das ciências sociais. Muitas das obras debatidas atrás foram então traduzidas e publicadas, fundamentando este novo campo de investigação. Os dois colóquios sobre o tema realizados nos anos oitenta foram fazendo o ponto desta investigação e a sua consulta permite facilmente observar o



progressivo alargamento, em quantidade e qualidade, da comunidade de estudiosos<sup>165</sup>.

Ainda que progressivamente menos politizada, a investigação sobre o regime de Salazar foi naturalmente refletindo as clivagens ideológicas dominantes, nomeadamente no campo das diversas famílias da oposição. Parte destas referiam-se, por exemplo, à contestação por parte da extrema esquerda à interpretação do partido comunista sobre o papel do regime no âmbito do desenvolvimento do capitalismo em Portugal, ou às visões da oposição liberal sobre o papel igualmente "bloqueador" do mesmo. Esta dimensão, que remete directamente para problemas internos das elites culturais nacionais, aliás rapidamente esbatidos, será subestimada neste capítulo, a favor da que foi reflectindo sobre o as relações entre o "Estado Novo" e o fascismo.

## O REGRESSO ÀS ORIGENS

O tema das origens do "Estado Novo" e do fascismo embricou-se, no caso português, por vezes de uma forma pouco clara, com o da crise mais geral do liberalismo clientelar de finais de século. Seguindo pistas clássicas da investigação internacional recente, nomeadamente no que diz respeito à história da "rendição" da cultura liberal, e da extrema popularidade das alternativas autoritárias junto das elites intelectuais, tendeu-se a confundir dois temas: O das origens políticas e ideológicas do regime autoritário e do seu chefe, com o dos agentes políticos e ideológicos do derrube do liberalismo em 1926.

Acontece que estes dois momentos da transição ao autoritarismo foram, no caso português, bem distintos e alguns dos agentes mais importantes da queda do liberalismo desempenharam, mais tarde, um papel secundário na modelagem do "Estado Novo". A inexistência de um partido fascista que de

---

<sup>165</sup> Cf. AA. VV. *O Fascismo em Portugal*, (Lisboa: 1982); AA.VV. *O Estado Novo - Das origens ao fim da autarcia, 1926-1959*, 2 Vol., (Lisboa: 1987) e AA. VV., *Salazar e o Salazarismo*, (Lisboa:1989).



alguma forma dominasse ou dirigisse este processo de transição contribuiu para esta maior indefinição.

Foi justamente para as razões desta "ausência" que se virou algum esforço inicial, nomeadamente o de Manuel Villaverde Cabral. Previligiando mais o tema das origens ideológicas e políticas do autoritarismo português do que o regime propriamente dito, na sua investigação, este autor sempre inseriu a alternativa autoritária no percurso do "capitalismo dependente" e da crise do Estado liberal desde a viragem do século<sup>166</sup>.

Segundo Cabral, a primeira pergunta a fazer (a que ele responde afirmativamente) é se "o autoritarismo português derivou exclusivamente da peculiaridade da sociedade portuguesa ou foi parte de uma tendência internacional mais geral?" Para este autor, ainda que Portugal não tenha conhecido "um claro movimento fascista de massas, ele experimentou, durante grande parte do primeiro quarto do século XX, um prolongado período de conflituosidade política e social massiva", durante o qual o sistema político liberal foi submetido a severas pressões(...). Para Cabral, "estas pressões organizadas, crescentemente anti-liberais, anti-democráticas e anti-socialistas, apesar de não unificadas num único movimento de massas, foram, por assim dizer, equivalentes funcionais de um movimento fascista já que realizaram todos os objectivos normalmente apontados aos partidos fascistas."<sup>167</sup>. As razões para a ausência de partido fascista, no fundo "da reacção pequeno burguesa perante a falência do Estado parlamentar(...)", deveram-se sobretudo à "contaminação *ab initio*, da reacção ditatorial de direita pelo elemento monárquico, por um lado, e sobretudo pelo elemento católico, por outro lado, junta ou separadamente."<sup>168</sup>.

---

<sup>166</sup> Cf. Manuel Villaverde Cabral, *Portugal na Alvorada do Século XX, Forças sociais, poder político e desenvolvimento económico*, (Lisboa: 1979); "a Grande Guerra e o Sidonismo. Esboço interpretativo", *Análise Social*, Vol. XV(58), 1979, pp. 327/392; "Basílio Teles (1856-1923)-Portrait d'un republicain nationaliste et autoritaire", mimeo., Lisbon, April 1982; "the Seara Nova Group (1921-26) and the ambiguities of portuguese liberal elites", *Portuguese Studies*, Vol. 4, 1988, pp. 182/195; "the Aesthetics of Nationalism: Modernism and Authoritarianism in Early Twentieth-Century Portugal", *Luso Brazilian Review*, Vol. XXVI, 1, 1989, pp. 15/43.

<sup>167</sup> Cf. Manuel Villaverde Cabral, "Portuguese Fascism...", p. 3.

<sup>168</sup> Cf. Manuel Villaverde Cabral, "Sobre o Fascismo...", p. 914.



Foi para para o processo de crise do regime republicano que se virou boa parte da investigação nos anos 80, com uma acentuada diversidade metodológica, da temática Sternhelliana da contestação intelectual à ordem liberal, aos modelos da sociologia da modernização, particularmente o de Organski, sobre o fascismo como "compromisso" das classes dominantes na transição para a sociedade industrial.

Se a primeira se disseminou por um sem número de trabalhos, cujo balanço não cabe aqui fazer, a segunda, embora latente em trabalhos de natureza mais amadora, foi bem defendida numa perspectiva já académica por José Machado Pais<sup>169</sup>. Também Katheen C. Schwartzman se ocupou dos condicionalismo estruturais da instabilidade do regime liberal, salientado a posição semi-periférica de Portugal, a extrema desarticulação económica e a correlativa incapacidade de unificação dos diversos sectores das classes possidentes, como elementos determinantes do colapso da Republica<sup>170</sup>.

Manuel Braga da Cruz acrescentou todo um leque de "razões históricas" para a ausência de partido fascista que contrastaram com as de Cabral. Para ele "não houve em Portugal movimento fascista apenas porque não houve condições históricas para isso: nem crise pós bélica, nem vitórias mutiladas ou reivindicações de guerra insastifeitas, nem exército vexado, nem ex-combatentes deslocados dispostos a militarizar as suas reivindicações políticas, nem deslocamentos sociais de extratos, nem uma sociedade desclassizada ou massificada com forte crise de extratos intermédios, nem revoluções socialistas falhadas ou em ameaça."<sup>171</sup>

Muito embora minoritários e "perdedores" no âmbito da solução autoritária que vingou nos anos trinta, a direita radical e o fascismo nativo desempenharam um papel importante no

---

<sup>169</sup> Cf. José Machado Pais, *As "Forças Vivas" e a Queda do Regime Liberal Republicano*, Madrid, Unpublished Dissertation, 1983, e "A crise do regime liberal republicano: algumas hipóteses explicativas", AA VV, *O Estado Novodas origens...*, pp. 129/144.

<sup>170</sup> Cf. Katheen C. Schwartzman, *The Social Origins of the Democratic Collapse. The First Portuguese Republic in the Global Economy*, (Lawrence, Kansas: 1989).

<sup>171</sup> Cf. Manuel braga da Cruz, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, (Lisboa: 1988), p. 257.





Portugal do após-guerra e em todo a conflituosidade política que presidiu ao derrube do liberalismo e à Ditadura Militar que lhe sucedeu<sup>172</sup>.

Esta investigação teve o mérito de salientar que o golpe de Estado dos militares em 1926, não foi, como se repetiu e escreveu muitas vezes *apenas* um golpe militar, sem outro substrato ideológico para além da vaga noção de "ordem", e contribuiu ainda para distinguir o movimento conducente à queda da República parlamentar de um mero exercício pretoriano que remetesse apenas para as relações entre o exército e o poder político liberal. Toda uma componente civil, altamente ideologizada e olhando para Primo de Rivera e para Mussolini, se movia nos bastidores. Pequenas e médias seitas políticas -algumas reivindicando-se expressamente do fascismo e procurando uma clientela popular, outras mais elitistas em recrutamento e propósitos- confluíram para o 28 de Maio de 1926 e influenciaram a Ditadura Militar então implantada. Uma vez estabelecida a ordem autoritária estes provocaram golpes, andaram à sombra de "barões" militares e criaram mesmo, no início dos anos trinta, o mais importante movimento fascista que Portugal conheceu, o Nacional Sindicalismo.

Com a investigação de Manuel Braga da Cruz sobre o movimento social católico e o partido do Centro Católico, do qual Salazar foi dirigente durante a República parlamentar, entramos no tema das origens ideológicas e políticas do "Estado Novo". Para ele foi esta a "matriz original do salazarismo, política e ideologicamente", o que desde logo o demarca do fascismo, de matriz "laica"<sup>173</sup>. Esta posição, entendida como o sublinhar da origem não fascista do ditador e por oposição à matriz do fascismo italiano e alemão, não parece contestável. Ainda que este não fosse, por si e apenas, um grande elemento distintivo, já que, vários movimento fascistas, da vizinha Espanha à Roménia,

---

<sup>172</sup> Cf. António Costa Pinto, "O Fascismo e a Crise da Iª Republica: os Nacionalistas Lusitanos (1923-25)", *Penélope*, nº 3, Junho 1989, pp. 43/62 e "The Radical Right and the Military Dictatorship: The National May League (1928-1933)", *Luso-Brazilian Review*, Vol. 23, nº 1, Summer 1986, pp. 1/15.

<sup>173</sup> Cf. Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, (Lisboa: 1980), p. 19.



possuíram uma dimensão cristã e mesmo católica, não desprezível.

Na opinião deste autor as origens do regime de Salazar corresponderam mais ao programa do catolicismo social que ao da direita radical representada pelo Integralismo Lusitano, talvez o grupo de pressão ideológico mais importante no âmbito da crise do regime liberal. O predomínio do primeiro, aliás, manifestou-se não só ao nível meramente ideológico, mas nas próprias instituições do regime, do corporativismo ao partido único, e ao próprio pessoal político.

Quanto ao Integralismo, uma versão portuguesa da *Action Française*, muito embora importante no processo de derrube da Republica liberal, ele desempenhou um papel secundário no "Estado Novo", sendo mesmo fonte importante da contestação fascista à sua edificação<sup>174</sup>.

## FASCISMO OU AUTORITARISMO?

Embora latente na mais recente investigação, o debate interpretativo sobre a caracterização do regime português só lateralmente foi sendo abordado. A investigação portuguesa, aliás, não sofreu ainda fracturas semelhantes às provocadas por De Felice em Itália ou pelo mais recente debate alemão.

Muito embora com diversos cultores em ambas as partes, 2 autores reflectiram no fundamental estas duas posições face à natureza fascista ou autoritária do regime de Salazar, pouco sendo acrescentado por terceiros, no geral menos preocupados com problemas de caracterização.

Manuel Villaverde Cabral, rejeitando grande parte da produção da ciência política, que considerou ter falhado nas suas tentativas de enquadrar o caso português, não achou operativa a distinção autoritarismo/fascismo. Na opinião deste historiador, "segundo se colocar a tónica no fascismo como movimento ou no fascismo como regime, a interpretação do caso português varia

---

<sup>174</sup> Sobre o Integralismo vide Manuel Braga da Cruz, *Monárquicos e Republicanos sob o Estado Novo*, (Lisboa: 1987).



substancialmente.". Previlegiando a forma de Estado e as estruturas, e não os aspectos "coreográficos", o regime português foi uma das "variedade mais acabadas (...) do Fascismo"<sup>175</sup>. Como Lucena, este autor salientou que a forma de Estado do salazarismo,"(...) depois de um breve período de ditadura militar, assemelhava-se mais com o regime italiano do que qualquer outro estado autoritário do período entre as duas guerras."<sup>176</sup>.

Cabral retomou as posições que acentuaram as diferenças entre o fascismo italiano e o Nacional-socialismo, pois o primeiro "aproxima-se mais de outros autoritarismos da Europa do Sul que do totalitarismo alemão e dos outros falhados movimentos totalitários (...) que (...) chamarei nazis."

"Quer em Italia quer em Portugal foi dramatica e duravelmente eradicado qualquer forma de mecanismos liberais de representação (...), substituindo-a por uma inteiramente nova combinação de nacionalismo, corporativismo social e económico, partido único, mais repressão sistemática (...) a todos os níveis da vida social."<sup>177</sup>.

Contestou também as posições da investigação internacional, nomeadamente de Stanley Payne, que associaram o "alegado autoritarismo conservador" português ao da Europa de Leste, nomeadamente ao de Horthy e Pilsudsky, pois estes últimos nunca eliminaram o pluralismo e não desenvolveram um sistema corporativo comparavel ao de Portugal e de Itália<sup>178</sup>.

Os argumentos de Villaverde Cabral aproximaram-se pois das de Lucena, ainda que o primeiro, como vimos, lhe dê um conteúdo mais "histórico" ao sublinhar as semelhanças entre a crise do liberalismo português e as que presidiram à vaga fascista, e ainda os traços fascizantes da reacção pró-ditatorial no pós-guerra.

---

<sup>175</sup> Vide sobretudo Manuel Villaverde Cabral, "Sobre o Fascismo e o seu advento em Portugal: ensaio de interpretação a pretexto de alguns livros recentes", *Análise Social*, Vol. XII(48), 1976, pp. 873/915; "O Fascismo Português numa Perspectiva Comparada" in AA.VV., *O Fascismo em Portugal*, (Lisboa: 1982), pp. 19/30; "Portuguese Fascism in Comparative Perspective", (paper presented at the XIIIth IPSA World Congress, Rio de Janeiro, August 1982).

<sup>176</sup> Cf. Manuel Villaverde Cabral, "Portuguese Fascism...", p. 3.

<sup>177</sup> Cf. *Idem*, p. 3.

<sup>178</sup> Cf. *Idem*, p. 24.



Posições próximas das citadas, foram sendo retomadas em diversos estudos empíricos debatidos à frente, muito embora raramente tenham abordado a caracterização do salazarismo enquanto tal<sup>179</sup>.

Situando-se na perspectiva criticada atrás, Manuel Braga da Cruz baseou-se justamente nos clássicos da ciência política para construir uma tipologia das relações partido-Estado nos regimes ditatoriais do período entre as duas guerras para, através dela, indagar se o "Estado Novo" "foi ou não concretamente um fascismo"<sup>180</sup>.

De acordo com aqueles que demarcaram o fascismo dos regimes autoritários e que acentuaram o carácter modernizador e radical do primeiro, para ele o regime português foi uma ditadura de governo e não, como o primeiro, de partido. "Se o fascismo foi autoritarismo -sublinhou- nem todos os autoritarismos foram fascistas. (...) o fascismo foi apenas um entre outros nacionalismos autoritários aparecidos no primeiro quartel do século, no imediato após-guerra (...)"<sup>181</sup>.

Inspirando-se na bibliografia discutida nos primeiros capítulos, Braga da Cruz propôs uma tipologia das relações partido-Estado que, de modo simplista, se pode resumir da seguinte forma: se o partido domina o Estado no Nacional Socialismo e nele se integra, no fascismo italiano, em Portugal este depende estritamente dele. O Salazarismo foi pois, ao contrário do fascismo, não uma ditadura de partido, mas sim de governo<sup>182</sup>.

O "autoritarismo conservador" do regime português demarcou-se do fascismo também na esfera ideológica, "pois não teve a inspira-lo (...) qualquer visão laica do mundo e da vida (...)", e o seu nacionalismo, "ao contrário do nacionalismo fascista, foi um nacionalismo tradicionalista, conservador e integracionista."<sup>183</sup>.

179 Cf. entre os raros, Fernando Rosas, "cinco pontos em torno do estudo comparado do fascismo", *Vértice*, 13, Abril de 1989, pp. 21/29.

180 Cf. Manuel braga da Cruz, *O Partido ...*, p. 11. Vide também o seu "El modelo político salazarista", Hipólito de la Torre (coord.), *Portugal y España en el cambio político (1958-1978)*, (Mérida: 1989), pp. 37/45.

181 Cf. *Idem*, p. 30.

182 Cf. o nosso comentário sobre esta obra in, *Annales ESC*, mai-juin 1988, nº3, pp. 691/693.

183 Cf. *Idem*, p. 256.





Diverso ainda nos métodos políticos, pois, "ao contrário do fascismo, nunca se pretendeu fundado no papel das massas mobilizadas e organizadas em partido único, nem na totalização do poder de Estado (...). Foi antes "um autoritarismo de dominação acentuadamente tradicional, e de um exercício marcadamente paternalista do poder político."184.

Posição semelhante foi defendida por politólogos não portugueses que, muito embora mais interessados na tema da transição para a democracia nos anos 70, ensaiaram análises sobre o regime de Salazar. Tratando-se no geral de sínteses introdutórias, no geral apenas como introdução à abordagem do regime democrático implantado em 1974, estas baseam-se na literatura discutida atrás. Para Thomas C. Bruneau, "o termo mais adequado para definir o que era e como operava o regime de Salazar é o de "regime conservador e autoritário de liderança pessoalizada."185. Na linha de Lawrence Graham, quer Bruneau quer Walter Opello, salientaram a natureza burocrática do regime cujas "ligações com a sociedade civil eram essencialmente de carácter administrativo e não político"186.

Foi também já em estudos sobre a queda do salazarismo que Manuel de Lucena foi afinando a sua definição dos anos 70, partindo da distinção entre fascismo e nazismo e insistindo na similitude entre o regime italiano e português187.

Um último problema, no que diz respeito à caracterização do regime, diz respeito à periodização. O Salazarismo e o Franquismo foram os únicos regimes autoritários da "época do fascismo" que sobreviveram a 1945 e resistiram até aos anos 70, facto que, como se viu atrás, levou alguns autores espanhóis a considerarem a hipótese de várias caracterizações, consoante as fases dos mesmos.

---

184 Cf. *Idem*, p. 256/57.

185 Cf. Thomas C. Bruneau, *Politics and Nationhood. Post-revolutionary Portugal*, (New York: 1984), p. 18.

186 Cf. Walter C. Opello Jr., *Portugal's Political Development. A comparative approach*, (Boulder: 1985), p. 61.

187 *Vide*, entre outros, o seu "Post-fascisme? neo-corporatisme? ou quoi (réflexions sur la chute du régime salazariste et sur ce qui s'en est ensuivi)", paper presented to the conference "Modern Europe after Fascism", Bergen, June 27-29 1985.



No caso português tal não foi considerado. Manuel Villaverde Cabral ainda apontou para a caracterização do regime como "fascista" "pelo menos" no período que decorre desde a sua institucionalização, no início dos anos trinta, até à segunda guerra mundial<sup>188</sup>. Mas todos os outros ensaiaram caracterizações únicas para o regime da Salazar, não considerando o seu faseamento importante para efeitos de definição.

## AS CONDICIONANTES INTERNACIONAIS

As condicionantes internacionais não foram um elemento importante no derrube do liberalismo republicano e na implantação do salazarismo. Se algo há a salientar neste campo é exatamente o oposto, ou seja, a relativa autonomia dos factores de política interna. Ao contrário das experiências autoritárias do mesmo período nos países da Europa de Leste, o caso português foi um típico exemplo da edificação de um regime autoritário num pequeno e periférico país europeu, sem intervenção determinante das (ou da) potências dominantes e com um carácter genuinamente nativo.

O eixo central da política externa portuguesa e das preocupações das elites políticas nacionais desde finais do século XIX era o da defesa do vasto património colonial legado pela história e pelos interesses de Inglaterra, a potência que dominou e garantiu a independência de Portugal desde o século XVII. Não existiu pois, neste campo, qualquer alteração qualitativa entre o regime liberal republicano e o "Estado Novo" de Salazar.

Alguma investigação já realizada sobre as atitudes inglesas face à ditadura permitem concluir que o Foreign Office seguiu sem intromissões o evoluir dos acontecimentos, apoiando a tomada do poder de Salazar<sup>189</sup>. Estávamos já longe dos anos em que a embaixada inglesa ditava as ordens, como durante o século XIX, e era preciso autorização para desencadear qualquer processo de

---

<sup>188</sup> Cf. Manuel Villaverde Cabral, " Portuguese Fascism...", p. 2.

<sup>189</sup> Cf. Fernando Rosas, *O Salazarismo e a Aliança Luso-Britânica*, (Lisboa: 1988).



ruptura, como foi o caso da revolução republicana de 1910. No processo de transição e edificação do autoritarismo: "if anything, the pathern of British attitudes towards the political events in Portugal during that period is one of expectancy."<sup>190</sup>. Tanto mais quando da parte portuguesa não existiam sinais de mudança no campo da política externa.

O único acontecimento internacional que foi determinante e produziu impacte significativo na política interna lusa foi a crise da Republica e a guerra civil subsequente na vizinha Espanha, que foi sentida como uma ameaça real à consolidação do regime<sup>191</sup>. Costuma ser associado a este acontecimento internacional o endurecimento repressivo e a criação de organizações paramilitares até aí nunca previstas e mesmo encaradas como hostís por Salazar. Este movimento foi caracterizado por alguns historiadores como motor do que chamaram a "fascização" do regime. De facto, organizações como a Legião Portuguesa (1936) foram criadas na sequência da guerra civil espanhola e a própria organização de juventude -a Mocidade Portuguesa (1936)- já projectada várias vezes, foi criada com grande rapidez<sup>192</sup>. foi também durante este período que se iniciou alguma coreografia discursiva e de rua de tipo fascista, que se secundarizou rapidamente, uma vez assegurada a vitória franquista a partir de 1938.

A situação em Espanha dominou a politica externa portuguesa até à viragem da 2ª guerra mundial. Num primeiro momento, Salazar apoiou a insurreição franquista e abriu discretamente o seu território a este sector, mantendo formalmente a neutralidade, à qual se seguiu um apoio mais claro, sem nunca pôr em causa a aliança luso-britânica. Após a vitória franquista e durante a primeira fase da 2ª guerra mundial, a

---

<sup>190</sup> Cf. Manuel Villaverde Cabral, "Dependency and autonomy in Portuguese politics: authoritarianism and democracy in international perspective", *mimeo.*, p. 18.

<sup>191</sup> Cf. César Oliveira, *Portugal e a Segunda República de Espanha, 1931-1936*, (Lisboa: 1987) e *O Salazarismo e a Guerra Civil de Espanha* (Lisboa: 1988), e ainda Hipólito de la Torre Gómez, *La Relación Peninsular en la Antecámara de la Guerra Civil de España (1931-36)*, (Mérida: 1989).

<sup>192</sup> Cf. António Costa Pinto e Nuno Ribeiro, *A Acção Escolar Vanguarda (1933-1936). A juventude nacionalista nos primórdios do Estado Novo*, (Lisboa:1980).



principal preocupação do regime português foi a de evitar a participação espanhola ao lado do Eixo, dada a sua adesão ao Pacto Anti-Komintern, mantendo a neutralidade na península ibérica.

Uma outra dimensão interessante, mas pouco estudada, é o da desconfiança do "Estado Novo", quer ideológica quer ao nível das relações internacionais, face ao fascismo alemão e, o que seria menos natural, face ao italiano. Mesmo antes da aproximação Roma-Berlim, quando a Itália fascista desenvolveu algum esforço "internacionalista" em nome da "latinidade", demarcado e mesmo em concorrência com o nazismo, a resposta do regime foi escassa e desconfiada, como prova uma das escassas investigações sobre o tema<sup>193</sup>. As ofertas de participação nos C.A.U.R. foram rejeitadas discretamente, em nome da especificidade portuguesa e, no campo das relação entre Estados, as reivindicações coloniais de Mussolini provocaram algumas desconfianças ao regime, que tremia à menor tentativa de alterar a balança política no continente africano.

Outro tema sobre o qual a historiografia portuguesa contribuiu para dissipar as dúvidas da memória foi o das atitudes do regime perante/durante a 2ª Guerra Mundial. A neutralidade do Salazarismo foi genuína e não "forçada" ou contrafeita, aproveitando todas as "cedências" a Inglaterra para afirmar a sua progressiva autonomia, sem nunca comprometer a garantia do seu património colonial<sup>194</sup>. Neste aspecto demarcou-se do Franquismo, muito mais perto do Eixo, pelo menos até à viragem da guerra e com algumas hesitações em alguns sectores das suas instituições<sup>195</sup>.

## OS MILITARES

---

193 Cf. Simon Kuin, "Fascist Italy and Salazar's Portugal, 1926-1936", *Yearbook of European Studies*, 3-Italy/Europe, (Amsterdam: 1990), pp. 101/118.

194 Cf. António Telo, *Portugal na Segunda Guerra*, (Lisboa: 1987); AA.VV., *Portugal na Segunda Guerra Mundial. Contributos para uma reavaliação*, (Lisboa: 1989); Fernando Rosas, *Portugal entre a Guerra e a Paz*, (Lisboa: 1990).

195 Cf. Paul Preston, "Franco and Hitler: The Myth of Hendaye 1940", *Contemporary European History*, 1, (1992), pp. 1-16.





Os militares foram os principais agentes dos diversos processo de ruptura política no século XX português e foram eles que estiveram na base do princípio e do fim do "Estado Novo"<sup>196</sup>. Enquanto instituição, foi a única que Salazar temeu e de onde partiram as iniciativas mais ameaçadoras para o derrubar. O único momento do regime onde o ditador esteve por um triz, já no início dos anos 60 quando se desencadeou a guerra colonial, deveu-se às altas patentes militares. Também foi um militar dissidente do regime, o general Humberto Delgado, o polo aglutinador do sério abalo "eleitoral" de 1958, provocado pelos movimentos de oposição.

Boa parte da investigação virou-se para o estudo da instituição militar e para as suas relações com a República<sup>197</sup>. Conhecemos hoje bastante mais sobre incapacidade dos republicanos em reformar as Forças Armadas, o impacte da participação na Iª Guerra Mundial, o processo de politização do exército no pós-guerra e a influência da direita radical no seu seio<sup>198</sup>. Por outro lado o fundamental da trama factual da conspiração conducente ao golpe de Estado de 1926 foi reconstituída com bastante precisão<sup>199</sup>. Ainda que um certo finalismo determinista dominasse algumas das relações de causalidade estabelecidas.

Menos estudado foi o afastamento dos militares da ribalta política, com a consolidação da ordem autoritária, e o tipo de relações que o "Estado Novo" manteve com os militares, conseguindo com sucesso "civilizar" a Ditadura implantada em 1926. Os fascistas e a direita radical dispunham de uma influência apreciável nos chamados "tenentes do 28 de Maio"; parte da hierarquia militar que assumiu cargos políticos, inclusive diversos

---

<sup>196</sup> Cf. João B. Serra e Luís Salgado de Matos, "Intervenções Militares na Vida Política", *Análise Social*, (72-73-74), Iº vol., 1982, pp. 1165/1195. Para uma visão global, Maria Carrilho, *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Séc. XX. Para uma explicação sociológica do papel dos militares*, (Lisboa: 1985).

<sup>197</sup> Cf. Douglas L. Wheeler, *Republican Portugal. A Political History, 1910-1926*, (Madison: 1978);

<sup>198</sup> Cf. sobretudo António José Telo, *Decadência e Queda da I República Portuguesa*, Iº vol, (Lisboa: 1980); Douglas L. Wheeler, *A Ditadura Militar Portuguesa, 1926-1933*, (Lisboa: 1988).

<sup>199</sup> Cf. António José Telo, *Op. Cit.*, 2º vol., (Lisboa: 1984).



primeiros ministros, eram republicanos conservadores e não viram com bons olhos a estratégia de Salazar, como Vicente de Freitas ou Ivens Ferraz<sup>200</sup>; o General Carmona, Presidente da República desde 1928, era sensível a qualquer secundarização das Forças Armadas e detinha mais poder nos anos trinta do que a imagem caquética do após-guerra poderia fazer crer.

Apesar disso, e das tensões que até 1938 atravessaram as relações entre o regime e a instituição militar, não parece haver dúvidas que o "Estado Novo" remeteu os militares para fora da ribalta política, estabeleceu um novo modelo de relações entre o poder político e as Forças Armadas e assegurou um domínio relativamente pacífico, pelo menos até ao fim da 2ª guerra mundial<sup>201</sup>. As compensações corporativas à instituição militar foram significativas, mas parte delas, pelo menos as que se referiam à imunidade dos militares face aos tribunais e polícias civis já vinham da Iª República, além de algumas reformas a atingirem com alguma dureza<sup>202</sup>. A mera coincidência entre a ideologia expontânea da "ordem", que a maioria dos militares perfilhava, e a natureza do regime não explica tudo e parte deste estatuto privilegiado desapareceu em 1945, sucedendo-se um apertado controlo policial sobre a instituição militar na sequências do reinício de tentativas golpistas associadas à "oposição democrática".

\*

\* \* \*

---

<sup>200</sup> Cf. César Oliveira (Prefácio e notas), *A ascensão de Salazar. Memórias de seis meses de Governo -1929- de general Ivens Ferraz*, (Lisboa: 1988).

<sup>201</sup> Cf. Douglas L. Wheeler "The Military and the Portuguese Dictatorship, 1926-1974: "The Honor of the Army", In Lawrence S. Graham and Harry M. Makler (Edited by), *Op. Cit.*, pp. 191/219;

<sup>202</sup> Cf. Tom Gallagher, "Fernando dos Santos Costa: guardião militar do Estado Novo 1944-1958", in AA. VV., *O Estado Novo...*, *Op. Cit.*, Iº vol., pp.199/219.



Longe de ter esgotado o tema da investigação portuguesa mais recente, foram discutidas apenas as linhas interpretativas da mais importante, na perspectiva das relações entre o regime de Salazar e o fascismo europeu.

Nos últimos anos uma pequena multidão de estudos parcelares veio contribuir para um melhor conhecimento empírico do Salazarismo. Apesar da ausência ainda significativa de trabalhos sobre a maioria das instituições do regime, nomeadamente aquelas que mais se inspiraram no fascismo, algumas variáveis do debate que temos vindo a discutir não são perturbadas pelo seu desejável aparecimento.



## **I PARTE**

### **O NACIONAL SINDICALISMO**

#### **-Origem e Desenvolvimento**





## Capítulo I

# N/S E INTEGRALISMO - AS ORIGENS DO FASCISMO PORTUGUES

Em Fevereiro de 1932 um grupo de estudantes fascistas criou em Lisboa um jornal académico, *A Revolução*. Quase todo o grupo fundador pertencia ao sector estudantil do Integralismo Lusitano (IL), movimento monárquico de direita radical fundado nos anos 10, sob inspiração da *Action Française*. Meses mais tarde, o grupo decidiu convidar para seu director Francisco Rolão Preto, o membro da Junta Central do IL que se encontrava mais próximo do ideal fascista que todos professavam. Lançado no verão desse ano, o Movimento Nacional Sindicalista (N/S) rápidamente se organizou à escala nacional sob a chefia carismática de Rolão Preto.

O Nacional Sindicalismo, expressão do fascismo enquanto movimento em Portugal, foi um fenómeno político tardio. Fundado em 1932, em plena transição para um regime autoritário, ele representou o último combate de uma "família política" que desempenhou um papel importante no processo de crise e de derrube do liberalismo português, mas que foi secundarizada na edificação de uma alternativa ditatorial estável no início dos anos trinta. Tão estável, saliente-se desde já, que a resolução desta crise acabaria por produzir a ditadura de direita mais longa da Europa no século XX.

Enquanto partido político, o N/S foi o ponto de unificação tardio de uma corrente fascista constituída a partir da ampla mas dividida família da direita radical portuguesa do pós-guerra. Nele desembocaram as franjas mais radicais de anteriores partidos e grupos de pressão ideológicos criados durante os últimos tempos da República parlamentar (1910-26) e da Ditadura Militar de 1926. Num curto espaço de tempo edificaram uma organização,



constituíram um núcleo não desprezível no exército, manobraram diversas tentativas golpistas contra Salazar, até serem ilegalizados e verem os seus dirigentes expulsos do país.

O fascismo português foi profundamente influenciado, política e ideologicamente, pelo Integralismo Lusitano. Ainda que na crise do pós-guerra emergissem movimentos menos marcados pela sua influência, no N/S, a começar pelo seu chefe e acabar na maioria dos militantes e dirigentes, a sua influência foi determinante. A sua capacidade de sintetizar uma nova ideologia reacionária que, apesar da óbvia influência estrangeira, foi bem legitimada no tecido cultural português, cumpriu aqui um papel decisivo.

A pujança ideológica do IL e a sua capacidade de penetração nas elites, condicionaram pois o próprio desenvolvimento e a penetração do fascismo em Portugal. Como foi referido por Herminio Martins, "At the time when Italian Fascist and Nazi models assumed "world-historical" importance, those most predisposed to learn and emulate them had all been grounded in the teachings and intellectual style of IL.". De facto quase todas as tentativas de constituição de partidos fascistas, (a última e mais bem sucedida das quais foi o N/S), tiveram o IL como base que, deste modo, "pre-empted the ground from other influences and paradigms of the extreme right."<sup>1</sup>.

## 1.1.- O INTEGRALISMO LUSITANO

Nas vésperas da Iª Guerra mundial, um grupo de jovens monarquicos fundou uma revista e um clube político chamado Integralismo Lusitano (IL). Colegas na universidade de Coimbra quando se deu a revolução republicana de 5 de Outubro de 1910, foi o derrube da monarquia constitucional que os fez passar de simples tertúlia literária à acção política. Alguns deles participaram nas primeiras revoltas monárquicas contra a recém

---

<sup>1</sup> Cf. Hermínio Martins, "Portugal", S. J. Woolf (edited by), *Op. Cit.*, p. 305.



implantada República, a partir do território espanhol, e contactaram directamente, durante um breve exílio em França e na Bélgica, com a *Action Française*, sem dúvida a sua mais importante referência ideológica externa.

Regressados a Portugal, na sequência de uma amnistia, fundaram o movimento, que até 1916 se resumia a uma revista doutrinária, e iniciaram a sua campanha fundamentalmente no campo da luta ideológica. O principal teórico do IL, António Sardinha, nunca se exilou e só após a revolução se converteu ao catolicismo e à monarquia. Outros, como Rolão Preto, o mais jovem do grupo, perteceram ao núcleo exilado e foram mais marcados pela influência cultural do principal movimento da direita radical francesa<sup>2</sup>.

Em 1916, quando o regime republicano forçou a participação de Portugal na guerra ao lado dos aliados, o IL organizou-se em movimento político, lançou um jornal diário e iniciou a vulgarização do seu programa político. O seu projecto poderia-se resumir ao da restauração de uma monarquia corporativa, anti-liberal, descentralizada e tradicionalista.

O Integralismo deixou uma marca intelectual profunda na cultura política portuguesa do século XX. Sendo, sem dúvida, marcado pelo exemplo da *Action Française*, o IL conseguiu sintetizar de forma criadora e durável os fundamentos de um novo nacionalismo reaccionário especificamente português.

O IL fundou uma corrente intelectual baseada em numerosos estudos históricos sobre a identidade nacional portuguesa, reinventando a "tradição" de uma sociedade orgânica e corporativa de que o Portugal medieval teria sido paradigma e que o liberalismo do século XIX, produto de "importação", veio destruir. Para tal apoiaram-se nos esquecidos teóricos do pensamento contra-revolucionário português do século XIX, ligados à corrente legitimista de D. Miguel.

---

<sup>2</sup> Sobre o IL vide, Manuel Braga da Cruz, "O Integralismo ...", *Cit.*, e António Costa Pinto, "A Formação do Integralismo..", *Cit.*. Muito embora escrito por um jornalista republicano com intuítos de refutação ideológica existem dados factuais interessantes sobre o integralismo ainda na obra de Carlos Ferrão, particularmente nos 2 primeiros volumes, *O Integralismo. Autópsia de um mito*, (Lisboa: 1964/1965). Das muitas sínteses pró integralistas vide também Leão Ramos Ascensão, *O Integralismo Lusitano*, (Lisboa: 1943).



Os primeiros integralistas eram bastante dogmáticos na questão da restauração do regime monárquico, o que dificultou bastante as suas relações com outras forças anti-liberais, nomeadamente com os católicos tradicionalistas e com republicanos conservadores. Até 1918, muito embora colaborando pontualmente com outros sectores anti-democráticos, o IL participou fundamentalmente nos golpes monárquicos, elemento claramente desagregador das coligações reacionárias.

### 1.1.1.- A IDEOLOGIA INTEGRALISTA

Até 1910, a Universidade de Coimbra era o único polo de formação universitária do País e foi o centro de todos os movimentos políticos e ideológicos que dominariam a vida política portuguesa na primeira metade do século XX. Republicanos, monárquicos e católicos sociais fundaram em Coimbra os seus primeiros centros e formaram grande parte dos seus quadros dirigentes.

Os fundadores do Integralismo começaram a individualizar-se em Coimbra, ainda estudantes universitários, não na luta política activa, mas na vida literária e cultural. Alguns eram mesmo republicanos, como o seu fundador e principal teórico, António Sardinha<sup>3</sup>. Os primeiros escritos desta tertulia coimbrã inseriam-se no nacionalismo literário da viragem do século. Jacinto do Prado Coelho, caracterizou-o pelo "abandono dos modelos franceses e o retorno às tradições nacionais, ao rusticismo sadio, à ingénua imaginação popular, à vernaculidade linguística"<sup>4</sup>.

Os integralistas eram conhecidos na comunidade estudantil de Coimbra de Coimbra pelo seu comportamento elitista e por um acentuado aristocratismo intelectual. A sua base social, sendo superior à media da comunidade estudantil, não era por si só grande elemento de distinção. Embora alguns proviessem da pequena aristocracia ou do latifúndio alentejano, nem todos

---

<sup>3</sup> Como aliás outros futuros simpatizantes do IL com Martinho Nobre de Melo. A maioria era no entanto monárquica, como Alberto Monsaraz, Luís Almeida Braga, etc.

<sup>4</sup> Cf. Jacinto do Prado Coelho, "Neogarrettismo", *Dicionário de Literatura*, (Porto: 1976), Vol. II, p. 711.





possuíam fortuna familiar<sup>5</sup>. Aliás, mais do que aristocratas por genealogia, no que não se distinguiam de muitos outros, eram-no, acima de tudo, por *elitismo de afirmação intelectual*.

A revolução de 1910 veio surpreendê-los nos últimos anos escolares, "já fortalecidos nas reflexões de Renan e Taine, por entre o fogo vivo dos livros da *Action Française*"<sup>6</sup>. Datam destes anos as leituras de Le Bon, Barrès, Maurras e, através deles, do fundamental das produções nacionalistas do fim de século. Como António Sardinha lembrou mais tarde, "Charles Maurras disse um dia (...) les lettres nous ont conduit à la politique (...) mais notre nationalisme commence par être esthétique. Ao pensar um pouco nas nossas origens literárias (...) eu reconheço que também a nós as letras nos conduziram à política (...) "<sup>7</sup>.

A proclamação da República constituiu o elemento determinante da formação do integralismo enquanto ideologia. A República era "a democracia da população" e significou a emergência reforçada dos grupos sociais urbanos no campo político. Para os integralistas, já embuidos do nacionalismo tradicionalista, o regime saído da revolução de 1910 era a reprodução alargada dos "princípios de 1789", contra os quais reagia a sua formação intelectual. Faltava-lhes ainda, como salientou um dos seus fundadores, "a sólida armadura de um sistema. Foi isso que se discutiu em 1913 e se consubstanciou em 1914 com o IL"<sup>8</sup>.

A Revolução republicana determinou a separação física do grupo, já que uns escolheram o caminho das revoltas monárquicas, participando nos batalhões de voluntários que tentaram restaurar a monarquia em 1911 e 1912, a partir da Galiza. Na sequência da derrota das incursões no norte do país, alguns exilaram-se na França e na Bélgica. Mantendo-se sempre em contacto, os seus epistolários denotam a influência da *Action Française* que, se todos conheciam ao nível da produção ideológica, se tornou, nas novas circunstâncias políticas, um

---

<sup>5</sup> Exceptuando José Pequito Rebelo e Alberto Monsaraz que foram, de entre os fundadores, grandes contribuintes financeiros da organização.

<sup>6</sup> Cf. Hipólito Raposo, *Folhas do meu Cadastro*, (Lisboa: 1945), p. XXVII.

<sup>7</sup> Cf. António Sardinha, *Ao Ritmo da Ampulheta*, (Lisboa: 1925), p. 147.

<sup>8</sup> Cf. Hipólito Raposo, *Op. Cit.*, p. XXVII.





exemplo a seguir. Regressados a Portugal, na sequência de uma amnistia ditada pelo início da guerra na Europa, estes vão então organizar o IL.

António Sardinha, convertido ao catolicismo e à monarquia, relembra em carta a Luis Almeida Braga, a ligação entre a sua produção literária e os seus projectos ideológicos. Planeando a sua obra *O Valor da Raça*, este afirmava o seu desejo de denunciar e desbaratar "(...) as pesquisas inimigas da nossa história", pois a "crise histórica que o nosso país atravessa reveste de exigências imperiosas o que noutras condições bem poderia apenas para a mocidade culta uma pacífica atitude psicológica. Hoje a Acção reclama-nos (...) "<sup>9</sup>. Já em plena redação do programa do IL, Sardinha explicava ao seu corregilionario o sentido da acção ideológica e política que deveria nortear o IL:

"A principiar pelo Rei, é necessário ensinar aos monárquicos o que é a monarquia. Nós temos um precedente nesse sentido. É a desacreditada literatura miguelista. Reabilite-se, e com a vulgarização do doutrinário da *Action Française*, completamente desconhecida entre nós, organize-se uma teoria contra-revolucionária, que ensine a esta gente que a democracia é uma forma social inferior, implica a negação de todo o conceito selectivo, que só a realeza pode solucionar (...) "<sup>10</sup>.

Organizados a partir de 1914, os integralistas iniciaram a sua campanha na esfera cultural e foi neste terreno que se situaram, nos três primeiros anos da sua existência. A sua primeira preocupação foi a de legitimação histórica, inserindo a sua proposta no passado nacional, tornando-a credível e polarizando à sua volta as elites intelectuais a que se dirigiam.

As principais obras de referência do IL datam desta primeira fase. Os artigos de *A Nação Portuguesa* percorrem a história nacional, processam novas filiações e "descobrem" o pensamento contra-revolucionário dos legitimistas do século XIX.

---

<sup>9</sup> Cf. Luis de Almeida Braga, *Sob Pendão Real*, (Lisboa: 1942), pp. 423-424.

<sup>10</sup> Cf. Id., *Ibid.*, pp. 432-433.



O nacionalismo de António Sardinha foi talvez o mais místico. Em *O Valor da Raça*, publicado em 1915, Sardinha chegou a teorizar um nacionalismo rácico, mais tarde abandonado, detectando no imaginário *Homo Atlanticus* a base da raça portuguesa<sup>11</sup>.

O Nacionalismo tradicionalista dos integralistas repousava numa interpretação da história que viu no Portugal medieval a fase de maior perfeição da sociedade. Foi este medievalismo rural, autonomista e artesanal, que os desvarios do renascimento e das descobertas puseram em causa, arrastando Portugal para a decadência, que a "cerrada higiene étnica" da inquisição nem sempre pode controlar. Até ao século XIX a história portuguesa seria a da luta entre localismo sadio e estrangeirismo. O próprio absolutismo luterano e germânico já transportava consigo a revolução liberal, restando o facho da tradição nas mãos dos partidários de D. Miguel, o rei legitimista que perdeu a guerra civil com os liberais.

Esta visão apocalíptica da história pretendeu legitimar-se na produção das elites académicas e intelectuais portuguesas de finais do século<sup>12</sup>. No campo da geneologia, e em sintonia com o panorama intelectual europeu, ele corporizou contribuições que provinham não apenas do pensamento contra-revolucionário mas também das variantes elitistas da ideologia liberal. Utilizando a sistematização proposta por Nolte, poderemos afirmar que esta genealogia remontava ao *conservadorismo cristão* (Maistre, Bonald), ao *liberalismo crítico* (Comte, Le Play, Renan, Taine) e ao próprio *conservadorismo radical* francês (La Tour du Pin, Barrès, etc.)<sup>13</sup>.

Foi via *Action Française* ou mais propriamente via síntese maurrasiana, que os futuros integralistas apreenderam esta produção intelectual, à semelhança de outros grupos de idêntica natureza, particularmente nos países latinos. "Todos eles -salienta Eugen Weber- nasceram sob a inspiração de estudantes e admiradores das classes superiores, que se inflamaram pela

---

<sup>11</sup> Cf. António Sardinha, *O Valor da Raça*, (Lisboa: 1915).

<sup>12</sup> Cf. sobretudo António Sardinha, *No Principio era o verbo*, (Lisboa: 1924).

<sup>13</sup> Cf. Ernst Nolte, *Three Faces of Fascism*, (New York: 1964).



*Action Française* num momento em que, insatisfeitos com a situação que os envolvia, procuravam um guia intelectual."<sup>14</sup>.

Como dizia Sardinha, estigmatizando a fraqueza dos conservadores, o seu objectivo era dotá-los com "um corpo doutrinário", sem o qual estes se achariam "impossibilitados de vencer": (...) há uma mística republicana. Mas não há uma mística reacionária."<sup>15</sup>. Foi esta nova "mística reacionária" que o IL construiu nas vésperas da Grande Guerra.

Reduzido a uma versão simples, o IL construiu uma alternativa ao liberalismo republicano coerente, dotada da sua dogmática própria e codificada em programa político. Num extenso artigo publicado na *Nação Portuguesa*, Pequito Rebelo traçou um quadro -República democratica versus Monarquia Integral - que sintetizava o projecto integralista.

À pretensa soberania popular ("multidão com a sua baixa psicologia e as suas inferiores reacções de sentimento"<sup>16</sup>) opunham a Nação organizada e hierarquizada segundo a tradição. Ao sufrágio universal opunham a representação corporativa dos núcleos tradicionais: a família, os municípios, as profissões. O parlamento seria substituído por uma Assembleia Nacional representativa destas "forças vivas", com um carácter consultivo e técnico. À centralização do Estado Liberal, destruidor da vida local e causador da urbanização desenfreada, opunham a descentralização anti-cosmopolita e ruralizante, que permitisse ao "país eminentemente agrícola o cumprimento da sua missão histórica"<sup>17</sup>. A representação corporativa era também solução para a economia liberal e para a "agitação desastrosa da sua luta de classes"<sup>18</sup>.

Apesar de serem críticos ferozes do constitucionalismo monárquico do século XIX, os primeiros integralistas mantiveram-se fieis à ideia da restauração da monarquia. Mas foram outros princípios, que o pós guerra iria provar serem dissociáveis,

---

<sup>14</sup> Cf. Eugen Weber, *L'Action Française*, (Paris: 1964), p. 556.

<sup>15</sup> Cf. António Sardinha, *Ao Princípio era o Verbo*, (Lisboa: 1945), p. 193.

<sup>16</sup> Cf. José Pequito Rebelo, *Pela Dedução à Monarquia*, (Lisboa: 1945), p. 62.

<sup>17</sup> Cf. Id., *ibid.*, p. 61.

<sup>18</sup> Cf. Id., *ibid.*, p. 74





aqueles que mais rapidamente tiveram eco em sectores significativos das elites culturais e políticas.

O corporativismo constituiu o elemento central da sua alternativa ao liberalismo. Um corporativismo integral que seria a base da restauração da monarquia. O esforço de legitimação histórica e de fundamentação teórica do corporativismo excedeu largamente outros elementos do anti-liberalismo do IL e ficou bem expresso nas centenas de estudos eruditos e cartilhas de divulgação publicadas pelos seus diversos dirigentes<sup>19</sup>.

Se os primeiros textos dos integralistas denotavam um anti-capitalismo de matriz ruralizante e tradicionalista, como que simbolizando a ameaça de uma modernização dominada pelos "plutocratas" e pelas indústrias sugadoras de mão de obra barata, a sua progressiva aproximação ao poder, sobretudo com a experiência da Ditadura Sidonista de 1918, levaram-nos também a responder à "questão social" com o "sindicalismo orgânico".

Outro aspecto fundamental da sua doutrinação junto das elites conservadoras referiu-se à reabilitação da ideia de ditadura e da legitimidade do rompimento com a ordem estabelecida. A "monarquia orgânica" dos integralistas não escondia a sua apologia da hierarquia e da ordem e, ainda que a legitimidade tradicional do rei escondesse a figura do ditador, a sua organização da representação política pressupunha a abolição de todos os mecanismos democráticos.

A apologia da violência também não deixava de contrastar com a passividade que caracterizava os conservadores desde a implantação da República. "falta-lhes a escola da violencia - escrevia Sardinha- e com a violencia falta-lhes tudo: a finalidade (...) Nós integralistas, não somos conservadores -dada a passividade que a palavra traduz. Somos antes renovadores."<sup>20</sup>.

Para além desta apologia da violência política, de que aliás não seriam grandes cultivadores na prática, os integralistas desenvolveram polémicas ideológicas que ficaram conhecidas na época, nomeadamente com intelectuais republicanos. Apesar de terem chegado a participar conjuntamente numa revista com

<sup>19</sup> Cf. por exemplo Aberto de Monsaraz, *Cartilha Monárquica*, (Lisboa: 1916).

<sup>20</sup> Cf. António Sardinha, *Op. Cit.*, p. 193.





intelectuais do grupo da *Seara Nova*, liberais críticos que desempenharam uma função semelhante no campo da esquerda republicana, estes desenvolveram polémicas "históricas" e políticas com seareiros como António Sergio ou Raul Proença.

Muito embora sofrendo alterações fascizantes no pós-guerra, a ideologia dos fundadores do IL permaneceu embuida de um anti-liberalismo tradicionalista, de um nacionalismo de matriz "histórica" e de um ruralismo de reacção à industrialização. O socialismo e o comunismo eram para eles uma variável do liberalismo e da democracia e não lhes mereceu nunca grande atenção ideológica. A Maçonaria e o republicanismo jacobino e anti-clerical foram os seus grandes inimigos.

Codificado em programa político, as posições integralistas representaram uma típica manifestação de uma ideologia de reacção à modernização, num país da periferia da Europa industrializada. Justamente por isso a sua capacidade de penetração nos polos ameaçados por esta estava destinada ao sucesso, sobretudo quando a intervenção na guerra vier destabilizar o frágil regime republicano. A sua intervenção política foi no entanto elitista, constituindo uma pequena rede nas universidades e reorganizando velhos núcleos da notabilidade monárquica de província. Independentemente das oscilações da sua penetração difusa em outros sectores, estes serão sempre os seus bastiões mais seguros até aos anos trinta.

### 1.1.2.- A ACÇÃO POLITICA DO IL

O IL, nunca se transformou numa liga política com uma solidez organizativa equiparável à *Action Française*. Para além de factores subjectivos e ideológicos, a própria configuração do sistema político republicano dificilmente o poderia permitir. Apesar de, para efeitos de propaganda, o IL falar de "democracia" a propósito da República, a verdade é que o sistema eleitoral de sufrágio restrito (apenas os alfabetizados votavam) e a hegemonia caciqueira do Partido Democrático, conduziram os próprios partidos conservadores republicanos a uma clara incipiência



organizativa. Qualquer veleidade de mobilização eleitoral do mundo rural estava-lhes vedada. Aliás os próprios partidos republicanos conservadores não ultrapassavam no nível do agrupamento de "notáveis" com uma frágil malha partidária.

A vida política do IL conheceu três grandes fases: a primeira, que vai da sua fundação até à ditadura sidonista de 1917-18, caracterizada por uma actividade quase exclusivamente ideológica; a segunda até 1922, data da suspensão das suas actividades, marcada pela tentativa de criar um movimento político organizado; a terceira, mais difusa, definida pela proliferação descentralizada dos seus núcleos, até à dissolução da sua Junta Central em 1932.

Foi o golpe de Sidónio Pais em 1917 que ditou a organização do IL em movimento político. Sidónio Pais, muito embora republicano, convidou vários simpatizantes integralistas para pastas ministeriais e adoptou alguns dos seus objectivos programáticos no seu esboço de representação corporativa. Por outro lado, ao tentar organizar a partir de cima um partido de apoio ao seu regime, para o qual convidou os católicos e os monárquicos, "forçou" os integralistas à organização autónoma. Estes nomearam mesmo, nas listas monárquicas, alguns deputados e senadores em 1918, nomeadamente António Sardinha e Pequito Rebelo.

Em Fevereiro de 1917 tinha surgido o diário *A Monarquia*, que inaugurou a fase de propaganda do IL, mas a sua estrutura partidária, ensaiada várias vezes, ficaria sempre embrionária. Este aparelho, no entanto, sobreviveu bastante mais tempo do que seria de esperar, dada a sua fluidez, o número de interrupções de actividade e mesmo de cisões que haveria de sofrer no anos 20.

Nomeada a Junta Central, formada pelos fundadores e praticamente inalterada até à sua auto-dissolução em 1932, a malha partidária seguia a divisão administrativa do país, com Juntas Provinciais e Juntas Municipais. Na realidade estas Juntas constituíram-se fundamentalmente nos distritos e Concelhos rurais no centro e norte de Portugal. Para além do Alentejo, também representado, a esmagadora maioria estava concentrada no interior centro e norte, onde esta malha se estendia ao nível



concelhio. Nos grandes centros urbanos apenas existiam as Juntas Escolares, organizações de estudantes universitários.

De uma forma geral, para estes núcleos distritais e concelhios, foram escolhidos elementos da notabilidade local, maioritariamente proprietários rurais, muitos dos quais da pequena aristocracia. Recuperaram-se ainda alguns membros do partido legitimista, na sua maioria "senhores da terra", senão em poder económico pelo menos em poder social. Foram eles os sustentáculos financeiros do movimento e os contribuintes liquidados da imprensa local e nacional. À medida que alguns licenciados integralistas se foram instalando profissionalmente nas sedes de concelho, estes assumiram alguma preponderância militante, sempre sob a "proteção" dos primeiros.

As instruções de organização do IL, publicadas 1921, definiram-no como um movimento "*Nacionalista*, por princípio, *Sindicalista* (corporativista) por meio, *monárquico* por conclusão.". Não é -reafirmavam- um novo partido que se prepara para assumir o poder; pelo contrário, é uma corrente de opinião que procura libertar a Nação das clientela partidárias (...) "<sup>21</sup>. A sua organização seguiu o modelo das ligas do período antes da guerra, com uma direcção inamovível e um conjunto de organismos provincias e locais sob o estricto controle da direcção e sem mecanismo electivos. Foi então adoptada como bandeira da organização a Cruz de Cristo, mais tarde utilizada pelo Nacional Sindicalismo<sup>22</sup>.

Sob a influência dos sectores mais radicais e fascizantes, foram criados no pós guerra alguns núcleos de empregados e mesmo de operários, mas a sua presença foi fugaz e não alterou a configuração atrás descrita. Os seus dirigentes, a começar por António Sardinha, desaparecido precocemente em 1924, nunca esconderam a sua desconfiança das massas e do populismo. No fundamental, estes formaram-se culturalmente contra a sua emergência e não cederam nos anos vinte, em termos organizativos, às pressões fascizantes de alguns sectores mais jovens.

---

<sup>21</sup> Cf. Integralismo Lusitano, *Instruções de Organização aprovadas pela Junta Central*, (Lisboa: 1921), p. 5.

<sup>22</sup> Cf. *Idem*, p. 3.





Foi também no pós guerra que o IL chegou a propor à *Action Française* a realização de um congresso internacional de organizações congéneres para debater a criação de um liga internacional latina contra a "tirania democrática" e a maçonaria<sup>23</sup>. Proposta que seria mal recebida por Maurras, sempre desconfiado de qualquer internacionalismo<sup>24</sup>.

Vários factores contribuíram para fluidez organizativa do IL. O primeiro prendia-se desde logo com a sua ideologia, pois o IL definia-se como um grupo elitista e encarava a intervenção golpista pró restauração da monarquia como tarefa primordial. Muito embora valorizando positivamente, por exemplo, a ditadura de Sidónio, estes participaram nas insurreições monárquicas de 1918 e 1919, logo após a sua morte. Vários dirigentes foram mesmo feridos e conheceram o exílio nestas batalhas.

Um segundo factor prendia-se com o seu extremo dogmatismo nas querelas monárquicas. Este sectarismo reflectia-se também nas suas relações com outros sectores conservadores, nomeadamente com os católicos sociais. A criação do Partido do Centro Católico e a sua participação nas eleições parlamentares, reconhecendo assim o regime republicano, motivaram polémicas azedas e o quase corte de relações.

Acabaria por ser uma fractura no interior dos monárquicos que levaria à suspensão da insipiente organização do IL. Na sequência das hesitações do rei D. Manuel, exilado em Londres, face às sublevações de 1918, os integralistas romperam a sua fidelidade ao rei e foram negociar um pacto com o pretendente legitimista ao trono<sup>25</sup>. Tal posição provocou desde logo uma cisão no Integralismo, criando os que permaneceram fieis ao rei a

---

<sup>23</sup> O tema das afinidades ideológicas e organizativas do IL é abordado mais à frente, já a propósito do Nacional Sindicalismo. No entanto convém salientar que ele inspirou não só alguns grupos brasileiros que iriam desembocar na *Acção Integralista Brasileira*, como ainda foi uma das referências da *Accion Española* (1931), com quem mantiveram estreitas relações. Cf. Héglio Trindade, *O Integralismo. O fascismo brasileiro na década de 30*, 2ª edição, (São Paulo: 1979), p. 251 e o capítulo "Accion española y el integralismo lusitano", Raul Morodo, *Accion Española. Orígenes ideológicos del franquismo*, (Madrid: 1980), pp.176/192.

<sup>24</sup> Cf. Hipólito Raposo, *Dois Nacionalismos*, (Lisboa: 1929), p. 143 e Eugen Weber, *Op. Cit.*, p. 541.

<sup>25</sup> Cf. sobre toda esta polémica, António Sardinha, *Processo dum Rei*, (Porto: 1937).



Acção Tradicionalista Portuguesa, em 1921. Um ano mais tarde, em Paris, o pretendente legitimista assinou um pacto reconhecendo como rei D. Manuel, nas costas dos integralistas. Foi então suspensa a actividade política do IL, por decisão da própria Junta Central, e dada liberdade de actuação aos seus filiados.

Nessa "liberdade" de actuação a partir de 1922 esteve, porventura, um dos factores de penetração dos integralistas nas diversas áreas das forças conservadoras. Muito embora refratários a organizações de tipo milicial estes abandonaram pelo menos o restauracionismo monárquico sistemático e começaram a participar em organizações unitárias de direita radical, associações patronais e conspirações militares. Como assinalou Manuel Braga da Cruz, "a sua força ideológica e respectiva influência nos meios conservadores cresceram assim na razão inversa do enfraquecimento da sua organização política (...)"<sup>26</sup>.

As Juntas Escolares permaneceram em actividade e denotaram, a partir de Outubro de 1922, uma crescente referência ao fascismo italiano e, em 1923, à Ditadura de Primo de Rivera. Muito embora fieis publicamente ao ideário monárquico, a perspectiva da sua restauração foi-se diluindo. A própria imprensa oficial ia revelando esta tendência. Em 1923, num número destinado a manter o título do jornal, o órgão do IL afirmava em abertura: "Mussolini em Itália e Primo de Rivera em Espanha são o triunfo estrondoso daquelas verdades e daqueles métodos que desde 1914 o Integralismo Lusitano aconselha a todos os bons portugueses.(...) Possuimos também nós uma doutrina de salvação (...) E se não houver rei, que haja um Ditador, porque será chefe o que primeiro devolver Portugal ao rumo suspenso dos seus destinos eternos!"<sup>27</sup>.

Os próprios dirigentes da Junta Central, começaram a participar em organizações "unitárias" de direita radical como a Cruzada Nun'Alvares Pereira, ao lado de católicos e sidonistas. Colaboraram também na politização das associações patronais, particularmentes no sector agrícola e começaram a escrever muitos dos manifestos de tentativas falhadas de golpes militares conservadores.

---

<sup>26</sup> Cf. Manuel Braga da Cruz, "O Integralismo....." , *Cit*, p. 147.

<sup>27</sup> Cf. *A Monarquia*, 26/10/1923, p. 1.



As associações patronais iniciaram um processo de progressiva intervenção na vida política no pós-guerra. Perante as ameaças de reforma agrária proposta por alguns sectores da esquerda republicana, o seu peso organizativo cresceu significativamente. Pequito Rebelo, fundador e membro da Junta Central, desempenhou um papel activo na organização de interesses da grande agricultura alentejana, criando a Liga Católica dos agricultores Alentejanos e, mais tarde, na viragem anti-republicana da Associação Central da Agricultura Portuguesa<sup>28</sup>.

A mais concreta das contribuições dos integralistas para a queda da República, no entanto, foi desenvolvida no seio dos militares. Não tanto pela intervenção directa de algum *seu* sector no interior das forças armadas, mas justamente pela diluição do restauracionismo monárquico, por um lado, e da constante influência ideológica, por outro. Evidentemente que os integralistas estiveram longe de serem os únicos influentes no processo de intervenção militar que culminou no golpe de 1926, mas a sua presença continuada no interior das Forças Armadas permitiu-lhes, após o afastamento da corrente republicana imediatamente após o golpe, a maior proximidade do poder em toda a sua vida política.

Praticamente desde a sua fundação que o IL se encontrou no meio das conspirações militares de direita. Logo em 1916, dada a sua posição germanófila, participaram numa tentativa de levantamento anti-participação na guerra ao lado dos aliados. Mas seria durante a Ditadura de Sidónio que estes estreitaram os laços com os jovens da academia militar, que constituíram a insipiente guarda pretoriana do ditador. Dispondo de uma simpatia crescente junto dos jovens oficiais monárquicos, estes eram no entanto encarados com desconfiança pela maioria, pouco preocupada pelos pruridos de restauração da monarquia.

No pós-guerra, no entanto, a situação alterou-se radicalmente. A queda de Sidónio e a restauração do regime liberal arrastou para a órbita da direita radical uma boa parte dos jovens militares sidonistas que não tinham participado na "caça" ao

---

<sup>28</sup> Cf. Kathleen C. Schwartzman, *Op. Cit.*, e António José Telo, *Op. Cit.*



monárquico. Mais, esta revolta monárquica seria como que o dobre de finados das tentativas restauracionistas e os integralistas colocavam-se agora atrás de todos os candidatos militares de direita a chefiar o derrube da República. Muitas das solidariedades que estes obterão dos "tenentes" do 28 de Maio criaram-se nestas tentativas golpistas do pós guerra. Os próprios oficiais monárquicos simpatizantes do IL participavam agora sem condições nas conspirações.

Veremos assim integralistas a escreverem as proclamações e a participarem como elementos civis de ligação em diversas tentativas de golpe, nomeadamente no imediato antecessor do 28 de Maio, desencadeado a 18 de Abril de 1925. Dotados de uma formação política superior à fraca média dos militares, eles foram dando algum conteúdo ideológico mais preciso à "ordem nas ruas". Por outro lado, dada a vasta coligação que participou no golpe, estes foram consolidando os contactos com os "tenentes" mais radicais e com o instável General Gomes da Costa, que haveria de o chefiar.

Sob ponto de vista estritamente organizativo, o IL nunca recuperou da auto-dissolução de 1922. Alguns anos mais tarde a morte do seu líder incontestado, António Sardinha, dificultou ainda mais a tentativa de reconstituição da organização nas vésperas do golpe. Os restantes elementos da Junta Central retomaram a actividade partidária e reorganizaram as Juntas locais na província, mas, no meio de várias deserções, restava em 1926 a Junta Central e uma rede informal de simpatizantes, um núcleo estudantil considerável e os contribuintes de província.

Muito embora com um papel importante na primeira fase da Ditadura Militar, a nova situação política determinou novas clivagens na já diluída esfera de influência integralista. A opção do fascismo colocou-se a grande parte do sector juvenil e dos simpatizantes militares.

O núcleo duro da Junta Central irá manter-se fiel à monarquia, apoiando todos os projectos de instauração de uma nova ordem corporativa e radicalmente anti-liberal. Viram com desconfiança o ascenso de Salazar e as formalmente híbridas instituições políticas por ele criadas. Boa parte da rede diluiu-se em diversas organizações fascizantes entretanto criadas e





terminaria no Nacional Sindicalismo. Alguns elementos da chamada 2ª geração integralista aderiram de imediato à ordem salazarista, como Marcello Caetano, sucessor de Salazar nos anos 60. Mas em 1932, Rolão Preto, ao mesmo tempo que aceitava a dissolução da Junta Central da qual era o elemento mais jovem, fundou o Nacional Sindicalismo.

## 1.2.- ROLÃO PRETO: O VALOIS PORTUGUES

Nas vésperas da 2ª guerra mundial, Rolão Preto, regressado a Portugal após um breve exílio em Espanha, reeditou os escritos polémicos sobre o fascismo italiano, publicados em 1922. A reedição não deixava de ser oportuna, pois tratava-se de uma série de artigos de um debate com um padre do Centro Católico, sobre o significado do fascismo<sup>29</sup>. Derrotado no plano interno, com o seu partido reduzido a escombros, ainda que com uma vegetativa actividade clandestina, Preto depositava agora as suas esperanças no eixo Roma-Berlim. Na introdução a *O Fascismo* (1939) este estigmatizava o Regime de Salazar, então definitivamente consolidado após o sobressalto provocado pela Guerra Civil de Espanha, apontando o exemplo vitorioso do fascismo italiano e alemão<sup>30</sup>.

Dada a censura interna, aplicada com igual severidade aos opositores de direita do salazarismo, Preto socorreu-se do exemplo da recém desaparecida Ditadura de Dolfuss-Schuschnigg. Apontava assim o *Anschluss* como consequência inevitável de um "pseudo-fascismo católico" que se limitou a copiar do fascismo a "parte coerciva, esmagadora, paralizante" e criou burocráticos "sucedâneos" de ideias, organizações e instituições deste, construindo um regime chefiado alguém que, "por temperamento, educação e espírito exclusivamente católico", conduziu a Austria à tragédia<sup>31</sup>. Optimista sobre a onda fascista, Rolão Preto avisava os que queriam utilizar alguns aspectos do fascismo, "quando eles

<sup>29</sup> Artigos publicados em *A Época*, entre Agosto e Outubro de 1922.

<sup>30</sup> Cf. Rolão Preto, *O Fascismo*, (Guimarães: 1939).

<sup>31</sup> Cf. Rolão Preto, *Op. Cit.*, pp. X/XI.



mesmos não o sejam", para o seguinte dilema: "ou o sistema não ganha alma e tudo acaba por cair, arrastando na derrocada o país, a que se tiraram todas as possibilidades de reação vital; ou então -paradoxo milagroso - o sistema consegue manter-se, (...) gerando clima e exaltação mística a despeito dos seus pálidos dirigentes e, nesse caso, a onda de fundo que cedo ou tarde se ha-de erguer, galgando as costas, passará por cima destes num grande e forte arranque, numa enxurrada inexorável e fatal."<sup>32</sup>. Um dilema que, em 1939, só se colocaria ao Salazarismo se este fosse arrastado para a guerra, o que estratégia deliberada e, fundamentalmente, a paragem nazi nos Pirineus, evitaram. Tinha sido a esperança nesta "onda de fundo" que levou Rolão Preto a chefiar o N/S no início da década. Derrotado por "um triste apagador de almas", este parecia depositar as suas esperanças na guerra que se adivinhava.

Pelo menos até à viragem da guerra, Preto situou-se ainda no campo do fascismo anti-salazarista. Só a partir de 1945, se afastaria do fascismo, mantendo-se sempre a oposição ao salazarismo, até à queda do "Estado Novo" em 1974. Mas a polémica de 1922 merecia de facto ser relida na época, até porque se ele tinha ganho em Itália e na Alemanha, como se ufanava em 1939, quem tinha ganho em Portugal foi o seu desconhecido adversária católico de 1922.

### 1.2.1.- A FORMAÇÃO INTEGRALISTA

Rolão Preto foi o mais jovem dos fundadores do Integralismo Lusitano. Estudante monárquico emigrado, ele foi o primeiro secretário da *Alma Portuguesa*, revista publicada na Bélgica, em 1913, por jovens monárquicos exilados, alguns dos quais tinham participado nas incursões anti-republicanas de 1911 e 1912<sup>33</sup>. Com 17 anos apenas (nasceu em 1896, na Beira Baixa), Preto foi o secretário de redação deste primeiro órgão do integralismo, uma das muitas publicações fundadas por

---

<sup>32</sup> Cf. *Idem, ibidem*.

<sup>33</sup> Apenas se publicaram 2 números em Maio e Setembro de 1913.



estudantes emigrados na França e na Bélgica, sob influência directa da *Action Française* <sup>34</sup>.

O Próprio Preto visitaria regularmente a sede parisiense do principal movimento da direita radical francesa. "Eu estava em Lovaina -disse mais tarde- e ia muitas vezes a Paris antes da Iª Guerra. Visitava a *Action Française*, na rue de Rome, onde conheci Charles Maurras, Bainville, Pujo, Léon Daudet... Passava noites com eles." <sup>35</sup>. Maurras no entanto, sendo, como para muitos outros integralistas portugueses, o ponto de partida da sua formação política e intelectual, seria ultrapassado nos anos 20 por outras influências mais doradouras.

Dois nomes de gerações e universos políticos diversos, cujos percursos de cruzaram nos anos 10 reconheceu sempre terem sido seus inspiradores: Sorel e Valois. Sobreretudo o primeiro, foi para ele o grande mestre. Como reafirmou muitos anos mais tarde, "foi ele que fez talvez tudo" <sup>36</sup>.

Não negando a profunda influência de Maurras na formação inicial do IL, esta tinha-se dissipado no pós guerra e, nos anos vinte, era o Valois dissidente pró-fascista que continuava como referência. "Os Integralistas, sim, -disse na sua última entrevista- eram discípulos de Maurras. Os Nacionais Sindicalistas não: estávamos desligados da *Action Française*. (...) Valois, sim, esse interessava-nos, mas Valois desligara-se de Maurras, era um dissidente da *Action Française*." <sup>37</sup>. O intenerário intelectual e político de Rolão Preto do Integralismo ao Fascismo não fez deste um dissidente do IL, por razões que à frente veremos, no entanto o seu percurso foi de algum modo comparável ao do fundador do *Le Faisceau*.

Por razões de estudo (acabaria por adquirir um bacharelato em direito na Universidade de Toulouse nos anos da guerra), Rolão Preto não regressou com os seus colegas a Portugal quando, em 1914, uma amnistia eliminou o mandado de captura por

---

<sup>34</sup> Sobre a influência da AF nos países latinos, vide Eugen Weber, *Op. Cit.*, (Paris: 1964), particularmente o capítulo "Les amis étrangers", pp. 525/547.

<sup>35</sup> Cf. Entrevista a João Medina, 27 de Junho de 1975, *Op. Cit.*, pp. 185/186

<sup>36</sup> Cf. *Idem*, *ibidem*. A bibliografia sobre Sorel é vastíssima. Para uma introdução vide, J. R. Jennings, *Georges Sorel. The character and development of his thought*, (London: 1985).

<sup>37</sup> Cf. *Idem*, *ibidem*.



participação nas revoltas monárquicas de 1911 e 1912. Apesar de membro fundador do IL, não fez por isso parte da primeira Junta Central, criada em 1916, por se encontrar ainda em Toulouse, apenas integrando o órgão máximo três anos mais tarde.

Regressado a Portugal nas vésperas do golpe de Estado de Sidónio Pais e quando o IL debatia a sua passagem de grupo de pressão ideológico a movimento político, Preto rapidamente se afirmou como responsável pela área "social" do movimento. Ao contrário dos outros fundadores do IL, a começar pelo próprio António Sardinha, Preto demarcou-se destes desde logo pelo primado da acção política sobre a mera intervenção ideológica e cultural, que até aí tinha caracterizado a breve vida do movimento.

Interessados em legitimar historicamente o seu "nacionalismo integral", a maioria dos fundadores do IL, como vimos atrás, dedicaram à fundamentação nacional da sua monarquia tradicionalista, descentralizadora, corporativa e anti-liberal, uma boa parte do seu labor intelectual. António Sardinha foi talvez o mais criativo neste processo de redescoberta dos clássicos do pensamento contra-revolucionário português do século XIX e de "reinvenção" histórica do passado nacional. A "questão social" e a ameaça do "socialismo" constituiu para ele, como para a maioria da primeira geração integralista um derivado desse regime decadente e fonte de todo os males que constituía para o IL o "liberalismo".

Muito embora compartilhando com os fundadores do IL esta formação intelectual, o exílio mais prolongado e a aventura da guerra, levaram o seu elemento mais jovem a um contacto mais próximo com o pré-fascismo intelectual francês e, caso raro, senão único nos fundadores do IL, com o italiano. A influência do neo-nacionalismo italiano, de Corradini e da *Idea Nazionale*, e das gestas de D'Annunzio, marcaram também decisivamente este dirigente integralista<sup>38</sup>.

---

<sup>38</sup> Como veremos à frente um dos primeiros fascistas portugueses, Homem Cristo Filho, tinha publicado uma revista com o mesmo nome em Portugal em 1915, com colaboração de integralistas. Cf. Cecília Barreira, *Nacionalismo e Modernismo. De Homem Cristo Filho a Almada Negreiros*, (Lisboa: 1981).





Guerra, "Nação", Socialismo e "Sindicalismo Orgânico", serão os temas de base do publicismo de Preto na imprensa integralista, após o seu regresso a Portugal. Artigos e livros essencialmente de crónica política e de agitação, cheios de frases feitas e formulas simples, com poucas preocupações de erudição e investigação, mais patentes nos escritores e "historiadores" integralistas. Com a fundação do diário integralista *A Monarquia*, em 1917 (pelo qual chegou a ser responsável em 1920), Preto assinou regularmente crónicas sobre a situação internacional e "a questão social" tornando-se no início dos anos 20 o responsável pela "acção sindical" do integralismo.

Apesar de comungar da dogmática integralista sobre a "questão do regime", colocando a restauração da monarquia como elemento central do derrube do liberalismo, Preto utilizava, nos artigos regulares no diário intergralista, um vocabulário político e um modelo de argumentação menos historicista, ultramontano, ruralista e tipicamente contra-revolucionário, comum nos fundadores do IL. A própria temática "social" e "operária" que progressivamente dominou a sua actividade política no seio do movimento, levou-o, nos seus artigos de 1918 e 19, ao estudo do socialismo e do marxismo, da 2ª Internacional e da Revolução Russa, ou seja do fenómeno revolucionário e de mobilização de massas.

Enquanto António Sardinha e boa parte dos fundadores reinventavam uma "monarquia corporativa medieval", afirmavam a superioridade do principio da aristocracia de sangue sobre o da burguesia, e se preocupavam em travar a caótica industrialização, mãe da urbanização dissolvente, em nome de uma vocação rural de Portugal, Preto introduziu a convergência de Sorel e Valois na resposta nacionalista à crise do liberalismo e à ameaça "revolucionária", que poderia também atingir Portugal. Esta sua viragem "sindicalista" não faria dele, no entanto, um crente no progresso tecnológico e na modernização como alguns outros fascistas, mantendo-se sempre no campo de uma estratégia preventiva de reacção a ela.

Esta marca tradicionalista nunca desapareceu do seu discurso e acção políticas, mesmo sob a linguagem "revolucionária" do fascismo que assumiu nos anos trinta. No seio do movimento



Integralista, no entanto, ele introduziu alguns elementos que, se fossem assumidos pela globalidade do movimento, o que nunca aconteceu, o conduziriam directamente ao fascismo, nos anos 20.

### 1.2.2.- A GRANDE GUERRA: O NACIONALISMO

O nacionalismo de Preto, como o do Integralismo em geral, nunca se afastou da tradição cultural latina, inicialmente de matriz francófona, elemento dominante na cultura das elites portuguesas. Muito embora o nacionalismo alemão e, mais tarde, o próprio nazismo, constituíssem um elemento dinamizador importante na sua acção política dos anos 30, Preto não sofreu qualquer influência deste e a própria descoberta do Nacional Socialismo foi relativamente tardia.

Ao neo-nacionalismo francês das vésperas da guerra veio também juntar-se a mística da acção dos nacionalistas italianos. A sua admiração pelo primeiro levou-o mesmo a expressões "universalistas" do género: "A França é o centro do mundo, a luz latina que se torna intensa e radiante luz universal.", raras nos seus companheiros do IL, sempre preocupados com a fundamentação nacional dos seus ideais<sup>39</sup>. No mesmo artigo, sobre a "Vaga nacionalista" europeia, congratulava-se pelos sucessos da *Idea Nazionale*, ao mesmo tempo que começou a utilizar uma expressão que se tornaria célebre nos seus comícios fascistas dos anos 30: "Isto irá, por Deus!".

Em carta a Corradini, que publicou mais tarde, em 1920, Preto mostrava-se crente no renascimento deste novo nacionalismo anti-democrático que refundasse uma nova época clássica nos países latinos. "Devemos crer -escrevia- no triunfo da ordem latina, da ordem clássica que abraçará e irmanará todos os povos herdeiros da civilização romana -França, Espanha, Itália e Portugal."<sup>40</sup>. Preto manter-se-á sempre na esfera cultural deste neo-nacionalismo latino, profundamente marcado pela mitologia imperial e civilizacional dos povos herdeiros da latinidade, obreiros da descoberta do mundo, "colonizadores e guerreiros". Os

<sup>39</sup> Cf. Rolão Preto, "A Vaga Nacionalista", *A Monarquia*, 9/12/1919, p. 1.

<sup>40</sup> Cf. Rolão Preto, *A Monarquia é A Restauração da Inteligência*, (Lisboa: 1920), p. 3. Vide a resposta de Enrico Corradini, *Op. Cit.*, p. 4.



seus primeiros artigos para o diário integralista eram, no entanto, muito mais orientados para o imediato, procurando ver na guerra a reafirmação de um nacionalismo autoritário como única solução para o novo mundo dela resultante<sup>41</sup>.

Para Rolão Preto, a guerra constituiu a prova da falência não só da ideologia liberal e do pacifismo que lhe era emanente como ainda do socialismo da II internacional. Ela provou o carácter primordial do interesse nacional e a falência das ideologias socialistas que ensaiavam sobrepor clivagens sociais transversais às nações. Ela veio acordar "o sentido histórico do patriotismo através de leis ocultas da existência e do *devenir* nacional (...)", destruindo "a quimera do universalismo socialista"<sup>42</sup>. Ela veio repor "a lei divina da luta universal" como afirmação dos "eternos princípios da vida". Foi "este grande princípio da auto-criação nacionalista ou da diferenciação automática das nações, que a conflagração europeia de tão profundas consequências confirmou de uma maneira inequívoca."<sup>43</sup>.

A guerra veio também confirmar empiricamente, "pelo critério do útil", o que os ideólogos do nacionalismo autoritário afirmavam desde a viragem do século, restaurando "a verdade dos velhos postulados da histórica concepção orgânica das sociedades nacionalistas: o dever que solidariza as classes e os indivíduos na comum aspiração que uma linha de fronteiras dá corpo e significação própria; a ideia de sacrificio necessário que disciplina os espíritos tornando-os partes integrantes e funcionais do organismo-nação."<sup>44</sup>.

Rolão Preto preocupou-se menos com a *démarche* historicista herdada do pensamento contra-revolucionário e legitimista, maioritária no Integralismo, procurando fundamentar na guerra a ruptura irreversível que catapultou o nacionalismo como única alternativa à crise do universo liberal e à ameaça revolucionária. Foi a guerra que evidenciou a virtude do

---

<sup>41</sup> Vide entre muitos o seu "Para onde vais, Democracia?", *A Monarquia*, 10/10/1919, p. 1.

<sup>42</sup> Cf. Rolão Preto, *Op. Cit.*, p. 13.

<sup>43</sup> Cf. *Idem*, p. 11.

<sup>44</sup> Cf. *Idem*, p. 9.



nacionalismo, "como única maneira de, dentro do quadro da civilização actual, fazer identificar e coincidir o interesse do individuo, com a sociedade a que pertence."<sup>45</sup>. O mesmo nacionalismo orgânico que, como "doutrina social" podia ordenar "o instinto egoista do homem, não considerando o individuo como *fim* da organização social, mas sim como *função* da nação."<sup>46</sup>.

Por último, o nacionalismo afigura-se desde logo como único antídoto à ameaça revolucionária do pós-guerra. O desafio dos nacionalistas seria pois o de provar à classe operária que ela era "parte" orgânica da nação e de que o "sentimento" que a ligava à "sua terra" era mais forte que a ténue "solidariedade das classes sobre as fronteiras, solidariedade meramente subjectiva e puramente dogmatizada pelos especuladores da metafísica revolucionária"<sup>47</sup>. Igual dilema "nacionalizador", eventualmente mais grave, se colocava também à "internacionalizada" burguesia. Uma burguesia que se "desnacionalizou" ao longo do século XIX, fundamentalmente nas suas vertentes "financeira e comercial", com as suas sociedades anónimas e a internacionalização do capital. Também para ela a guerra veio limitar o seu "internacionalismo" especulador e, "se esta burguesia não vê, não sente, não ouve, contra ela faremos triunfar a nação, apesar dela e contra ela esmagaremos a democracia que traz nos seus flancos perniciosos a Revolução que se avizinha."<sup>48</sup>

### 1.2.3.- O SINDICALISMO ORGANICO

Nada na origem social ou no percurso político de Rolão Preto permitia entrever a sua fixação na "questão social" ou na "classe operária". Ao contrário de Valois, um ex-anarquista de origem social modesta, reconvertido à *Action Française*, Rolão Preto não se demarcava dos restantes dirigentes integralistas em termos de origem social ou de percurso intelectual. No entanto, o fundamental da sua actividade política entre 1918 e 1934, data

---

<sup>45</sup> Cf. *Idem, ibidem*.

<sup>46</sup> Cf. *Idem*, p. 10.

<sup>47</sup> Cf. *Idem*, p. 13/14.

<sup>48</sup> Cf. Rolão Preto, "A Revolução", *A Monarquia*, 25/11/1919, p. 1.





da ilegalização do Nacional Sindicalismo, foi dominada pela tentativa de subtrair a classe operária portuguesa ao socialismo, anarco-sindicalismo e, mais tarde, ao comunismo, de a "nacionalizar" através do "sindicalismo orgânico". Em 1918, tentando conciliar "sindicalismo e monarquia", nos anos trinta, brandindo como o mesmo "corporativismo integral", agora dirigido não pelo rei mas por uma chefia carismática de tipo fascista.

A inspiração ideológica inicial de Rolão Preto fundador do sector "sindical" do Integralismo, remonta mais uma vez à breve aventura "operária" da *Action Française* do período antes da guerra. Na fugaz convergência do *Cercle Proudhon* (1911), e no Valois soreliano e monárquico do *La Monarchie et la classe ouvrière*, temperado pela cartilha do "corporativismo integral" do Integralismo Lusitano<sup>49</sup>. Numa perspectiva ideológica, esta operação de recuperação era tanto mais tentadora quanto alguns aspectos do anti-capitalismo ruralista e anti-cosmopolita do IL pareciam conciliar-se melhor num país fracamente industrializado, com uma classe operária recente e pouco concentrada, desconhecendo as grandes unidades fabris, como era o Portugal de 1918.

Justamente por isso, Rolão Preto ainda aconselhava serenidade perante o impacte da Revolução Russa e a ameaça revolucionária que pairava "lá fora". Em diagnóstico onde laivos sociológicos marxistas se uniam a uma visão do mundo do proprietario rural, Preto observava a sociedade urbana portuguesa (vide Lisboa) e sublinhava que não existia "por agora (...) perigo de cataclismo que subvertesse as nossas condições sociais."<sup>50</sup>. A primeira razão prendia-se com a própria debilidade e fraca concentração do capital e quase desconhecimento do grande capitalismo industrial. "É realmente excessiva e tirânica a força do capitalismo nacional? Não é; e não é pela razão manifesta de que as grandes empresas como aquelas que lá fora se impõem

---

<sup>49</sup> A produção do *Cercle* bem como as obras de Valois, desempenharam uma marca visível nos escritos iniciais de Rolão Preto, sobretudo a sua, *La Monarchie et la classe ouvrière*, (Paris: 1914). Sobre o *Cercle* e a primeira fase de Valois vide, Yves Guchet, *Georges Valois. L'Action Française, Le Faisceau, La République Syndicale*, 2ª edição, (Paris: 1990), pp. 11/106; Zeev Sternhell, *À Droite.. Cit*, pp. 348/400; Paul Mazgaj, *The Action Française and Revolutionary Syndicalism*, (Chapel Hill: 1979).

<sup>50</sup> Cf. Rolão Preto, "Serenamente", *A Monarquia*, 13/3/1918, p. 1.



ao Estado e livremente podem tyrannizar os que lhe caem no sorvedouro dos seus tentáculos ambiciosos são em Portugal desconhecidas.". Em Portugal predomina ainda, "em muito maior escala que na maioria dos países Europeus, a fortuna do pequeno proprietário rural e urbano. Ora não há melhor entrave para a revolução que uma numerosa pequena burguesia naturalmente interessada no equilíbrio geral." A própria classe operária "que lá fora pela importância das massas sindicalizadas é realmente formidável e pode constituir um perigo grave (...) não tem entre nós nem por sombras um significado tão ameaçador como se lhe empresta ou procura emprestar."<sup>51</sup>.

Esta "serenidade" não o impedirá de esgrimir a "ameaça revolucionária" interna como elemento legitimador dos primeiros movimentos fascistas a que estará associado. No entanto, a "questão operária" era para ele uma variável do "caos" da Republica liberal, verdadeiro inimigo a abater<sup>52</sup>. Rolão escrevia aliás em plena Ditadura de Sidónio Pais e os integralistas pensavam ainda na restauração da monarquia a curto prazo. Mas a própria ditadura de Sidónio, com os seus laivos corporativos de inspiração integralista, constituia uma boa base para repensar "o fracasso de todas as tentativas feitas até agora junto dos operários pelos partidos conservadores", e encontrar "uma convergência fundamental entre as nossas ideias e as aspiração sindicalistas"<sup>53</sup>.

O programa do "Sindicalismo Orgânico" derivou do modelo "corporativo integral" que deveria substituir os classicos mecanismos de representação do liberalismo. Apesar de sofrer inúmeros aprofundamentos, poucas alterações sofreu desde que foi elaborado por Rolão Preto e outros integralistas no imediato pós-guerra, acompanhando o lançamento do sector "sindical" do IL.

A nova utopia proposta pelo IL à pequena burguesia e muito particularmente à classe operária era a da "sociedade orgânica" engrandecedora da "Nação". Alguns elementos do anti-

---

<sup>51</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>52</sup> Vide os seus artigos de 1919 e 1920 em *A Monarquia*, particularmente, "A Revolução", (25/11/1919); "Política de amadores-de crise em crise", (9/1/1920); "A república encravada", (23/1/1920); "A derrocada. Greves e Revolução" (5/3/1920); "A Revolução Nacional", (22/7/1920).

<sup>53</sup> Cf. Rolão Preto, "Sindicalismo e monarquia", *A Monarquia*, 6/8/1918, p. 1.



capitalismo dos Integralistas. eram utilizados para justificar o antídoto: a crescente "desnacionalização" do capitalismo cujas centrais não conheciam fronteiras e ameaçavam destruir as realidades nacionais; a industrialização selvagem que criava um proletariado miserável manipulado pelas ideologias socialistas e revolucionárias; uma classe política corrompida pelo capital internacional. Este antídoto foi assim acompanhado por um discurso "social" de protecção às classes trabalhadoras, de limites de exploração e de valorização do seu lugar simbólico na "produção nacional".

Proclamando a "*Nação eterna* razão primeira da nossa existência social", era o "interesse superior desta" que determinava a abolição da livre concorrência, o reforço da intervenção económica do Estado, a organização corporativa de proprietários e operários em "sindicatos" que representassem e regulassem os interesses das partes. "Negamos -referia Preto nos seus "doze princípios da produção"- a dissociação dos elementos da Produção nacional, isto é, negamos a existência isolada das *classes*, artifício que põe em litígio os componentes necessários dum mesmo todo."<sup>54</sup>. Alguns princípios do pré/anti-capitalismo do IL apareceram então como medidas moralizadoras e protectoras dos próprios operários. "Condenamos- referia o IV princípio- a liberdade de trabalho, a livre concorrência, a liberdade de comércio, por contrários à produção. Não consideramos direitos sem obrigações."

Ao contrário do capitalismo, que ignorava as tensões sociais, e do socialismo, que se servia duma classe para destruir as outras, o "sindicalismo orgânico" estabelecia a "equilíbrio" entre elas servindo-se para isso das "boas fórmulas sindicalistas e corporativas cujo passado se radica nos melhores tempos da harmonia social e do trabalho nacional"<sup>55</sup>.

Este programa do "sindicalismo nacional", como de resto a sua indissociável ligação à mitologia da "nação", foi ainda influenciado pelo Nacionalismo italiano de Corradini e Rocco. Percorrendo os seus artigos da *Monarquia*, a sua obra *A Monarquia é a restauração da Inteligência* (1920) e alguns textos

---

<sup>54</sup> Cf. Rolão Preto, *Op. Cit.*, p. 139.

<sup>55</sup> Cf. *Idem*, p. 147.



que deveriam servir de base a um livro nunca publicado, *A Monarquia Social*, não é difícil confirmar a influência decisiva destes contributos ideológicos do fascismo italiano.

Uma influência precoce que contrabalançava a desilusão com que Preto verificava a relativa menoridade e marginalidade com que os dirigentes da *Action Française* encaravam a aventura "sindicalista" de Valois. Maurras sobretudo, sempre se interrogou sobre a vantagem destas aberturas ao "sindicalismo". Como escreveu alguns anos mais tarde, ele espantava-se nos anos da guerra com a indiferença de alguns "marechais" da AF quando estes respondiam às suas questões sobre a necessidade de organizar a acção junto do operariado "com a afirmação de que a vitória do movimento viria sem o esforço que eu julgava indispensável tentar nos meios sindicalistas."<sup>56</sup> Preto só voltaria a entusiasmar-se com o movimento francês em 1922, quando Valois retomou a sua aventura corporativa com a "Confédération de L'Intelligence et de la Production Françaises" e com a campanha pela convocação dos "Estados Gerais", percurso que o levaria à ruptura fascista do *Le Faisceau* <sup>57</sup>.

Aos nacionalistas italianos que ele considerava, ainda em 1919, como os "integralistas" de Itália, os nacionalistas da "saída do Sistema" que, a partir de 1914, proclamaram a ruptura com o liberalismo, foi buscar Rolão Preto temas mobilizadores que o reacionarismo da AF só muito timidamente se preparava para aceitar<sup>58</sup>. Mais do que a mística nacionalista de Corradini, foram as propostas de Alfredo Rocco sobre a organização do "sindicalismo nacional", como forma de integrar as massas no Estado a construir sobre as cinzas do regime liberal, que o inspiraram<sup>59</sup>. Como sublinhou Emilio Gentile, "diversamente dos

---

<sup>56</sup> Cf. Rolão Preto "Crónica Social", *A Nação Portuguesa*, 2ª série, nº 6, Dezembro de 1922, p. 274.

<sup>57</sup> Rolão Preto congratulava-se em 1922 pela ação do "genial autor" da *Economie Nouvelle*, afirmando que "longe vai ainda o tempo em que após o incidente Ferrer a AF perdia a boa vontade de muitos discípulos de Sorel" (*Idem*, p. 274). Sobre a CIPF e a campanha pela convocação dos *Etats Generaux* vide Yves Guchet, *Op. Cit.*, pp.155/168.

<sup>58</sup> Rolão Preto congratula-se com a vitória eleitoral dos "nossos camaradas" e "integralistas" italianos nas eleições de 1919. Cf. Rolão Preto, "A Vaga Nacionalista", *A Monarquia*, 9/12/1919, p. 1.

<sup>59</sup> Sobre tudo o manifesto de *Politica*, da autoria de Rocco, em 1918, e as suas intervenções ao Congresso Nacionalista de Roma em Abril de 1919. Vide





reacionários e dos conservadores tradicionais, Rocco aceitava a presença das massas na sociedade contemporânea e pensava que, na sociedade de massas, o absolutismo estatal deveria servir-se das organizações sindicais para controlar e dominar este novo protagonista do mundo moderno."<sup>60</sup> Era o reconhecimento desta necessidade, definitivamente consagrada pela crise do pós-guerra, que aproximava Preto das preocupações dos nacionalistas italianos, menos ligados ao passadismo restauracionista da AF e de alguns integralistas portugueses.

Muito embora alguns aspectos do neo-nacionalismo e do "sindicalismo nacional" dos nacionalistas italianos tenha sido inspirado pela ideologia "orgânica" da AF, o próprio Rocco sublinhou que esta precisava de uma "revisão" mais orientada para o futuro no caso italiano. Como salientou Lyttelton, "Rocco conferiu um novo significado à ideia de organização corporativa, visto, já não como uma utopia medieval, interessada unicamente na agricultura e no artesanato, mas como uma moderna forma de organização das forças produtivas" de uma sociedade em industrialização acelerada, que os próprios nacionalistas projectavam como factor positivo<sup>61</sup>. Apesar de ainda marcado pelo tradicionalismo da IL e da AF, Preto encontrou aqui melhor inspiração para a sua estratégia preventiva de enquadramento dos "produtores".

O projecto corporativo do IL desenvolvido por Preto previa um vasto conjunto de instituições sindicais de operários e patrões de base regional e por área de produção, complementada por "Camaras Sindicais" que deveriam regulamentar salários, arbitrar os conflitos de trabalho e representar os sectores respectivos nos organismos superiores do sistema. Seria fastidioso (e quase impossível, dadas as multiplas variantes) referir em detalhe todos os organigramas do projecto que doravante constituiria a plataforma programática dos primeiros sindicatos integralistas.

---

sobre o tema Roberto Vivarelli, *Storia delle origini del fascismo. L'Italia dalle grande guerra alla marcia su Roma*, Vol. I, (Bologna: 1991), pp. 291/298, e reprodução do manifesto, pp. 594/607.

<sup>60</sup> Cf. Emilio Gentile, *Il Mito Dello Stato Nuovo Dall'Antigiolittismo al Fascismo*, (Bari: 1982), p. 190.

<sup>61</sup> Cf. Adrian Lyttelton, *La conquista del potere. Il fascismo dal 1919 al 1929*, (Bari: 1974), p. 32.



Inicialmente vago e muito esquemático, ele seria constantemente refeito nos anos 20, sendo nos anos 30 adaptado e muito desenvolvido, quando se transformar na plataforma central do Nacional Sindicalismo. Ele foi no entanto utilizado com bandeira de agitação e propaganda desde o final da guerra, permitindo ao IL dispôr de uma linguagem nova, em que o aristocratismo elitista se metaformoseava em "anti-capitalismo", radicalizando os temas anti-plutocráticos estritamente associados ao liberalismo republicano.

Com a sua chegada à direcção do diário integralista, em 1920, na sequência da prisão do seu director, Preto multiplicou a sua actividade jornalística, escrevendo os editoriais e assinando artigos de comentário internacional, quase todos virados para a "questão social". Esta direcção efectiva do jornal permitia-lhe também publicar quase diariamente orientações sobre a formação do sector "sindical", iniciada nesse ano. Até à suspensão da actividade política do IL em 1922, ditada por conflictos internos no campo monárquico, Rolão Preto dedicou-se a erguer estes primeiros sindicatos Integralistas que, como à frente se verá, obtiveram maior eco em certas camadas da pequena burguesia dos serviços do que na classe operária propriamente dita.

#### **1.2.4.- 1922: A DESCOBERTA DO FASCISMO ITALIANO**

Rolão Preto, como de resto a generalidade da direita radical portuguesa (com a provável prudência do Centro Católico) acolheu entusiásticamente a marcha sobre Roma, mas já antes da conquista do poder este observava a nova síntese que o fascismo representou, ao unir os princípios ideológicos dos seus camaradas do nacionalismo italiano com o primado da acção política "revolucionária".

Os companheiro de jornada que Rolão Preto reconhecia como seus em Itália eram, deste 1914, os nacionalistas de Corradini, os "integralistas" italianos. Só a partir de 1921 é que Preto começou a referir-se às aventuras dos "fasci di combattimento", fundados 2



anos antes. Até aí as suas referências situavam-se nos nacionalistas e nas campanhas de D'Annunzio<sup>62</sup>.

Rolão Preto começou a apoiar o fascismo quando este ultrapassou a sua confusão ideológica inicial, tornando-se um força política e eleitoral, em 1921. A grande admiração que desde logo expressou ia para o seu método de acção política. Para o seu primado da acção. Quanto à ideologia, em sua opinião, o fascismo apenas teria reafirmado os princípios que já eram os dele e dos nacionalistas. "O nosso sindicalismo orgânico -escrevia em Julho de 1922- é, na sua essência, a base do actual pensamento sindical dos amigos de Mussolini."<sup>63</sup>.

Preto seguiu atentamente os relatos da violência política das delegações do partido fascista e apoiou o "seu método de combate temeroso" e a sua "propaganda activa". Não deixava no entanto de referir a sintonia entre os fascistas e os nacionalistas, ou mais concretamente a adopção dos princípios dos últimos pelos primeiros.

Acompanhando o avanço do fascismo no verão de 1922, Preto assumiu-se imediatamente como seu defensor em polémica com um jornalista e padre católico nas páginas do jornal a *Época*. Este debate foi, cremos, o primeiro debate sobre a natureza do fascismo italiano em órgãos da opinião pública autoritária portuguesa.

Ao longo de uma série de artigos publicados no verão de 1922, Preto defendia a legitimidade subversiva do fascismo, a sua actuação "fora da lei". "É contra a ordem constitucional, contra a Lei estabelecida, contra os princípios que orientam o próprio Estado que o fascismo batalha e impõe a sua razão."<sup>64</sup>. Repondo às primeiras críticas que lhe foram feitas por defender estes "bolchevistas de extrema direita", este sublinhava que "o método de combate do fascismo, por mais exagerado e violento, por mais ilegal e temeroso que ele tenha sido, é o único método que, nesta hora de tremenda batalha entre a Nação e a Anti-Nação, entre o bolchevismo e o Nacionalismo, pode trazer a

---

<sup>62</sup> Cf. os artigos de Rolão Preto, "Alma Nova" e "Fiume -Cosa fatta capo ha", *A Monarquia*, 26/9/1919 e 12/11/1919.

<sup>63</sup> Cf. Rolão Preto, "Crónica Social", *Nação Portuguesa*, 2ª série, nº 1, Julho de 1922, p. 34.

<sup>64</sup> Cf. *Época*, 24/8/1922.



vitória às elites activas que formam quadrado em torno da bandeira da Pátria."<sup>65</sup>.

Referindo-se ao "excessos" dos fascistas, o padre "Santa Cruz" exprimia as dúvidas dos católicos conservadores face à natureza inicial do fascismo e, confessando-se também ele "sindicalista neo-mediévico de formação corporativista", reafirmava os seus receios de que este "grupo de ataque" contra o bolchevismo possuísse um nocivo "*nacionalismo exagerado, moderno e pagão*"<sup>66</sup>. Reafirmava também o "grande erro do fascismo", ao querer "converter processos de ocasião em meios constantes de acção e propaganda, mantendo assim a Nação sob uma pressão de violência que a prejudica enormemente."<sup>67</sup>.

Rolão Preto condenou algumas "absurdas tropelias" da acção fascista, nomeadamente contra os católicos, mas observava que elas representavam a via para a imposição do programa nacionalista e citava Rocco para sublinhar que estes tinham um conteúdo "altamente moral": (...) *ricondere nelle masse assecate dalla demagogia socialista il sentimento nazionale*."<sup>68</sup>.

Num ponto, no entanto, quer Rolão Preto quer "Santa Cruz" estavam de acordo, por razões diferentes: a impossibilidade de "organizar no nosso país, neste momento, um movimento com as características do partido de Mussolini."<sup>69</sup>. Apesar de proclamar que "um dia virá em que nós, o nacionalismo português, marcharemos também sobre Roma", Rolão Preto manteve-se reservado sobre as possibilidades de sucesso deste tipo de acção política em Portugal<sup>70</sup>.

Refira-se ainda o relativo desconhecimento de Rolão Preto sobre o tipo de organização do fascismo italiano, para além dos aspectos mais salientes da sua acção política violenta. A própria estruturação de um modelo organizativo fascista, adoptada por todos os partidos dos anos trinta, só se codificou como modelo no final da década, quando o Partido Nacional Fascista se reorganizou

---

<sup>65</sup> Cf. *Idem*, 16/9/1922.

<sup>66</sup> Cf. *Idem*, 31/8/1922.

<sup>67</sup> Cf. *Idem*, 25/10/1922.

<sup>68</sup> Cf. *Idem*, 16/9/1922.

<sup>69</sup> Cf. *Idem*, 13/11/1922.

<sup>70</sup> Cf. Rolão Preto, "Crónica Social", *Nação Portuguesa*, 2ª série, nº 6, Dezembro de 1922.





após a tomada do poder e o Partido Nacional Socialista Alemão retomou algumas das suas características<sup>71</sup>.

Muito embora fazendo do fascismo italiano o exemplo mais citado de derrube da ordem liberal, a partir de 1922, Preto não cedeu ao mimetismo de importação. Para ele o integralismo dispunha da ideologia e de uma base organizativa para um fascismo português e algumas especificidades da conjuntura política portuguesa não favoreciam a sua implantação.

Quanto à acção política, Rolão Preto chegou um pouco mais tarde à conclusão que, em plena polémica, lhe seria lembrada pelo seu desconhecido opositor do Centro Católico: "A acção do Fascismo na ocasião dos tumultos e excessos bolchevistas foi uma acção militar. Fizeram os fascistas o que faria um exército regular que soubesse cumprir o seu dever."<sup>72</sup>.

#### 1.2.5.- UMA CHEFIA ADIADA: PRETO E OS PRIMEIROS MOVIMENTOS FASCISTAS PORTUGUESES

No início de 1922, Preto estava concentrado na organização do sector sindical do IL, movimento que veio a ser perturbado com a suspensão da actividade política do IL em Maio desse ano, como sequela da questão dinástica atrás assinalada. Esta suspensão dissolveu parcialmente o primeiro embrião de uma organização fascizante a partir do IL.

Após uma primeira cisão provocada por militantes que permaneceram fieis ao Rei D. Manuel, o IL procurou reforçar a sua organização, criando secções distritais e locais e dando liberdade a Rolão Preto para fundar as suas secções "sindicais"<sup>73</sup>. Em 1921, Preto criou o Conselho Económico Central do IL, destinado a coordenar este sector, à medida que se começaram a criar sindicatos integralistas. No início do ano seguinte surgiu o jornal

---

<sup>71</sup> Sobre a organização política do fascismo até à tomada do poder *vide* Paolo Pombeni, *Demagogia e Tirannide. Uno studio sulla forma-partito del fascismo*, (Bologna: 1984), pp. 19/122 e Emilio Gentile, *Storia del Partito.....*, pp. 461/543.

<sup>72</sup> Cf. *Época*, 13/11/1922.

<sup>73</sup> Cf. Rolão Preto, "Abaixo os Partidos, Viva a Nação. O Sindicalismo Orgânico", *A Monarquia*, 30/5/1921, p. 1 e "Movimento Social. A organização sindical Integralista", *A Monarquia*, 20/12/1921, p. 1/2.



*Revolução*, "jornal monarquico-sindicalista" destinado a servir de porta voz deste sector sindical<sup>74</sup>. A começar pelo título e a acabar no programa, esta primeira experiência fascizante lançou as bases do futuro Nacional Sindicalismo.

O jornal foi fundado por elementos mais jovens do IL e dirigia-se directamente à classe operária e à pequena burguesia. Rolão Preto desenvolveu aqui o seu conceito de "Monarquia social". Publicaram-se guias de criação dos sindicatos integralistas e pretendeu-se responder periodicamente à *A Batalha*, diário de CGT anarco-sindicalista. O programa do IL foi popularizado na *Cartilha do Operário*. Uma nova linguagem com "camaradas", "revolução" e "burguesia" esforçava-se por apontar a esta classe "perturbada pelo internacionalismo" a via para o seu reencontro com o "nacionalismo", também ele anti-poder.

Esta linguagem e este propósito "subversivo" causavam dúvidas e apreensões no seio do tradicionalismo conservador, pelo que Rolão Preto consagrava parte do seu tempo a explicar o alto sentido patriótico desta recuperação do "proletariado". Tentava assim justificar a sua acção de rompimento total com o legalismo republicano e de demarcação dos que se recolhiam "à falsa atitude do desprezo burguês por tudo que cheire a reinvidicações e aspirações proletárias (...)"<sup>75</sup>.

Em Março de 1922 preparava-se o "manifesto dos Sindicatos Integralistas" mas a sua expressão era relativamente fraca. Em Lisboa, um Sindicato Misto da Construção Civil, um dos Empregados do Comércio, um dos Empregados Bancários e um, ainda em organização, dos Metalurgicos<sup>76</sup>. Alguns outros, espalhados pelo país, eram de duvidosa existência, como o dos Empregados do Comércio da Covilhã. Exceptuando o da Construção Civil, dirigido aliás por um empreiteiro, dentro da filosofia de criar sindicatos mistos de operários e patrões, a organização integralista não conseguiu qualquer implantação fora da área dos serviços.

---

<sup>74</sup> N.º 1, 5/2/1922. Sobre este semanário "monárquico-sindicalista" vide Cecília Barreira, "Sindicalismo e integralismo: o jornal "A Revolução" (1922-23)", *Análise Social*, vol. XVII (67-68), 1981, pp. 827/838.

<sup>75</sup> Cf. Rolão Preto, "A Acção Social do Integralismo", *A Revolução*, n.º 5, 5/3/1922, p. 2.

<sup>76</sup> Cf. *A Revolução*, n.º 5, p. 2.



Este movimento foi abruptamente interrompido pela "traição" que para o IL representou a assinatura do Pacto de Paris entre representantes do Rei D. Manuel e dos herdeiros do candidato legitimista, reconhecendo os direitos do primeiro ao trono. A Junta Central integralista proclamou a auto dissolução do movimento e o IL, apesar de retomar a actividade doutrinária no final desse ano nunca se recomporá em termos organizativos. Era duvidoso se os dirigentes mais importantes do IL, nomeadamente António Sardinha, alguma vez pretenderam ultrapassar a acção elitista que até os tinha caracterizado, mas, pelo menos para Rolão Preto, desapareceu a primeira oportunidade de "fascizar" o IL.

A suspensão da actividade do IL poderia permitir, e permitiu, a participação de integralistas em grupos entretanto formados, directamente inspirados pelo fascismo, cuja base provinha dos republicanos sidonistas. Preto, no entanto, manteve-se fiel ao IL, quer por razões ideológicas quer por dúvidas sobre as possibilidades de sucesso de um movimento deste tipo, apesar de constituir uma referência para os jovens do IL e de ter sido convidado a assumir a direcção de vários projectos de constituição de movimentos fascistas.

Em 1923, Preto recusou a direcção do Nacionalismo Lusitano, movimento dirigido por João de Castro Osório e directamente inspirado pelo fascismo italiano<sup>77</sup>. Temendo que o IL permanecesse dogmático na questão da restauração da monarquia, "alarmando os que estão prontos a aceitar uma ditadura nacionalista", sendo republicanos, Castro Osório tentou várias vezes convencer Preto a defender o seu projecto junto da direcção integralista<sup>78</sup>. Pouco tempo depois convidava-o a assumir a direcção do seu movimento: "Sendo a organização nacionalista a verdadeira organização do Estado feita de fora para dentro, convém que desde o início a sua organização corporativa seja orientada em tudo por quem seja capaz de organizar segundo as condições e os princípios necessários"<sup>79</sup>.

---

<sup>77</sup> *Vide supra*.

<sup>78</sup> Cf. Carta de João de Castro Osório a Rolão Preto de 11/10/1923, Arquivo Rolão Preto (doravante ARP).

<sup>79</sup> Cf. Carta de João de Castro Osório a Rolão Preto, S.D., ARP.



Tentando recuperar a organização sindical integralista, João de Castro pretendia criar uma "Confederação Nacional do Trabalho", "que temos de opôr à C.G.T.", a central sindical anarco-sindicalista<sup>80</sup>. A direcção integralista, no entanto, não forneceu aos "Nacionalistas Lusitanos" o apoio material e político que estes pediam e o próprio Preto, descrente nesta aventura subsidiada por alguns sectores do patronato que rápidamente desapareceu, manteve apenas um apoio distante.

Com a progressiva participação dos militares na vida política, Preto como aliás a direcção integralista, virou-se para a constituição de núcleos nas Forças Armadas, participando em várias conspirações conservadoras do pós-guerra. Seria impossível fazer aqui um balanço de todas elas, entre as que não ultrapassaram a mera manobra de bastidores até às que saíram para a rua. O abandono das tentações de construir uma organização política própria diminuiu o sectarismo e a prioridade restauracionista da monarquia, vindo a permitir ao IL o reforço da sua influência ideológica e política. Os integralistas começaram a unir-se com outros sectores da direita radical, particularmente os sidonistas, no exército, participaram na reorganização de várias associações patronais, nomeadamente na agricultura, e tomaram o lugar em organizações políticas como a Cruzada Nun'Alvares, que após algumas hesitações iniciais se transformou, em meados dos anos 20, num forum ideológico e político de defesa do fascismo, muito embora com uma intervenção elitista.

Em finais de 1923, o "Vamos a isto!" da acção política de Preto referia-se mais aos militares do que a organizações civis. Algumas destas aliás consideravam-se como organizações de apoio civil a golpes militares<sup>81</sup>. Mais rápidamente do que outros dirigentes ele ultrapassou a "questão do regime" e iniciou a procura de caudilhos militares suceptíveis de dirigir a coligação conservadora. Em 1925, esteve com Filomeno da Câmara no Golpe de 18 de Abril de 1925 e a 28 de Maio de 1926, acompanhou

---

<sup>80</sup> Cf. *Idem*.

<sup>81</sup> Cf. Rolão Preto, "Vamos a isto! Os triunfos do Fascismo e de Primo de Rivera aproximam a hora resgatadora do Luzismo", *A Monarquia*, 26/10/1923, p. 1.





Gomes da Costa até Lisboa<sup>82</sup>. Só em 1926, imediatamente a seguir ao golpe que derrubou o Parlamentarismo republicano, Rolão Preto se associou à constituição um movimento fascista, já com os "tenentes do 28 de Maio".

O falhanço da constituição do IL como organização política, o abandono da restauração da monarquia como objectivo imediato e a dispersão dos filiados, aliados à morte prematura do seu chefe e principal ideólogo, António Sardinha, permitiram a Preto e à reduzida componente fascista a coexistência pacífica no interior da "família" integralista. Uma família que perdia alguns dos dogmas ideológicos mais queridos da geração fundadora à medida que engrossava em simpatizantes, estudantes e jovens militares, mais marcados pelo exemplo do fascismo.

Foi a vitória do golpe militar de 1926 que guindou Rolão Preto para a ribalta política. Seria aliás no agitado mês de Junho, durante o brevíssimo consulado do General Gomes da Costa, chefe militar do movimento que derrubou a república parlamentar, o período da sua carreira política em que Preto esteve mais perto do poder. Em conjunto com jovens militares que rodeavam o velho general, este ensaiou imediatamente a constituição de uma organização política com pretensões milíciaes, que pudesse servir de máquina de apoio a um golpe palaciano, destinado a colocar no governo da Ditadura elementos próximos do IL.

### **1.3.- FASCISMO E DIREITA RADICAL NOS ANOS 20**

#### **1.3.1.-A EMERGENCIA DO FASCISMO NO POS GUERRA**

As características mais salientes da emergência do fascismo na sociedade portuguesa do pós-guerra, são, por um lado, a precocidade com que o exemplo do seu primeiro paradigma externo (o fascismo italiano) foi difundido e, por outro, a debilidade e a fragmentação da sua expressão partidária.

O primeiro referencial político do fascismo em Portugal constituiu-se em torno da breve Ditadura de Sidónio Pais,

---

<sup>82</sup> Cf. José Plácido Machado-Barbosa, *Para além da Revolução... a Revolução*. Entrevistas com Rolão Preto, (Porto: 1940), p. 108.



estabelecida em 1917 e derrubada um ano depois, após o assassinato do seu chefe ter colocado o País à beira da guerra civil, com uma revolta monárquica no norte. Sidónio Pais, um militar e Professor universitário reconvertido à vida política, membro do um partido republicano conservador, deputado e ex-embaixador em Berlim, dirigiu o golpe de Dezembro de 1917, com um programa relativamente simples: retirar Portugal da guerra. Após algumas hesitações programáticas, Sidónio enveredou por um presidencialismo populista. Ao mesmo tempo que limitou a actividade dos partidos republicanos, alterou a lei eleitoral proclamando o sufrágio universal e fez-se plebiscitar presidente. Inspirado pelo IL, apresentou um esboço de representação corporativa, tentou agregar alguns partidos conservadores num partido único, permitindo apenas a organização autónoma dos monárquicos e do pequeno partido católico. Após algumas hesitações iniciais perante o novo regime, dado a sua pretensão de afastar Portugal da guerra, os sindicatos foram violentamente reprimidos após uma tentativa de greve geral.

O discurso político de Sidónio, em plena crise de abastecimentos devido à guerra, foi o do anti-plutocratismo, da luta contra as oligarquias partidárias, e o de um nacionalismo messiânico. Sidónio conseguiu unir conjunturalmente monárquicos e republicanos conservadores, ao mesmo tempo que utilizou os seus recursos carismáticos de uma forma extremamente eficaz, rodeando-se de um grupo de jovens oficiais do exército que o acompanhavam nas manifestações. Após o seu assassinato por um sindicalista rural em finais de 1918, declarou-se uma revolta monárquica do norte, os republicanos mobilizaram o universo urbano e várias unidades militares declararam-se neutrais, permitindo a vitória dos democráticos e o regresso ao regime constitucional.

O Sidonismo constituiu no pós guerra uma referência para o fascismo português, sobretudo para os jovens oficiais, intelectuais e estudantes republicanos de direita, que criaram diversos partidos onde o exemplo do partido de Mussolini era crescentemente referido. Seria fastidioso apontar todos estes grupos e grupusculos, mas vale a pena salientar os mais



significativos e caracterizar o seu programa político e a sua base social.

Muitos destes grupos não podem sequer ser rigorosamente caracterizados com fascistas. O conceito de direita radical é mais apropriado para definir a sua natureza, ainda que a percepção do fascismo, agora entendido como o partido de Mussolini e a mescla de elementos ideológicos que ele unificou, estivessem presentes. Alguns deles partiram do sidonismo, unindo intelectuais, estudantes e jovens oficiais, de origem republicana e laica. Outros, como vimos atrás, vieram do Integralismo. Uma das características mais salientes de algumas destas organizações é a da crescente participação de militares, fundamentalmente oficiais do exército. Algumas delas foram mesmo fundadas por oficiais ou contaram com um número extremamente elevado de militares nos seus órgãos dirigentes.

Para dar uma ideia da crescente participação dos militares nestes grupos, refira-se como exemplo o *Centro Sidónio Pais* (1920), que com uma direcção de 33 membros, possuía 19 militares, na sua maioria oficiais do exército. Igual presença de oficiais era detectada na direcção do partido neo-sidonista, o *Partido Nacional Republicano Presidencialista* (1921). Estes militares uniram-se rapidamente, na actividade conspiratória, com os participantes na Grande Guerra, na Flandres ou em Africa. O seu ponto de união programática é a ordem na vida política e social, ao qual se juntavam diversas reivindicações corporativas (fundamentalmente salariais).

Nas primeiras tentativas golpistas dos anos 20 estes dois sectores -o sidonistas e o da Flandres- já se encontravam unidos, acompanhados de um segmento civil onde pontuava o intelectual nacionalista. Muitos destes intelectuais eram activos participantes no movimento modernista português, caso de António Ferro, que mais tarde moderou os seus impetus fascistas como chefe da propaganda do regime de Salazar. Menos marcados pelo IL, eles foram divulgadores activos do fascismo italiano<sup>83</sup>.

---

<sup>83</sup> Vide, por exemplo, *O Imparcial*, jornal neo-sidonista, onde António Ferro escrevia "bilhetes de pesames à República gagá e titubante" e os artigos sobre o fascismo italiano de Novembro de 1922.



Em 1923, surgiram as primeiras publicações que se reivindicavam em subtítulo "do fascismo português" e criou-se o primeiro partido fascista, o *Nacionalismo-Lusitano* <sup>84</sup>. Não se trata aqui já de mera actividade ideológica mas da criação de um movimento milicial, virado para a acção de massas. Poucos meses antes Rolão Preto, responsável pelo sector "social" do IL, ensaiou, como vimos atrás, a criação de uma secção "sindical". A começar pelo nome do jornal e no seu programa político, e acabar no seu principal dirigente, poucas diferenças se notam quando o N/S for fundado em 1932. O mesmo Rolão Preto foi também convidado para chefiar os "Nacionalistas-Lusitanos". As tentativas de criação destes partidos fascistas foram, no entanto, condenadas ao falhanço, desaparecendo rapidamente, quando em Abril de 1925, os militares desencadearam o primeiro golpe sério contra o regime liberal republicano.

#### 1.3.1.1.- O Nacionalismo Lusitano

O Nacionalismo Lusitano, fundado em 1923, foi a primeira tentativa de criar um movimento fascista, fora da órbita do Integralismo, no quadro da república parlamentar. O seu porta-voz, *A Ditadura*, teve como sub-título, "periódico do fascismo português". A sua vida foi breve, criado em 1923 estava quase desativado quando se desencadeou o golpe militar de 18 de Abril de 1925, antecessor imediato do derrube da República parlamentar.

Ao contrário das experiências "sindicalistas" da *Revolução*, a iniciativa de criação do Nacionalismo Lusitano partiu de intelectuais mais distantes da órbita do IL e com uma forte componente republicana, cujo processo de "fascização" tem mais a ver com a Ditadura de Sidónio Pais. Apesar de criado quando o IL se tinha dissolvido, enquanto movimento político, o seu fundador,

---

<sup>84</sup> Vide António Costa Pinto, "O Fascismo e a Crise da Primeira República: os Nacionalistas Lusitanos (1923-25)", *Penélope. Fazer e desfazer história*, nº 3, Junho 1989, pp. 44/62.





João de Castro Osório, procurou desde logo o apoio dos dirigentes do IL e convidou Rolão Preto a participar na aventura.

Castro Osório era filho de uma conhecida figura republicana, Ana de Castro Osório. Recém licenciado em Direito, estreou-se no campo literário com algumas peças de teatro de cariz ultra-nacionalista<sup>85</sup>. Foi ele o autor do programa político do movimento, que fundou com Raul de Carvalho. Este último provinha das organizações neo-sidonistas e tinha sido membro da policia política de Sidónio. As suas ligações com as associações patronais e alguns bancos possibilitaram algum apoio financeiro aos N/L.

Em Julho de 1922, João de Castro participou numa tentativa abortada de golpe militar promovida por sidonistas e integralistas, o que lhe valeu uma curta estadia na prisão<sup>86</sup>. Após a sua libertação este lançou-se na fundação do movimento. Em junho de 1923 fundou o *Portugal*, órgão da *Acção Nacionalista*, com sidonistas e radicais de direita de formação integralista<sup>87</sup>.

O manifesto da *Acção Nacionalista* apelava à organização de um novo sindicalismo contra "os mercenários que vivem à custa do suor dos operários"<sup>88</sup>. Foi aliás com o epíteto de neo-sindicalistas que, o principal órgão do movimento sindical português, *A Batalha*, alertava contra o perigo deste tipo de organizações. Em 1923 o tema do fascismo começou a ocupar lugar de destaque na imprensa operária portuguesa, quer na anarco-sindicalista quer na do jovem PCP, mas os artigos, quase sempre traduções, referiam-se fundamentalmente à emergência do fascismo em outros países europeus. Contrastando com esta posição, *A Batalha* denunciou desde o início a formação do N/L:

---

<sup>85</sup> Como, por exemplo *Rainha Santa-elegia*, (Lisboa: 1923). Em 1925, o boletim da Cruzada Nuno Alvares Pereira definia-o como "fascista". Abandonou a vida política activa nas vésperas do golpe de 28 de maio de 1926.

<sup>86</sup> Este golpe foi referenciado em várias memórias, nomeadamente as de Alfredo de Freitas Branco, visconde de Porto da Cruz, jovem integralista que seria nos anos trinta secretário regional do Nacional Sindicalismo na Madeira. Cf. Visconde de Porto da Cruz, *Paixão e Morte de Sidónio*, (Funchal: 1928), pp. 80/82. O porta-voz do movimento apresentou como justificação do falhanço do golpe, traições de última hora e a divisão entre monárquicos e republicanos. Cf. *Portugal* nº 4, 23-6-1923, p. 5.

<sup>87</sup> Tendo como primeiro director Augusto Ferreira Gomes, *Portugal* (nº 1, 2-6-1923).

<sup>88</sup> Este manifesto foi imediatamente denunciado em *A Batalha*, 5-7-1923, p. 1.



"Entenderam alguns cavalheiros snobs a quem o nacionalismo fascista subiu à cabeça (...) que haveriam de lançar em Portugal a semente vil do banditismo político que em Itália vem dando há meses os seus frutos venenosos. E como o nosso país (...) está bem educado pelas escorrências lamacentas da monarquia e pelos erros dos homens da República é possível que tal germine, cresça e floresça", interrogando-se desde logo sobre o financiamento do grupo. A GGT denunciou também a formação de milícias e a sua origem sidonista: "temos também conhecimento que se andam arregimentando indivíduos para fazerem parte das hostes combativas do fascismo. Sabemos também que dentro da organização fascista se encontram antigos elementos sidonistas que a ele deram a sua adesão."<sup>89</sup>.

As preocupações do órgão anarco-sindicalista não eram infundadas pois, como vimos atrás, um dos objectivos centrais do novo movimento seria a constituição de uma "Confederação Nacional do Trabalho", para a qual Castro convidou Rolão Preto. As conversações que travaram com a direcção integralista, no entanto, não tiveram sucesso e João de Castro não contou com apoio do IL para a sua organização. Em agosto de 1923, o *Centro do Nacionalismo Lusitano* apresentou o seu Conselho Supremo e *A Ditadura* tornou-se seu porta-voz.

Os primeiros manifestos do movimento, definindo o seu programa para a conjuntura política de 1923, eram entusiasmantes para as associações patronais: "ditadura nacional; restabelecimento da pena de morte, extinção da GNR", anunciando-se que "em todas as cidades se constituirá a milícia fascista, composta por voluntários sem qualquer remuneração", como resposta aos "crimes de sindicalistas e comunistas"<sup>90</sup>.

A ritualização da militância adoptou o modelo fascista. Ao aderir à organização o iniciado jurava uma proclamação que sintetizava o programa: "como português quero que o governo da nação seja forte e nacional e se liberte das sociedades secretas, das clientelas políticas, dos bandos de especulação, responsáveis pela crise nacional; que seja assistido de representação directa das forças sociais da Nação, transformando o actual sistema de

---

<sup>89</sup> Cf. *A Batalha*, 26-7-1923, p. 1.

<sup>90</sup> Cf. *O Imparcial*, 26-7-1923, p. 1.



representação nacional das forças sociais, municipais e profissionais organizadas; que sejam livres e privilegiadas a família, a corporação, o município, a igreja; que o exército seja fortalecido e dignificado para a defesa nacional; que a propriedade seja protegida nos seus direitos e obrigada a cumprir os seus deveres para com a nação e muito particularmente para com os trabalhadores", comprometendo-se os aderentes a "colocar-se ao lado de qualquer governo português contra a agressão estrangeira e o bolchevismo", "obedecer ao chefe do Nacionalismo-Lusitano na prática de todos os actos de serviço nacional voluntário", "fazer toda a propaganda para que os portugueses venham a organizar-se em volta dos princípios do Nacionalismo-Lusitano contra as oligarquias políticas e plutocráticas que tiranizam e aniquilam a Nação."<sup>91</sup>.

Os partidos da esquerda republicana e o movimento sindical exigiram imediatamente a dissolução do N/L ao Ministério do Interior. A *Força* acusava-os de arregimentarem "jovens irresponsáveis armados", definindo o núcleo inicial das "hostes fascistas do Loureto" como "monárquicos integralistas, republicanos foragidos de vários grupos, nomeadamente do grupo sidonista, militares novos cheios de aspirações, sindicalistas foragidos dos sindicatos profissionais, anarquistas sem ideal"<sup>92</sup>.

Tal caracterização do perfil político dos seus aderentes não estaria longe da realidade, mas a sua acção foi escassa. No campo da actividade anti-operária, apenas foi denunciada uma tentativa de assalto à sede da *A Batalha*. A imprensa da esquerda republicana, ainda viu "um numeroso grupo de fascistas com distintivos nos braços a passar à noite na zona da Trindade", num dia agitado, mas o único papel visível que estes grupos cumprirão será o de darem apoio civil a tentativas golpistas.

A *Revolução Nacionalista* constituía o programa adoptado pelos N/L<sup>93</sup>. A demarcação em relação ao IL, radicava fundamentalmente na ultrapassagem do problema do "regime" ignorando a questão da restauração da Monarquia. Em tudo o

---

<sup>91</sup> Cf. *A Ditadura*, 4-1-1924, p. 2.

<sup>92</sup> Cf. *A Força*, 4-11-1923, p. 2.

<sup>93</sup> Cf. João de Castro, *A Revolução Nacionalista*, (Lisboa: 1922)



resto a diferença é pouco significativa, limitando-se a radicalizar temas pré-existentes.

Ao mergulhar na história recente da "corrente nacionalista" em Portugal, João de Castro encontrava duas componentes ideológicas no seu movimento: o IL e Sidónio. "Um, o Integralismo, representa a reação intelectual, o outro, o ano de Sidónio Pais, representa a reação espontânea e sentimental das energias nacionalistas. Acrescentaremos a estes dois grandes movimentos da alma portuguesa a reação intelectual nacionalista, e a criação do novo pensamento religioso português, realizado nos poetas e artistas, e teremos uma síntese dos movimentos que preparam o nacionalismo perfeito de hoje."<sup>94</sup>.

No segundo caderno da "biblioteca de Ação Nacionalista", João de Castro reflectia sobre o modelo ideal de chefe, que Sidónio não soube ser "por preconceitos liberais de educação, não podendo por isso ser (...) o ditador anti-liberal. É o messias mas não o político realizador."<sup>95</sup>. Para o jovem dirigente fascista, um chefe terá de unir as qualidades de animador das almas com as de um "compreensivo autoritarismo" que o levem a organizar, com as energias populares por eles despertadas, uma construção política.

O programa integralista foi desfolhado do seu "aristocratismo monárquico" por não permitir uma mobilização de massas. Ao referir a genealogia ideológica do seu movimento, João de Castro reivindicava-se também do autoritarismo republicano, nomeadamente da *Ditadura Revolucionaria* de Basílio Teles, e ultrapassava a querela do regime que considerava pouco importante e elemento de divisão das forças anti-democráticas.

No capítulo dedicado à "construção da autoridade" João de Castro apontava três medidas essenciais da alternativa autoritária ao liberalismo: ditadura política, "transformação técnica do governo" e representação corporativa. Prevvia-se a substituição do parlamento por uma Câmara com representação provincial, das associações patronais e sindicais, academias culturais, e de um conjunto de "valores superiores" escolhidos directamente pelo ditador. No campo económico e social a "transformação da luta social em colaboração social" passaria pela proibição da greve e do

---

<sup>94</sup> Cf. *Idem*, pp. 42/43.

<sup>95</sup> Cf. *Idem*, pp. 30/31.





lock out e pela "repressão de toda e qualquer propaganda que tenda a explorar as massas populares para fins antinacionais e comunistas", agrupando as forças em presença "por grupos de produção e não por classes".<sup>96</sup>

No campo social defendia-se ainda a família através do pátrio poder, a indissolubilidade do casamento e as modificações das leis sobre a herança, de modo a manter o património familiar. O catolicismo passaria a religião oficial do Estado: "a acção portuguesa fez-se amparada pela fé católica, por isso o nacionalismo português tem de ser católico -católico por necessidade social."<sup>97</sup>.

A que grupos sociais se dirigiam estes primeiros fascistas portugueses? O primeiro número do *Portugal* dava a resposta: "precisamos de criar um pensamento político completo do nacionalismo, do o aplicar ao estudo de todos os problemas, de o propagar de todos os modos nas classes populares e nas classes médias conservadoras."<sup>98</sup>.

O discurso político da imprensa fascista dirigia-se sobretudo às classes populares, ensaiando também o típico apelo ao ex-combatente e à juventude. O manifesto do Portugal dirigia-se ao "povo que trabalha -mais digno da pátria do que as altas classes e a burguesia qua a ia deixando a perder- chamamos para o nosso lado na grande obra do progresso e da libertação (...) fugi aos ditadores vermelhos e a este regime de liberdade fictícia e incompetente que formam a vossa ruina."<sup>99</sup>.

António de Cértima, escritor prolífero e colaborador regular de *A Ditadura*, seria o grande explorador do tema da guerra e do soldado traído pelos governos de Lisboa<sup>100</sup>. Este apelo ao ex-combatente associava-se também ao apelo à juventude, à nova geração "que tem ideias para melhorar o Portugal moralmente doente" e que, como geração do "après guerre, é uma geração de sacrificio."<sup>101</sup>.

---

<sup>96</sup> Cf. *Idem*, p. 65.

<sup>97</sup> Cf. *Idem*, p. 59.

<sup>98</sup> Cf. *Portugal*, 2-6-1923, p. 2.

<sup>99</sup> Cf. *Idem*, p. 1.

<sup>100</sup> Cf. obras como *Epopéia Maldita* (Lisboa: 1924) e *Legenda Dolorosa do Soldado Desconhecido em Africa* (Lisboa: 1925).

<sup>101</sup> Cf. *A Ditadura*, 19-12-1923, p. 1.



A unidade dos partidos e grupos de pressão conservadores seria o principal tema de *A Ditadura*. O exemplo externo era constantemente referido como contraposição às vacilações dos congêneres portugueses "que vegetam numa tranquilidade, numa confiança no Estado, na polícia (...) que não vêem que a própria autoridade, o Estado e a propriedade se submergem no caos anárquico que eles não souberam deter."<sup>102</sup>.

Em finais de 1923 os N/L pressionaram o governo conservador de Ginestal Machado a dissolver o parlamento, tecendo-lhes duras críticas quando o seu ministério foi derrubado por este. A partir daí as esperanças viraram-se para Cunha Leal: "A ditadura é a salvação. As forças vivas do País assim o reclamam. O exército assim o deseja. O povo assim o pensa (...) por que se espera? Por um homem? Mas esse homem tem o seu nome (...) esses homem é Cunha Leal."<sup>103</sup>

Até à tentativa abortada de golpe militar de 18 de Abril de 1925, é facilmente verificável a interioridade do movimento nas conspirações militares e a sua dependência de alguns sectores do patronato e da banca. Os apois financeiros eram visíveis através da publicidade, que por vezes ocupava 60% do jornal. O principal subsidio vinha da Sociedade Industrial Aliança, mas vários bancos, como o Industrial Português e o Popular Português, contribuíam generosamente.

A última tentativa golpista que contou com a participação do N/L foi a de 18 de Abril. Nesse dia a proclamação de *A Ditadura* dirigia-se aos "soldados e camponeses", ("vós que estivestes na Flandres crucificados à metralha do inimigo"), apelando à participação popular no golpe. Raul de Carvalho foi preso, mas não chegou a ser julgado.<sup>104</sup>. A partir daí a sua estrutura organizativa dissolveu-se.

De todos os grupos e grupúsculos fascizantes, criados no início dos anos 20 em Portugal, o N/L foi talvez o mais próximo do paradigma clássico, no modelo organizativo, no recorte da sua elite e no seu programa político. Possuía uma elite jovem e marginal ao sistema político e cultural; adoptou um estilo

---

<sup>102</sup> Cf. *A Ditadura*, 13-12-1924, p. 1.

<sup>103</sup> Cf. *Idem*, 19-4-1923, p. 1.

<sup>104</sup> Cf. *Idem*, 19-4-1925, p. 1.



virulento e para-milicial com apelos nacionalistas aos antigos combatentes, à juventude e à classe operária; adoptou um programa político contraditório e confuso, visto com suspeição pelas forças conservadoras tradicionais, particularmente as monárquicas e as católicas. Mas a sua capacidade de mobilização foi escassa e o seu papel no derrube da República parlamentar foi nulo. Aderentes do N/L e colaboradores da sua imprensa aderiram mais tarde a outras organizações fascizantes, nomeadamente à Liga 28 de Maio e ao Nacional Sindicalismo, mas os seus dirigentes não deixaram rasto significativo.

### 1.3.1.2- A Cruzada Nacional Nuno Alvares Pereira

Ao contrário do N/L, a Cruzada Nacional Nuno Alvares Pereira, organização que desempenhou um papel importante nas vésperas do golpe de Estado de 1926, dispunha de uma centralidade cultural e política muito maior, particularmente nos últimos anos da República parlamentar. Pequena liga nacionalista fundada em pleno sidonismo, a Cruzada era apartidária e de base heterógenea.

Fundada em Julho de 1918, a Cruzada não desenvolveu uma actividade contínua até 1926, quer em termos de acção política quer em termos de continuidade organizativa. A própria configuração da sua direcção alterou-se cada vez que ensaiava novo relançamento. Foi seu fundador o tenente João Afonso de Miranda que convidou para a sua direcção elementos de todos os partidos conservadores (republicanos, católicos e monárquicos) e ainda vários militares, unidos na "defesa da pátria" e "na criação de uma mentalidade patriótica"<sup>105</sup>. Apesar de em sentido estrito, quer pela base social quer pelo tipo de organização, esta não possa ser considerada um partido fascista, ela desenvolveu nos últimos anos do regime liberal uma campanha de propaganda pró-autoritária onde o fascismo constituiu um importante referencial.

---

<sup>105</sup> Cf. João Afonso de Miranda, "Para a história da Cruzada Nacional", *Cruzada Nacional Nun'Alvares*, nº 1, Novembro de 1922, p. 40.



Após um começo auspicioso sob o regime de Sidónio, a Cruzada quase desapareceu nos anos seguintes, para renascer, em 1921, com um "manifesto ao país", onde o difuso nacionalismo de ontem tomou a forma de um programa mais claro de crítica ao liberalismo e de apelo à reforma de Estado: "Ordem nas ruas. Ordem nos espíritos. Ordem em casa, enfim. Sem ordem, o Estado não pode viver.", proclamava a Cruzada ao retomar a actividade<sup>106</sup>. O seu programa tomou então uma feição mais autoritária. Continuava a considerar-se uma respeitável organização destinada a "levantar intensamente as energias do povo português, despertando-lhe e radicando-lhe o amor pela sua terra e o culto dos seus heróis", mas acrescentava-lhe um programa político concreto, destinado a "reconstituir a família tradicional"; a "nacionalizar o espírito científico"; a "promover a unidade moral da nação, e consequentemente, concorrer para a solução do problema da ordem pública"; a "solucionar equitativamente todos os conflitos entre o capital e o trabalho"<sup>107</sup>.

Este programa de restauração da ordem era, desde o início, acompanhado por um discurso de legitimação histórico-patriótico. Como referia o manifesto de 1921, a Cruzada apenas pretendia "reintegrar a Patria no culto da sua tradição violada, isto é, no culto das suas virtudes cívicas e domésticas; no culto da honra pública e privada; no culto dos seus heróis e os seus grandes homens, no culto da ordem, da lei, da bondade, da tolerância."<sup>108</sup>. Este manifesto, considerado pela recém fundada *Seara Nova* como revelador "do que é e do que vale a mentalidade conservadora no nosso país", marcou a revitalização da Cruzada, que no ano seguinte contava já com direcções distritais na maior parte do continente<sup>109</sup>.

A actividade política da Cruzada resumiu-se, nos seus primeiros anos de existência irregular, a algumas conferências e proclamações, tendo como ponto de referência um vago discurso nacionalista, indispensável para albergar sectores muito diferenciados, que iam da oposição conservadora ao partido

---

<sup>106</sup> Cf. Cruzada Nacional D. Nun'Alvares Pereira, *À Nação*, 20-9-1921.

<sup>107</sup> Cf. *Idem*.

<sup>108</sup> Cf. *Idem*.

<sup>109</sup> Cf. *Seara Nova*, nº1, 15-10-1921, p. 21.





Democrático. Entre os seus aderentes contaram-se chefes de partidos republicanos conservadores como António José de Almeida, monárquicos como João de Azevedo Coutinho, ministros republicanos como João de Barros, Senadores e deputados vários, e mesmo um Presidente da República, como Teixeira Gomes. Entre os católicos, eram, em 1922, aderentes à Cruzada, Oliveira Salazar, Cerejeira e José Maria Braga da Cruz<sup>110</sup>. Tal pluralismo de devoção ao Mestre de Aviz tinha sido desde logo atacado pelo IL, pela mão de António Sardinha, aquando da sua fundação<sup>111</sup>.

Ponto de convergência frágil, qualquer tentativa de transformar a Cruzada numa liga virada para a ação política disciplinada estaria condenada ao fracasso, mas o simples de facto de esta ter unido nomes tão diversos do espectro político e intelectual tradicionalista e conservador, simbolizava a progressiva unificação pela negativa de uma parte do *establishment* conservador contra a República parlamentar. Os próprios nomes atrás apontados eram membros destacados de partidos políticos ou grupos de pressão aos quais se encontravam ligados por laços ideológicos e políticos bastante mais fortes do que os que mantinham com Cruzada. Para muitos deles, aliás, dar o nome constituiu a sua única acção no interior desta liga.

Até 1926, altura em que a sua viragem ideológica fascizante foi clara e a sua campanha de propaganda se desenvolveu a par e passo com a conspiração do 28 de Maio, a Cruzada iria ainda aparecer e desaparecer da cena política várias vezes<sup>112</sup>. No entanto, cada vez que reaparecia, os seus órgãos dirigentes foram constituindo um revelador significativo do progressivo isolamento do parlamentarismo e do crescimento do que Juan Linz chamou de uma "oposição desleal"<sup>113</sup>. Raul Proença, observador atento da

---

<sup>110</sup> Cf. *Cruzada Nacional Nun'Alvares*, nº 1, Novembro 1922, pp. 5/2.

<sup>111</sup> Cf. *A Monarquia*, 30-7-1918, p. 1.

<sup>112</sup> José Machado Pais dividiu a vida política da Cruzada em 4 fases: 1918-21; 1922-24; 1924-26; primeiros meses de 1926. Em cada uma destas fases a Cruzada conheceu alterações na sua direcção e novos órgãos de imprensa. Mas em alguns períodos a sua organização não deu praticamente sinais de vida. Cf. José Machado Pais, *Op. Cit.*, p. 219. A Cruzada não desapareceu com o 28 de Maio de 1926, mas a sua actividade desarticulou-se e parte dos seus quadros seguiram caminhos diferenciados.

<sup>113</sup> Cf. Juan Linz, "Crisis, Breakdown & Reequilibration" in Juan J. Linz and Alfred Stepan, *Op. Cit.*, pp 37-38.



Cruzada, espantou-se com os respeitáveis nomes que assinavam as "monstruosidades" escritas nas proclamações da Cruzada, assinalando "que há republicanos (...) mais inimigos do futuro que os mais reaccionários integralistas."<sup>114</sup>.

Em 1922 encontravam-se associados à Cruzada, industriais como António Centeno, integralistas com Pequito Rebelo, o General Gomes da Costa, republicanos conservadores como Egas Moniz. Dois anos mais tarde até João de Castro, fundador do Nacionalismo Lusitano, aderiu. Entre 1921 e 1924 a Cruzada foi alargando a sua estrutura interna, criando secções distritais e locais, chegando mesmo a criar uma "comissão central de damas"<sup>115</sup>.

Em Janeiro de 1926, a Cruzada Nun'Alvares remodelou mais uma vez a sua direcção, acentuando a sua componente fascizante e golpista. Filomeno da Camara, militar conspirador do 18 de Abril, e futuro golpista de extrema direita durante a Ditadura Militar, assumiu a Presidencia da organização. Chegaram então à sua direcção Martinho Nobre de Melo, ex-ministro de Sidónio e principal ideólogo da última fase da Cruzada, e outros conhecidos nomes da extrema direita do espectro político<sup>116</sup>.

Em termos organizativos a Cruzada ensaiou então um modelo mais militante. O seu novo porta-voz, *A Reconquista*, (dirigido por Martinho Nobre de Melo) intitulou-se também "órgão das Ligas Operária e Académica do Condestável" e, se junto dos primeiros o eco era nulo, a comissão académica de propaganda iniciou efectivamente a agitação nas universidades. A 9 de Janeiro de 1926, a Cruzada organizou um comício na Sociedade de Geografia que reuniu, segundo a imprensa, "milhares de pessoas". O seu discurso era aí já mais radical e o seu conteúdo programático mais claro. "Queremos- afirmavam em Abril de 1926, ao mesmo tempo que apelavam a Gomes da Costa- que o Chefe de Estado seja realmente um *chefe* e não uma simples chancela dos partidos"; "queremos uma (...) representação dos interesses reais e permanentes da Nação e não dos interesses transitórios e egoístas das clientelas partidárias."; "Queremos a eliminação do intervencionismo directo ou imediato do Estado" na

<sup>114</sup> Cf. *Seara Nova*, nº1, 15-10-1921, p. 21.

<sup>115</sup> Cf. *Cruzada Nacional*, 8-2-1924, p. 61.

<sup>116</sup> Cf. *A Reconquista* nº 1, 15-1-1926.



economia; "queremos o sindicalismo orgânico não obrigatório mas com privilégios políticos e sociais"; "Queremos, em tese, a liberdade e privilegios da religião católica, em regime concordatário."<sup>117</sup>

A Cruzada considerava-se, nos primeiros meses de 1926, como o elemento propulsor de "um grande movimento nacional com o fim de pôr termo á luta estéril entre os partidos para se organizar tecnicamente a governação pública (...)"<sup>118</sup>. Seria precipitado considerar a Cruzada como principal inspiradora do golpe vitorioso de 28 de Maio de 1926, mas a sua última direcção unificou um pequeno mas poderoso grupo de pressão que tentou dominar a Ditadura Militar, como as peripécias golpistas associadas ao General Gomes da Costa iriam provar.

Revelador da pujança política adquirida pela Cruzada nos começos de 1926 era o movimento de adesões, vindas de organizações integralistas e de sidonistas, ainda que as primeiras não se dissolvessem na Cruzada. Outro elemento que convém não esquecer, e que a cruzada cultivava desde a primeira hora, eram os militares. Alguns tenentes do 28 de Maio, como Mário Pessoa, eram fundadores da Cruzada<sup>119</sup>. Os estudantes destacaram-se também na seção académica nomeadamente Castro Fernandes, fundador do Nacional Sindicalismo nos anos trinta. Os nomes mais associados ao conservadorismo republicano davam assim lugar a uma extrema direita mais jovem e mais virulenta.

A denúncia do programa fascizante da Cruzada caberia mais uma vez aos intelectuais da *Seara Nova* e, particularmente, a Raul Proença. "Em Portugal, a Cruzada Nun'Alvares resolveu iniciar um movimento análogo ao fascismo italiano (..)", mas -referia Proença com ironia- "É uma coisa aparatosa, chic, que mete chá-das-cinco, elegantes, estudantes pálidos, oficiais com calos e burgueses apópléticos."<sup>120</sup>. De facto, a referência ao fascismo e à Ditadura de Primo de Rivera por parte da Cruzada permaneceu basicamente

---

<sup>117</sup> Cf. *A Reconquista* nº 5, 1-4-1926, pp. 67/69.

<sup>118</sup> Cf. manifesto "Às Academias do País" da Comissão Académica de Propaganda in *A Reconquista* nº 6, 15-5-1926, p. 96.

<sup>119</sup> Mário Pessoa seria mais tarde um activo elemento do Secretariado Militar do Nacional Sindicalismo.

<sup>120</sup> Cf. Raul Proença, "O Fascismo e as suas repercussões em Portugal", *Seara Nova* Nº 77, 6-3-1926.



nos salões da Sociedade de Geografia e não na rua mas, em 1926, os únicos actores a quem todos os sectores conservadores apelavam a utilizar a rua eram os militares. A Cruzada, como outros antes e depois dela, apenas se preparava para ocupar o seu lugar na carruagem do comboio conspirativo, em andamento desde 1925.

### 1.3.2.- O FASCISMO E O DERRUBE DO LIBERALISMO

Após a análise das características do fascismo português do pós guerra, importa sintetizar o seu papel no derrube do liberalismo e definir a natureza da ruptura do golpe de 28 de Maio de 1926. Um golpe que estabeleceu uma Ditadura Militar, cujas crises sucessivas levariam à consolidação do "Estado Novo", já nos anos 30.

Um dos méritos da investigação mais recente sobre a queda da República parlamentar em 1926 foi o de provar a extrema diversidade ideológica e política dos actores sociais e políticos que contribuíram para o seu derrube, com o golpe de Estado de 28 de Maio<sup>121</sup>. Por outro lado, convém sublinhar também a acentuada instabilidade política que caracterizou os primeiros anos da Ditadura Militar então implantada, abrindo um período conturbado pela luta pela hegemonia no seu interior.

O golpe de Estado de 28 de Maio de 1926 não foi *apenas* uma intervenção militar de tipo pretoriano na vida política. Não foi a hierarquia militar estabelecida que decidiu derrubar mais um governo, mas uma coligação heterógenea de militares, com o apoio decidido de diversos partidos e grupos de pressão. O liberalismo republicano foi derrubado por um exército dividido e politizado, fundamentalmente a partir da intervenção portuguesa na Iª guerra mundial, sofrendo apelos golpistas de fracções organizadas no seu interior, que iam desde os republicanos conservadores, aos católicos-sociais e à extrema direita Integralista e correlativos apêndices fascistas, particularmente influentes juntos dos jovens oficiais. Estes últimos, não se esqueça,

---

<sup>121</sup> Uma boa descrição é a António José Telo, *Op. Cit.*, pp. 187-225.





constituíram a base da primeira Ditadura moderna estabelecida em Portugal, a breve Ditadura de Sidónio Pais (1917-18), que antecipou, nomeadamente como seu populismo anti-plutocrático, alguns traços do fascismo.

Ainda que produto de grupos conspiratórios, os meandros do golpe eram do conhecimento da opinião pública e dos partidos. As fracturas entre as várias componentes golpistas foram mais importantes do que a resistência do governo. O General Gomes da Costa, contactado por um dos grupos de conspiradores para assumir a chefia, foi descendo sobre Lisboa e negociando o novo poder com a componente republicana conservadora, dirigida pelo Almirante Cabeçadas. O movimento demorou alguns dias e a imprensa de Lisboa ia descrevendo as negociações. A resistência militar aos golpistas foi escassa e a mobilização civil nula.

O eixo analítico mais apropriado para a análise da queda do regime republicano, remete para as relações civil-militar no âmbito de uma crise de legitimidade da Iª República. O apelo aos militares foi uma constante na vida política da República no pós-guerra, por parte da oposição ao partido dominante, o partido democrático. Quase por definição, o sistema político republicano não teve uma "oposição leal", para usar a terminologia de Juan Linz, já que era patente para os actores políticos que a possibilidade de chegada ao poder por via eleitoral era nula.

Desde cedo que os partidos republicanos conservadores, pequenos agrupamentos de notáveis ligados a grupos de interesses, se tinham habituado a recorrer a meios extra-parlamentares para se aproximarem do poder. No pós guerra existiram alguns governos de coligação ou mesmo conservadores, mas sempre ligados a situações de crise. A radicalização dos pequenos partidos republicanos conservadores, (Nacionalistas, Reconstituintes, União Liberal Republicana, etc) foi um factor fundamental na queda da República, levando-os a "apelar aos militares", quando, na sequência das eleições de 1925, o Partido Democrático as ganhou mais uma vez. Neste espectro de pequenos partidos de quadros, emergiram algumas figuras carismáticas que juntaram a sua voz à pequena, aguerrida e elitista extrema direita, como a Cruzada Nuno Alvares, no apelo à intervenção militar e, mais do que isso, à constituição de grupos organizados



no interior das Forças Armadas. Cunha Leal foi talvez, entre os dirigentes republicanos, o mais importante deles.

O papel de grupos como os integralistas foi importante. Em termos de conspiração e propaganda da opção ditatorial seguramente mais do que o Centro Católico, ligado à hierarquia da Igreja e mais prudente. Os integralistas dispunham de um conjunto significativa de simpatizantes nas Forças Armadas e desempenharam um papel importante como elemento de radicalização anti-democrática em alguns grupos de conspiradores. Mas a presença de ambos em organizações como a Cruzada Nuno Alvares e a sua marcada interioridade no processo golpista demonstra como um segmento importante das elites escorou o golpe no campo civil, fornecendo aos militares algum programa político, para além da "ordem nas ruas e no governo".

O movimento conducente ao 28 de Maio, dada a heterogeneidade dos elementos que se movimentavam nos bastidores da intervenção militar, aproximou-se de dois dos padrões apontados por Juan Linz para a queda dos regimes liberais. Com efeito tratou-se um golpe militar que cooptou uma parte da elite política do regime liberal, (que, tal muitos dos militares, tinha como objectivo expresso o futuro restabelecimento de uma ordem constitucional reformada), integrando também a "oposição desleal", e que excluiu do poder o partido dominante<sup>122</sup>. O produto foi uma Ditadura Militar que afastou rapidamente uma parte da componente republicana, em golpes posteriores, e que viria a ser incapaz de se institucionalizar. Parceiro menor nesta coligação, a direita radical, como se verá a seguir, encontrou no novo regime um espaço de manobra que a aproximou fugazmente do novo poder.

Influenciados pela bibliografia de referência sobre a tomada do poder dos partidos fascistas na Alemanha e na Itália, uma parte da investigação sobre as origens do 28 de Maio erigiu em objecto uma pergunta: porque é que em Portugal o liberalismo não foi derrubado por um partido de tipo fascista? Ou, como variante, porque não surgiu, no âmbito da crise do liberalismo, esse partido?

---

<sup>122</sup> Cf. J uan J. Linz, *Op. Cit.*, p. 82.



Importa desde logo salientar que a pergunta não é necessariamente pertinente no quadro da análise dos processos de crise do liberalismo, pois pressuporia o desvio de um padrão comum das crises da democracia do pós guerra, o que não corresponde à verdade, mesmo em termos meramente quantitativos. Na maior parte dos casos em que regimes liberais e democráticos entraram em colapso após a Iª Guerra Mundial, os fascista foram, ou parceiros menores nas coligações reacionárias, ou actores ausentes.

Os processos de derrube da democracia associados ao fascismo caracterizaram-se "uma tomada do poder por uma bem organizada oposição desleal com uma base de massas na sociedade, disposta a criar uma nova ordem social e política e pouco disposta a partilhar o poder com membros da classe política do regime derrubado, excepto como parceiros menores durante uma fase de transição"<sup>123</sup>. Esta foi uma variante dos processos de queda da democracia no pós guerra, emblematicamente representada pelo fascismo, mas ela foi a excepção (óbviamente, a excepção significativa) na regra dos processos protagonizados pela direita, na primeira metade do século XX.

Ainda que não se entre aqui em duvidosas relações de causalidade "estruturais", parece claro que este movimento de secundarização dos fascistas foi particularmente evidente nos países cuja desenvolvimento económico, estrutura social e sistema político se aproximava mais do português, na Europa dos anos 20. Ou seja, na periferia oriental e sul do continente europeu.

Alguma investigação portuguesa tem procurado "resolver" a ausência de um movimento fascista em Portugal no início dos anos 20, salientando o seu contributo, ainda que fragmentado e débil, no movimento conducente ao derrube do liberalismo. Este exercício, um pouco voluntarista, foi apressado e pouco sensível à escala. Tentou-se provar que, afinal, Portugal teve tudo o que os clássicos apontaram como as "origens" do fascismo, (modernismo e futurismo, nacionalismo, traumas da primeira guerra, ofensiva operária, anti-comunismo, jovens militares politizados pela extrema direita, o fascismo *avant la lettre* de Sidónio Pais,

---

<sup>123</sup> Cf. *Idem*, p. 82.



massificação da política, crise de legitimidade do liberalismo, e, mesmo, fascistas...). Mas convém observar a escala e explicar porque não foram estes protagonistas, nem do derrube do liberalismo, nem da ordem autoritária que lhe sucedeu.

Repare-se que referir a escala não é sinónimo de frios números, já estes podem ser ilusórios. Em 1919, o fascismo italiano tinha, utilize-se qualquer proporcionalidade, tantos militantes, em termos relativos, como um anónimo grupusculo português chamado "Nacionalismo-Lusitano", tinha em 1923. Enquanto um tomou o poder três anos mais tarde, o outro desapareceu em 1925. Quanto a importancia qualitativa, pela mesmo época, Hitler não teria sequer a notoriedade de um desconhecido português chamado João de Castro Osório. Regressando à questão das crises dos regimes liberais no pós guerra a questão a não iludir é pois a da própria chegada ou não do fascismo ao poder, já que quanto a fascistas, eles viram-se um pouco por todo o lado.

Seguir a "história" do grupuscular fascismo nativo, que encontrou na breve ditadura de Sidónio Pais e no magma cultural intergralista um referencial para a acção política, sendo importante, pode constituir um exercício ilusório. Com efeito, esta investigação contribuiu sem dúvida para distinguir o movimento conducente à queda da República parlamentar de um mero exercício pretoriano que remetesse apenas para as relações entre o exército e o poder político liberal. Mas convém não iludir a questão de que o fascismo enquanto movimento, mesmo utilizando a mais lata das definições, não foi o actor principal deste processo. Para os cultores da precisão, as dúvidas podem-se referir apenas aos graus de importância no seio dos actores secundários.

*No caso português, o factor a salientar, numa perspectiva comparativa, foi assim o da ausência de um movimento fascista no processo de derrube do liberalismo. A própria coligação de forças políticas que apoiaram o este derrube caracterizou-se, desde o seu início, pela predominância dos partidos conservadores e de direita radical, sendo o fascismo, agora entendido como movimento, um parceiro fragmentado e menor. Sintetizem-se rapidamente alguns dos factores de inibição ao desenvolvimento do fascismo (na época*





do tipo italiano, único paradigma existente) na sociedade portuguesa do pós guerra.

Ainda recentemente um estudioso do fascismo, propunha um regresso às origens, salientando a importância de voltar ao estudo da *crise* que o provocou<sup>124</sup>. A literatura sobre os processos de crise das democracias após a Iª Gerra Mundial não tem parado de crescer, acentuando-se a rejeição de muitos simplismos monocausais sobre as origens dos regimes autoritários e fascistas. Um conclusão parece no entanto obter a unanimidade: a de que o fascismo foi uma de várias opções ditatoriais possíveis, e a de que não foi indiferente ser este a tomar o poder e não outra qualquer coligação conservadora ou da direita radical.

A crise do liberalismo português remete antes de mais para o problema das complexas relações entre o fascismo e as diversas famílias políticas em que dividiu o conservadorismo na primeira metade do século XX. Parece hoje claro que o ascenso do fascismo só foi possível em coligação com ideologias, grupos de interesses e eleitorado, representados até aí por por variados partidos conservadores, mas confundí-los não ajuda à compreensão do que constituiu justamente a sua inovação e singularidade. Como afirmou Blinkhorn, "não pode ser negado que, enquanto movimentos, partidos e ideologias políticas, conservadorismo e fascismo ocuparam posições muito diferentes na direita europeia do princípio e meio do século, convergindo em alguns pontos e divergindo em outros."<sup>125</sup>.

Algumas condicionantes estruturais parecem desde logo afastar alguns dos temas clássicos do fascismo, que remetem para aspectos específicos da evolução política e social portuguesa desde finais do século XIX. Como já foi salientado, Portugal chegou ao turbilhão desencadeado pela Iª Guerra sem alguns dos factores perturbadores apontados pela historiografia do fascismo, no campo das relações entre política interna e política externa. Portugal tinha resolvida, no fundamental, a "questão nacional": "Estado" e "nação" andavam de boas relações e coincidiam com

---

<sup>124</sup> Cf. Geoff Elcy, "What Produces Fascism: Preindustrial Traditions or a Crises of the Capitalist State?" in Michael N. Dobkowski and Isidor Wallimann (Edit. by), *Op. Cit.*, p. 92.

<sup>125</sup> Cf. Martin Blinkhorn (edited by), *Fascists and Conservatives*, (London: 1990), p. 13.



significativa homogeneidade cultural; não conheceu minorias nacionais ou etnico-culturais no seu interior; não tinha reivindicações territoriais a fazer no espaço europeu; encontrava-se na esfera de influência britânica que garantia o seu vasto património colonial; chegou à "era das massas" sem alguns dos temas mobilizadores do radicalismo geralmente associados aos movimentos fascistas. Acresce ainda que esta "massificação da política" deve ser moderada no caso português.

Na segunda metade do século XIX Portugal poderia ser definido como um país não industrializado com com "estável parlamentarismo oligarquico" e a dinâmica do seu processo de mudança social e política não diferiu muito da de outros países semi-periféricos que Nicos Mouzelis caracterizou como possuindo um "early parliamentarism and late industrialization"<sup>126</sup>. Virando-se para a exploração do seu património colonial africano e ensaiando uma tímida industrialização baseada na "substituição de importações", o liberalismo oligárquico começaria a entrar em crise na viragem do século. A própria emergência do movimento republicano que mobilizaria largos extratos das classes média (e populares) urbanas, até então excluídas do campo político foi expressivo dessa crise<sup>127</sup>.

A 1ª República representou de facto um processo falhado de democratização política em Portugal. As elites republicanas fizeram seu o programa do sufrágio universal, do anti-clericalismo e do nacionalismo assente na luta contra a dependência britânica e na defesa do património colonial. Logo em 1910 toda uma legislação de acelerada laicização foi promulgada, acompanhada de um forte movimento anti-clerical urbano. Estas medidas, em grande parte inspiradas pelas tomadas 5 anos antes pela III República francesa, tiveram um profundo impacto na hierarquia católica. Mas o sufrágio nunca seria alargado, sob pretexto das primeiras revoltas monárquicas desencadeadas a partir de Espanha, e o Partido democrático, herdando parte do caciquismo eleitoral da monarquia liberal, tornou-se rapidamente o partido

---

<sup>126</sup> Cf. Nicos Mouzelis, *Politics in the Semi-Periphery. Early Parliamentarism and Late Industrialization in the Balkans and Latin America*, (London: 1986).

<sup>127</sup> Cf. Pedro Tavares de Almeida, *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*, (Lisboa: 1991).



hegemónico. A intervenção na Grande Guerra, defendida pelos republicanos como forma de protecção do património colonial e a crise que esta provocou apenas acentuaram a crise de legitimidade do parlamentarismo liberal.

O pequeno mas aguerrido movimento operário de hegemonia anarco-sindicalista não deixou de assustar as classes possidentes face à incapacidade notória do regime republicano de promover a sua integração, mas não se exagere o papel do "bienio rosso" português, na vaga autoritária que derrubou o liberalismo português. Algumas fracturas económicas e sociais se sobrepuzaram a esta, no campo dos factores de queda da República. Citando o modelo de Organski, fracturas como as da cidade/campo, elites tradicionais/elites modernas, típicas de uma "sociedade dual" como era a portuguesa dos anos 20, são mais operativas para a análise da queda do liberalismo português, do que a fractura burguesia industrial /classe operária. Ao analisar algumas condicionantes estruturais de instabilidade da Iª República alguma investigação realizada provou, com argumentos sólidos, que a conflituosidade agro-industrial, derivada da inserção semi-periféria de Portugal e a incapacidade de unificação no âmbito do parlamentarismo, foi um elemento determinante, situação agravada pela crise conjuntural do pós guerra<sup>128</sup>.

A crise do Iª República no pós guerra representou, por outro lado, um típico exemplo das dificuldades do fascismo encontrou em sociedades de insipiente "massificação da política" e onde competidores políticos tinham já de certa forma "preechido" o seu espaço <sup>129</sup>.

A participação portuguesa na Iª Guerra não provocou danos na estrutura produtiva e social, comparáveis aos sofridos pelos contendores no centro da Europa. Não favoreceu também as condições para a emergência de grupos susceptíveis de constituir um primeira base para movimentos fascistas, alargando o núcleo original de intelectuais que lhe deram origem. Portugal sofreu as suas "humilhações" de guerra em plena Ditadura Sidonista, nomeadamente a pulverização dos batalhões portugueses na

<sup>128</sup> Cf. Kathcen C. Schwartzman, *Op. Cit.*, p. 184.

<sup>129</sup> Cf. Juan J. Linz, "Political Space and Fascism as a Late-Comer", Stein Ugelvik Larsen et alli (Edited by), *Op. Cit.*, pp.153/189.



frente de combate e terminou ainda sob este regime o seu esforço militar na frente de combate. Os republicanos conseguiram aliás mobilizar e virar contra a Ditadura de Sidónio Pais muitos ex-combatentes "traídos" pelos monárquicos que a apoiaram e pelos regimentos militares que se recusaram a partir para França. Desconhece pois o fenómeno "ex-combatente", rapidamente absorvido pela sociedade rural ou pela emigração.

A "Vitória Mancata" também deve ser moderada, pois Portugal conseguiu salvaguardar o seu património colonial e não tinha reivindicações territoriais na Europa. Outro factor importante associa-se aos seus competidores ideológicos e políticos de direita, estreitamente associados às duas clivagens político-ideológicas atrás assinaladas e ainda à "ameaça operária".

A clivagem secularização foi talvez a mais importante das abertas pela Iª República. Desde os anos 10 que um pequeno núcleo de católicos se organizou em torno de um programa político que unia a restauração dos direitos da Igreja com uma alternativa autoritária ao liberalismo. Mesmo em termos culturais, Portugal foi um claro exemplo de como existe pouco espaço para a emergência de uma "intelligentsia fascista" quando, como foi o caso, "as respostas hostis à modernização e a concomitante rejeição do liberalismo permanecem "embedded" em formas religiosas e a política reaccionária e conservadora está ligada com a defesa das posições da Igreja(...)"<sup>130</sup>. A Igreja e o centro católico, constituíram pois um competidor poderoso à fascização das elites universitárias e intelectuais, ocupando um espaço político determinante na reação anti-democrática.

Outra clivagem importante foi a do regime. O restauracionismo monárquico continuou a inibir, quer ideologicamente, via integralismo, quer no campo político, ao destruir a mobilização populista da Ditadura de Sidónio Pais, a unificação política da direita anti-democrática. O IL protagonizou as bases ideológicas para um fascismo português no pós guerra mas, preso pelo seu restauracionismo, limitou as potencialidades de mobilização do Sidonismo. Foi também a questão do regime que fracturou o entendimento entre integralistas e católicos

---

<sup>130</sup> Cf. *Idem.*, p. 164.





sociais, ambos defensores de um corporativismo autoritário como alternativa ao liberalismo.

O breve consulado de Sidónio, como se escreveu já, com a sua presença carismática, com a sua mobilização da província, com o seu discurso populista, representou a primeira tentativa conseguida de mobilização popular da direita portuguesa, desde a revolução de 1910. Mas a Ditadura de Sidónio, que poderia ter constituído o cimento sociológico para um fascismo mobilizador nos anos 20, foi abalada pela reabertura da clivagem monarquia-república, com a instauração da chamada Monarquia do Norte, abrindo um chaga fatal na unidade da direita anti-democrática.

As próprias associações patronais, que no início dos anos 20 ofereceram algum apoio aos esboços do movimentos fascistas então criados, organizaram-se sem mediadores em frente de propaganda anti-democrática, negociando directamente com os militares e com os partidos e grupos de pressão conservadores. A precoce perspectiva de intervenção militar retirou também espaço aos apóstolos das milícias, esvaziadas de função a partir de 1925, quando a desordem não estava já nas ruas da classe operária mas nas do Parlamento e do governo.

Sucedendo a uma mobilização das classes médias e populares urbanas, que abandonaram progressivamente o partido democrático, não existiram quaisquer traços de mobilização populista da província conservadora por parte da reacção anti-republicana. No norte, a República não abalou as estruturas de dominação tradicionais, estabelecendo pactos clientelares com segmentos das elites locais. No sul latifundiário, o sindicalismo rural, após um período de importante surto em 1910-12, imediatamente após a proclamação da República, quase que desapareceu, não sendo unidade constitutiva do "bienio rosso" português, nos anos 20<sup>131</sup>. A conflituosidade social inerente ao desenvolvimento do fascismo rural italiano, não se manifestou em Portugal, como aliás se demarcou também do tipo de clivagens sociais que conduziram à criação de partidos agrários na Europa de Leste.

---

<sup>131</sup> Cf. José Pacheco Pereira, *Conflictos Sociais nos Campos em Portugal*, (Lisboa: 1982), pp. 77-117.



Apesar de ser ocasionalmente contrariada pelo relativo sucesso de alguns movimentos na Europa de Leste (nomeadamente na Roménia), a tese que aponta para uma correlação entre desenvolvimento do fascismo e massificação da política, parece operativa para o caso português. A natureza pré "massificação" da representação política e social no Portugal dos anos 20, e a permanência de relações clientelares, ao nível do sistema político, foram certamente elementos determinantes no tipo de transição ao autoritarismo verificada em Portugal.

Paradoxalmente, foi a Ditadura Militar que abriu espaço à organização do fascismo e a sua aproximação do Poder. Gozando de influência nos "tenentes" do 28 de Maio e na a sombra de alguns "barões" militares, sem máquinas políticas ou grupos de pressão com alguma estabilidade que os apoiassem, Rolão Preto pensou então ter chegado a oportunidade de fundar um movimento fascista.

### 1.3.3.- FASCISTAS E CONSERVADORES SOB A DITADURA MILITAR

"Ditadura sem um ditador", como um observador da época salientou, o regime implantado em 28 de Maio de 1926 não transportava consigo um projecto alternativo ao liberalismo republicano. Resultado de um compromisso transitório mediatizado pelos militares, o regime dictatorial foi atravessado por diversos (e contradictórios) projectos até à consolidação do autoritarismo no início dos anos trinta, já sob a direção de Salazar.

Não é fácil "ler" a sequência vertiginosa de acontecimentos políticos nos primeiros anos da Ditadura Militar auxiliados por algumas das tipologias habitualmente utilizadas pelos estudiosos da direita no período entre as duas guerras<sup>132</sup>. Algumas das razões remetem, como atrás foi assinalado, para a natureza do sistema político republicano e para a consequente incipiência da

---

<sup>132</sup> Cf. Sanley G. Payne, *Op. Cit.*, pp. 3-21; Roger Eatwell and Noël O'Sullivan, *The Nature of the Right* (London: 1989); Martin Blinkhorn (Edited By), *Op. Cit.*, pp. 1-13.



própria representação partidária da direita sob o regime derrubado.

Outras clivagens suplementares determinaram ainda a configuração partidária e a acção política da direita radical sob a Ditadura Militar, a mais importante das quais era o diferendo monarquia-república no campo ideológico. Por outro lado a natureza militar do regime transportou para a ribalta não só as tensões corporativas inerentes à instituição militar, que atravessaram muitos dos conflitos, como determinou ainda a formação de verdadeiras fações políticas no interior das forças armadas.

Em trabalho anterior apresentei uma proposta de tipologia tripartida do espectro politico-ideológico da direita portuguesa que pode ter alguma utilidade analítica para o estudo das suas atitudes políticas nos primeiros anos da Ditadura Militar<sup>133</sup>:

A primeira que definimos como *liberalismo conservador* estava representado nos partidos republicanos conservadores. Apelaram aos militares e apoiaram o golpe na perspectiva de um "Estado de excepção" que lhes permitisse a reforma da Constituição de 1911 num sentido presidencialista, limitador do parlamentarismo. Pensavam acima de tudo na remodelação do sistema partidário através da criação de um forte partido conservador com o apoio do aparelho de Estado, apto a enfrentar, reposta a legalidade constitucional, o partido democrático.

A segunda, que definimos como *conservadorismo autoritário*, era acentuadamente anti-liberal. A sua proposta era a da construção de um regime autoritário que eliminasse o velho sistema de partidos da República, introduzindo eventualmente um partido único de vocação "integradora". Alguns propunham mecanismos de representação corporativos e outros governos de "competência técnica". Ideologicamente filiavam-se quer no corporativismo católico quer em um difuso corporativismo

---

<sup>133</sup> Cf. António Costa Pinto, "A Direita Radical e a Ditadura Militar: a Liga Nacional 28 de Maio (1928-1933)", Eduardo de Sousa Ferreira e Walter C. Opello Jr. (Coord. de), *Conflict and Change in Portugal* (Lisboa: 1985), pp. 24-25.



republicano, onde não estava ausente algum revisionismo autoritário que se reinvidicava de Oliveira Martins e Basílio Teles. Nele se moviam católicos, monárquicos e republicanos autoritários.

E, finalmente, a *direita radical*. A sua proposta era de ruptura total com o sistema liberal, apontando para a construção de um Estado Nacionalista baseado no corporativismo integral. Os traços de fascização deste sector eram crescentes desde o pós guerra, visíveis nas tentativas de criação de um partido de massas aproveitando a nova conjuntura da Ditadura Militar e na opção de modelos mais carismáticos de legitimidade. O seu principal suporte ideológico tinha origem no IL, ao qual se juntaram outras componentes de origem republicana e sidonista.

A nova situação criada pelos militares provocou no entanto uma alteração sensível no espectro político e muitas das atitudes dos actores políticos, particularmente os militares, dificilmente poderão ser percebidas à luz da tipologia atrás descrita. Os percursos erráticos multiplicaram-se e seria fastidiosos referi-los em detalhe<sup>134</sup>. No entanto, as posições expressas por algumas formações partidárias nos primeiros anos da Ditadura podem ser melhor analisadas se a tomar-mos em consideração.

De entre as diversas forças políticas que se situaram imediatamente no campo de apoio à Ditadura e que constituíram um contrapeso importante à direita radical importa salientar o Centro Católico, em estreita dependência da própria hierarquia da Igreja, e alguns partidos republicanos conservadores. Alguns destes, caso da União Liberal Republicana de Cunha Leal e do Partido Nacionalista, se viram os seus projectos de manipulação do novo poder gorados, logo nos primeiros anos da Ditadura, constituíram no entanto uma escora junto da elite militar conservadora perante as ofensivas dos radicais de direita.

---

<sup>134</sup> Filomeno da Câmara, por exemplo, um dos chefes do 18 de Abril e de várias aventuras golpistas pós 28 de Maio tinha sido militante do Partido Nacionalista.





Quer a Igreja quer o partido do centro Católico, se situaram imediatamente no campo de apoio à Ditadura Militar. Até 1928, data da entrada de Salazar, então seu dirigente, no Governo, o Centro constituiu um poderoso grupo de pressão, que só se desvaneceu quando o recém nomeado ministro das finanças, uma vez consolidado o seu poder, o neutralizou, já no início dos anos trinta. Como veremos à frente, as suas posições foram decisivas no bloqueio à direita radical nos primeiros anos do novo regime.

Convém também não subestimar o peso dos republicanos conservadores. Apesar de diminuídos com a eliminação de Cabeçadas, algumas formações partidárias dispunham de uma influência importante no exército, nomeadamente junto de alguns generais que, com a derrota de Gomes da Costa, chegaram ao governo e que mais tarde se oporiam mesmo a Salazar, como Domingos de Oliveira, Vicente de Freitas e outros. A sua importância ficaria inscrita no próprio compromisso que representou o texto constitucional que constituirá a base do novo regime em 1933, rapidamente ignorado por Salazar.

O polo unificador de uma corrente fascizante no interior da Ditadura Militar foi o brevíssimo consulado de Gomes da Costa logo em 1926. Como atrás se referiu, Rolão Preto, em conjunto com jovens militares e outros expoentes da direita radical tentaram criar de imediato uma organização milicial de apoio ao novo regime, emergindo na ribalta política atrás da figura do velho general.

A partir da derrota de 1926 o sector mais radical da "família integralista" apostou na criação de um partido fascista susceptível de dominar a Ditadura Militar. Rolão preto regressou então à propaganda do "sindicalismo nacional". No final década a Liga 28 de Maio reunia o fundamental deste sector, em estreita associação e sob protecção dos "tenentes". O que restava do IL aderiu a esta organização, que viria a dar origem ao Nacional Sindicalismo

### **1.3.3.1.- A "União Nacional e as "Milícias Lusitanas"**

A "união Nacional" e as "milícias lusitanas" constituíram a primeira tentativa de dominar a Ditadura Militar por parte do



núcleo mais fascizante do seu heterogéneo bloco de apoio. Foi esta tentativa de tomada do poder que provocou a queda de Gomes da Costa em Julho de 1926, com o golpe dos generais Carmona e Sinel de Cordes. Para além do próprio Rolão Preto outros sectores mais influenciados pelo fascismo, como Martinho Nobre de Mello, principal dirigente da Cruzada Nun'Alvares, estiveram envolvidos.

Rolão Preto fundou o órgão deste movimento, *A Revolução Nacional*. Formalmente, o director era o Tenente Pinto Correia, secretário do General Gomes da Costa, mas este diário de vida breve foi de facto dirigido por Preto, que por razões de segurança e para impedir a denúncia dos republicanos conservadores (dada a sua associação com movimentos monárquicos), utilizou os pseudónimos de "Plures" e "Pluribus"<sup>135</sup>. "Esta direcção encoberta" foi aliás denunciada pelo porta-voz dos católicos, o *Novidades*, que, ao mesmo tempo, aproveitou imediatamente a oportunidade para criticar os propósitos fascistas das "milícias"<sup>136</sup>.

Preto aconselhou o novo poder a esmagar rapidamente os seus inimigos, ou seja os partidos e o sistema de partidos, e a enveredar por drásticas medidas de depuração política do aparelho de Estado, clamando ao velho general para que pegasse "na espada e varresse". Mussolini -salientava em editorial- "ocupou os pontos estratégicos da defesa do Estado matando impiedosamente tudo o que poderia servir de apoio à reacção fatal dos políticos", Gomes da Costa deveria seguir o seu exemplo<sup>137</sup>. A utilização de pseudónimo permitia-lhe também multiplicar as declarações de fé republicanas e apelar à neutralização de políticos conservadores como Cunha Leal e o seu partido<sup>138</sup>.

---

<sup>135</sup> Nome que utilizou para assinar os editoriais deste fugaz diário. Nascido a 21 de Junho de 1926, foi encerrado 2 semanas mais tarde, após o derrube de Gomes da Costa, pelo grupo de Sinel de Cordes e Carmona, e a fuga do grupo promotor.

<sup>136</sup> Rolão Preto negou na altura a direcção do jornal, só a reconhecendo mais tarde. *Vide* a sua declaração de resposta ao órgão católico, onde nega a sua direcção, in *A Revolução Nacional*, nº14, 6/7/1926, p.1. Confessou a sua posição in José Machado Plácido Barbosa, *Op. Cit.*, p. 60.

<sup>137</sup> Cf. Pluribus, "Governar! Governar!", *A Revolução Nacional*, nº3, 23/6/1926, p. 1.

<sup>138</sup> Cf. Pluribus, "Abaixo os Partidos!", *A Revolução Nacional*, nº8, 29/6/1926, p. 1.



Em Junho de 1926 Martinho Nobre de Melo, um ex-ministro de Sidónio de formação integralista, apresentou na Sociedade de Geografia um verdadeiro programa político para a nova ditadura. O seu discurso foi marcado pela defesa do corporativismo, de um regime ditatorial de tipo presidencialista e de uma clara opção industrializante em termos económicos. A comissão organizadora da União Nacional formou-se, incluindo dirigentes do IL como Pequito Rebelo, radicais e fascistas como Trindade Coelho<sup>139</sup>. As "milícias" nacionalistas deveriam ser organizações para-militares de tipo fascista. Em Julho, Gomes da Costa demitiu uma série de ministros, acumulou algumas pastas ministeriais e Martinho Nobre de Melo e o integralista João de Almeida chegaram ao governo, mas dois dias depois os generais exilararam-no nos Açores, demitiram os ministros e interditaram *A Revolução Nacional*. O tenente Pinto Correia e alguns outros passaram ainda pela prisão.

Esta primeira tentativa de criação de um partido de massas morreu à nascença, dado o golpe dos generais que exilou Gomes da Costa e neutralizou as substituições ministeriais por ele realizadas sob pressão deste grupo. Mas, nos anos seguintes, a sua organização, estreitamente associada ao "tenentes" do 28 de Maio, participou em várias tentativas golpistas até fundar uma organização mais estável, A Liga Nacional 28 de Maio, 2 anos mais tarde.

Para Rolão Preto e para parte dos integralistas que o acompanharam o derrube de Gomes da Costa representou um rudo golpe. Nos anos seguintes não só muitos deles seriam exilados e presos, com as próprias actividades de propaganda começaram a ser alvo da censura militar e de proibições de comícios e outras actividades<sup>140</sup>. No entanto, muito embora enfraquecida, a Junta Central do IL e algumas juntas escolares e provinciais continuaram organizadas.

---

<sup>139</sup> Cf. António José Telo, *Decadência e Queda da 1ª República Portuguesa*, Vol. 2, (Lisboa: 1984), p. 220. Vide Também Plures, "A União Nacional", *A Revolução Nacional*, 6/7/1926, p. 1.

<sup>140</sup> Através da correspondência interna verifica-se este acréscimo repressivo. Alguns governadores civis começaram a impedir conferências de Rolão Preto e de outros integralistas e a censura sobre a sua imprensa reforçou-se.



Seria ainda em 1926 que Homem Cristo Filho, recém regressado a Portugal após o golpe, fundou com grande alarido *A Informação* <sup>141</sup>. Homem Cristo simbolizou nos anos 20 um precoce e intelectual "internacionalismo" fascista que, no entanto, representou um percurso singular e marginal em Portugal.

Filho de um conhecido e virulento jornalista republicano, Homem Cristo tinha fundado a *Ideia Nacional* em 1915. Mais tarde, durante a Ditadura de Sidónio Pais, foi nomeado "director dos serviços de Informação nos Países Amigos e Aliados", espécie de Embaixador itinerante de Sidónio. Sólidamente implantado nos meios culturais da extrema direita parisiense através da Agência noticiosa e editora Fast, onde publicou o seu conhecido *Mussolini Batisseur d'Avenir*, este apologista do "fascismo latino" permaneceu um fenómeno isolado <sup>142</sup>. Chegado a Portugal ainda tem tempo de apoiar Gomes da Costa, mas o seu rápido derrube neutralizou os projectos de Homem Cristo, que foi novamente expulso, desta vez pelos sucessores de Gomes da Costa, em Agosto de 1926. Regressado a França, dedicou-se a um novo projecto internacional, a organização de um "congresso das Nações do Ocidente" sob o patrocínio de Mussolini, morrendo precocemente alguns anos mais tarde.

Após o "duro revés para a Revolução Nacional" que constituiu o derrube de Gomes da Costa, vamos encontrar os mesmo nomes (e o mesmo tipo de organização) nas tentativas seguintes, basicamente com a oposição das restantes forças políticas.

Uma segunda foi logo lançada pouco depois da falhada revolução pró-democrática de Fevereiro de 1927: a Milícia Lusitana <sup>143</sup>. A iniciativa partiu do mesmo grupo e mereceu imediatamente o repúdio dos republicanos conservadores e do Centro Católico. Alguns dos seus fundadores, como Angelo César, Sebastião de Vasconcelos e Valadares Botelho serão em 1928

---

<sup>141</sup> Nº 1, 17-7-1926. Vide Cecília Barreira, *Op. Cit.*, pp. 17-25.

<sup>142</sup> Cf. Homem Cristo Filho, *Mussolini Batisseur d'Avenir. Harangue aux foules latines*, (Paris: 1923). Sobre estas e outras obras deste admirador de Mussolini cf. Luisa Passerini, *Mussolini Immaginario. Storia di una biografia 1915-1939* (Bari: 1991), pp. 61-76.

<sup>143</sup> Cf. Arlindo Caldeira, "O Partido de Salazar....", *Cit.*, pp. 944-949.





fundadores da Liga 28 de Maio. Os integralistas apoiam de imediato a iniciativa, bem como alguns "tenentes do 28 de Maio".

O órgão afecto à União Liberal Republicana de Cunha Leal denunciou de imediato esta tentativa, em nome de um sector significativo do seu bloco de apoio<sup>144</sup>. Quanto ao Centro Católico, este aproveitou para salientar os perigos de um "nacionalismo paganizado" que andava a perverter e envenenar a "nova geração" reafirmando que só a Igreja o poderia evitar os "excessos" anteriormente apontados<sup>145</sup>.

Após atitudes contraditórias perante as Milícias, o governo da Ditadura deu-lhes a machadada final em nota oficiosa onde salientava ser "premature tudo quanto se tem dito quanto à interferência do governo na organização de qualquer corpo de milícias"<sup>146</sup>. Pouco tempo depois aliás outra iniciativa de formação de um partido de apoio à Ditadura, agora com a sinpatia do Centro Católico, viria provar as enormes contradições em que se moviam os governos da Ditadura Militar.

No campo conspirativo o primeiro sinal de resposta do sector fascizante ao seu afastamento forçado do poder, em 1926, veio com a tentativa golpista de Filomeno da Camara em finais de desse ano, o chamado golpe dos "Fifis"<sup>147</sup>. Várias unidades se movimentaram com o velho militar do 18 de Abril de 1925, que Rolão Preto acompanhou. Os integralistas apoiaram o golpe, que contou ainda com a participação de vários tenentes affectos a Gomes da Costa. Derrotado, Filomeno da Camara não foi sequer preso, sendo em 1929 "desterrado" para Angola como Alto Comissário, sendo demitido mais tarde por Salazar, na sequência de graves conflictos com colonos locais<sup>148</sup>.

Em finais de 1927, quando o sector republicano conservador ensaiar o lançamento de um agrupamento "de apoio à Ditadura", a resposta da direita radical foi a constituição da Liga 28 de Maio,

---

<sup>144</sup> Cf. *A Situação*, 19-3-1927.

<sup>145</sup> Cf. *Novidades*, 17-2-1927.

<sup>146</sup> Cf. *A Voz*, 3-3-1927.

<sup>147</sup> Este golpe ficou conhecido pelo golpe dos "Fifis" devido ao nome de dois dos conspiradores, Fidelido de Figueiredo e Filomeno da Camara.

<sup>148</sup> Que ocasionou a morte de outro participante no golpe, o tenente Morais Sarmento.



organização que, uma vez neutralizada, constituiu a plataforma de arranque do movimento Nacional Sindicalista<sup>149</sup>.

### 1.3.3.2.- A Liga Nacional 28 de Maio

A Liga Nacional 28 de Maio foi criada em finais de 1927 e apresentada publicamente em Janeiro de 1928<sup>150</sup>. O seu aparecimento deu-se numa conjuntura particular. Em dezembro de 1927, Vicente de Freitas, Ministro do Interior da Ditadura anunciou um projecto de lei eleitoral, um recenseamento para o plebiscito do General Carmona com Presidente da República e ainda para "eleições administrativas". Pensando no plebiscito, mas prioritariamente nas "eleições administrativas" o governo decidiu anunciar a criação de um partido "de apoio à Ditadura", que se desejava o mais integrador possível. Foi nomeada uma comissão ministerial para a sua organização (entre outros Sinel de Cordes, Manuel Rodrigues e Vicente de Freitas) e o projecto começou a ser conhecido como União Nacional Republicana ou simplesmente União Nacional. O governo pretendeu empenhar a administração no processo e iniciou a criação das primeiras comissões distritais. O seu programa nunca foi definido.

A criação da Liga no preciso momento em que o governo organizava o "seu" partido era indice claro da dificuldade de unificar a heterógenea base de apoio da ditadura, como aliás, os

---

<sup>149</sup> Neste balanço, necessariamente sintético, ignoraram-se algumas micro-organizações de inspiração fascista criadas por militares ou mesmo por elementos da polícia política no final dos anos 20. Uma delas, por exemplo, intitulava-se Milícia Nacional "os Legionários da Pátria", que ainda em 1930 tentava ser reconhecida, sem sucesso, pelo governo da Ditadura. Chegaram a ter sede provisória no centro de Lisboa e prestavam informações e denúncias, por certo não requeridas, sobre as actividades de oposição à Ditadura, enviando sucessivos pedidos para serem armados pelo governo. Quando se tentaram manifestar em apoio à Ditadura o Ministério do Interior proibiu a sua exibição pública e forçou-os à dissolução. Alguns elementos que mais tarde virão aderir ao Nacional Sindicalismo, no entanto, foram seus filiados. Cf. sobre esta organização, os seus requerimentos ao Ministério do Interior (Maço 451-caixa 4, AGMI/ANTT) e o testemunho de um anti-fascista, Pedro Rocha, *Escrito com Paixão*, (Lisboa: 1991), p. 35.

<sup>150</sup> Cf. António Costa Pinto, "A Direita Radical e a Ditadura Militar:...", *Cit.*, pp. 23/39.



primeiros golpes e conspirações de 1926 e 1927 anunciavam. A iniciativa de fundar a Liga partiu de integralistas, jovens militares e "candidatos a ditadores" que se se tinham unificado em torno do breve consulado de Gomes da Costa em 1926. A sua fundação confundiu-se desde logo com a crítica ao projecto governamental, acusado de ser uma plataforma de recuperação dos partidos republicanos conservadores<sup>151</sup>.

Após o plebiscito do General Carmona, o governo, receoso dos partidos republicanos, foi adiando as eleições "administrativas" e o projecto de partido governamental foi abandonado. Note-se que, como salientou Arlindo Caldeira, este projecto foi o mais próximo protótipo da futura UN de Salazar: pela origem governamental, pelo empenho directo do aparelho administrativo do Estado na sua criação, pela função de se apresentar a eleições para legitimar um novo regime<sup>152</sup>.

A Liga pretendia-se uma "força civil de apoio à ditadura" que, como afirmou o seu primeiro Presidente, visava eliminar o "bolchevismo" e neutralizar a sindicalismo operário através da criação de uma "C.G.T. branca", uma "frente única" dos que "se querem libertar *de vez* das quadrilhas partidárias e do poder secreto (...) da Maçonaria". Reinvidicava-se também de uma "acção (...) de ideias, comunicando-as ao governo e à organização do Estado para que ao organismo liberal maçónico venha suceder, pleno de força, o verdadeiro Estado português, corporativo, sindicalista, cristão (...)"<sup>153</sup>.

Em finais de 1930, os estatutos da organização (á espera de aprovação oficial) definiam com objectivos da Liga: Apoiar a situação criada pelo "movimento nacional de 28 de Maio"; "integrar no espírito e finalidade da Ditadura as classes trabalhadoras, de modo que os governos da situação actuem e se movimentem em contacto permanente com a opinião pública e sob as aclamações e simpatia das massas"; "agir enérgicamente nos meios académicos (...)"; "fomentar ao lado dos sentimentos e

---

<sup>151</sup> Cf. *A Voz*, 17-1-1928.

<sup>152</sup> Cf. Arlindo Caldeira, "O Partido de Salazar...", *Cit.*, pp. 952.

<sup>153</sup> Cf. *A Voz*, 17-1-1928, pp. 1/2. Raul Pereira Caldas, Conde de Silves, foi o primeiro presidente da Liga. Caldas participará mais tarde num golpe de Estado contra Salazar com a participação de Nacionais Sindicalistas, permanecendo algum tempo na prisão.



aspirações nacionalistas, um espírito social forte e moderno (...); "(...) manterá intrasigentemente um carácter absolutamente nacional, de respeito pelo regime republicano (...), e unido em volta do Chefe de Estado (...)"<sup>154</sup>.

Após uma interrupção de cerca de um ano (de finais de 1929 a meados de 1930), a Liga "reorganizou-se", retomou os núcleos pré existentes e criou uma malha organizativa nacional. Grande parte desta afirmou-se já paralelamente e de forma concorrencial perante a criação das delegações do partido governamental. Em inícios de 1932, com a organização da UN praticamente concluída, a Liga possuía delegações nas principais capitais de distrito e cerca de 20 subdelegações concelhias, constituindo *de facto* uma organização com uma implantação nacional, aspecto a não desprezar se tivermos em conta que muitas das suas delegações se formaram sob a pressão adversa do aparelho de estado, empenhado na construção da UN e que o governo emitiu circulares aos governadores civis para que evitassem a constituição de núcleos da Liga.

A análise da composição política dos dirigentes da Liga bem como dos elementos que dela eram porta vozes nos comícios e outras manifestações públicas, salienta de imediato a considerável participação de militares, na sua maioria "tenentes do 28 de Maio". Militares como David Neto, Carvalho Nunes, José Virgulino, Carrasco ou Mário Pessoa, oficiais de média e baixa patente na sua maioria, constituíam um verdadeiro "soviète" no seio do exército e eram nomes conhecidos das organizações de extrema direita antes e depois do golpe de 1926. A sua presença na Liga reforçava a influência desta na instituição que suportava a Ditadura e representava ainda um factor importante na sua implantação local, cuja administração era ainda, em muitos casos assegurada por militares<sup>155</sup>. Os "tenentes" deslocavam-se ritualmente a todas as acções públicas da Liga, da qual alguns eram dirigentes formais, e constituíam um verdadeiro sector militar da

---

<sup>154</sup> Cf. *União Nacional*, Leiria, 19-9-1931, p. 2.

<sup>155</sup> Para além do caso de Leiria, vários militares que desempenhavam, ou tinham desempenhado pouco tempo antes, funções na administração local eram dirigentes fundadores da Liga. Em Viseu, por exemplo, era o ex-governador civil, major Monteiro Leite. Em Santo Tirso, o presidente da delegação era o capitão Miguel Bacelar. Cf. *A Voz*, 29-1-1928 e 16-1-1928.





organização. O "ardor viril do tenentes", nas palavras de Rolão Preto, era constantemente incensado pela imprensa da Liga e constituiu um "escudo" dissuasor perante eventual agressividade governamental<sup>156</sup>.

A elite dirigente nacional e local da Liga recuperava, sem grandes surpresa, a corrente política que atrás identificámos. Parte da Cruzada Nun'Alvares (fundamentalmente o seu sector dominante em 1926), o projecto das Milicias Lusitanas logo após o golpe, e, com grande predominância, militantes do IL, particularmente das suas Juntas Escolares. A Cruzada, ou que dela restava, apelou à adesão logo em 1928<sup>157</sup>.

Os resultados de um breve inquérito a algumas delegações Distritais e concelhias confirma a origem atrás assinada e algumas biografias políticas são ilustrativas. Martinho Nobre de Melo, após os desaires com Gomes da Costa, reapareceu como dirigente da Liga. A delegação distrital de Leiria era dirigida por dois militares, ex-cadetes de Sidónio e militantes das organizações neo-sidonistas do pós guerra. Em Évora o principal dirigente da Liga era Silva Dias, integralista que participou no 18 de Abril, e tinha sido secretário de Gomes da Costa. Em Coimbra, a delegação era composta por um grupo que se demitiu da UN mas era similar na origem, sendo a maioria integralista. Em Lisboa, para além dos militares, destacava-se um grupo de estudantes que constituíam no final dos anos 20 a Junta Escolar de Lisboa do IL, caso de António Tinoco e Dutra Faria. Muito embora provindo, na sua esmagadora maioria, de organizações pré-existentes, a presença de aderentes ligados ao IL e derivados foi de tal modo significativa, que merece destaque particular.

Ao contrário do que a letra dos estatutos sugeria, uma das características da organização interna da Liga 28 de Maio era a sua fluidez. "Reorganizada" a sua direcção em Lisboa, esta promovia e aprovava a constituições de delegações, nunca existindo sobre elas um controle real. Tanto quanto foi possível apurar, a sua direcção era na prática a delegação distrital de Lisboa, já que se esperava aprovação governamental. A Liga

---

<sup>156</sup> Cf. Rolão Preto, "Glória aos Novos", *Manuelinho D'Évora*, 10-9-1931, p. 4.

<sup>157</sup> Através do seu chefe da acção e propaganda, Coronel Aníbal de Passos Ferreira.



sempre funcionou como um conglomerado de organizações distritais e locais com grande autonomia. Prova disso foi o funcionamento de diversas delegações que, constituídas logo em 1928, continuaram em plena actividade sem a utilização da sigla até à "reorganização" de finais de 1930<sup>158</sup>. Esta efectiva actividade política sem direcção formal só poderá ser entendida se detectado o controle informal que o IL exercia, determinando uma parte da sua acção política e promovendo directamente a constituição de delegações por todo o país.

O sector mais activo do IL era constituído nos finais dos anos 20 pelas suas Juntas Escolares. Como referia um "memorial" interno da J.E. de Lisboa, criticando "a pouca ou nenhuma acção desenvolvida nos últimos anos pelos elementos integralistas, em virtude do condicionalismo político actual", impunha-se criar uma organização política que agrupasse os integralistas dispersos e outros nacionalistas<sup>159</sup>. Antes de avançar para a fundação de N/S, quando o governo interveio, a Liga 28 de Maio constituiu essa plataforma proposta pelos jovens integralistas. Alguma correspondência interna e a efectiva presença de integralistas um pouco por toda a organização da Liga parece provar esta orientação. Em Janeiro de 1932, por exemplo, um dirigente da Junta Provincial da Beira do IL apontava, em relatório interno, os objectivos da constituição da Delegação distrital de Coimbra, da qual era também dirigente: "esperamos -escrevia a Rolão Preto- criar com ela um belo bloco político integralizante (...)" já que o seu controle lhe parecia importante "para dela dominarmos os acontecimentos. Porque a Liga, parece-me, pode representar, dentro em breve, um papel primacial."<sup>160</sup>

O exemplo era amostra de procedimento geral, logo desde a sua fundação. Algumas estruturas da Liga coincidiam, em 1928, com Juntas provinciais do IL. No norte, integralistas como Augusto Pires de Lima e Sebastião de Vasconcelos, constituíam a Comissão

---

<sup>158</sup> Veja-se, por exemplo, o caso de Leiria.

<sup>159</sup> Cf. Memorial da Junta Escolar de Lisboa de IL, S.D., ARP.

<sup>160</sup> Esta actividade em Coimbra era realizada, escrevia, "a exemplo" do que pensava Rolão Preto e "os rapazes de Lisboa" (fundadores do *Revolução* e, no verão de 1932, do N/S). Cf. Carta de Carlos Proença de Figueiredo a Rolão Preto, 16-1-1932, ARP.



Provincial do Douro<sup>161</sup>. Sebastião Botelho a de Trás os Montes<sup>162</sup>. Em Barcelos, o dirigente local era Joaquim Villas Boas<sup>163</sup>. A lista de integralistas poderia continuar, particularmente no norte do país. Mais tarde, quando o governo lançar a UN, a adesão integralistas foi ainda mais significativa. A acusação de serem um veículo "unitário" do IL surgiu com regularidade na imprensa afecta aos velhos partidos republicanos e mesmo em alguma apoiante da União Nacional<sup>164</sup>.

Em inícios de 1932, a Liga 28 de Maio possuía um número apreciável de delegações distritais e concelhias, muitas delas dotadas de imprensa própria<sup>165</sup>. Pretendendo-se uma organização virada para a acção de massas, mobilizadora e suporte da "reforma nacionalista do Estado", a Liga dirigiu a sua acção política para os grupos sociais populares: a pequena burguesia urbana e a classe operária, criando delegações nas zonas de maior concentração industrial. As delegações criaram virtualmente ou de facto "secções operárias" e algumas possuíam operários nas suas direcções (pelo menos as de Lisboa e Coimbra). "É necessário -referia um operário da Liga- que as capas negras se entrelaçem com as blusas de ganga"<sup>166</sup>. Se o sector estudantil era o mais activo elemento militante em Lisboa, é difícil fazer o balanço deste esforço integrador, dado a escassez de dados sobre a composição social dos inscritos que, no início de 1932, não deveriam ultrapassar os 10.000.

Os números apresentados na imprensa da Liga eram seguramente exagerados para efeitos de propaganda. Seria provavelmente este o caso dos 7.000 operários inscritos em Lisboa, anunciados pela imprensa da organização em Julho de 1931<sup>167</sup>. É possível que este número se aproxime da realidade se o critério escolhido for (e muitas vezes foi de facto) o da

---

<sup>161</sup> Cf. *A Voz*, 16-1-1928.

<sup>162</sup> Cf. *A Voz*, 16-1-1928.

<sup>163</sup> Cf. *A Voz*, 7-4-1928.

<sup>164</sup> Cf. as do *Diário de Coimbra* e as referências do *Diário da Manhã* in *A Voz*, 17-1-1928 e *Manuelinho D'Évora*, 25-2-1932.

<sup>165</sup> Caso das delegações distritais de Leiria e Évora, e mesmo de algumas concelhias como a de Agueda e Anadia.

<sup>166</sup> Cf. *Diário da Manhã*, 10-6-1931, p. 6.

<sup>167</sup> Cf. *União Nacional*, 4-7-1931.



Delegação de Coimbra que incluía na "secção operária" empregados de escritório e de comércio. Segundo um relatório interno desta delegação a "secção" contava em Abril de 1932 com 96 inscritos. Destes 37 eram empregados de escritório e comércio, repartindo-se os restantes 59 por ferroviários (8), sapateiros (9), padeiros, encadernadores, pedreiros, etc<sup>168</sup>. Por outro lado, convém não esquecer que a Liga convidava os desempregados a aderir, sob a promessa de apoio médico e alimentar, apelando aos patrões para preferirem os operários nela filiados<sup>169</sup>.

Eco claro da presença da Liga eram os relatórios de reuniões sindicais, onde sua participação era assinalada, e a própria denúncia da imprensa sindical anarco-sindicalista e comunista, a partir de 1931. Em 1932, mesmo antes da formação do Nacional Sindicalismo, vários militantes da Liga seriam expulsos de reuniões sindicais e alguns filiados agredidos por colegas afectos à oposição anti-fascista<sup>170</sup>. Por outro lado, vieram da Liga 28 de Maio vários quadros operários e sindicais que aderiram em 1932 ao Nacional Sindicalismo, sendo esta, cremos, a primeira organização oriunda da direita radical criada após o golpe de 1926 a penetrar nestes meios.

Durante o ano de 1931, a Liga participou em todas as manifestações da Ditadura e promoveu sessões de propaganda em todo o país. Estas acções contrastavam com ausência de actividade do partido oficial. Foi talvez esta a razão, conjugada com o aparecimento da Aliança Republicana e Socialista, para o adiamento das projectadas "eleições legislativas" em 1931.

As manifestações e outras acções de rua eram relativamente inéditas no campo do bloco de apoio à ditadura e a Liga utilizou estes meios de propaganda e mobilização com alguma frequência. A 25 de Março de 1931, por exemplo, a "comissão operário" da Liga organizou uma manifestação de homenagem ao general

---

<sup>168</sup> Cf. Carta de Carlos Proença de Figueiredo, 24-4-1932, ARP.

<sup>169</sup> Cf. *A Voz*, 24-1-1928. Como exemplo da propaganda da Liga nos meios operários e do seu programa "social" de seguros e assistência à docença, vide o comunicado da sub-delegação das Caldas da Rainha, 30-6-1931, Maço 454-Caixa 7, Arquivo Geral do Ministério do Interior/ANTT (doravante AGMI).

<sup>170</sup> Este tema é desenvolvido no capítulo II. Como exemplo de agressões a filiados da Liga vide a descrição de um caso no seio dos ferroviários no relatório do Governador Civil de Leiria ao Ministro do Interior, 13-9-1932, Maço 455-caixa 8, AGMI/ANTT.





Carmona que ficou conhecida com a "Marcha dos Archotes". Em Belém, para além do homenageado, discursou um operário que reafirmou o programa corporativo da Liga<sup>171</sup>.

A sua acção política demarcava-se do conservadorismo preventivo dos últimos governos da Ditadura, nomeadamente pela sua campanha anti-comunista e pelos seus apelos à eliminação da elite política e sindical do movimento operário, ao mesmo tempo que divulgava os princípios do sindicalismo corporativo através de "cartilhas politico-sociais"<sup>172</sup>. Algumas delegações promoviam refeições para desempregados ao mesmo tempo que se reforçava um discurso a favor da melhoria das condições de vida das classes trabalhadoras, contra o "burguês egoísta, usurário, individualista."<sup>173</sup>. As campanhas de propaganda e de distribuição de manifestos dirigidos à classe operária estenderam-se um pouco por todo o país, particularmente am Lisboa, Leiria, Porto e Braga<sup>174</sup>. Nas inaugurações das delegações era também habitual discursar um "operário"<sup>175</sup>.

Cada inauguração de uma nova delegação da Liga era transformada em um comício de propaganda. Algumas destas manifestações provocaram incidentes violentos que, se não eram inéditos durante a agitada vida política da Ditadura, tinham sido escassos, por parte dos seus apoiantes. Em Lisboa sobretudo multiplicaram-se as escaramuças de rua entre militantes da Liga e grupos da oposição, ainda que os conflitos mais violentos se tenham dado na província.

Na sessão de inauguração da Delegação distrital de Évora, que se pretendia também de homenagem aos "oficiais subalternos da guarnição militar de Lisboa", estavam presentes 27 oficiais afectos à organização, representantes do sector juvenil de Lisboa e de outras delegações. À saída, militantes da Liga envolveram-se em tiroteio com elementos da oposição democrática, do qual

<sup>171</sup> José Leitão, que pertencia à direcção de Lisboa. Cf. *O Século*, 26-3-1931. Vide a lista da "comissão operária" in *A Voz*, 23-3-1931.

<sup>172</sup> Cf. Liga Nacional 28 de Maio, *Cartilha de Iniciação Politico-Social* (Leiria: 1931).

<sup>173</sup> Cf. *Manuelinho d'Évora*, 3-3-1932, p. 3.

<sup>174</sup> Cf., como exemplo destes manifestos, o da delegação de Chaves in *União Nacional*, 28-7-1931.

<sup>175</sup> No caso da Lisboa seria Dimas de Oliveira, também dirigente da Liga. Cf. *Diário de Notícias*, 9-12-1930.



resultou um morto<sup>176</sup>. No dia seguinte o indigitado chefe da delegação local, Silva Dias, foi assassinado a tiro quando se despedia de Rolão Preto na Praça do Geraldo<sup>177</sup>. Na Marinha Grande uma manifestação hostil cercou o recinto onde se realizava a sessão de inauguração da sub-delegação, provocando novos incidentes<sup>178</sup>.

Se a nível nacional as relações com a UN eram consideradas "excelentes", as tensões agravaram-se à escala local. A imprensa da Liga tentava justificar uma acção diversa mas complementar ("a Liga é mais aguerrida, mais cheia de juventude (...)")<sup>179</sup>, mas as críticas começaram a surgir. Estas acusações eram, no geral, duas: inexistência de actividade política por parte da UN e a "adesivagem" de republicanos conservadores e militantes dos partidos do sistema parlamentar à sua organização<sup>180</sup>.

Em Évora, sondado pelo governador civil que exercia pressões para evitar a constituição da Liga, o núcleo promotor recusou-se a entrar na UN, a pretexto da adesão de "pés frescos" republicanos dos antigos partidos à sua comissão distrital e da sua sua passividade<sup>181</sup>. A UN, respondeu um fundador da Liga ao governador civil, "formara-se para estar parada e nós queremos andar(...)"<sup>182</sup>. As tensões a nível local sucederam-se entre os núcleos da Liga e da UN. Sempre que possível, o comentário irónico era a tónica da imprensa da organização sobre o partido

---

<sup>176</sup> Um carpinteiro, "reviralhista-maçónico", na opinião de um ex-filiado na Liga. Cf. entrevista com Alberto Mota Capitão, 20-10-1984.

<sup>177</sup> Cf. *Idem*, 10-12-1931, p. 3. Silva Dias foi assassinado por um grupo de oposição na Praça do Geraldo como resposta à morte de um carpinteiro nos incidentes do dia anterior.

<sup>178</sup> Desta vez, segundo a imprensa da Liga, com partidários da administração local afecta à UN. Cf. *União Nacional*, 6-3-1932.

<sup>179</sup> Cf. *União Nacional*, Leiria, 31-10-1931.

<sup>180</sup> Segundo um dos fundadores, "com os tempos a Liga tornou-se odiosa à União Nacional, o que se compreende facilmente, sabendo-se que esta última era o vazadouro de todos os adesivismos, enquanto a Liga se manteve com o concurso dos puros e dos humildes". Cf. Jacinto Ferreira, *Ao Serviço da Pátria e do Rei. Memórias Políticas (1926-1974)*, (Lisboa: 1991), p. 62.

<sup>181</sup> Cf. Entrevista com Alberto Mota Capitão, 24-7-1984. Vide a denúncia destes conflitos e das pressões do governador civil contra a Liga por parte de um dirigente local in *Manuelinho D'Évora*, 21-4-1932, p. 1.

<sup>182</sup> Cf. *Manuelinho D'Évora*, 28-7-1932, p. 1.



governamental<sup>183</sup>. E a UN? perguntava o órgão da delegação de Évora a um alferes, administrador do Concelho de Silves: "há tempos organizou-se uma comissão concelhia que reuniu no dia da posse, não tendo dado mais um passo"<sup>184</sup>.

Em Coimbra deu-se o conflito mais grave. Pela primeira vez um grupo de dirigentes deslocou-se da UN para a Liga. Em Fevereiro de 1932 a tomada de posse da Delegação Distrital transformou-se numa afronta directa à UN, já que quase toda ela provinha da ex-comissão distrital do partido governamental, como Eusébio Tamagnini, Pedro Bravo, Amadeu Ferraz de Carvalho e Carlos Proença de Figueiredo. O conflito que levou à sua demissão tinha sido provocado pela adesão à UN de Bissaia Barreto, republicano conservador, trazendo consigo "inúmeros partidários no distrito"<sup>185</sup>. A sessão de inauguração da Liga transformou-se numa manifestação anti-UN, aprovando-se uma moção de solidariedade para com a extinta comissão distrital, "que serviu com fé ardente os princípios do nacionalismo totalitário proclamados pelo governo em 30 de Julho de 1930", no meio de discursos contra a "infiltração" de republicanos coniventes com o parlamentarismo<sup>186</sup>.

Pólos locais de resistência ao regime liberal republicano, as delegações da Liga entraram em conflito aberto com alguns sectores do governo da Ditadura onde já pontuava Salazar, que no processo de formação da UN escolheram preferencialmente a notabilidade republicana conservadora. Esta atitude não deixou aliás de ser coerente para quem, ao contrário dos dirigentes da Liga, não pretendia constituir um partido de massas, ideologizado e actuante na esfera do poder de Estado.

À medida que Salazar, ainda ministro das Finanças, ia construindo o perfil do novo regime, a Liga radicalizou a sua posição. O projecto de Constituição foi tema de novo conflito. A direcção da Liga não apresentou posição oficial perante o novo texto constitucional, mas as delegações apresentaram várias

---

<sup>183</sup> em vários concelhos as comissões da UN e da Liga entram em choque verbal, aspecto que analisamos mais à frente, pois estas transformaram-se em delegações do N/S.

<sup>184</sup> Cf. *Manuelinho D'Évora*, 12-11-1931, p. 1.

<sup>185</sup> Entrevista com Carlos Proença de Figueiredo, 20-7-1984.

<sup>186</sup> Cf. *Manuelinho D'Évora*, 25-2-1932, p. 1.



críticas: a Constituição conciliava com o liberalismo, não consagrava o corporativismo integral e permitia formalmente o pluralismo. A delegação de Leiria, por exemplo, afirmava directamente: "votaremos não no plebiscito"<sup>187</sup>.

Paralelamente agudizava-se a pressão conspirativa no sentido de impôr um candidato à chefia do governo. Numa sequência que tinha passado por Gomes da Costa, Filomeno da Câmara, Martinho Nobre de Melo e João de Almeida, alguns sectores da Liga voltavam-se a agitar em torno deste último. Já em Julho de 1930 João d'Almeida tinha sido preso por "preparar um movimento revolucionário destinado a derrubar o governo", com apoio da Liga<sup>188</sup>. Em 1932 o sector militar da Liga voltava a pressionar Carmona para a sua nomeação como chefe do governo frente à hipótese Salazar. Em documento entregue na Presidência da República este era considerado "o homem que encarna hoje todas as aspirações nacionalistas" e a imprensa da Liga promovia-o a candidato ideal "a chefe"<sup>189</sup>. Foi no entanto Salazar que ocupou o lugar.

A 12 de Março de 1932 o governo designou Lopes Mateus presidente da Liga, com a evidente função de a neutralizar até se estudar as modalidades possíveis para a sua integração na UN. A sua entrada conseguiu neutralizar a conspiração militar, tendo sido imediatamente suspensas as conferências do indigitado candidato João de Almeida e de outros dirigentes da Liga como David Neto<sup>190</sup>. Uma "sessão de homenagem ao Presidente da República" marcada para alguns dias depois da nomeação de Salazar foi adiada *sine die*. Martinho Nobre de Mello seguiu para "exílio", sendo nomeado embaixador no Brasil. Por essa altura, o secretário de Salazar e seu informador no exército, tenente Assis Gonçalves (um dos fundadores da Liga em 1928) pedia instruções a Salazar mas este não respondeu, preferindo manter o controle sobre a Liga ao mesmo tempo que recusava qualquer contacto com ela.

---

<sup>187</sup> Cf. *União Nacional*, Leiria, 27-6-1932, p. 4.

<sup>188</sup> Cf. Damião Peres, *História da Portugal-suplemento* (Lisboa: 1954), p. 468.

<sup>189</sup> Cf. Carta ao Presidente da República, S.D., ARP, e *Reacção*, 25-5-1932, p. 1.

<sup>190</sup> Cf. *Revolução*, 25-4-1932, p. 1.





A actividade de Lopes Mateus neutralizou a conspiração mas não a actividade das delegações, que permaneceram em funcionamento e aderiram ao Nacional Sindicalismo no verão desse ano. Assis Gonçalves, ao analisar a situação interna da Liga, em relatório a Salazar, foi o primeiro a reconhecer que "poucos ficaram francamente do nosso lado", sublinhando o êxodo da maioria que foi "constituir o Nacional Sindicalismo (...) "<sup>191</sup>. Como veremos à frente o relatório de Assis Gonçalves reproduzia fielmente a situação. Rolão Preto percorreu o País após a fundação do N/S e trouxe para ele a maioria das organizações distritais e concelhias. Algumas delegações chegaram mesmo a ser encerradas por determinação governamental, caso da de Coimbra na sequência do ataque à UN, mas renasceram alguns meses depois no Nacional Sindicalismo. Quando, em 1933, se anunciou finalmente a "adesão colectiva" da Liga 28 de Maio à UN, a maioria dos seus núcleos aderiram ao Nacional Sindicalismo<sup>192</sup>.

#### 1.3.4.-BALANÇO DE UMA FAMILIA POLITICA

Foram as novas clivagens políticas criadas pela Ditadura Militar que abriram espaço e função para um movimento fascista em Portugal. Estabelecida a Ditadura Militar, esta contava com 3 núcleos fundamentais de apoio: os pequenos partidos republicanos conservadores, os católicos, e um conglomerado de de direita radical onde pontuavam integralistas e sidonistas, à procura de uma base de massas.

No final dos anos 20, o fascismo emergiu em Portugal, tentando atravessa transversalmente o espectro político da direita. Contando com um número significativos de jovens oficiais, que dispunham de peso assinalável nos quartéis e na administração local; dispendo de polos locais organizados em

---

<sup>191</sup> Cf. Assis Gonçalves, *Relatórios para Oliveira Salazar (1931-39)*, (Lisboa: 1981), p. 75.

<sup>192</sup> Muito embora apoiada por certos sectores da Ditadura, a Liga 28 de Maio não obteve um apoio financeiro significativo do Ministério do Interior até à sua integração no regime. O seu Primeiro presidente, o já referido Conde de Silves, quando o governo tomou conta da sede de Lisboa, tentou reaver, aparentemente sem sucesso, os empréstimos que tinha concedido à Liga, e escreveu a Salazar e ao Ministro do Interior nesse sentido. Cf. Maço 447-Caixa 10, AGMI/ANTT.



alternativa ao partido governamental, cuja origem remontava ao período republicano; herdeiro de pequenas milícias criadas apressadamente por "barões" militares; começando a mobilizar alguns sectores da pequena burguesia e da rua, no contexto de um Ditadura instável, mas já dominada pelo católico "ditador das finanças"; Rolão Preto viu chegada a hora da unificação deste sector num partido fascista.

Enquanto movimento organizado, o N/S não foi propriamente o princípio mas o fim do fascismo em Portugal, como polo unificador tardio de uma corrente que tentou protagonizar uma alternativa de regime, no âmbito da Ditadura Militar, à consolidação da ordem autoritária de Salazar.



## Capítulo II

# A EMERGENCIA DO NACIONAL SINDICALISMO

### 1.1.- A FUNDAÇÃO DO N/S

O núcleo fundador do Nacional Sindicalismo partiu de um grupo de estudantes universitários que constituíam a Junta Escolar de Lisboa do IL, no final dos anos 20. O seu porta-voz foi a revista *Política* <sup>1</sup>. A António do Amaral Pyrrait, Dutra faria, Franz D'Almeida Langhans, juntaram-se, poucos meses depois, António Pedro, Barradas de Oliveira, Pereira de Matos, António Tinoco e outros, todos vindos do IL, do legitimismo, ou da *Action Française*. No início de 1931, António Pedro e Dutra Faria fundaram um Jornal com pretensões a órgão do sector estudantil da Liga 28 de Maio, com a qual todos colaboravam, o *Acção Nacional*, antecessor imediato do *Revolução* <sup>2</sup>.

Muito embora militantes da Liga 28 de Maio, a sua identidade política definiu-se em torno do IL que, apesar do seu funcionamento difuso, continuava a determinar boa parte dos seus comportamentos políticos. Demarcavam-se no entanto da velha geração integralista em termos de método de acção política e consideravam ultrapassados muitos dos aspectos da ideologia dos fundadores do IL.

*Política*, órgão nacional das juntas escolares do IL, refletia bem a fascização crescente de vastos sectores de um integralismo acochado pelas adesões a Salazar de alguns e do dogmatismo passadista e restauracionista, de outros. Num banquete realizado no Luso, em Dezembro de 1930, dois dirigentes da velha Junta

---

<sup>1</sup> Nº 1, Lisboa, 15-4-1929.

<sup>2</sup> Nº 1, Lisboa, 14 -4-1931.



Central foram os únicos a identificarem-se com a vaga de fundo fascista: Rolão Preto e Alberto de Monsaraz.

Na reunião do Luso, Alberto de Monsaraz fez a ponte entre as aspirações do IL em 1914 e a vaga autoritária e fascista do após guerra, vendo na realidade do fascismo a vulgarização do essencial do ideário integralista. "Sem a guerra vegetariamos ainda como a *Action Française* e a *Idea Nazionale* antes de 1914". Foi a guerra que produziu "os perfis de chefes populares, como medalhões, nos frizos da história: é Mussolini, o grande o maior de todos, primeiro realizador do Estado Novo, Bonaparte da Contra-Revolução."<sup>3</sup> Rolão Preto, que desde os anos 20 se situava no campo do fascismo, apontava também, na revista *Política*, alguns pontos indispensáveis de clarificação política no interior da Ditadura Militar. Dirigindo-se a um público integralista, Preto apontava o ideário do IL como "um conjunto de doutrinas políticas sociais e económicas capazes de criar e manter o meio duma restauração integral da nação portuguesa", mas este deveria ser orientado para a realização de um ditadura "sem diversidade de credos nem antagonismo de ideias" e, "dentro deste critério" nela caberiam monárquicos e republicanos<sup>4</sup>.

Nesta reunião do Luso participaram muitos integralistas que já eram activos militantes da Liga 28 de Maio e outras organizações precedentes mas, como salientou um delegado do Porto, "perante o desmonoramento contínuo de movimentos, de *Cruzadas*, de *Ligas*, mais ou menos heterogéneas, (...)", só IL lhes assugurou continuidade e coerência<sup>5</sup>. Foi a partir deste núcleo que nasceu o Nacional Sindicalismo<sup>6</sup>.

### 1.1.1.- O GRUPO REVOLUÇÃO

---

<sup>3</sup> Cf. *Política*, 20-1-1931, p. 5.

<sup>4</sup> Cf. Rolão Preto, "Palavras Claras. Integralismo e integralismos", *Política*, 31-3-1931, p. 3.

<sup>5</sup> Cf. *Política*, 20-1-1931, p. 12.

<sup>6</sup> Para além dos já citados eram membros das juntas escolares de Lisboa, Porto e Coimbra, muitos outros fundadores do N/S, como Abílio Pinto de Lemos, José Domingos Garcia Domingues, António de Sousa Rego. No Porto destacavam-se os irmãos Claudio e António de Oliveira Guimarães, que tinham lançado poucos meses antes o efémero semanário *Renovação* (nº1, 5-10-1930).





A maioria dos fundadores do *Revolução* eram estudantes da Universidade de Lisboa, das Faculdades de Letras e de Direito<sup>7</sup>. A adesão ao fascismo foi o seu ponto de convergência. Nos seus artigos na imprensa da Liga 28 de Maio e em várias publicações que fundaram antes do *Revolução*, era visível a preocupação em dar à "Revolução Nacional" em curso uma dinâmica de massas, uma chefia carismática, um revolucionarismo totalitário. O exemplo alemão, se em termos ideológicos lhes era estranho, marcou-os bastante no campo da acção política.

António Pedro foi talvez o elemento mais activo do grupo, até à formação do Nacional Sindicalismo. Em 1928, com 19 anos, aderiu ao tradicionalismo monárquico e fundou um efémero semanário de estudantes legitimistas<sup>8</sup>. Mas, em 1931, quando lançou o *Acção Nacional* com Dutra Faria, os seus editoriais continham já todos os ingredientes do típico discurso fascista. Foi ele o elementos decisivo na fundação do "diária académico nacionalista da tarde" e o autor dos primeiros projectos de organização do movimento N/S.

Pereira de Matos, outro dos fundadores, que tinha regressado recentemente de França, onde tinha dado a sua 'fé nacionalista" e o seu "entusiasmo" à *Action Française*, era um crítico da apatia integralista e da sua "incapacidade de acção". Na sua resposta, Dutra Faria apelava à organização dessa acção, mas manifestava ainda, como aliás todos os outros, uma clara filiação monárquica<sup>9</sup>. Era este carácter monárquico que *La Conquista Del Estado*, órgão do fascismo espanhol, ao saudar o aparecimento do grupo em Portugal, considerava um factor de "anacronismo"<sup>10</sup>. Apesar destas marcas tradicionalistas que desagradavam a Ramiro Ledesma Ramos e de algumas polémicas sobre a questão galega, *Acção Nacional* encontrava-se muito próxima dos fundadores das J.O.N.S.<sup>11</sup>: "Somos -proclamava Dutra Faria- anti-

<sup>7</sup> Cf. o interessante relato memorialístico sobre alguns fundadores do N/S, dado por um dos seus dirigentes locais, Jacinto Ferreira, *Op. Cit.*, pp. 23/29.

<sup>8</sup> Cf. o seu artigo "Acto de Fé", *A Bandeira*, nº 1, 1-12-1928, p. 1.

<sup>9</sup> Cf. *Acção Nacional*, nº 4, 25-4-1931, p. 2.

<sup>10</sup> Cf. *Idem*, nº 5, 6-5-1931, p. 2.

<sup>11</sup> António Pedro desenvolveu algumas polémicas com Ledesma Ramos na própria *La Conquista Del Estado*, e este desconfiará sempre dos fascistas lusos, como à frente veremos. Cf. o artigo de polémica com Pedro da autoria



conservadores, anti-capitalistas, anti-bugueses, em resumo, nacionalistas, o que de modo algum quer dizer retrógrados (...)"<sup>12</sup>.

Os restantes companheiros de António Pedro provinham quase todos das Juntas escolares do IL e muitos deles encontravam-se em ruptura com aquilo que consideravam o imobilismo da velha geração integralista<sup>13</sup>. Garcia Domingues, fundador do Nacional Sindicalismo no Algarve, escrevia a António Pedro em 1931 sublinhando a "necessidade de uma total revisão de valores" e, ao mesmo tempo tempo que anunciava a sua intenção de abandonar o IL, criticava a permanência monárquica da velha geração, apontando como única solução a defesa de uma ditadura nacionalista. Por outro lado este definia-se já como parte integrante da "geração fascista". "O sonho russo-comunista é universalizante e o nosso se-lo-á também", finalizava Garcia Domingues<sup>14</sup>.

Interrompida a breve experiência do *Acção Nacional*, o grupo continuou a animar a imprensa regional da Liga 28 de Maio até fundar o *Revolução*. O seu primeiro número foi publicado em Fevereiro de 1932. Dutra Faria não escondia internamente que o objectivo do jornal era o de provocar, à volta dos "rapazes", uma reorganização do que restava do Integralismo e de parte da Liga 28 de Maio em bases fascistas. Rolão Preto tinha prometido vir instalar-se em Lisboa para dirigir a iniciativa e Dutra lamentava-se da sua falta de comparência: com a sua presença em Lisboa - escrevia- "tenho a impressão de que em três meses tínhamos a nossa organização integralista em pé de guerra, pronta para tudo."<sup>15</sup>.

António Pedro, chefe de redação, apresentava em editorial os princípios do novo diário: "Politicamente, [queremos] a integração de Portugal no seu destino de Império, liberto da

de Ledesma Ramos, "Conquistamos a Portugal o Portugal nos conquista?", *La Conquista del Estado*, nº 19, Madrid, 25-7-1931.

<sup>12</sup> Cf. *Acção Nacional*, nº 1, 14-4-1931, p. 1.

<sup>13</sup> Este grupo constituía a chamada "tertúlia do "Martinho", que incluía, para além dos citados, Campos e Sousa, Dutra Faria, Sousa Rego e outros, considerados "a fina flor dos quadros académicos do Integralismo Lusitano". Cf. Jacinto Ferreira, *Op. Cit.*, p. 23.

<sup>14</sup> Cf. Carta de José Domingos Garcia Domingues a António Pedro, 28-9-1931, Exp. António Pedro, BNL.

<sup>15</sup> Cf. Carta de Dutra Faria a Rolão Preto de 10-2-1932, ARP.



algazarra sacrílega e grotesca da democracia parlamentar, numa ordem nova hierárquica e autoritária (...); "Económicamente, a supressão da liberdade de concorrência (...) e a sua substituição por uma economia dirigida centralmente pelo Estado no sentido do interesse nacional(...)", "Socialmente a defesa da família e a organização corporativa das profissões numa sindicalização obrigatória."16.

Pedro foi o mais importante ideólogo do grupo do *Revolução*. Até à chegada de Rolão Preto à direcção, foi ele o principal animador do radicalismo fascista do jornal e própria montagem organizativa do mesmo e da editora a ele associada. Os seus editoriais reflectiam um radicalismo anti-comunista e anti-democrático só desculpável pela elite da Ditadura como obra de juventude dos "estudantes".

Durante os primeiros meses de 1932, o *Revolução* foi unificando o sector juvenil do IL e o seu radicalismo inspirava alguma desconfiança à notabilidade integralista. Este reivindicava-se dos "mestres", mas intitulava-se porta-voz de uma nova geração virada para a acção17. A desconfiança cristalizava-se sobretudo na sua apologia da violência, no seu anti-capitalismo e na sua identificação com o fascismo internacional. "A violência é o princípio essencial e inteligente de toda a boa política, por que sem ela, na adversidade toda a conquista é impossível (...)"18.

Apesar da defesa da propriedade, estes condenavam o "capital anónimo e livre das especulações financeiras. Queremo-lo regulado, condicionado e fiscalizado pelo Estado. Para que não seja esse capital, numa afronta à dignidade da Nação, quem a regule, sujeito e condicione.". "Já uma vez -escrevia António Pedro-, num dos primeiros números deste jornal eu tentei explicar que ao nosso anti-liberalismo político correspondia, por coerência, o nosso anti-liberalismo económico, embora o egoísmo burguês que nos aplaudia o primeiro se irasse (...) quando lhe impunhamos o segundo."19

16 Cf. António Pedro, "Editorial", *Revolução* nº 1, 15-2-1932, p. 1.

17 Cf. Dutra Faria, "Os nosso mestres", *Revolução*, 9-3-1932, p. 3.

18 Cf. Claudio e António de Oliveira Guimarães, "violência", *Revolução*, 18-2-1932, p. 2.

19 Cf. António Pedro, "Anti-capitalistas", *Revolução*, 27-4-1932, p. 3.



Rolão Preto e Alberto Monsarraz foram os únicos elementos da velha Junta Central que responderam ao apelo do *Revolução*. Hipólito Raposo, Almeida Braga e Pequito Rebello mantiveram uma distância prudente, ainda que não se tivessem oposto à aceitação da direção do jornal por parte de Preto. Hipólito Raposo tinha dúvidas sobre a viabilidade da iniciativa e achava que se devia "discutir a orientação" do mesmo<sup>20</sup>. Desde a experiência de *Politica* aliás, alguns anos antes, que o conflito entre a "geração fascista" e alguns elementos da Junta Central se tinha acentuado. Vários dirigentes referiam-se em tom crítico "à petulância dos estudantes, que aos 20 anos, e sem a terem estudado, já querem limar e actualizar a doutrina"<sup>21</sup>. A chegada de Rolão Preto à chefia do jornal permitiu no entanto a ultrapassagem de muitas das reticências ao universo juvenil e a adesão de muitos núcleos integralistas à iniciativa.

Desde o início que os fundadores do *Revolução* tiveram a consciência do que lhes seria quase impossível criar um movimento fascista a partir do IL sem Rolão Preto, que encaravam como seu chefe natural. António Tinoco, falando em 1931, em nome do sector juvenil, escrevia a Preto a propósito da vida interna do IL: "Nós hoje, em Lisboa, Coimbra e Porto, etc, *só temos confiança em si* para que a nossa actuação seja uma coisa séria (...) O Sr. Dr. se quizer -e isso é um dever para si- pode ser tudo entre nós, em que falta o *chefe*. *A mocidade nacionalista só marcha consigo e consigo irá para tudo*."<sup>22</sup>.

Perante algumas hesitações de Preto em assumir a direção, Antonio Pedro reafirmava que após o "inconcebível esforço de quase três meses de inércia e de más vontades só a consideramos bem entregue nas suas mãos. (...) Rolão Preto é por direito de qualidade o natural director e orientador da nossa mocidade."<sup>23</sup>.

Em meados de 1932, Rolão Preto assumiu finalmente a direção do *Revolução* e alguns meses depois foram lançadas as bases programáticas e organizativas do Nacional Sindicalismo.

<sup>20</sup> Cf. Carta de Hipólito Raposo a Rolão Preto, 5-5-1932, ARP.

<sup>21</sup> Cf. Carta de Hipólito Raposo a Rolão Preto, S.D., ARP.

<sup>22</sup> Cf. Carta de António Tinoco a Rolão Preto, 8-7-1931, ARP.

<sup>23</sup> Cf. Carta de António Pedro a Rolão Preto, 6-5-1932, ARP.





### 1.1.2.- O N/S: BREVE RADIOGRAFIA

Os primeiros projectos de organização do Nacional Sindicalismo foram elaborados por António Pedro no Verão de 1932 e a sua fundação foi legitimada como uma força "económica e social" destinada a ser o embrião do novo sistema corporativo e, simultaneamente, força de vanguarda da construção de um "Estado Nacionalista".

Esta ambiguidade de propósitos, típica de muitos movimentos fascistas, se por um lado significava a presença do "sindicalismo nacional" como cimento ideológico, permitia iludir o carácter partidário do novo movimento. A correspondência interna revela no entanto um propósito mais claro de construir uma força política que reorganizasse em bases fascistas o que restava do IL, e servisse de plataforma à recuperação de parte da Liga 28 de Maio, evitando a sua integração na UN de Salazar.

O seu programa político era o dos "12 princípios da produção", elaborado por Rolão Preto nos anos 20, que concentravam "toda uma teoria económica social e política, fora dos moldes burgueses das monarquias e das republicas constitucionais, fora da criminoso loucura anti-natural do marxismo, dentro da verdade humana a um tempo tradicionalista e revolucionária (...)"<sup>24</sup>.

O N/S autodefiniu-se como "um exército regular" destinado a "defender a Pátria do assalto dos inimigos, e impôr, se preciso for, as medidas indispensáveis à sua salvação"<sup>25</sup>. Os primeiros regulamentos não davam particular proeminência a uma chefia personalizada e a organização deveria ser dirigida por um directório de 6 membros representativos de uma estrutura pré-corporativa<sup>26</sup>. Só em 1933 é que o próprio Rolão Preto assinaria uns estatutos mais próximos do modelo fascista, à medida que a radicalização anti-Salazarista se desenvolveu.

---

<sup>24</sup> Cf. António Pedro, "Nacional Sindicalismo. O que pretende e o que é a nossa organização", *Revolução*, 10-10-1932, p. 1.

<sup>25</sup> Cf. *Idem*.

<sup>26</sup> Cf. António Pedro, "Nacional Sindicalismo. A O.N.S. e a sua função política e social", *Revolução*, 11-10-1932, p. 1.



A rápida organização do N/S, bem visível no número de militantes e filiados que uniu e na sua presença de rua, remete antes de mais para a capacidade que o grupo do *Revolução*, agora chefiado por Rolão Preto, demonstrou em captar para ele os núcleos do IL e da Liga 28 de Maio, numa conjuntura de tensão política com o recém formado partido do governo. O N/S apresentou pois uma natureza compósita sob ponto de vista organizativo, em que um centro fascista, jovem e radical, dirigia uma organização que nas suas margens de província englobava os sectores mais conservadores e ultramontanos das elites locais.

Algumas tipologias mais formalistas dos movimentos políticos de direita no período entre as duas guerras apontam para uma separação forte entre fascismo e direita radical<sup>27</sup>. No caso português, o N/S representou o processo de fascização de um sector significativo do IL, que, durante algum tempo, conseguiu mobilizar e dirigir um segmento importante da direita radical portuguesa.

A estrutura central da organização foi constituída pelo grupo do *Revolução*, que em Lisboa marcava o ritmo do movimento, assegurando os postos fundamentais de direcção. A recuperação da máquina política local do IL foi sobretudo obra do próprio Preto, que desde os anos 20 detinha um influência crescente no sector juvenil, e de Alberto Monsaraz, outro respeitado membro da velha Junta Central.

A nível local, o N/S recolheu o fundamental da rede integralista e da Liga 28 de Maio, parte da qual se confundia, como se viu atrás. Estes núcleos, fundamentalmente os da Liga, possuíam sedes e imprensa própria, e uma organização local em alguns casos com uma activa vida política.

As delegações distritais mais numerosas da Liga aderiram logo no início ao N/S. No caso de Leiria, por exemplo, os dois militares sidonistas que a dirigiam alteraram a designação da delegação e o subtítulo do jornal e passaram-se de armas e bagagens para o movimento de Preto. Em Évora o movimento foi idêntico, salvo o facto dos seus dirigentes serem velhos integralistas e como tal a passagem ter sido mais previsível. Em

---

<sup>27</sup> Cf. o recente balanço de Roger Eatwcel and Noël O'Sullivan (Edited By), *Op. Cit.*, (London: 1989).



Coimbra a delegação aderiu ao N/S, mas só alterou a sua designação quando for forçada pelo governo, após o encerramento da Liga, no início de 1933.

Ao aderirem ao Nacional Sindicalismo, os dirigentes distritais de Leiria, assinalavam como justificação a semelhança de programas ao qua acrescia o facto de "quase todos os N/S" terem passado "pela Liga e muitos lá estarem ainda"<sup>28</sup>. Argumento semelhante era dado por muitos núcleos concelhios que, entre Setembro de 1932 e Janeiro de 1933, se passaram sem qualquer alteração de pessoal dirigente para o N/S. Delegações como as de Agueda ou da Anadia nem sequer justificaram a sua passagem já que a sua origem era quase integralmente do IL.

No norte do País a origem integralista foi mais clara. Nos distritos de Vila Real, Porto, Braga, Guarda, Viseu, os dirigentes nomeados para dirigir as delegações correspondiam à organização local integralista, mas em alguns distritos foram os mais jovens a assumir funções de chefia perante a desconfiança de alguns "notáveis". No Porto as divergências entre os integralistas sobre a estratégia a adoptar perante Salazar eram sensíveis e o núcleo N/S era mais jovem. Augusto Pires de Lima, também fundador da Liga, assumiu a direcção.

Em Braga existiram também alguns problemas visto Luis Almeida Braga, da velha Junta Central do IL, não ter aderido oficialmente ao N/S, ainda que tivesse um discreto papel de organizador do N/S a nível local<sup>29</sup>. Os dirigentes regionais mais radicais não encaravam com simpatia trabalhar "com tal pseudo-chefe... que é, simultaneamente "Grão-Mestre" da moribunda Causa Monárquica, e como tal considerado."<sup>30</sup>

Em alguns casos foram os jovens fascista a organizar os núcleos locais a partir do zero. O caso mais evidente foi o do Algarve onde jovens licenciados recém regressado ao distrito, como Garcia Domingues, Eduardo Frias e Sousa Pinto fundaram o N/S e rapidamente organizaram os núcleos concelhios. O órgão distrital, *O Nacional Sindicalista*, excedia em qualidade informativa e de propaganda a restante imprensa regional do

<sup>28</sup> Cf. *União Nacional*, 27-2-1933, p. 1.

<sup>29</sup> Cf. Carta de António Valadares Botelho a Rolão Preto, 7-1-1933, ARP.

<sup>30</sup> Cf. Carta de Carlos Salazar de Campos a Carlos Proença de Figueiredo, 19-7-1933, ARP.



movimento. Era mais ideológico e cultural, sendo a marca do fascismo internacional bastante visível.

Muito embora o movimento fosse mais raro, algumas delegações foram também constituídas por ex-activistas do partido governamental que procuraram no N/S um espaço de militância política autónoma, mais de acordo com o seu ideário fascizante, após tentativas falhadas no interior da UN. A Delegação de Alcácer do Sal seria um destes casos, onde onde dirigentes locais da UN se transferiram para o partido fascista e passaram a tecer duras críticas ao partido governamental. Mas mesmo neste caso tratavam-se de dirigentes de matriz integralista<sup>31</sup>.

Entre os novos núcleos e os herdados da Liga 28 de Maio e da reorganização dos do IL, o N/S contou com uma boa base organizativa de partida. Várias sedes a funcionar, uma rede de cerca de dezena e meia de órgãos regionais e locais e alguns milhares de inscritos. Mas ao contrário das anteriores organizações esta estruturava-se sem ambiguidades em moldes fascistas, sob ponto de vista organizativo, ideológico e da acção política.

## 1.2.- A IDEOLOGIA E O PROGRAMA POLITICO N/S

O sincretismo dos elementos ideológicos que guiaram a acção dos fascistas no período entre as duas guerra, tem provocado um debate incessante na historiografia contemporânea. Apropriando-se de um vocabulário e de alguma prática revolucionária, até aí monopólio dos socialistas e comunistas, a sua procura de uma "terceira via" entre capitalismo liberal e marxismo revolucionário, tem merecido uma enorme diversidade de aproximações analítica por parte das ciências sociais.

Produto de uma tentativa de ultrapassagem do espectro direita-esquerda numa conjuntura de crise profunda da democracia liberal, a variedade de percursos políticos e de origens dos dirigentes e ideólogos do fascismo, tem desafiado a

---

<sup>31</sup> Foi este o caso de Manuel Portugal Branco, dirigente de Alcácer do Sal ou de Jacinto Ferreira, de Setúbal.





imaginação dos investigadores do período. O caso português, no entanto, como parece perceptível no capítulos anterior, não representa nenhum desafio exaltante à imaginação sociológica nem exige particular criatividade no campo das tipologias das ideologias de direita na primeira metade de século XX.

### 1.2.1.- N/S E INTEGRALISMO

O Nacional Sindicalismo representou, em termos de ideologia e programa político, um processo de fascização do Integralismo Lusitano, pelo que o magma cultural onde repescou os elementos essenciais da sua ideologia estava no fundamental definidos nas vésperas da Iª Guerra Mundial. Tendo como origem um pensamento político reacionário de tipo Maurraziano, monárquico tradicionalista, reinventor de um neo-tradicionalismo corporativo e de uma nacionalismo de matriz histórico-etnográfico, num velho Estado-nação latino, este desconheceu também as idiossincrasias ideológicas de alguns movimentos congêneres da Europa de Leste.

A análise mais elaborada sobre as relações entre Integralismo e Nacional Sindicalismo foi publicada em Espanha por Rolão Preto, sem os condicionais da censura interna<sup>32</sup>. Em estudo publicado na *Accion Española*, em 1933 e 1934, Preto apresentou as origens do fascismo português, de uma forma bastante serena, contrastando com a marca de agitação que caracterizava os seus escritos, onde se exprimia, como a maioria dos dirigentes fascistas, "em textos panfletários, coalhados de palavras escritas em maiúsculas"<sup>33</sup>.

O integralismo representou, como foi atrás sublinhado, uma típica ideologia de reação à modernização. Uma reação ao laicismo jacobino, mais populista que democratizante, e pequeno burguês, dos republicanos. O N/S encarou a ameaça comunista e socialista como principal e acrescentou-lhe o desafio da "nacionalização" dos "deserdados do capitalismo".

---

<sup>32</sup> Este ensaio seria publicado em vários números da revista. Cf. Rolão Preto, "El Movimiento Nacional Sindicalista", *Acción Española*, nº 34, 16 Octubre 1933, pp. 199/204.

<sup>33</sup> Cf. Marilena Chauí, "Apontamentos para uma crítica da Acção Integralista Brasileira", Marilena Chauí e Maria Sylvia Carvalho Franco, *Ideologia e Mobilização Popular*, (Rio de Janeiro: 1978), p. 46.



A não transformação do IL em Liga política do tipo *Action Française*, teve mais a ver com a não democratização do sistema político republicano do que com imperativos ideológicos, mas, ao permanecer um grupo de pressão, este não criou barreiras organizativas fortes à mudança ideológica dos seus dirigentes, nem guerras sectárias com cisões fascistas no seu interior. Mesmo na questão do regime, ou seja na restauração da monarquia, dogma central do seu projecto, as peripécias organizativas que levaram à suspensão da organização no pós guerra, diminuíram a sua carga sectária em nome do objectivo comum: derrubar a república parlamentar.

Rolão Preto foi, em termos ideológicos, o primeiro fascista entre os fundadores do IL. Mas nem a seu "obrerismo" nem a sua acção política provocaram fracturas de maior no IL até ao golpe de 1926, assegurando ao mesmo tempo o apoio de muitos integralistas ao N/S.

O N/S herdou o fundamental do nacionalismo historicista do IL, mas, e este representou um aspecto fundamental da ideologia dos movimentos fascistas em todas as suas variantes, deu-lhe um carácter mobilizador e orientado para o futuro, retirando-lhe a nostalgia reaccionária e tradicionalista. Se o IL, representou, como Preto o reconhecia, um segmento das elites activas que venceram a República, agora, derrubado o liberalismo, era preciso acção e mobilização para a consolidação de uma "nova ordem".

O balanço da acção política dos integralistas não era no entanto dos melhores, persistindo no erro de modelos contra-revolucionários clássicos em nome da restauração da monarquia. "O erro, tantas vezes repetido dos conservadores politico-sociais portugueses, frente aos seus adversários, consistiu, evidentemente, em opor-lhes uma reacção mais ou menos proporcional ao seu ataque, em lugar de considerar, com um espírito superior à revolução que os havia vencido, a necessidade de uma Revolução Nova."<sup>34</sup>

Preto considerava encerrado o ciclo das contra-revoluções, reconhecendo a tentativa de restauração da monarquia em 1918, como a "ultima genuinamente contra-revolucionária". No mundo

---

<sup>34</sup> Cf. Rolão Preto, "El Movimiento...", *Acción Española*, nº 45, 16 Enero 1934, pp. 880/881.



do pós guerra, das massas e das revoluções, estes movimentos passadistas estavam condenados a ter "o mesmo destino de todas as contra-revoluções: ser derrotada"<sup>35</sup>.

O IL era um movimento de elites e como tal tinha esgotado as suas virtualidades. "Movimento de elites, a Revolução nacional que o integralismo lusitano reclamava não podia deixar de se caracterizar desde os seus começos pela sua fisionomia aristocrática, aristocrática de espírito. O seu sentido era o da Revolução, de alto a baixo: criação de quadros e conquista do Estado". O IL "não foi nem podia ter sido um movimento de massas"<sup>36</sup>.

Derrubado o liberalismo, a questão central que se colocava à extrema direita era resolver a "questão social", base dos movimentos revolucionários socialistas e comunistas. "O político - escrevia- está hoje bastante condicionado pelo "económico" e pelo social. Daqui a substituição da política de elites pela, da política de quadros pela política de massas. Na batalha política propriamente dita intervinham, quase exclusivamente, as elites intelectuais ou as elites activas. Na batalha económica e social, as massas ocupam o seu lugar, despertadas por um sentimento profundo de interesse imediato em jogo e conduzidas por um pragmatismo forte que não cede já a ilusões de ordem política."<sup>37</sup>.

Muito embora mantendo a ambiguidade sobre a questão da restauração da monarquia, Preto prolongava-lhe o adiamento *sinae die*, em nome da política de massas. Já nos anos 20 "a frente única que conduziu os portugueses ao seu resgate no 28 de Maio exigiu aos monárquicos o sacrificio momentâneo de não provocar a questão do regime perante o inimigo comum"<sup>38</sup>. Agora ela deveria ser adiada em nome da formação de um regime "comunitário de massas" onde via uma nova forma de democracia. Não a eleitoral e individualista mas aquela que elege o seu representante "na praça pública, interpretando o seu sentir e os

---

<sup>35</sup> Cf. *Idem*, p. 882.

<sup>36</sup> Cf. *Idem*, p. 883.

<sup>37</sup> Cf. *Idem*, pp. 884/885

<sup>38</sup> Cf. Rolão Preto, *El Movimiento...*, *Acción Española*, nº 34, 16 Octubre 1933, p. 203.



seus anseios"<sup>39</sup>. O "povo já não crê num milagre saído das urnas. Quer ver e ouvir o chefe, para o seguir e dar-lhe a sua confiança"<sup>40</sup>.

Rolão Preto encarnou a ponte entre o velho tradicionalismo integralista e um fascismo soreriano dos anos 20, mas a jovem elite nacional do seu movimento foi marcada pelas dimensões mais "modernas" do fascismo.

Muito embora presente ao nível das elites intelectuais no anos 20, a cultura futurista e modernista só marginalmente se fundiu com o fascismo português, agora entendido como movimento político<sup>41</sup>. Apesar disso, ela marcou a "geração fascista" dos fundadores da *Revolução*. António Pedro, Dutra Faria, Luis Forjáz Trigueiros, e alguns outros, constituíam uma tertúlia que marcou uma actividade cultural cujo lastro se depositou em diversas revistas literárias criadas nos anos trinta, associadas ao N/S<sup>42</sup>.

A associação mais marcante entre estética literária e ética da acção política foi a de António Pedro, aliás o activista N/S com maiores responsabilidades políticas no processo de fundação do movimento. Pedro foi talvez o máximo representante desta componente fundadora, embora minoritária, do N/S, mas responsável pela identidade "revolucionária" que captou a adesão de muitos estudantes<sup>43</sup>.

Poeta, crítico de arte e pintor, António Pedro (como Dutra Faria) foi um típico intelectual da "geração fascista". Paralelamente à sua actividade política, fundou a primeira galeria de arte moderna em Lisboa e uma casa editora com o mesmo nome, a UP, em associação com outro fundador do Nacional Sindicalismo, Castro Fernandes. Após a repressão e dissolução do

---

<sup>39</sup> Cf. Rolão Preto, "El Movimiento....", *Acción Española*, nº 45, 16 Enero 1934, p. 885.

<sup>40</sup> Cf. *Idem*, p. 885.

<sup>41</sup> Cf. Manuel Vilaverde Cabral, "The Aesthetics....", *Cit.*

<sup>42</sup> *Fradique*, "semanário literário" fundado em 1934, foi um deles. *Revelação*, fundado em 1935, também. Ambos serão citados à frente a propósito da vida política do N/S. Sobre a sua orientação estética e literária vide, Clara Rocha, *Revistas Literárias do Século XX em Portugal*, (Lisboa: 1985), pp. 468-461.

<sup>43</sup> Cf. António Costa Pinto, "The Literary Aspirations of Portuguese Fascism", Stein U. Larsen et Alli (edited by), *Fascism and European Literature*, (Bern and New York: 1991), pp. 238/253.





movimento foi para Paris onde se desligaria da actividade política e se ligou aos meios surrealistas.

Pedro proclamou-se arauto de uma "nova geração", procurando associar "juventude" e "modernidade" como símbolos máximos do paradigma fascista. A elite fascista, para ele era jovem e moderna, em ideologia e na prática política "revolucionária" que deveria desenvolver, e opunha-se, em binómio clássico, ao "velho" e "liberal". "Nós -proclamava- Homens do século XX, devemos à guerra sob cujo fragor nascemos, em oposição aos lirismos intelectualistas dum cristianismo tolstoiano (...), o acordar de uma virilidade nova e de clan, que o mesmo é dizer - renascimento de um instinto gregário e colectivista, pronto a aceitar um regime de força, imperialista e constructor"<sup>44</sup>.

Utilizando a Sociedade das Nações como prefiguração deste "mundo velho" liberal, que associava ao século XIX, Pedro dava-nos em imagens de extrema violência o perfil do inimigo a abater. O de uma Sociedade das Nações "caricatura caquética de um concerto de anacronismos (...). Seguem-na charlatões chorosos (...) veem depois, aduncos, (...) os judeus da finança - abutres sem ninho, (...) cochichando (...) Seguem-nos, sebosos e gordinhos os papás burgueses de chapéu de côco, açambarcadores (...) intermediários de chupar nas duas tetas (...) ...E na cauda do cortejo, lá atrás, aos bandos, famélicos e ameaçadores, milhões de desempregados, e toda a injustiça, e toda a mentira(...)"<sup>45</sup>.

Numa série de artigos, publicados no *Revolução* sob o título genérico "Os setes demónios da democracia", o nosso jovem poeta estigmatizava os "pecados" do liberalismo, "os sete demónios que envenenaram a consciência dos homens": a soberba individualista, a avareza capitalista, a ira revolucionária, a luxúria das palavras, a inveja democrática, a preguiça constitucional e a gula do orçamento<sup>46</sup>. No seu conjunto tratava-se de um repositório violento, mas pouco inovador, do anti-democratismo do fascismo, radicalizando, no entanto, o anti-conservadorismo e a rejeição dos "valores da burguesia", numa crítica velada ao caminho em curso do nascente "Estado Novo" de Salazar.

<sup>44</sup> Cf. António Pedro, *Esboço para uma Revisão de Valores*, (Lisboa: 1932), p. 10.

<sup>45</sup> Cf. *Idem*, p. 7/8.

<sup>46</sup> Cf. *Revolução*, 17 a 25-3-1932.



O fascismo, para António Pedro, deveria protagonizar o "espírito revolucionário", uma vez derrubado o liberalismo, não se contentando com a mera repressão preventiva. Referindo-se à situação política portuguesa, este deveria protagonizar a construção da nova "ordem", contra os que apenas queriam uma ditadura preventiva, procedendo a "reformas sociais" que se concretizariam na implantação do corporativismo. Por outro lado, uma das características sempre associada à sua condição era a da juventude. É quase sempre em nome dos "jovens" que Pedro expressava as reivindicações do fascismo, a quem deveriam ser confiadas tarefas importante no novo regime<sup>47</sup>.

O efeito espelho do comunismo foi também evidente nos textos deste jovem dirigente fascista. A alternativa ou comunismo ou fascismo, sem qualquer hipótese intermédia, dominava boa parte da seus escritos, com referências constantes aos dois tipos de "revolucionários" em confronto. Mas, no fundamental, a prosa de António Pedro permanece largamente negativa, mais preocupada com a crítica ao liberalismo e ao "conservadorismo"<sup>48</sup>. É a partir dela que os traços individualizadores do activismo fascista emergem: a do jovem viril e consciente da sua condição de "revolucionário", guarda avançada do regime autoritário, disciplinado e dedicado à Pátria, a quem deveriam ser confiadas as tarefas mais difíceis da construção da "Nova Ordem"<sup>49</sup>.

Este discurso, dominante na primeira fase do órgão central do movimento, coabitava no entanto, sobretudo na província, com o integralista, provocando, com se verá, alguns debates internos, que Rolão Preto se esforçava por dissolver. Convém também não esquecer que vários dirigentes tinham uma matriz republicano sidonista, cuja adesão ao fascismo tinha sido menos marcada pelo IL.

---

<sup>47</sup> Cf. António Pedro e Dutra Faria, "Optimismo", *Revolução*, 25-2-1932, p. 1.

<sup>48</sup> Cf. António Pedro, "Posição de Guerra", *Revolução*, 17-2-1932, p. 1.

<sup>49</sup> Curiosamente, Dutra Faria, após a sua adesão ao Salazarismo, escreveu uma novela onde este paradigma seria substituído pelo católico tradicionalista. O seu personagem principal, um ex-comunista, vai-se reconverter não em fascista, mas num sadio católico, sem preocupações políticas, defensor do ruralismo e de uma identidade histórica onde religião e castelos medievais se sintetizam. Cf. Dutra Faria, *Diário de um Intelectual Comunista*, (Lisboa: 1936). Vide também António Costa Pinto, "The Literary Aspirations....", *Cit.*, p. 245-248.



Em quase todos os países da periferia europeia, com um mundo agrária tradicional ainda predominante, mas socavado por uma urbanização e industrialização destruturante do tecido social, agente de mobilidade e de atomização, emergiram com alguns sucesso ideologias do tipo das integralistas. Inicialmente ligada a representações ideológicas das elites ameaçadas pela dinâmica de mudança política que caracterizou os processos de modernização, a emergência de movimentos fascistas adaptou os seus princípios e conseguiu populariza-los, numa conjuntura de crise, junto dos grupos sociais populares, lá onde os mecanismos de controle tradicionais se esboroavam.

A ideologia de alguns movimentos fascista apresentou-se em ruptura clara com muitos dos pressupostos do pensamento reacionário. Qualquer estudioso das ideologias concordará com Philippe Burrin, quando este afirma que "a mobilização das massas e das elites plebeias em vez da hierarquia das autoridades naturais; a prática plebescitária em vez do princípio monárquico; a pretensão de formar um "homem novo" em vez do reconhecimento de um homem que se insere na continuidade nacional e que se conforma à ordem eterna que legitima a sociedade; o culto cívico em vez da religião (...)", provocaram a desconfiança dos ideólogos de movimentos como o Integralismo ou a *Action Française* <sup>50</sup>.

Em vários casos, no entanto, a ideologia e o programa político dos movimento fascistas navegaram neste espectro, particularmente nos casos, como o português, em que estes grupos não se transformaram em partidos políticos, permitindo uma certa fuidez organizativa e uma maior permeabilidade das suas elites ao fascismo. Nestes casos ele seria marcado por esta ambiguidade ideológica, sendo o seu carácter de populismo reacionário bem mais claro do que em alguns dos seus congéneres.

### 1.2.2.- OS "12 PRINCIPIOS DA PRODUÇÃO"

---

<sup>50</sup> Cf. Philippe Burrin, "Le Fascisme: la révolution sans révolutionnaires", *Le Débat*, 38, Janvier-Mars 1986, p. 166.



O N/S nasceu, "como todos os movimentos europeus congéneres, fascismo e Nazismo, sem um programa rigorosamente definido ao modo dos antigos partidos. Definir é limitar, disse Mussolini"<sup>51</sup>. A sua declaração programática ficou-se pelos "12 princípios da produção", definidos por Preto em 1920, como "princípios basilares da doutrina N/S"<sup>52</sup>. Em diversas ocasiões, Preto e outros dirigentes teriam a oportunidade de desenvolver, em termos programáticos, cada um destes "mandamentos". O esboço de um programa político mais concreto foi também incluído nos estatutos, que os aderentes deveriam ler e aceitar na acto de filiação.

O nacionalismo do N/S, como se viu atrás, recolhia a contribuição decisiva do IL e dele não se diferenciava. O primeiro princípio dos estatutos definia a nação como uma realidade "eterna" e a pátria como "uma realidade imposta pela Terra, pelo Clima, pela Língua, pela Raça e pela História"<sup>53</sup>.

Mais do que os integralistas, no entanto, preocupados com a legitimação histórica da realidade nacional, Preto orientava-se para o futuro e considerava que o nacionalismo deveria ser um peça chave do ressurgimento nacional e "imperial". Chegou aliás fazer ironia sob os "saudosistas" da história, afirmando que "a dor e Paixão de Portugal nos passos da sua história imperial vêm-lhe sempre desta fatalidade do seu destino: nunca ter coincido o esforço do País com o pensamento do Chefe nacional do momento."<sup>54</sup>.

No Portugal do início dos anos trinta o importante era dar a Portugal uma consciência imperial, substituindo "os prantos inúteis em frente ao Muro das Lamentações da Raça"<sup>55</sup>. "Um povo só marcha nas vias imperiais quando o clima da sua exaltação realiza milagres duma fé sem limites dando-lhe uma confiança em si própria e uma disposição heroica para todos os sacrifícios."<sup>56</sup>.

---

<sup>51</sup> Cf. Rolão Preto, "El Movimiento...", *Acción Española*, nº 45, 16 Enero 1934, pp. 886/887.

<sup>52</sup> Cf. Rolão Preto, *Op. Cit.*, pp. 139-142.

<sup>53</sup> Cf. Rolão Preto, *Orgânica do Movimento Nacional Sindicalista*, (Lisboa: 1933), pp. 1/2.

<sup>54</sup> Cf. José Plácido Machado Barbosa, *Op. Cit.*, p. 48.

<sup>55</sup> Cf. *Idem*, p. 47.

<sup>56</sup> Cf. *Idem*, p. 60.





Vitimas do liberalismo e da dependência externa, os portugueses tinham um império, mas não tinham um sistema político que o enraizasse na consciência nacional. Os fascistas portugueses comungaram da nova mística imperial, típica do ultranacionalismo português, mas a sua preocupação de fundo era a sua "sacralização" enquanto mito nacional indissociável da identidade nacional.

"Como "ideia", -escrevia Preto- o império é a interpretação da vocação popular num chefe, e supõe, pois, uma irmandade absoluta entre os anseios do povo e a vontade decididamente iluminada do seu condutor."<sup>57</sup> A preocupação fundamental dos fascistas a nível interno era a de reconstituir a "Nação" em "bases comunitárias" a ela tudo submetendo como realidade transcendente.

O ideal tipo "organicista" era para estes a solução: "negamos a dissolução dos elementos de Produção nacional, isto é, negamos a existência isolada de classes, artifício que põe em litígio os componentes necessários do mesmo todo". Como consequência imediata, negava-se também "a solidariedade do proletariado universal por cima e contra as fronteiras sagradas da nação"<sup>58</sup>.

Os restantes "princípios da produção" concretizavam em termos de uma nova estruturação do Estado este modelo "orgânico", baseado no corporativismo integral do IL, agora sem rei.

Este corporativismo modelou a organização política proposta para o regime N/S, baseado na negação do indivíduo e considerando a "família primeira célula social" e base, com o município, os sindicatos e outros "corpos naturais" da Nação, da nova organização da representação nacional. Uma representação "não política" mas "orgânica", com uma Assembleia Nacional "únicamente constituída pelos representantes" destes corpos<sup>59</sup>

O grande destaque dos textos programáticos ia naturalmente para "o mundo do trabalho" e para a economia, a ser dirigida pelo sistema corporativo, já que este era "o conjunto orgânico de todos os elementos que para ele concorrem".

---

<sup>57</sup> Cf. *Idem*, p. 60.

<sup>58</sup> Cf. Rolão Preto, *A Monarquia ... Cit.*, p. 139.

<sup>59</sup> Cf. Rolão Preto, *Orgânica .....Cit.*, p. 3.



As propostas do N/S nesta área foram muito variadas e alteraram-se de acordo com a conjuntura política. Nos textos oficiais, reconhecia-se que a propriedade "era um direito natural, mas é necessário que a extensão da propriedade seja definida em função da utilidade social". Prevvia-se "que a economia nacional pública e privada tem de ser disciplinada e orientada pelo Estado que deve dirigi-la e intervir nela sempre que essa necessidade se imponha ao bem comum ou colectivos, ao equilibrio ou à justiça social"<sup>60</sup>.

O Estado assim organizado "como chefe da produção nacional", não iria estabelecer "uma nova tirania", pelo contrário, "inspirando-se no bem geral", no regime Nacional Sindicalista, o Estado "é toda a nação económico-social organizada conforme os interesses morais e materiais e representando através das suas hierarquias o trabalho e a vida cívica da nação"<sup>61</sup>.

O anti-capitalismo do N/S continuava apegado ao imaginário de uma sociedade dos pequenos produtores ameaçados pela concentração industrial. O cartel e o trust, o capital financeiro, que não conhece fronteiras, que "conduz à morte das pequenas empresas e à proletarianização das massas trabalhadoras", eram a fonte de todas as males e injustiças "de onde nasce a rebeldia dos escravos modernos"<sup>62</sup>. Este tópico clássico de algumas variantes do fascismo é aqui particularmente importante, já que Rolão Preto, particularmente, será sempre o porta-voz destas classes médias rurais e urbanas ameaçadas por aquilo que se previa vir a ser o futuro do capitalismo liberal: um mundo dirigido por um capital anónimo que esvaziaria os campos e transformaria a sociedade portuguesa num gigantesco corpo de proletários e empregados dos serviços.

A refutação do capitalismo coincidia aqui com a da democracia, visto esta assegurar ao primeiro o domínio absoluto "sobre a nação". Capitalismo, parlamentarismo e centralização eram três faces da mesma moeda. "Dominar a politica liberal-

---

<sup>60</sup> Cf. *Idem*, p. 2.

<sup>61</sup> Cf. Rolão Preto, "El Movimiento...", *Accion Española*, nº 49, 16 Marzo 1934, p. 48.

<sup>62</sup> Cf. Rolão Preto, "El Movimiento...", *Accion Española*, nº 46, 1 Febrero 1934, p. 987.



democrática era centralizar, reunir em poucas mãos os lucros da governação do País."<sup>63</sup>.

### 1.2.3.- OS TEMAS DE MOBILIZAÇÃO

No final dos anos 20, Portugal vivia já sob uma Ditadura Militar, que tinha literalmente esvaziado de conteúdo alguns dos grandes temas de mobilização de um fascismo nativo. Para os fundadores do N/S tudo estava, perigosamente, ainda por decidir, mas outras forças políticas, nomeadamente republicanos conservadores e católicos, dominavam parte da nova elite política da Ditadura. Alguns anti(s) do fascismo estavam já afastados da cena política, nomeadamente os radicais republicanos e o liberalismo, pelo o que o N/S reforçou a sua proposta de reorganização corporativa do Estado, de criação de uma milícia que formasse as elites do novo regime e de conquista das "massas" para o novo regime.

O Nacional Sindicalismo definiu-se perante as restantes forças políticas e grupos de pressão que se situavam no bloco de apoio à Ditadura como a vanguarda da "Revolução Nacional". Os seus dirigentes proclamavam-se adeptos de uma verdadeira reforma do Estado que eliminasse os resquícios herdados do liberalismo e bloqueasse qualquer reconversão dos velhos caciques da República. Por outro lado dispunham-se a oferecer à Ditadura um apoio de massas e a disputar aos comunistas e anarco-sindicalistas a hegemonia sobre o movimento sindical, transformando-o num corpo disciplinado e apoiante do novo regime.

Reclamavam-se da "juventude" e Rolão Preto proclamava o seu "todo o poder aos novos": "a reforma do Estado só será eficaz, só dará rendimento útil se as responsabilidades das novas engrenagens for entregue a gente nova (...), gente que tenha a peito o triunfo dos princípios e dos novos métodos que a inspiram". Apontava o exemplo de Sidónio, "que se soube rodear de novos", e de Mussolini: no Palacio Chigi não se viam "cabelos

---

<sup>63</sup> Cf. Rolão Preto, "El Movimiento...", *Accion Española*, nº 47, 16 Febrero 1934, p. 1109.



brancos"<sup>64</sup>. Arrogavam-se das "gerações novas que fizeram o 28 de Maio" e que estariam a ser atraídas por alguns dirigentes da Ditadura cujo compromisso com os republicanos adiaria a construção do "Estado Integral"<sup>65</sup>. Este foi um ponto nodal do seu discurso político que visava legitimar a sua condição de guardião do "espírito do 28 de Maio". A formação de quadros para o novo regime, educados na escola do activismo político do movimento era outro dos argumentos da propaganda N/S.

Outro aspecto da propaganda do N/S foi o da predominância do princípio ditatorial, a um tempo carismático e corporativo, perante o eleitoral. O princípio eleitoral, que alguns sectores da Ditadura pretendiam manter, era produto de "um espírito de compromisso e transigência [que] não podem de forma nenhuma interessar ao Estado Integral."<sup>66</sup>. A imprensa fascista reagia a cada discurso dos dirigentes da Ditadura que de algum modo se mostrasse conciliador com os republicanos conservadores.

O Nacional Sindicalismo representou também a ultrapassagem fascista da "questão do regime", particularmente importante visto tratar-se de um partido cuja elite política tinha sido formada pelo IL. Rolão Preto recusava logo após a fundação do N/S as acusações dos republicanos conservadores: "o problema político: República ou Monarquia não tem neste momento nenhuma oportunidade"<sup>67</sup>.

A resolução da "questão social" representou porém o argumento central da sua fundação. O N/S era "a interpretação racional e prevista de todas as reivindicações dos oprimidos pela velha sociedade liberal-democrata, é o triunfo dos interesses sagrados da comunidade nacional sobre o individualismo e o baixo cortejo dos seus instintos". Salazar tinha "resolvido a questão financeira" da Ditadura mas importava agora alterar e reformar o Estado segundo as propostas do corporativismo integral, única forma de estabelecer "um maior equilíbrio de riqueza pela melhor distribuição da justiça social" e ainda de eliminar a ameaça comunista<sup>68</sup>. O seu discurso de propaganda tem que ser analisado

---

<sup>64</sup> Cf. Rolão Preto, "Todo o Poder aos Novos", *Revolução*, 2-4-1932.

<sup>65</sup> Cf. Rolão Preto, "Comunicado de Guerra", *Revolução*, 23-2-1932.

<sup>66</sup> Cf. *Idem*.

<sup>67</sup> Cf. Rolão Preto, "República? Monarquia?", *Revolução*, 8-11-1932, p. 1.

<sup>68</sup> Cf. Rolão Preto, *Art. Cit.*





na perspectiva de um movimento fascista que disputava o poder no processo de transição a um regime autoritário, pelo que a tónica "anti-conservadora" era sistematicamente brandida.

A dinâmica "anti-conservadora" dos fascistas refletia-se sobretudo na pretensão mobilizadora de massas, na criação de milícias e sindicatos nacionalistas, no discurso anti-plutocrático e populista, na criação de uma dinâmica "de baixo para cima" na reforma do Estado. A sua organização estigmatizava o partido governamental como representando exactamente a elite dominante da Ditadura, unificada num partido "ecclético do género da União Patriótica de Primo de Rivera, eleitoral e conservadora"<sup>69</sup>.

A simples aproximação à classe operária e aos grupos sociais populares provocava, no Portugal dos anos trinta, uma desconfiança profunda das elites conservadoras, que, como vimos, se organizavam em formações partidárias insipientes. A "terceira via" dos fascistas no contexto de uma Ditadura Militar que Salazar ia dominando através de sucessivos pactos e golpes de palácio, apresentava-se pois em ruptura com a tradição da "limited politics" conservadora que caracterizava o Regime implantada em 1926<sup>70</sup>.

A Igreja e as elites católicas eram, nesta perspectiva, uma parte do universo conservador. Muito embora defensores da religião católica, por nacionalismo maurraziano, os N/S não deram particular atenção ao derrube dos pilares do laicismo herdados da República parlamentar, nem fizeram do integrismo católico bandeira de luta.

Acossados pelo centrismo católico, que desde os anos 20 polarizavam concorrencialmente um segmento importante das elites intelectuais, estudantis e universitárias, estes foram críticos das suas posições conciliadoras e do seu centrismo pragmático.

---

<sup>69</sup> Cf. Rolão Preto, "El Movimiento...", *Acción Española*, nº 34, 16 Octubre 1933, p. 203.

<sup>70</sup> Alguns autores consideram o fascismo um fenómeno político "revolucionário", como o comunismo, na medida em que deliberadamente e explicitamente pretendeu destruir o "state concept upon which the western style of limited politics had been based (...)". Cf. Noël O'Sullivan, *Fascism*, (London: 1983), p. 39. Não me parece, no entanto um argumento convincente. O populismo, como outros movimentos, seriam nessa perspectiva, movimentos "revolucionários".



Salazar foi descrito por Preto à direita radical espanhola como um "homem de Centro Católico, ainda que não do Centro Católico, (...) naturalmente receoso perante todos os nacionalismos revolucionários, como Bruning, como D. Sturzo, como Monsenhor Shepel", revelando-se "lógicamente adversário de todas as revoluções que não vieram de cima para baixo."<sup>71</sup>.

### 1.3.- A AÇÃO POLITICA DO N/S

#### 1.3.1.- A ONDA DOS COMICIOS

As manifestações públicas do Nacional Sindicalismo introduziram a coreografia fascista em Portugal. Os desfiles para-militares, as canções de combate e a ritualização carismática de Rolão Preto marcaram a sua acção política. A presença na rua do N/S iniciou-se em Setembro de 1932 e teria como pontos altos os comícios de Lisboa e Porto e a manifestação comemorativa do golpe militar, em 28 de Maio de 1933, em Braga. Foi na sequência deste crescendo de afirmação pública do Nacional Sindicalismo que a oposição anti-fascista iniciou várias acções contra o movimento, generalizando-se os confrontos em meados desse ano.

Os primeiros comícios tiveram um carácter local e contavam com o apoio dos simpatizantes do movimento instalados na administração, muitos dos quais eram militares. Rolão Preto deslocava-se regularmente à província em acções de propaganda organizadas pelos secretariados locais, acompanhado pelos "jovens" fundadores. A coreografia para-militar acompanhava sempre estas acções, cujo modelo pode ser exemplificado pela realizada em Alenquer em finais de 1932.

A delegação local anunciou o comício em comunicado dirigido ao "proletariado de Alenquer": "neste momento em que que elementos vendidos ao estrangeiro apregoam a luta de classes geradora da confusão de que se querem aproveitar, para conseguirem os inconfessados fins, nós queremos a união de todos

---

<sup>71</sup> Cf. Rolão Preto, "El Movimiento....", *Acción Española*, nº 45, 16 Enero 1934, p. 886.



os portugueses (...)". As palavras de ordem eram fundamentalmente anti-comunistas, "pela pátria independente e livre", "pela justiça social", "pela família, pelo município, pelo sindicato"<sup>72</sup>. Rolão Preto chegou a Alenquer acompanhado de alguns dirigentes de Lisboa esperando-o uma delegação local fardada, seguindo-se um cortejo até à Câmara Municipal onde este era esperado pela administração local. Após um "Porto de Honra" com as autoridades desenrolou-se o Comício.

O modelo foi testado com sucesso em vários comícios locais e seria utilizado em várias cidades e vilas de província onde se multiplicaram as visitas de propaganda. Em finais de 1932, ainda sem um aparelho de propaganda rodado e com um partido governamental sem actividade visível, o N/S emergiu como única força mobilizadora no quadro dos apoiantes da Ditadura. Cada acto de posse das comissões concelhias e distritais era aproveitado para uma manifestação de propaganda e os "camisas azuis" começaram a conquistar os sectores mais fascizantes das elites locais.

Em Fevereiro de 1933, aproveitando o primeiro aniversário do *Revolução*, o N/S organizou o primeiro comício nacional em Lisboa. O Banquete do Parque Eduardo VII marcou a emergência pública de Rolão Preto. A imprensa N/S começou a manifestar uma progressiva reverência pelo seu nome e a designação de "chefe" banalizou-se. A sua figura fardada começou a inundar os panfletos de propaganda e este era definido como "uma personalidade forte" que "quase que se confunde, de certo modo, com o movimento Nacional Sindicalista."<sup>73</sup>

Os discursos de Preto obedeciam a fórmulas simples: o N/S era a vanguarda da "revolução nacional" e encarnava a juventude da Ditadura. Os seus temas obrigatórios eram a "questão social" e seus derivados anti-comunistas e anti-democráticos; a apologia da juventude civil e militar, que deveria ser o núcleo de base da reforma do Estado e as críticas aos "conservadores" e "infiltrados". No comício do Parque Eduardo VII, Rolão Preto proclamou-se dirigente de uma "revolução que não se detém" e que "há-de

---

<sup>72</sup> Cf. Comunicado do Núcleo Nacional Sindicalista de Alenquer, 5-11-1932.

<sup>73</sup> Cf. os comentários de António Tinoco, *Revolução dos Trabalhadores*, nº 4, 25-2-1933, p. 1.



transformar esta Pátria gloriosa!". Saudou em seguida "a mocidade ardorosa que não desarma" e os "tenentes que mantêm imaculadas e íntegras as heroicas virtudes militares". Uma das suas máximas para iludir a identificação com o fascismo internacional era considerar-se "para além do fascismo e do hitlerismo" e concentrar-se em seguida na "questão social" cuja fórmula repetia sistematicamente: "desproletarizar as massas operárias e evitar a proletarização das classes médias"<sup>74</sup>. O grupo do *Revolução* acompanhava sempre Rolão Preto e substituiu-o por vezes nos comícios locais. Amaral Pyrrait, António Pedro e Dutra Faria eram os oradores mais frequentes.

Após a realização de um comício no Porto, no Palácio de Cristal, o Nacional Sindicalismo preparou-se para uma concentração nacional em alternativa às celebrações governamentais do golpe de 1926. A 28 de Maio, os N/S mobilizaram, segundo os relatos da época, cerca de 3000 aderentes em Braga.

Alberto Monsaraz, secretário geral, partiu para o norte algum tempo antes para preparar o desfile e Pires de Lima, dirigente da Zona Norte, escrevia a Rolão confirmando-lhe que "a jornada de Braga vai ser das coisas melhores e mais extraordinárias que o N/S tem feito."<sup>75</sup> Um comboio especial partiu do Porto e o activismo dos núcleos do norte, onde se concentrava o maior número de militantes, asseguram uma boa mobilização. Rolão Preto discursou, simbolicamente perto do quartel de onde em 1926 tinha partido o General Gomes da Costa, e pretendeu daí ameaçar o poder, iniciando uma nova fase na vida do movimento, caracterizada pelo conflito aberto com a Ditadura<sup>76</sup>.

Nestes comícios nacionais, a mesa de Honra cabia invariavelmente aos militares afectos ao movimento e ao eterno candidato à chefia da Ditadura, o General João de Almeida. Alguns tenentes, como Carvalho Nunes, David Neto, Romãozinho e outros

---

<sup>74</sup> Cf. *Idem*, p. 1.

<sup>75</sup> Cf. carta de Augusto Pires de Lima a Rolão Preto, 25-5-1933, ARP.

<sup>76</sup> O outro orador de Lisboa scia Amaral Pyrrait. Cf. *Revolução*, 29-5-1933, p. 4/5.





eram oradores regulares nos comícios e elogiados na imprensa<sup>77</sup>. O *Revolução* apresentava as suas biografias na secção "galeria nacionalista" e alguns escreviam sob pseudónimo artigos inflamados sobre o seu papel de guardiões da "Revolução Nacional". No comício de Coimbra, realizado em 21 de Maio de 1933, o lugar de destaque foi obviamente para os "lentes" da Universidade cujas relações com Salazar eram tensas. Eusébio Tamagnini, secretário da região centro foi o homenageado. Cabral Moncada, dirigente N/S e vice-reitor, seria um dos oradores<sup>78</sup>. Para além do núcleo duro fascista, o N/S mobilizava assim para estes comícios um leque de personalidades oriundas do IL e de outras organizações de direita radical que emprestavam respeitabilidade política e intelectual à virulência discursiva do N/S e representavam a sua capacidade de penetração nas elites.

À medida que crescia a mobilização de rua, a violência política começou desenvolver-se. Desde a sua fundação que a acção do N/S se caracterizou por alguns incidentes esporádicos com militantes anti-fascistas, particularmente nas universidades e em algumas assembleias sindicais. A partir de Maio de 1933, no entanto, os conflitos violentos começaram a generalizar-se na rua, cada vez que os N/S se manifestavam.

Em Coimbra, no dia de um comício-banquete N/S, com a presença de Rolão Preto, forças de oposição convocaram um desfile ao tóumulo de José Falcão com a neutralidade das autoridades administrativas locais. Logo de manhã N/S vindos de Lisboa foram atacadas na Estação. Durante a tarde, à chegada das camionetes com N/S, estes foram recebidos pelo mesmo grupo de manifestantes do "revirinho" e os conflitos generalizaram-se até à intervenção policial, tendo ficado feridos vários N/S<sup>79</sup>. Encurralados no Hotel Avenida, Rolão Preto e os seus partidários

---

<sup>77</sup> A hierarquia militar começaria mais tarde a tentar evitar a associação pública de oficiais ao N/S. Quando se realizou o comício do Porto, a região militar norte impediu a participação de militares para demonstrar que "a oficialidade segue assim a orientação que lhe é imprimida pelo comando superior, mantendo-se afastada de qualquer actividade política (...)". Cf. a nota oficiosa in *Ideia Livre*, Anadia, 20-5-1933, p. 1.

<sup>78</sup> Sobre este comício de Coimbra vide Luis Cabral de Moncada, *Memórias. Ao longo de uma vida (Pessoas, factos, ideias) 1888-1974*, (Lisboa: 1992), pp. 185-186.

<sup>79</sup> Cf. o relatório enviado a Salazar sobre os acontecimentos, Arquivo Oliveira Salazar (doravante AOS), CO/PC-3F, ANTT.



precisaram de apoio policial para sair em desfile. A imprensa oficial reafirmava a disciplina dos que "numa ordem admirável" marcharam até à Quinta da Várzea, onde se realizava o Banquete<sup>80</sup>. Os relatórios internos, no entanto, davam uma descrição mais fiel de um grupo de fascistas a sair de Coimbra "de baixo de um coro de insultos que [lhes] dirigia a multidão mantida à distância pela polícia"<sup>81</sup>.

Os incidentes de Coimbra marcaram o início de uma série de confrontos com forças da oposição. Em localidades como Anadia, Fermetelos e no Troviscal, onde o N/S desenvolvia acções de propaganda ligadas ao comício de Coimbra, deram-se novos confrontos<sup>82</sup>. Alguns dias depois, no quadro da mobilização para as já referidas celebrações do 28 de Maio em Braga, os conflitos de rua sofreram um acréscimo significativo.

Logo à chegada dos N/S do sul ao Porto, iniciaram-se os confrontos, na Avenida dos Aliados. Em Ponte de Lima, Guimarães, e Braga desencadearam-se conflitos a tiro. Em Ermezinde, um grupo de ferroviários tentou descarrilar o comboio N/S que se dirigia a Braga e, à chegada à estação, um pequeno comício esperava os N/S que responderam a tiro. Segundo o relatório policial ficaram feridos 5 fascistas que Rolão Preto visitaria no hospital. Na sequência do aproveitamento político dos incidentes por parte do N/S o Governo desencadeou um inquérito que levou à prisão de 11 "agitadores", todos ferroviários<sup>83</sup>. O N/S começava a ter "herois" e denunciava a "campanha do medo" que teria como objectivo legitimar a ilegalização do movimento<sup>84</sup>.

Em Junho de 1933, como resposta a estes incidentes, o Nacional Sindicalismo preparava-se para organizar uma manifestação comemorativa da batalha de Aljubarrota. Em informação ao governo, Monsaraz anunciava a concentração de 10.000 filiados uniformizados e apelava à mobilização, mas o Ministério do Interior, não autorizou o desfile<sup>85</sup>.

<sup>80</sup> Cf. *União Nacional*, 28-5-1933, p. 8.

<sup>81</sup> Cf. Relatório não assinado, SD, ARP.

<sup>82</sup> Cf. *Ordem Nova*, 27-5-1933, p. 1 e 4.

<sup>83</sup> Cf. Processo 104/1933, Tribunal Militar Especial.

<sup>84</sup> Os dirigentes fascistas pensaram que esta acção tinha sido uma provocação da polícia da Ditadura, como Preto afirmaria mais tarde.

<sup>85</sup> Cf. Carta de Alberto Monsaraz a Oliveira Salazar, 19-6-1933, AOS/CP-183, ANTT.



### 1.3.2.- A "TENTAÇÃO OPERARIA" E SINDICAL

O Nacional Sindicalismo representou a mais conseguida das tentativas da extrema direita de penetrar no movimento operário e sindical português. A única força conservadora presente neste meio que, como eles, provinha da direita, cristalizava-se em alguns sindicatos e activistas oriundos do movimento social católico.

Se, nos anos 20, as tentativas de constituição de uma alternativa "sindicalista orgânica" ao "internacionalismo vermelho" por parte de Rolão Preto tinham ficado na gesticulação ideológica, após alguns anos de Ditadura Militar e com a margem de manobra do sindicalismo livre progressivamente reduzida, o N/S aproximou-se então das fábricas e dos escritórios e formou alguns quadros sindicais fascistas. Parte deles aliás estarão na base dos futuros "sindicatos nacionais" do Salazarismo. A própria atenção que a imprensa operária e sindical começou a dedicar ao movimento foi simbolo desta efectiva penetração em um meio até então quase exclusivamente dominado pelo velho movimento sindical da Iª República.

Em Março de 1934, já em luta aberta com Salazar, Rolão Preto referia-se com orgulho ao aparecimento de uma nova "elite" operária associada ao N/S, "uma bela elite de propagandistas" que tinha "surgido em poucos meses de doutrinação nacionalista e corporativa."<sup>86</sup>. Preto referia-se não só aos militantes sindicais afectos ao Movimento como, fundamentalmente, àqueles que discursavam habitualmente nos comícios N/S de Lisboa e do Porto. "Dêem-se possibilidades aos humildes, aos filhos do povo que logo de tenra idade amassam como o suor do seu rosto o pão que comem e ver-se-á sair das suas alas ignoradas, elites novas (...)"<sup>87</sup>.

O N/S fez da integração dos trabalhadores na "Revolução Nacional" e na nova ordem corporativa a sua tarefa política primordial. Esta orientação "social" singularizou o Nacional

---

<sup>86</sup> Cf. Rolão Preto, "Novas Elites. Propagandistas operários", *União Nacional*, Leiria, 11-3-1934, p. 1.

<sup>87</sup> Cf. *Idem*.



Sindicalismo no campo da acção política dos movimentos apoiantes da Ditadura e fê-lo herdeiro natural de algumas tentativas anteriores protagonizadas pela já citada Liga Nacional 28 de Maio.

O *Revolução* criou desde o início uma "Página do Operário" que, após a fundação do movimento passou a suplemento destacável, distribuído gratuitamente, *A Revolução dos Trabalhadores*, dirigido por antónio Tinoco, o mais "socialista nacional" dos seus fundadores<sup>88</sup>. Nele se concentravam as notícias sobre o mundo do trabalho, os comunicados dos secretariados locais dirigidos aos trabalhadores e se seguiam, sobre a forma de denúncias políticas, ideológicas e, por vezes, de tipo polícial, as actividades dos partidos de esquerda com influência no movimento sindical, particularmente os comunistas e anarco sindicalistas.

O universo patronal era também periodicamente criticado. Por não cumprir o horário de trabalho, pelos salários de miséria que impunha a muito sectores classe operária, pela falta de empenho no diálogo com os trabalhadores. O sector financeiro era a grande *bête noir* da propaganda N/S, pela especulação e pelo juros mortais que levavam à falência de empresas e tornavam impossível a vida dos proprietários rurais e seus dependentes. Ao Estado ou seja, ao "Estado Nacionalista" a construir, impunham-se pois grandes tarefas intervencionistas e disciplinadoras no campo económico e social: "nacionalizar" (no sentido "patriótico") o capital, disciplinar os patrões, organizar a "harmonia social", impor salários mínimos, reformas, seguros sociais, etc. O Nacional Sindicalismo -anunciava um comunicado do Secretariado da Zona Norte- "preconiza uma política de proteção decidida da agricultura, que poderá ir até aos trabalhos agrícolas obrigatórios; a sindicalização forçada de todas as classes e a fiscalização por parte do Estado junto da banca."<sup>89</sup>.

O *Revolução* desenvolveu várias campanhas "anti-plutocráticas" a mais importante das quais contra a Moagem.

---

<sup>88</sup> Nº 1, 4-2-1933. *Revolução dos Trabalhadores* seria "devastado" periodicamente pela censura da Ditadura. Alguns números foram proibidos na totalidade.

<sup>89</sup> Cf. Comunicado "Ao Povo do Norte" do Secretariado da Zona Norte, reproduzido in *Reação*, 19-6-1933.





Páginas inteiras foram gastas denunciando manipulações políticas e subornos da Moagem a políticos e jornalistas, particularmente quando estes pertenciam ao campo republicano.

O discurso da "justiça social", frase amplamente utilizada por Preto e pelos dirigentes responsáveis pela área da propaganda, foi uma constante da curta vida política do Nacional Sindicalismo. A própria actividade editorial do movimento incluiu a publicação de várias obras exclusivamente dedicadas ao corporativismo e os seus principais dirigentes escreveram obras de divulgação sobre as soluções do N/S para a "questão social"<sup>90</sup>.

No campo programático, existiam algumas tendências divergentes no interior do N/S. António Tinoco, por exemplo, encontrava-se mais perto do Nacional Socialismo. Os seus artigos e livros de propaganda revelavam um menor respeito pela propriedade privada e eram mais "socializantes" do que os de Preto. Esta tónica "nacional socialista", simplificada para consumo operário nos comunicados de propaganda, conduzia a um "anti-capitalismo" que deveria parecer excessivo a algumas notabilidade ultramontana da província, pois já pouco tinha a ver com o velho anti-industrialismo ruralizante. A Delegação de Guimarães por exemplo, reafirmava o anti-capitalismo do N/S porque este estava "contra a finança e a plutocracia mais ou menos irresponsáveis, porque está contra o capitalismo, isto é, contra aquela organização da produção que estabelece o predomínio, mais do que o predomínio, a verdadeira tirania, da propriedade e do capital sobre a técnica e a mão de obra."<sup>91</sup> O "colectivismo orgânico", a ser organizado pelo "Estado Sindicalista", era, pois, uma das alternativas ao colectivismo "internacionalista e vermelho" dos comunistas<sup>92</sup>.

"Queremos que os ricos sejam menos ricos para que os pobres sejam menos pobres". Era este slogan do "Chefe do

---

<sup>90</sup> Para além das obras do próprio Rolão Preto, o N/S editou livros e opúsculos de divulgação da autoria de dirigentes como Neves da Costa, primeiro secretário Geral, António Tinoco, responsável pela seção operária do *Revolução* e Augusto Pires de Lima, secretário da Zona Norte, Cf. A. Neves da Costa, *Para Além da Ditadura, I. Soluções corporativas* (Lisboa: 1933); Augusto de Lima, *Revolução* (Porto: 1933) e Antonio Tinoco, *A Revolução Nacional dos Trabalhadores* (Lisboa: 1933).

<sup>91</sup> Cf. Comunicado distribuído pela Delegação de Guimarães, *Revolução*, 3-12-1932, p. 3.

<sup>92</sup> Cf. *Idem*.



Nacional Sindicalismo" que os núcleos locais apontavam àqueles que, influenciados pelas ideias comunistas, os acusavam de estar ao serviço dos patrões<sup>93</sup>. Os seus comunicados referiam-se a actividades concretas dos comunistas a nível local e tentavam, na linguagem simples da propaganda, contrapor as "verdades" do programa imediato do N/S para resolver a "questão social": A sindicalização em moldes corporativos de todas os grupos socio-profissionais, o estabelecimento de um salário social mínimo (que proteja a família e respeite a função da mulher no lar) e de seguros de invalidez e doença, assistência social à maternidade e à criança, A dignificação das reformas e uma política estatal de bairros sociais<sup>94</sup>.

A integração das classes trabalhadoras passava evidentemente pela eliminação da nefasta influência "comunista" e "revolucionária" que dominava as suas associações sindicais. Na sua luta pelo reconhecimento da importância da sua acção por parte da Ditadura, o N/S sempre fez da luta anti-comunista um dos principais elementos de legitimação da sua existência no quadro de um regime que apenas pensava a "questão social" em termos preventivos e repressivos. "Quando nós afirmamos o perigo que representa a ameaça sempre crescente do comunismo poucos são os conservadores que não encolhem com desdém os ombros robustos, certos de que não "há nada"... que não haverá nada... que lhes impeça um dia a boa digestão e o gozo das comodidades da vida."<sup>95</sup>. Nos seus manifestos aos trabalhadores, o N/S não diferenciava comunistas de anarco sindicalistas, que na época contavam ainda com uma organização importante. Conscientes do ascenso comunista a nível internacional estes apenas demarcavam a acção dos socialistas que associavam ao "reviralhismo republicano". Todos os outros eram no geral denunciados como pertencentes ao universo "vermelho".

Em Setembro de 1932 o Nacional Sindicalismo anunciou que ia começar a inaugurar "Casas Sindicais" pelo País. Funcionando simultaneamente como sedes do movimento, elas deveriam ser centros de sociabilidade, formação e propaganda do "sindicalismo

<sup>93</sup> Cf. o comunicado do núcleo N.S. de Alenquer referindo-se a acusações de O *Jovem*, órgão para as juventudes do PCP, in *Alcácer*, 11-6-1933, p. 2.

<sup>94</sup> Cf. *União Nacional*, 28-5-1933, p. 1.

<sup>95</sup> Cf. Rolão Preto, "Cuidado, ricos!", *União Nacional*, 7-5-1933, p. 1.



orgânico"<sup>96</sup>. Apenas em Lisboa, em Alenquer, no Porto e em Bragança seriam abertas sedes com esse nome e a sua vida seria agitada quando as relações com o governo começarem a esfriar. A de Bragança, por exemplo, seria encerrada e reaberta em 1933, sendo todas fechadas em 1934 pelo governo. Rolão Preto queria fazer dos núcleos locais do N/S "núcleos pré-sindicais"<sup>97</sup>. Os verdadeiros sindicatos seriam criados depois, parte integrante que eram da reorganização "corporativa e nacionalista do Estado".

Algumas delegações, particularmente aquelas que provinham da Liga 28 de Maio, tinham já "seções operárias" e alguns serviços de apoio destinados à classe trabalhadora: gabinetes de apoio jurídico, médico e para os desempregados. Estes últimos seriam eventualmente responsáveis pelo crescimento das adesões pois a propaganda que acompanhava a inscrição sublinhava que estes teriam prioridade. Estes gabinetes, organizados com base no voluntariado, situavam-se nas sedes, ainda que apenas se tivesse detectado o seu funcionamento efectivo em Lisboa e no Porto, e apenas no campo jurídico.

Outra das ambições das "casas sindicais" era a de se tornarem "casas" abertas às reivindicações concretas dos trabalhadores. O *Revolução*, dada a raridade do acontecimento, apresentava com destaque e orgulho as visitas de delegações operárias estranhas ao movimento, como as de operários manipuladores do pão de Lisboa ou dos chapeleiros de Braga<sup>98</sup>. Anunciavam-se regularmente assembleias das Associações de Classe e entrevistavam-se elementos das suas direcções<sup>99</sup>. Muito embora seja difícil identificar a presença de N/S em muitas destas, não deixa de ser significativo que as suas direcções

---

<sup>96</sup> Cf. *Revolução*, 1-9-1932.

<sup>97</sup> Cf. Rolão Preto, "Quadros", *Revolução*, 6-9-1932, p. 1.

<sup>98</sup> Cf. *Revolução*, 17-8-1932, p. 1 e 18-11-1932. No último caso tratava-se de algumas reivindicações dos proprietários de lojas com oficina própria.

<sup>99</sup> É o caso da Associação de Classe dos Tanociros de Lisboa e Almada, da dos Vendedores de Leite de Lisboa e da União dos Barbeiros e Cabeleireiros de Lisboa. Cf. *Revolução*, 16-3-1933, p. 4; 18-3-1933, p. 2.; 22-3-1933, p. 3; 14-1-1933, p. 4. No caso da dos Vendedores de Leite, os socialistas impediram a propaganda do Nacional Sindicalismo nas assembleias gerais. Cf. *Revolução*, 15-2-1933, p. 8. Outro sindicato cujas reivindicações eram regularmente seguidas e apoiadas era o dos Manipuladores do Pão de Lisboa. No Distrito de Setúbal também o presidente da Associação de Classe dos Soldadores, seria entrevistado pelo órgão fascista declarando-se "contra a luta de classes", cf. *Revolução*, 20-6-1933.



prestassem declarações aos fascistas e abrissem as suas Assembleias gerais aos reporteres do seu órgão central, o que, num ambiente sindical que se queria polarizado, não poderia deixar de preocupar os comunistas e os anarco sindicalistas<sup>100</sup>.

O Nacional Sindicalismo começou então a formar quadros políticos operários e sindicais. Alguns, fundamentalmente no sector dos serviços provinham já do IL, outros, particularmente os operários, vinham maioritariamente da Liga 28 de Maio. Dos novos "propagandistas operários" que acompanhavam Rolão Preto nos comícios, raros eram aqueles que vinham do velho movimento sindical. Francisco Moreira era uma destas excepções. Canteiro da construção civil e ex-anarco sindicalista, Moreira tinha sido fundador do Sindicato da Construção Civil do Porto, tendo estado preso durante o regime liberal republicano e exilado em Espanha<sup>101</sup>. É provável também que um ou outro trânsfuga não operário do anarco-sindicalismo, como Eduardo Frias, fundador do N/S no Algarve, tenha arrastado consigo alguns militantes<sup>102</sup>. Este movimento foi no entanto raro e a maioria dos militantes sindicais do N/S foram formados por ele ou vieram da Liga, sem apresentarem filiações anteriores ou passado de esquerda no sindicalismo livre.

Num universo industrial pouco concentrado e com um peso importante da pequena e média unidade fabril, foi fundamentalmente no Norte do país, no eixo Porto/Braga que o Nacional Sindicalismo fez sentir a sua presença. A própria geografia das denúncias da imprensa legal e clandestina dos partidos de esquerda ligados aos movimento operário, coincide com a das maiores mobilizações do N/S e com a dos conflitos

---

<sup>100</sup> Algumas outras Associações de Classe prestavam declarações regulares ao *Revolução*, sendo os seus corpos gerentes vistos com simpatia e apoio declarado às suas reivindicações pelo N/S. Sem pretensões de exaustividade aponte-se, como exemplo: Manipuladores Auxiliares dos Correios e Telégrafos de Lisboa; Marcenciros de Lisboa; "comissão reorganizadora" do Sindicato Operário da Industria de Conservas de Matozinhos.

<sup>101</sup> Cf. *Ordem Nova*, 21-5-1933, p. 1/2. Atacado na imprensa republicana como ex-bombista, Francisco Moreira defendeu-se em *A Revolução dos Trabalhadores*, 20-5-1933, p. 1 e 4.

<sup>102</sup> Cf. o seu artigo "A CGT e o Nacional Sindicalismo. Carta aberta ao sr. Alexandre Vieira, antigo director da "Batalha", órgão da Confederação Geral do Trabalho", *O Nacional Sindicalista* nº 10, 19-2-1933, p. 4. Frias respondia a uma ataque desferido ao N/S pelo velho director de *A Batalha* numa entrevista ao *Diário de Lisboa*.





violentos entre fascistas e oposição ao longo de 1933 e 1934.

Tratava-se de um universo mais propício a alguma intervenção patronal na filiação no Nacional Sindicalismo. Mas não é de crer que seja esta a única explicação para o número significativo de adesões, pois na maioria de casos o patronato tinha medo de tudo o que se referisse a cumprir a própria legislação em vigor e desconfiava de qualquer iniciativa de "sindicalização" baseada na proteção dos interesses dos trabalhadores, mesmo que esta fosse de iniciativa fascista e "patriótica". Entre os raros exemplos encontrados que podem confirmar esta adesão com base em intervenção patronal encontrava-se o de Carlos Cabral Leitão, industrial de Loriga, que aderiu ao Nacional Sindicalismo e teve um papel activo nas Associações patronais<sup>103</sup>.

A nível local, a forma mais usual de propaganda do Nacional Sindicalismo era a da distribuição do *Revolução dos Trabalhadores* nas ruas, particularmente nos bairros populares e à porta das fábricas, acompanhada de pequenos comícios. Nas zonas onde detinham núcleos organizados todos os comícios incluíam discursos de operários e a tónica destes destinava-se à classe trabalhadora<sup>104</sup>. A partir de janeiro de 1933 a organização de piquetes de propaganda generalizou-se em todo o País. Os jovens dirigentes de Lisboa participavam em muitas delas, percorrendo no mesmo dia várias localidades de provincia.

Como se tem vindo a salientar, o movimento foi particularmente intenso no Norte e a própria imprensa socialista começou a refletir algum sucesso destas operações. Em Barcelos, era a Associação de Classe dos Operários da Construção Civil que protestava por "certos indivíduos que se dizem agentes de autoridade, entrarem nas oficinas para intimarem os operários a dar o seu nome (...) tendo assim conseguido tirar a esta Associação 65 filiados"<sup>105</sup>. Em Guimarães denunciavam-se iguais

---

<sup>103</sup> Cf. a carta de Cabral Leitão demarcando-se das visões estreitas de alguns patrões in *Revolução*, 2-9-1932, p. 2. Sobre as suas posições nas associações patronais vide Fátima Patriarca, *Processo de Implantação e Lógica e Dinâmica de Funcionamento do Corporativismo em Portugal- Os primeiros anos do salazarismo*, Mimeo., 1990.

<sup>104</sup> No Norte do país este movimento e as adesões eram denunciadas pela imprensa socialista.

<sup>105</sup> Cf. *Republica Social*, 20-5-1933, p. 3.



procedimentos e a adesão ao N/S de um grupo de operários de fábricas do sector textil<sup>106</sup>. Prova desta penetração mais massiva no Norte encontra-se na própria imprensa da oposição cujos correspondentes, denunciando os métodos com que muitos destes recrutamentos foram feitos, anunciavam com destaque o regresso de alguns "arrepentidos" que se tinham afastado da "ilusão" N/S<sup>107</sup>.

Em muitos destes concelhos, os correspondentes e delegados do N/S agradeciam muitas vezes a autorização patronal para entrar nas oficinas dada a estes piquetes e por estes aconselharem "os seus operários a fazer a sua filiação" no N/S<sup>108</sup>. Em Lisboa e na margem sul do Tejo, no entanto, este tipo de acções foram foi mais raras.

Nas manifestações de carácter nacional, a natureza "sindical" do movimento era um dos fundamentos da interpelação ao Poder. No comício do Palácio de Cristal, por exemplo, Francisco Moreira, que discursou em representação dos operários N/S de Viseu, reafirmava: "eu nunca deixei de ser revolucionário contra a sociedade burguesa e capitalista que até hoje só tem procurado explorar a classe operária, cá estou hoje novamente pronto para a luta, em defesa dos princípios preconizados pelo Nacional Sindicalismo (...)"<sup>109</sup>. Vieira da Cunha, outro activista sindical fascista, que em 1934 participaria na fundação do Sindicato Nacional do Pessoal dos Carros Elétricos do Distrito do Porto, reclamava-se também do carácter revolucionário e operário do movimento.

Mesmo nos discursos dos dirigentes regionais a marca "social" imperava. Augusto Pires de Lima, repetindo em Coimbra o seu discurso no comício do Porto caracterizava o N/S como a voz dos "pobres, um movimento de tostões, ao contrário do movimento dos políticos que foi sempre um movimento de contos

---

<sup>106</sup> Cf. *Idem*, 27-5-1933, p. 3.

<sup>107</sup> As referências à "cautela com os rótulos" cresceram entre Janeiro e Julho de 1933. Cf. *Revolução Social*, 3-6-1933, p. 6. Vide, por exemplo, a declaração de abandono do N/S por parte de três filiados da região do Douro in *República Social*, 26-8-1933.

<sup>108</sup> Cf. as notícias dos correspondentes locais de vários concelhos do Norte in *Revolução*, 8-6-1933, p. 6, e 23-6-1933, p. 4.

<sup>109</sup> Cf. *A Revolução dos Trabalhadores*, nº 11, 13-5-1933, p. 1/2.



de reis."<sup>110</sup>. Até velhos conspiradores afectos ao IL como o Brigadeiro João de Almeida dissertavam sobre "as misérias do ambiente, quando vemos explorações darem aos capitalistas, que não trabalham, cem, duzentos por cento do capital, enquanto os operários de todas as categorias permanecem na mais negra miséria(...)"<sup>111</sup>.

No mundo rural o Nacional Sindicalismo não deixou rasto significativo. A sua mobilização junto do proletariado agrícola foi nula no Sul latifundiário, limitando-se a alguma agitação em Évora. No Norte, nomeadamente nas distritos de Vila Real e Bragança era alguma notabilidade monárquica que organizava os comícios e inscrevia no Movimento os seus dependentes. No campo, o discurso N/S dirigia-se fundamentalmente aos proprietários<sup>112</sup>. Apoiavam-se as reclamações das "forças vivas" da lavoura, essa "lavoura média" que era "a base da economia nacional"<sup>113</sup>. Preto referia abundantemente o exemplo da política do Nacional Socialismo alemão que, apesar de se encontrar perante um país "largamente industrial", tratou de salvar "a média lavoura, inteiramente nas mãos da usura"<sup>114</sup>.

Os "comícios rurais" foram esporádicos e provocaram grandes desconfianças nos governadores civis. A imprensa N/S deu algum destaque às actividades de propaganda viradas para o universo rural em distritos como os Castelo Branco (nomeadamente no Fundão), Guarda, Aveiro ou Leiria, mas estes foram rapidamente proibidos<sup>115</sup>.

---

<sup>110</sup> Cf. o seu discurso no comício de Coimbra reproduzido no *União Nacional*, Leiria, 28-5-1933, p. 1.

<sup>111</sup> Cf. *Idem*.

<sup>112</sup> Entre os raros manifestos de propaganda destinados ao mundo rural, vide o de um dirigente distrital de Leiria, também sobre a forma de diálogo: Marino S. Ferreira, *Da vida agrária*, (Leiria: 1933).

<sup>113</sup> Cf. Rolão Preto, "Acuda-se às classes médias!", *União Nacional*, 10-12-1933, p. 1.

<sup>114</sup> Cf. *Idem*.

<sup>115</sup> O primeiro "comício rural" realizou-se no Fundão tendo sido enviado no final um telegrama a Salazar "afirmando a esperança na rápida e profunda acção social que modifique as miseráveis condições actuais das classes médias e operária em Portugal.". Cf. *Diário da Manhã*, 15-3-1933 e *Revolução*, 14-3-1933. Esta prática de enviar mensagens a Salazar e a outros membros do governo com reivindicações ou saudações era comum a todos os comícios do N/S.



Confrontados com a actividade dos N/S em algumas zonas rurais esta era percebida pelos delegados do governo como elemento de agitação num meio que se queria obediente e respeitador das hierarquias sociais tradicionais. No distrito de Leiria, onde brigadas N/S distribuíam manifestos e formulários de inscrição, realizando pequenos comícios de agitação, o Governador Civil relatava para Lisboa o seu método de trabalho e a "confusão" que estes provocavam: Os N/S "teem percorrido algumas freguesias deste concelho, de bicicleta, parando às portas das Igrejas, na ocasião da saída das missas, procurando formar grupos fingindo tirar retratos e adoptando outros expedientes para reterem os campónios. Quando conseguem ter reunido um número razoável de pessoas, distribuem então uns manifestos e fazem o seu comício."<sup>116</sup>.

Nesses comícios, referia o Governador, faziam-se afirmações "de tal forma audaciosas que lançam a desorientação na alma da gente simples dos campos, por os oradores se apresentarem como defensores da situação e, apesar disso, fazerem a propaganda de doutrinas que nunca foram defendidas pelas pessoas afectas à Ditadura, que teem ouvido falar em público; essa desorientação ainda se torna maior por se tratar de oficiais de exército"<sup>117</sup>.

Os informantes do Governador, affectos à União Nacional, afirmavam-lhe que o tenente Virgulino exprimia posições "de tal forma aproximadas das doutrinas bolchevistas que um canteiro, que professa essas ideias, se declarou inteiramente concordante com as afirmações feitas por esse oficial."<sup>118</sup>. Tais procedimentos levaram o representante do governo a proibir também este tipo de propaganda do Nacional Sindicalismo<sup>119</sup>. Exemplo que seria seguido por outros como o de Vila Real e o da Guarda<sup>120</sup>.

Em algumas regiões do norte do País, era a notabilidade aristocrática de província que "organizava" e fardava os seus "clientes" para as manifestações do N/S. Observe-se como o

<sup>116</sup> Cf. Relatório do Governador Civil de Leiria ao Ministro do Interior, 19-7-1933, Maço 463, AGMI/INTT.

<sup>117</sup> O governador referia-se a dois tenentes que eram dirigentes distritais.

<sup>118</sup> Cf. *Idem*.

<sup>119</sup> Cf. Circular-confidencial nº 1877 do Governador Civil de Leiria aos Administradores de Concelho, 4-8-1933, Maço 463, AGMI/ANTT.

<sup>120</sup> Cf. Relatório do Governador Civil da Guarda ao Ministro do Interior, 4-5-1933, Maço 462-Caixa 15, AGMI/ANTT.





correspondente de *A Voz* relatava uma visita de trabalho de Rolão Preto ao Distrito de Vila Real: "No passado domingo esteve nesta cidade o sr. Dr. Rolão Preto que se hospedou em Mateus, em casa dos sr. Condes de Vila Real. (...) acorreram a Mateus muitas pessoas de todas as categorias sociais" para o cumprimentar, nomeadamente cerca de 20 N/S fardados<sup>121</sup>.

Mas se a actividade do Nacional Sindicalismo não teve grandes consequências práticas, ao nível organizativo, no mundo rural, o mesmo não se poderá afirmar da sua acção política no campo até então recoberto pelo "sindicalismo livre". Perante a relativa neutralidade do governo da Ditadura, estes começaram a aproximar-se com alguma tenacidade dos polos "vermelhos".

Seria fundamentalmente no sector dos serviços que alguns militantes N/S se conseguiriam impôr como tendência sindical, nomeadamente nos empregados bancários e dos seguros<sup>122</sup>. O N/S conseguiu aqui formar um conjunto de quadros que estarão na base, no caso dos empregados bancários, de uma cisão fascista, consubstanciada na Associação Portuguesa dos Empregados Bancários (APEB) em finais de 1932. Integralistas na sua maioria, vários destes futuros dirigentes dos sindicatos corporativos, filiaram-se na Liga 28 de Maio e posteriormente no Nacional Sindicalismo.

O caso mais paradigmático foi o dos bancários, onde os N/S e outros activistas sindicais de direita, após uma tentativa de conquistar por dentro o sindicato, criaram uma nova associação sindical com alguma expressão. A origem da presença dos fascistas no seio dos empregados bancários remontava à pregação "sindical" de Rolão Preto nos anos 20. Em 1923, com a criação do Sindicato dos Empregados do Banco Nacional Ultramarino, os simpatizantes e filiados do IL orgulhavam-se de serem "os primeiros trabalhadores portugueses que se organizam a sério num campo anti-revolucionário"<sup>123</sup>. Reclamavam-se também do seu "mestre" Valois e da "aliança entre o capital e o trabalho". A

---

<sup>121</sup> Cf. *A Voz*, 10-8-1933 cit. in *União Nacional*, 20-8-1933, p. 8.

<sup>122</sup> O caso mais conhecido, o dos empregados bancários, não é aqui desenvolvido pois encontra-se bem documentado na obra de José Pedro Castanhiera, *Os Sindicatos e o salazarismo. História dos Bancários do Sul e Ilhas, 1919-1969*, (Lisboa: 1983).

<sup>123</sup> Cf. *Idem*, p. 31.



sua influencia perdurou nos anos seguintes até terem perdido a sua hegemonia nos final dos anos 20, já sob a Ditadura Militar.

Em Setembro de 1932, retomando a luta que tinham encetado "já há 9 anos" contra o dominio "revolucionário", alguns empregados bancários N/S como Sá Campos e Júdice de Abreu denunciaram no *Revolução* os "comunistas" que dirigiam o sindicato desde 1931<sup>124</sup>. No mês seguinte tentaram derrubar a direcção convocando uma assembleia geral com um grupo de 40 sócios. Xara Brazil, Jaime Ferreira, e outros preconizaram a adesão do sindicato "nos princípios do nacional sindicalismo" tendo sido derrotados.

Foi na sequência do seu afastamento do sindicato que estes criaram a APEB, fundada nas instalações da Liga 28 de Maio em finais de Dezembro de 1932. Os princípios da APEB eram os do "sindicalismo nacional". Preconizavam a defesa da "cooperação entre trabalho e capital", a integração na orgânica do "Estado social e Corporativo", regendo-se a nova associação "pelas normas do mais puro nacionalismo". A finalizar declaravam-se dispostos a a serem incorporados "em tempo oportuno" na "estrutura do próprio Estado"<sup>125</sup>.

A presença de activistas N/S foi também importante nos empregados dos seguros de Lisboa, liderados por Vasco do Amaral, que seria mais tarde dirigente do "sindicato Nacional" do sector, e ainda no dos empregados de escritório, mas a APEB permaneceu a única associação sindical autónoma do próprio movimento criada por filiados N/S<sup>126</sup>. O *Unidade*, órgão afecto à direcção do Sindicato continuou a ironizar com "os homens da camisa", mas os cisionistas conseguiriam filiar, em Setembro de 1933 quase tantos sócios quanto ele<sup>127</sup>.

---

<sup>124</sup> Cf. *Revolução*, 31-10-1932, p. 5.

<sup>125</sup> Cf. os Estatutos da APEB in *Revolução*, 11-2-1933, p. 2. O *Revolução*, em sintonia com este grupo, denunciava ainda alguns Bancos que não cumpriam o horário e trabalho e vários dos seus membros, caso de Carvalho Nunes, assinavam artigos de propaganda no porta-voz dos fascistas.

<sup>126</sup> Provavelmente para não quebrar a unidade de um grupo onde nem todos aderiram ao movimento de Rolão Preto, ainda que proviessem do IL e da Liga 28 de Maio.

<sup>127</sup> Cf. *Unidade* nº 9, 2-2-1933. O Sindicato tinha, em finais de 1932, 1036 sócios, contra 730 da APEB, em meados de 1933, segundo dados apurados por José Pedro castanheira, *Op. Cit.*, pp. 41 e 53.



Em áreas sindicais como os Caixeiros de Lisboa, Pessoal da Carris, Ferroviários, Transportes municipais do Porto, a presença de activistas fascistas começou também a ser detectada quer pelos sindicalistas de esquerda, que iniciaram, no geral, processos de expulsão, quer pelos relatórios policiais sobre reuniões sindicais que eram enviados ao Ministério do Interior<sup>128</sup>. A imprensa sindical começou então a desenvolver campanhas anti-N/S.

Em Março de 1933 a direcção do sindicato dos caixeiros de Lisboa propunha a expulsão de um dirigente acusado de ser activista fascista, por ser da Liga 28 de Maio<sup>129</sup>. O *Revolução* acompanhou as reuniões sindicais, denunciando como comunista a sua direcção e apoiando um grupo "nacionalista"<sup>130</sup>.

Nesse mesmo mês, a presença do N/S começou a ser visível nas assembleias gerais dos trabalhadores da Carris de Lisboa. Os Nacionais sindicalistas distribuíam comunicados aos trabalhadores, apoiando as suas reivindicações e denunciando a direcção inglesa da companhia, e o próprio Neves da Costa, primeiro secretário do movimento, acompanhou o processo, sendo convidado a sair de um plenário<sup>131</sup>. O *Revolução* acusava a direcção de ser "comunista" ao mesmo tempo que, em nome do nacionalismo, criticava a transferência de lucros para o estrangeiro à custa dos trabalhadores<sup>132</sup>.

Em Agosto de 1933 a direcção do sindicato denunciava noutra assembleia a acção de um grupo de "traidores ao serviço do Nacional Sindicalismo"<sup>133</sup>. É provável que os fascistas se

---

<sup>128</sup> No caso dos ferroviários, os N/S criaram um núcleo na Linha do Vale do Vouga. Cf. *Revolução dos Trabalhadores*, nº 7, 25-3-1933, p. 3. No Barreiro alguns operários também aderiram, cf. *Revolução*, 13-6-1933, p. 4. Algumas informações dispersas sobre agressões a filiados fascistas permitem detectar alguma influência em outras zonas. Vide, por exemplo, o relato de uma agressão por operários a um empregado ferroviário N/S na Marinha Grande in Relatório do Governador Civil de Leiria ao Ministro do Interior, 13-8-1932, Maço 455-caixa 8, AGMI/ANTT.

<sup>129</sup> Cf. Relatório confidencial da PSP nº 28, 5-3-1933, Maço 465-Caixa 18, AGMI/ANTT.

<sup>130</sup> Cf. *Revolução*, 21-4-1933, p. 4/5.

<sup>131</sup> Cf. *Revolução*, 13-3-1933, p. 1, e Relatório confidencial da PSP nº 13, 11-3-1933, Maço 465-Caixa 18, AGMI/ANTT.

<sup>132</sup> Cf. *Revolução*, 15-3-1933, p. 3.

<sup>133</sup> Cf. Relatório confidencial da PSP, 2-8-1933, Maço 465-Caixa 18, AGMI/ANTT.



aproveitassem da existência de uma corrente de direita, dirigida por Clemente dos Anjos, que já tinha estado na direção do Sindicato em 1930 e contestava nas reuniões os novos dirigentes pela sua política "anti-patriótica" e "internacionalista"<sup>134</sup>. A direção da Associação de Classe identificava este núcleo como "um grupo de traidores ao serviço do patronato e do Nacional Sindicalismo indigena (...)" e a sua imprensa, que vinha denunciando o N/S desde Março desse ano, não distinguia qualquer filiação diferenciada nos "cisionista"<sup>135</sup>. Seria a partir deste grupo que surgiria o Sindicato Nacional do sector<sup>136</sup>.

Ainda que fosse tentador salientar a sua proximidade de algumas associações sindicais que se intitulavam "nacionalistas" ou a eventual colaboração com os católicos em certas regiões não é fácil identificar movimentações de Nacional Sindicalistas em outros sectores do movimento sindical<sup>137</sup>. O caso de maior proximidade entre o N/S e um Sindicato "nacionalista" foi o do Sindicato Nacional dos Profissionais da Industria Hoteleira. Criado em 1931, este opunha-se à utilização de mão de obra imigrante, galega na sua maioria. O N/S apoiou activamente este sindicato, "composto somente por portugueses", considerando-o um exemplo de patriotismo, e denunciando os patrões que se relacionavam como o sindicato "comunista" e estrageirado<sup>138</sup>. Trata-se no entanto de uma relação menos ideológica e a iniciativa da sua criação não partiu do próprio N/S<sup>139</sup>.

---

<sup>134</sup> Cf. Relatório Confidencial da PSP nº 55, 26-8-1933, Maço 465-Caixa 18, AGMI/ANTT. Não se encontraram elementos que identifiquem a filiação de Clemente dos Anjos no N/S. Um ex-N/S caracteriza-lo-ia como "tão católico como monárquico" e este continuaria de facto associados aos monárquicos durante o "Estado Novo". Cf. Jacinto Ferreira, *Op. Cit.*, p. 116. Vide também Fátima Patriarca, *Op. Cit.*, p. 290-291.

<sup>135</sup> Cf. por exemplo, António Soares, "O Nacional Sindicalismo é uma burla. Arrancai a máscara", *O Elétrico*, nº 31, Março 1933, p. 4.

<sup>136</sup> Após a sua expulsão estes criaram uma "comissão de Salvação Colectiva do Sindicato" que estaria na base do Sindicato Nacional. Cf. os apelos à cisão e as críticas à direção "comunista" in *Revolução*, 3-7-1933, p. 5, e 6-7-1933, p. 8.

<sup>137</sup> Apesar do movimento católico ter denunciado o N/S, alguns militantes padres eram oradores regulares em reuniões do Circulo Católico de Operários do Porto, caso de "Eugénio de Belonor" que acusava o Centro Católico de desprezar a acção social junto dos trabalhadores. Cf. *Revolução*, 28-3-1933, p. 5.

<sup>138</sup> Cf. *Revolução*, 27-6-1933, p. 4.

<sup>139</sup> Apesar da sua dominante de direita não foi encontrada nenhuma referência a ligações organizativas claras entre eles. Cf. as acusações in





Os exemplos expostos referem-se sobretudo à capital e a áreas em que o movimento sindical assumia maior visibilidade política, onde se concentrava a elite sindical nacional afecta ao Anarco Sindicalismo e ao PCP. Na província, a estratégia do Nacional Sindicalismo era, como vimos, mais agressiva na sua presença na rua e a sua organização local assumia-se como uma verdadeira estrutura "pré sindical".

### 1.3.3.- O DESAFIO A SALAZAR

Em Maio de 1933, perante os ataques de diversos sectores da Ditadura ao N/S, Rolão Preto acusava os republicanos conservadores de manobramentos a UN contra o Nacional Sindicalismo. Citava as ordens de serviço internas para provar que nunca se hostilizou o partido governamental e negava qualquer conflito com Salazar<sup>140</sup>. Tratava-se no entanto de um expediente táctico perante o poder, ao mesmo tempo que apostava num eventual afastamento de Salazar por pressão militar.

A correspondência interna da organização revelava uma distanciação clara perante Salazar e uma aposta no seu afastamento por uma personalidade militar afecta ao Nacional Sindicalismo. Mas muitos militantes, fundamentalmente na província, eram sinceros Salazaristas e perante algumas referências a desacordos com a chefia da Ditadura manifestaram a sua surpresa<sup>141</sup>. Muito embora prudentes nos ataques directos a Salazar, os Nacionais Sindicalistas mostravam-se intransigentes na defesa da "fascização" do Estado, na implantação rápida de uma ordem corporativa, na recusa de integração no partido governamental e no ataque a qualquer princípio de cedência ao liberalismo republicano.

---

*República Social*, 8-7-1933, p. 3. Sobre este sindicato vide também Fátima Patriarca, *Op. Cit.*

<sup>140</sup> Cf. Rolão Preto, "Nós e a União Nacional", *Revolução*, 26-5-1933, p. 1.

<sup>141</sup> Perante a percepção de divergências com o Poder, vários dirigentes regionais escreveram a Preto manifestando a sua preocupação. Cf., por exemplo, carta de António Borges de Castro a Rolão Preto, 30-12-1932, ARP.



Numa série de artigos depois publicados em livro, Preto comentou passo a passo as entrevistas de Salazar a António Ferro, seu chefe de propaganda<sup>142</sup>. As críticas veladas que lhe apontou eram a resposta legal a uma radicalização interna bem mais clara. Acusava Salazar de ser um homem do "centro" quando "os chefes das nações que se estão libertando das ruínas europeias vestem por toda a parte, como signo da sua fé nas virtudes militares, uma *farda* ou uma *camisa de combate*"<sup>143</sup>. Muito embora admirador de alguns aspectos do fascismo, Salazar "não o aceitou, evidentemente, para modelo, como não duvidou em manifestar o seu desacordo(...)".

Salazar era "um formalista universitário" que tinha evitado a bancarrota financeira do Estado, mas não era o chefe de uma "revolução": "os outros conquistaram eles o poder, Salazar aceitou que os outros lhe conquistassem o lugar mas não deu para isso o seu esforço". Apesar disso este poderia ir "buscar dentro das gerações nacionalista os elementos auxiliares da dinâmica revolucionária", mas recusava-se a fazê-lo por ter "pouca fé na "matéria prima"<sup>144</sup>.

Salazar não compreendia também o "problema social" e via-o na perspectiva do conservador. Com o seu "frio empirismo" colocava-se de fora da "Revolução" e "não comunga nas suas ideias fundamentais". O conservadorismo da UN, formada "pelo critério equilibrado, ponderando, sereno, do Ditador catedrático para que triunfasse o centro", reflectia "inteiramente a imagem do Ditador das finanças". Ora "só as fórmulas totalitárias conseguem apaixonar os povos, pois a esperança não pode ter limites (...) "<sup>145</sup>. Porta voz dessa "esperança", o N/S apelava oficialmente a Salazar para que abandonasse a política conservadora do "Bom Senso" ao mesmo tempo que conspirava com os militares para o seu derrube.

Nos comícios de Lisboa e do Porto, Rolão Preto começava já a interpelar o poder de uma forma mais aberta e a dirigindo-se a Salazar, no Parque Eduardo VII apelava: "escute v. ex. a alma

---

<sup>142</sup> Cf. Rolão Preto, *Salazar e a sua Época* (Lisboa: 1933).

<sup>143</sup> Cf., *Idem*, p. 6/7.

<sup>144</sup> Cf. *Idem*, p. 13.

<sup>145</sup> Cf. *Idem*, p. 31.



nacional que vibra, escute os votos da mocidade e se quer: "Alea jacta est.". No Porto, perante 1000 simpatizantes, este arregou contra os "conservadores sociais" e as infiltrações do "reviralhismo" e avisava: "nós proclamamos a revolta e dispomo-nos a marchar um dia, para salvar o Terreiro do Paço (...) Na hora em que marcharmos sobre Lisboa (quando eu disser a palavra devida) não vejo, no dia da arrancada suprema o que possa mover o Dr. Oliveira Salazar contra nós!"<sup>146</sup>.

## 1.4.- O N/S E O FASCISMO INTERNACIONAL

### 1.4.1.- UMA "FAMILIA INTERNACIONAL"

É duvidoso que se possa falar de uma "família internacional" estruturada, a propósito dos movimentos fascistas. Apesar dos esforços de formação de centros de apoio e das tentativas de criação de "internacionais", como os CAUR, por parte da Alemanha Nacional Socialista e do Fascismo italiano, os movimentos fascistas desconheciam a influência directa de um centro coordenador de ideologia e estratégia política, que ultrapassasse as barreiras nacionais. Ambos os regimes, no entanto, criaram instituições de relações internacionais que apoiaram vários movimentos, por vezes de forma concorrencial, particularmente na Europa de leste e nos Balcãs.

Os CAUR, experiência falhada de iniciativa italiana, pretenderam contrabalançar a crescente influência do nazismo junto de vários movimentos<sup>147</sup>. Por outro lado, dada a natureza dual do poder político nazi, algumas instituições associadas ao partido a às milícias, desenvolviam uma diplomacia paralela às estruturas diplomáticas, o que também, embora em menor grau, aconteceu no caso italiano. Esta diplomacia paralela verificou-se nomeadamente nos países considerados de interesse estratégico para os dois países e naqueles onde existia uma emigração

---

<sup>146</sup> Cf. *Comércio do Porto*, 9-5-1933, p. 6.

<sup>147</sup> Cf. M. A. Ledeen, *Universal Fascism* (New York: 1972) e Jerzy W. Borejsza, *Op. Cit.*



significativa, nomeadamente na Europa central e oriental e na América Latina<sup>148</sup>.

No caso português, nenhum destes fenómenos foi importante. A estratégia diplomática dos poderes fascistas não passou por nenhum apoio a partidos, e só de forma secundária a sua rede foi utilizada para efeitos de propaganda, durante a 2ª Guerra Mundial. Como em muitos outros movimentos fascistas nascidos no início dos anos trinta, no entanto, a tomada do poder pelos nazis, ao fazer do fascismo um fenómeno político que ultrapassou a singularidade italiana e se transformou numa realidade internacional, constituiu um marco de referência para a sua acção política interna.

A identificação com o fascismo europeu foi uma constante da propaganda do Nacional Sindicalismo e um elemento de identidade fundamental do movimento na sua demarcação do poder de Salazar e das restantes forças políticas. A evolução da cena internacional foi exaustivamente seguida e constituiu um referencial para a acção política e para a propaganda, tanto mais importante quanto em Portugal se ensaiava a consolidação de uma ordem autoritária cujos contornos eram alvo de projectos divergentes.

Numa entrevista à United Press, perante a habitual pergunta sobre o fascismo europeu e a identificação do N/S com o Nacional Socialismo e o fascismo italiano, Rolão Preto respondia com bastante prudência: "são evidentemente movimentos similares, filhos das mesmas angustias sociais, das mesmas necessidades colectivas. Em cada país, porem, a vaga revolucionária quebra e estende-se por forma diversa, num característico e inconfundível ritmo próprio. O Fascismo, o Hitlerismo são totalitários divinizadores do Estado cesarista, nós outros pretendemos encontrar, na tradição cristianíssima do Povo Português, a formula que permita harmonizar a soberania indiscutível do interesse nacional com a nossa dignidade de homens livres, de vivos seres espirituais (...)"<sup>149</sup>.

---

<sup>148</sup> A bibliografia sobre este tema é enorme. Cf., como introdução para o caso alemão, Donald M. Mckale, *The Swastika Outside Germany*, (Kent, Ohio: 1977).

<sup>149</sup> Cf. *Revolução*, 10-1-1933, p. 2.





Esta entrevista de Preto seria por vezes citada em polémicas com outros grupos autoritários, particularmente católicos, perante acusações de seguidismo internacional. Mas, apesar desta demarcação, cujos fundamentos serão analisados mais á frente, os principais dirigentes N/S, a começar pelo próprio Rolão Preto, utilizaram as conquistas do fascismo na Europa como um elemento central da sua propaganda e como um traço de demarcação da sua própria identidade como partido político. Ao contrário de outros partidos que actuavam numa conjuntura política que aconselhava à demarcação, o N/S utilizou a cena internacional como aviso e exemplo para o novo regime português. A identificação com o fascismo foi pois um elemento estruturante da sua acção política e um factor de mobilização junto de sectores das elites políticas e culturais que com ele se identificavam, não tendo até ali uma organização de referência em Portugal.

A sua utilização da cena internacional passou por dois aspectos essenciais: a identificação com os regimes que encarnavam a vitória do fascismo, apontados como exemplos positivos de uma "revolução" que assumia progressivamente o carácter de modelo, e a solidariedade perante a acção política dos movimentos fascistas, particularmente aqueles que mais se aproximavam ideologicamente do N/S, ou dos que acentuavam a vertente "social" e "corporativa".

Quase todos os dirigentes assinaram artigos e participaram em polémicas sobre o fascismo, muito embora seja possível detectar um leque de posições diferenciadas no que dizia respeito ao Nacional Socialismo alemão e que iam do apoio com reservas ao apoio incondicional. Quanto ao fascismo italiano e restantes movimentos mais próximos deste, a identificação era total.

Perante a desconfiança de uma parte significativa da elite política da Ditadura, o N/S considerava-se parte integrante da vaga de fundo fascista que, a partir da tomada do poder por Hitler parecia dominar o futuro político da Europa. A imprensa N/S, em geral, e os editoriais de Preto, em particular, acompanharam a sua chegada ao poder e as suas primeiras medidas de reforma do estado de forma entusiástica. A censura da Ditadura apresentou-se relativamente permissiva no debate sobre a situação



internacional e uma parte da imprensa conservadora, nomeadamente a católica, não escondia as críticas ao nazismo. *Revolução*, respondia a todos os ataques numa perspectiva de defesa à outrance das medidas de nazificação apenas se apresentando mais moderada no caso da política racista, ainda que as atitudes de perseguição aos judeus fossem desculpadas por muitos dos colaboradores da imprensa fascista portuguesa.

Rolão Preto via no ascenso de Hitler "a nova cadência da Revolução Nacionalista em marcha", que "por toda a parte na velha terra da Europa" encarnava "o edifício forte do Estado Novo". Apoiava a sua estratégia "revolucionária" e tinha dúvidas sobre as suas cedências eleitoralistas, que poderiam comprometer "o seu lugar". Preferia-o "liberto de compromissos políticos, armado, vigilante, decidido" para resgatar a Alemanha<sup>150</sup>. Pensando no seu combate interno, Preto afirmava-se seguro de que "nem as "habilidades do *Centrum* nem as violências da reação liberalista, nada poderá deter a onda avassaladora do instinto nacional alemão", pois Hitler "tem por si o seu tempo"<sup>151</sup>.

Os dirigentes mais novos eram, no entanto, bem mais incondicionais da Alemanha Hitleriana. Nos seus artigos e polémicas estes manifestavam menos reservas a alguns aspectos do Nacional Socialismo, que consideravam o grande motor ideológico da sua geração. Como referia o primeiro número de *O Nacional Sindicalista*: "Hitler, grande animador de multidões, [é a] encarnação perfeita de uma geração que ama e quer a luta, de uma geração que pretende ardentemente derrubar os mitos, destruir os sofismas do passado para os substituir pelas realidades magníficas do Nacionalismo."<sup>152</sup>.

O carácter instrumental dos editoriais de Preto sobre a Alemanha Nazi era particularmente visível quando este comentava as tensões conservadorismo autoritário/fascismo resolvidas a favor do último. No caso da Austria de Dolfuss, cujas semelhanças com o Salazarismo eram sempre sublinhadas, sucediam-se as críticas à sua desconfiança e intransigência perante os movimentos fascistas internos como um dos factores

<sup>150</sup> Cf. Rolão Preto, "A Hora de Hitler", *Revolução*, 23-3-1932, p. 1 e 4.

<sup>151</sup> Cf. Rolão Preto, "Não!", *Revolução*, 26-4-1932, p. 1.

<sup>152</sup> Cf. *O Nacional Sindicalismo*, nº 1, 18-12-1932.



que poderiam levar à sua desagregação e eventual desaparecimento<sup>153</sup>.

A componente "social" e "antiplutocrática" do novo poder hitleriano era apontada como exemplo a seguir, subestimando-se a sua dimensão racista. Criticando os que apenas referiam a perseguição aos judeus como tônica dominante do novo Poder na Alemanha, a imprensa fascista sublinhava antes "(...) a batalha lenta e metódica dos nazis para a conquista do Estado, a liquidação dos partidos adversos, a absorção das correntes de opinião similares e o extermínio das duas únicas forças sérias que se lhe opunham -judiaria capitalista e marxismo(...)"<sup>154</sup>.

Muito embora mais próximo do fascismo italiano, o Nacional Sindicalismo acompanhou como uma epopeia vitoriosa a transição para a Ditadura Nazi, ignorando, para consumo interno, as tensões iniciais entre a Itália Fascista e a Alemanha Nazi. Pensando sobretudo na cena política interna este explorou sobretudo o carácter não fascista e "conservador" da Ditadura portuguesa, colocando-lhe como alternativa o exemplo que levaria ao protagonismo do N/S, como força central do "Estado Novo" e instrumento da sua consolidação.

A solidariedade para com os movimentos congeneres era evidentemente maior com os movimentos cuja matriz ideológica e cultural se apresentava mais próxima com a do N/S. Era este o caso das J.O.N.S. e, a partir de 1934, da Falange da vizinha Espanha, com as quais as relações foram estreitas. A acção dos movimentos fascistas brasileiros, como a Legião do Trabalho de Severino Sombra e, mais tarde, a Acção Integralista Brasileira de Plínio Salgado, também eram acompanhadas com entusiasmo.

Severino Sombra, exilado em Lisboa entre 1932 e 1934 chegou mesmo a participar em comícios do N/S<sup>155</sup>. Após a fundação da AIB, que englobou o movimento de Sombra, os fascistas portugueses saudaram e apoiaram o movimento de Salgado que aliás, alguns anos mais tarde, conheceu também o exílio em Portugal<sup>156</sup>. "Como se vê, -salientava o órgão central em

---

<sup>153</sup> Cf. *União Nacional*, 14-1-1934, p. 1.

<sup>154</sup> Cf. *Alcácer*, 21-5-1933, p. 2.

<sup>155</sup> Cf. *Revolução*, 19-1-1933.

<sup>156</sup> Cf. *Revolução*, 5-1-1933, p. 5.



Janeiro de 1934- os nossos camaradas brasileiros querem também os nossos princípios, mais ou menos adaptados ao meio, que proliferam exuberantemente na banda de lá do atlântico"<sup>157</sup>. Com a Falange as relações foram múltiplas, particularmente importantes quando Preto se exilou em Espanha.

A seguir a estes movimentos, com os quais tinham estreitas relações ideológicas e políticas e tratavam como "os nossos camaradas", vinham partidos como os "camisas azuis" de O'Duffy na Irlanda e o "trabalhismo" fascista de Mosley, cujas actividades eram seguidas com destaque. Este último chegou enviar saudações aos N/S<sup>158</sup>.

A acção dos movimentos fascistas e o apoio que estes recebiam dos regimes fascistas eram apontados como contraponto à política de Salazar, condicionada pela "prudência e pela ponderação. Dois vocábulos (...) de que se lança mão quotidianamente para desculpar a falta de combatividade e a falta de modernismo"<sup>159</sup>. Os extremos místicos e violentos de alguns movimentos da Europa de Leste, como a Guarda de Ferro, eram no entanto condenados. A propósito de um assassinato perpetrado pelos fascistas romenos, por exemplo, estes demarcavam-se, associando-o ao carácter Nazi do movimento: "se bem que, ideologicamente vejamos com simpatia o movimento nazi "Guanda de Ferro" não podemos deixar de lastimar o excesso cometido que está longe de prestigiar o movimento"<sup>160</sup>.

O exemplo dos movimentos fascistas estrangeiros era também um elemento de mobilização da elite do N/S. Na correspondência interna era vulgar a citação da acção política destes movimentos, particularmente quando as tensões com o poder se começaram a agudizar. No verão de 1933, um dirigente escrevia a Preto, referindo a hipótese de responder violentamente aos ataques do Poder e citava o caso dos "Camisas Azuis" irlandeses ("que bateram o pé à ameaça de De Valera, dizendo que se queriam violência iriam para a violência") concluindo:

---

<sup>157</sup> Cf. *União Nacional*, 14-1-1934.

<sup>158</sup> O relato público destes contactos começou a ser proibido pela censura a partir de finais de 1933, pelo o que a mensagem de Mosley não foi publicada. Cf. Proc. 466-Caixa 19, AGMI/ANTT.

<sup>159</sup> Cf. *União Nacional*, 28-1-1934.

<sup>160</sup> Cf. *União Nacional*, 14-1-1934.





"Hitler teve maior persiguição e muitos desastres na propaganda até vencer. Nada de desânimos que venceremos."<sup>161</sup>.

Os contactos com as embaixadas alemã e italiana foram também utilizados para consumo interno, como prova de protagonismo político, e os delegados do partido Fascista e Nazi eram presença habitual nos seus comícios<sup>162</sup>. A visita de dignatários dos regimes fascista foi também aproveitada para efeitos de propaganda. Quando Italo Balbo chegou a Lisboa, em Setembro de 1933, uma delegação de dirigentes fardados alugou um rebocador para lhe ir apresentar cumprimentos<sup>163</sup>.

Mas esta procura de legitimidade nas embaixadas fascistas não os impedia de utilizar todos os expedientes para demonstrar o seu extremo nacionalismo. Em Março de 1933, por exemplo, quando se desenvolviam boatos segundo os quais Mussolini tinha proposto á Inglaterra a "internacionalização" das colónias portuguesas, estes organizaram de imediato uma manifestação em frente à embaixada inglesa que seria proibida pelo governo<sup>164</sup>.

Independentemente das diferenças ideológicas, no entanto, e da maior identidade com o fascismo latino, a tomada do poder por Hitler e identificação com a "família" fascista internacional constituiu um elemento importante da individualização da acção política do Nacional Sindicalismo e da sua propaganda.

### 1.4.3.- O N/S E OS MOVIMENTOS FASCISTAS

Muito embora, como se viu atrás, os fascistas portugueses encarassem com simpatia a luta dos seus congéneres estrangeiros, os seus contactos com estes foram esporádicos e pouco significativos. Apenas com os fascistas espanhóis e brasileiros se desenvolveram contactos mais estreitos.

#### 1.4.2.1.- Os Nacionais Sindicalismos Ibéricos

---

<sup>161</sup> Cf. Carta de dirigente não identificado a Rolão Preto, SD [1933], ARP.

<sup>162</sup> *Vide*, por exemplo, a presença regular de Rolão Preto nas recepções da Embaixada de Itália. Cf. *Revolução*, 24-7-1933.

<sup>163</sup> Cf. *União Nacional*, 10-9-1933, p. 1.

<sup>164</sup> Cf. *Revolução*, 26-3-1933.



Sob ponto de vista programático, cultural e de relações políticas, as afinidades entre fascistas portugueses e espanhóis foram bastantes estreitas. Os múltiplos exílios de ambos os lados, as afinidades ideológicas e a amizade pessoal entre dirigentes da direita radical de ambos os países, permitiram um relativo conhecimento mútuo e uma (muito) ligeira inspiração cruzada, pese embora a diferente conjuntura política.

No princípio do século, os contactos entre as elites culturais de Portugal e Espanha eram muito mais estreitos do que o seriam na segunda metade e a influência cultural da *Action Française* foi determinante para a renovação das direitas radicais ibéricas, particularmente nas de matriz monárquica tradicionalista. A revolução republicana de 1910 em Portugal, provocou aqui a emergência do Integralismo Lusitano, quer como corpo estruturado de doutrina quer como grupo de pressão político, bastante mais cedo do que o seu equivalente espanhol, a *Accion Española* (AE), mas o corpo doutrinário era muito semelhante. Nascida em 1931, na sequência da queda da Ditadura de Primo de Rivera, a AE, contou de imediato com a colaboração regular dos grandes expoentes do IL, traduzindo artigos de António Sardinha, Almeida Braga, Hipólito Raposo, Alberto de Monsaraz e Rolão Preto. Os contactos pessoais e os debates intelectuais eram regulares.

Sob a inspiração comum da *Action Française*, quer o IL quer a AE, apresentavam uma alternativa monárquica, tradicionalista, descentralizada e corporativa ao liberalismo republicano, possuíam redes de sociabilidade elitista e apoios aristocráticos semelhantes. A ideologia dos seus fundadores, muito embora admiradora do poder de Estado fascista em Itália, possuía, como se viu atrás, uma dimensão de reação à modernização económica e social e política bastante marcada. Por outro lado ambos os países tinham conhecido experiências ditatoriais marcantes, simbolizadas pelas ditaduras de Sidónio Pais e de Primo de Rivera.

Muito embora, no campo das relações políticas, os contactos entre os fundadores do Nacional Sindicalismo português e espanhol tenham sido toldados pela questão galega, por parte de alguns fascistas espanhóis, e pela "hispanidade" anexionista, por



parte dos portugueses, a matriz ideológica e política de ambos aproximou-se bastante<sup>165</sup>. Os jovens que fundaram o *Revolução* tinham uma identidade programática assinalável com a *Conquista Del Estado* de Ledesma Ramos<sup>166</sup>.

A formação integralista da maioria do fascista portugueses provocou a desconfiança de Ledesma, que considerava a filiação monárquica um "anacronismo", mas as identidades ideológicas e programáticas seriam fortes. Referindo-se à tradução espanhola dos "12 Princípios da Produção" de Rolão Preto, Raul Morodo sublinhou que estes "tiveram uma influência clara no nascente fascismo espanhol"<sup>167</sup>. Quando fundou o N/S, os seus principais textos foram comentados positivamente em *AE* e o próprio Preto escreveu para ela, como se viu atrás, uma breve história do movimento.

A identidade política entre os Nacionais Sindicalismos ibéricos manifestou-se desde logo no magma cultural comum. A matriz reacionária foi talvez mais clara no caso português, já que a origem monárquica integralista foi aqui mais importante do que em Espanha, como aliás salientou Javier Tusell, mas o nacionalismo imperial, o corporativismo, a utilização de um catolicismo tradicionalista e o paradoxo ruralismo versus

---

<sup>165</sup> Um exemplo desta desconfiança mútua foi o artigo de Ramiro Ledesma Ramos, "Los "Nazis" de Portugal", publicado no primeiro número da revista *J.O.N.S.*, em Maio de 1933. Cf. Ramiro Ledesma Ramos, *Escritos Políticos, 1933-1934*, (Madrid: 1985), pp. 71-72.

Existem vários exemplos de excessos verbais de ambos os lados, prontamente denunciados. Logo em 1931, como foi atrás referido, Ledesma referiu-se à libertação de Portugal da sua "independência extraviada". Quando Rolão Preto publicou em *AE* o seu estudo sobre o N/S português, Onésimo Redondo também atacou a revista no seu jornal regional, *Libertad*, por dar voz a um movimento que defendia a integração da Galiza em Portugal, citando uma frase de Preto sobre "os portugueses do outro lado do rio minho". A denúncia de Redondo foi provavelmente produto da observação pessoal da vida política do N/S português, durante o seu breve exílio em Lisboa, em 1933. Refira-se no entanto que o N/S português só ocasionalmente se referiu ao tema galego e nunca incluiu qualquer reivindicação territorial no seu programa político. O próprio Preto desmentiu prontamente qualquer "anexionismo". Cf. *Acción Española*, nº 45, 16 Enero 1934, pp. 881-882.

<sup>166</sup> Ainda que não tenha grande significado, a adopção do nome, Nacional Sindicalista, pelos fascistas portugueses, inversão do "sindicalismo nacional" dos anos 20, foi inspirada das JONS de Ledesma Ramos. Este haveria de o lembrar, em 1935, já afastado da FE de las JONS. Cf. Ramiro Ledesma Ramos, *Fascismo en España? La Patria Libre. Nuestra Revolucion*, (Madrid: 1988), p. 69.

<sup>167</sup> Cf. Raul Morodo, *Op. Cit.*, p. 189.



industrialismo, marcaram a aproximação ideológica dos dois movimentos<sup>168</sup>.

O corporativismo, pedra fundamental dos programas dos dois movimentos, foi despojado das suas vertentes "católicas sociais" para constituir a base do novo Estado, como "estrutura orgânica" de substituição do regime liberal<sup>169</sup>. O "sindicalismo vertical", como base de enquadramento dos produtores, foi acompanhado de um "obrerismo" anti-comunista demarcado do "humanitarismo" católico e complementado com um discurso "revolucionário" onde, apesar de tudo, as marcas de algum "modernismo" entravam em tensão com um ruralismo nunca disfarçado.

A tensão ruralismo/industrialismo caracterizou diferenciadamente os movimentos fascistas. Na península ibérica, apesar de ambos os movimentos se terem virado para o proletariado e para as classes médias urbanas, o ruralismo constituiu uma componente ideológica importante. Em Portugal tal era visível no discurso de Preto, mas também em Espanha "a imagem do pequeno proprietário rural -e por extensão de todo o campesinato- afastado das contendas políticas e presumível portador da "essência" da nacionalidade" mantinha-se forte<sup>170</sup>. No fundo, era esta imagem mítica de uma sociedade de pequenos produtores que deveria servir de modelo para o proletariado, a integrar na "comunidade nacional" através do sistema corporativo.

Um ponto mais complexo é o da componente religiosa. Evidentemente que o tradicionalismo católico foi explicitamente incorporado por ambos os movimentos, como elemento importante da sua ideologia, mas estes sofreram as contingências da existência de outras organizações mais próximas ou concorrentes. A organização autónoma de partidos e organizações inspiradas no "catolicismo social" constituíram, quer em Portugal quer em Espanha, bloqueadores poderosos à acção política dos fascistas, limitando e, por vezes, obrigando-os, senão a um anti-

---

<sup>168</sup> Cf. Javier Tusell, *Op. Cit.*, pp. 287-289.

<sup>169</sup> Como escreveu Primo de Rivera ao jornalista português Oscar Paxeco. Cf. Javier Jiménez Campo, *Op. Cit.*, pp. 153-154.

<sup>170</sup> Cf. Javier Jiménez Campo, *Op. Cit.*, p. 149-150.





clericalismo, pelo menos à utilização de um terreno laico, com menor utilização de simbologia religiosa<sup>171</sup>.

Por outro lado, o seu radicalismo "anti-burguês" e "anti-conservador" também apontava para uma nova realidade social urbana, predominantemente laica, e "os fascistas estavam conscientes que largos segmentos das sociedades onde actuavam "estavam já secularizadas e que um esforço de integração nacional, particularmente das classes trabalhadoras, numa base religiosa era já impossível"<sup>172</sup>. A própria dinâmica anti-conservadora, apesar das diferenças dos regimes em que operavam, manifestou-se sobretudo, num discurso e numa prática política de "nacionalização" da classe operária que, perante a emergência de outras forças de direita autoritária tendeu a radicalizar-se.

A configuração organizativa e sociológica dos dois partidos também se aproximou<sup>173</sup>. Pequenos movimentos que não se conseguiram transformar em partidos de massas nem conquistar sectores importantes do tecido social, ambos permaneceram marcados pela sua matriz estudantil e intelectual, não ultrapassando os círculos das classes médias urbanas. A razão de base para uma proporção maior de operários no N/S português remete para uma conjuntura autoritária, com as organizações de esquerda reduzidas à clandestinidade, e para uma maior capacidade de mobilizar trabalhadores até aí não tocados pelo sindicalismo livre. Em Espanha, organizações de direita concorrentes da Falange conseguiram melhores, ainda que diminutos, resultados, sob a II República.

Uma óbvia diferença, em termos de composição da sua elite dirigente e refere-se à componente militar dos dois partidos, bastante mais forte em Portugal. Para além das diferenças de conjuntura política, não há dúvida de que a Falange, como outras forças de direita, muito embora apelando à intervenção militar, dispunham de uma influência na instituição bem mais fraca do

---

<sup>171</sup> Cf., sobre o caso espanhol, Jose R. Montero, *La CEDA. El catolicismo Social y Politico en la II Republica*, 2 vol., (Madrid: 1977).

<sup>172</sup> Cf. Juan J. Linz, "Some notes towards...", *Cit.*, p. 33.

<sup>173</sup> A única tentativa de comparação das bases sociais dos fascismos ibéricos, continua a ser a de Martin Blinkhorn, "The Iberian States" in, Detlef Mühlberger (edited by), *The Social Bases of European Fascist Movements*, (London: 1987), pp. 320-348.



que as suas correspondentes portuguesas. A neutralidade espanhola na Iª Guerra Mundial e a Ditadura de Primo de Rivera, são uma parte da explicação, pois evitaram brechas significativas na estrutura militar e não propiciaram, como em Portugal, a penetração dos fascistas junto dos jovens oficiais.

Em Portugal, como se viu, o exército encontrava-se, desde os anos 20, mais dividido e politizado, tendo as organizações civis de direita radical uma influência bem maior sobre a instituição militar do que em Espanha. Seria mesmo de arriscar que a base de partida do golpe de 1936 assumiu uma forma mais pretoriana do que os modelos de intervenção que conduziram ao golpe de 1926, em Portugal. Como salientou Ricardo Chueca sobre a rebelião militar que conduziu à Guerra Civil, "por muitas interpretações mais ou menos interessadas que se tenham feito depois, uma coisa é certa: o que existiu foi um genuíno e estrito pronunciamento militar (...)"<sup>174</sup>.

O Nacional Sindicalismo português, sobretudo na sua última fase, aproximou-se mais das JONS de Ledesma Ramos, do que de Primo de Rivera. Alguns dos motivos que levaram Ledesma e mais alguns a abandonar a Falange, estiveram presentes no debate interno dos fascistas lusitanos. Mas tal movimento remete mais uma vez para a difícil conjuntura autoritária vigente em Portugal. Com a cisão, o grupo que ficou com Rolão Preto acentuou a demarcação do reacionarismo tradicionalista e aproximou-se de um "fascismo social" mais distante da Falange. Foi apenas no seu primeiro exílio espanhol, em 1934, que Rolão Preto conheceu o chefe do fascismo vizinho. Passou um mês em sua casa e discutiram bastante. Segundo Preto, José António trabalhava no programa da Falange, que pareceu ao chefe do N/S lusitano ter muitas "concessões ao capitalismo" pois já trazia de Portugal "os fumos da revolta"<sup>175</sup>.

Durante a Guerra Civil, que guindou a pequena Falange espanhola ao novo partido unificado sob o controle de Franco, Preto desconfiou das suas capacidades de marcar decisivamente o novo regime, declarando a um jornalista, pouco antes da vitória

---

<sup>174</sup> Cf. Ricardo Chueca, *El fascismo en los comienzos del régimen de Franco. Un estudio sobre la FET-JONS*, (Madrid: 1983), p. 140.

<sup>175</sup> Cit. in João Medina, *Op. Cit.*, p. 171.



franquista: "se a Falange conseguir vencer, como espero, todos os embates de certos sectores reaccionários, ela terá que realizar a grande obra da Revolução Nacional Sindicalista."<sup>176</sup>.

O desencadear da Guerra Civil levou Preto a tréguas políticas com o Salazarismo e ao apoio incondicional à frente nacionalista. Conheceu Franco em Salamanca, mas não ficou fascinado pelo personagem. Em 1937, Rolão Preto falou na rádio Sevilha, como chefe do Nacional Sindicalismo e o governo português, pela mão de Salazar, apelou com sucesso às autoridades franquistas para que estas não permitissem "qualquer propaganda" do N/S.<sup>177</sup>.

Após o regresso a Portugal de Rolão Preto, o N/S manteve contactos esporádicos com a FET-JONS. Segundo relatórios internos, delegados de Preto contactaram com algumas regularidade fascistas galegos. Em plena Guerra Civil, um destes visitou o *Pueblo Galego*. O director, Jesus Suevos, era da velha JONS (e na altura já da FET-JONS) e manifestou-se sempre de acordo com Rolão Preto. Alguns outros referidos no relatório já tinham estado com António Pedro, Alberto Monsaraz e outros, em Lisboa. Convidaram-no mesmo a participar fardado numa manifestação<sup>178</sup>. Mas este tipo de contactos eram marginais e pouco significativos, sendo abafados pela cooperação entre o Salazarismo e as autoridades franquistas, quando a FET-JONS se transformou no partido único no país vizinho.

#### 1.4.2.2.- O N/S e a Acção Integralista Brasileira

A Acção integralista Brasileira (AIB) foi o mais bem sucedido dos movimentos fascistas latino americanos e teria um percurso político idêntico ao do N/S: seria esmagada nos anos trinta por uma Ditadura de direita, dirigida por Getúlio Vargas<sup>179</sup>.

<sup>176</sup> Cf. José Plácido Machado Barbosa, *Op. Cit.*, p. 184.

<sup>177</sup> Cf. AOS/CO/PC-3F, ANTT.

<sup>178</sup> Cf. Carta de José Francisco da Silva a Rolão Preto, SD [1937?], proc. 203/38, Arq. PIDE/DGS, ANTT. Francisco da Silva, velho N/S, intitulava-se, por encargo de Yzurdiaga Lorca, representante da seção de propaganda da FET em Portugal e enviava artigos sobre Espanha para a imprensa N/S.

<sup>179</sup> A melhor obra sobre a AIB é a de Hégio Trindade, *Op. Cit.*, (S. Paulo: 1979). Para um balanço das obras escritas sobre o fascismo brasileiro até os anos 80, vide, do mesmo autor, o capítulo "Integralismo: teoria e prática política nos anos 30", da *História Geral da Civilização Brasileira*, vol. III-*Brazil Republicano*, (S. Paulo: 1981), pp. 297-335.



Na sequência um período de tensão crescente com o novo poder, também eles foram obrigados à dissolução. Após várias tentativas falhadas de derrubar o ditador, os seus chefes conheceram o exílio, alguns em Itália e outros, entre os quais o seu chefe, Plínio Salgado, em Portugal.

O processos de transição do liberalismo oligárquico à democracia e o derrube do liberalismo no Brasil no anos trinta, não pode aqui ser analisado, mas algumas especificidades deste conduziram os fascistas a um discurso político e um tipo de mobilização muito semelhante ao dos seus congéneres portugueses<sup>180</sup>. Por outro lado, tal como o Salazarismo, Getúlio também se inspirou em algumas instituições do fascismo europeu, que importou para o seu regime, o que mais uma vez vem colocar a questão da natureza do "Estado Novo" brasileiro<sup>181</sup>. Sistematizar aqui elementos de comparação entre os dois regimes seria deslocado, mas seria curioso, como exercício, testar os mesmos argumentos de semelhança que tem sido apontados para o Salazarismo-fascismo italiano<sup>182</sup>.

A AIB, enquanto movimentos fascista, proveio da unificação de diversos grupos fascizantes criados no inícios dos anos trinta. Muito embora a influência cultural do Integralismo Lusitano se tenha manifestado inicialmente em movimentos de cariz monárquico como a Acção Imperial Patrionovista Brasileira, criada em 1928, como os quais tinham contactos directos, a literatura autoritária portuguesa conheceu uma difusão significativa no Brasil a partir dos anos 20.

Como salienta um dos seus estudiosos, a formação cultural de Plínio Salgado aproximou-se bastante do Integralismo

---

<sup>180</sup> Cf., sobre o tema da evolução do sistema político brasileiro na primeira metade do século XX, Hégio Trindade, "Bases da democracia brasileira: Lógica liberal e prática autoritária (1822/1945)", Alain Rouquié, Bolivar Lamounier, Jorge Schvarzer (organizadores), *Como Renascer as Democracias*, (S. Paulo: 1985), pp. 46-72. Como introdução à formação do regime de Vargas, cf., R. Levine, *The Vargas Regime: The Critical Years, 1934-1938*, (New York: 1970).

<sup>181</sup> Para um balanço da utilização do conceito de fascismo para caracterizar as ditaduras de Peron e Vargas, vide, Hégio Trindade, "La question du fascisme en Amerique Latine", Florence, mimeo., 1982.

<sup>182</sup> Cf. entre os raros estudos comparativos, Alfredo Margarido, "La comparaison de L'incomparable: Les solutions dictatoriales portugaise (1926-1974) et bresilienne (1930-1945)", AAVV, *Portugal, Brezil, France. Histoire e Culture*, (Paris: 1988), pp. 57-87.





Lusitano<sup>183</sup>. Tal processo foi visível nas referências constantes aos seus teóricos, nomeadamente a Hipólito Raposo a ao próprio Rolão Preto. Por outro lado, se a marca Nacional Socialista e republicana era visível em alguns dirigentes como Gustavo Barroso, o chefe integralista sempre se identificou como o corporativismo tradicional e espiritualista do IL, a que associava uma matriz católica comum aos seus congéneres lusitanos. O catolicismo social foi, no entanto, uma marca mais importante na elite da AIB, a começar por Plínio Salgado, do que no N/S português, bem mais secularizada.

Corno qualquer outro movimento fascista, a AIB pretendeu conatruir um programa original, principalmente no seu nacionalismo, mas o "Estado Integral" dos ideólogos, aproximava-se bastante do "Estado Nacional Sindicalista". No projecto político da AIB a influência mais importante do IL e do N/S foi, sem dúvida, no corporativismo. Salgado, particularmente, sintetizou alguma influência italiana com a literatura corporativista de António Sardinha. Alguns pontos do programa como o da "autonomia municipal", tema caro aos teóricos do IL, foram directamente adaptados á realidade brasileira<sup>184</sup>.

Quando a AIB se começou a desenvolver, em 1934, o N/S encontrava-se já reduzido à semi-clandestinidade, pelo que os contactos entre as duas organizações não passaram das saudações. Plínio Salgado no entanto, no seu exílio em Portugal, associou-se aos mais aos círculos intelectuais católicos.

#### 1.4.3.- UMA VARIANTE DO FASCISMO EUROPEU

O Nacional Sindicalismo, principalmente em termos de ideologia, comungou de alguns traços identificadores do que vários estudiosos teem definido como o fascismo latino. A expressão pode não ser feliz e representou apenas um esforço de encontrar alguns traços culturais específicos que marcaram os movimentos fascistas da península ibérica, alguns franceses,

---

<sup>183</sup> Cf. Hégio Trindade, *Op. Cit.*, p. 251.

<sup>184</sup> Cf. *Idem*, p. 219.



belgas e da própria América Latina, no período entre as duas guerras. Mais do que entrar aqui na discussão das tipologias do fascismo, importa salientar alguns traços identificadores do N/S, no contexto dos movimentos fascistas seus contemporâneos.

Parece ponto assente para aqueles que sustentam ser operacional o conceito de um "fascismo genérico" que, as duas variantes do fenómeno se estruturaram em torno de duas grandes "ofertas": o modelo Nacional Socialista, cuja influência marcou a grande maioria dos movimentos do norte e centro da Europa e o modelo italiano, que, em conjunto com a presença cultural da *Action Française*, marcou de forma determinante as peculiaridades dos movimentos fascistas na Europa ocidental e do sul.

Esta primeira divisão não significa que movimentos como o N/S português, tal como a Falange espanhola, Le Faisceau francês, ou mesmo o rexismo belga, não tenham sido marcados pelo ascenso do nazismo e pela sua panóplia de recursos organizativos e ideológicos, particularmente na vertente "social". No entanto, outras influências culturais, eventualmente mais duradouras, marcaram a maioria dos movimentos fascistas da Europa ocidental, onde a existência de uma direita autoritária sólida condicionou a sua actividade política e a sua ideologia.

O primeiro condicionamento ideológico e político reflectiu-se desde logo numa maior proximidade das ideologias e movimentos reaccionários. Neste campo quer o Partido Nacional Socialista quer o próprio Partido Fascista Italiano tiveram nos dois campos uma origem bem mais equívoca e mesclada.

Não é pacífica a associação dos movimentos fascistas com as ideologias e movimentos de reacção à modernização na primeira metade do século XX. Quase todos eles se reivindicaram de uma "mística revolucionária", se demarcaram do reaccionarismo tradicionalista, e ensaiaram estratégias "sociais" anti-burguesas e anti-capitalistas, mas a sua origem cultural e prática política não ultrapassou, como alguns desejavam, o espectro esquerda-direita, recolhendo no magma cultural da última o fundamental das suas hesitações programáticas<sup>185</sup>.

---

<sup>185</sup> Cf. o balanço de Roger Griffin, *The Nature of Fascism*, (London: 1991).



Os movimentos políticos e sociais reacionários na época contemporânea tem sido identificados pelas ciencias sociais como movimentos predominantemente anti-modernistas. Seymour Lipset vai mesmo ao ponto de considerar os movimentos fascistas, mesmo que alguns, uma vez chegados ao poder, tenham uma práxis económica "modernizadora", como movimentos de reacção à modernização numa conjuntura de crise pós Iª Guerra Mundial. Reconhecendo que esta tese "é contrariada pelo facto de, uma vez no poder, ambos terem pretendido industrializar ainda mais as sociedades e aumentar o potencial militar", para Lipset, "o comportamento real dos partidos, enquanto governo, não lança necessariamente luz sobre a natureza do seu apelo, não ajuda a explicar como desenvolveram um apoio de massas"<sup>186</sup>. Em apoio desta tese, defendida por inúmeros estudiosos do fascismo, salienta que, apesar das diversas tradições nacionais e níveis de desenvolvimento, características únicas das crises que geraram movimentos fascistas terem "dado aos movimentos autoritários de direita um conjunto de seguidores heterogéneos. No centro de todos eles está contudo, uma tentativa de restauração dos valores ameaçados e de reconstrução da nação pelo restabelecimento das instituições e das estruturas identificadas com o glorioso passado pré-moderno"<sup>187</sup>.

Mais do que discutir aqui a expelícita referência às teorias da modernização, hoje sob severo ataque, importa sublinhar que os movimentos fascistas do tipo do N/S foram muito marcados por este magma cultural do reacionarismo latino, cujo paradigma foi a *Action Française*. Repare-se que quer em Portugal quer em Espanha, quer na própria França, os movimentos ideológicos e políticos de direita foram marcados pelo restauracionismo monarquico, pelo corporativismo integral e pelo catolicismo tradicionalista. Em todos estes países foram movimentos inspirados nestes princípios que constituiriam a base dos fascismos nacionais e, em certos casos, se fascizaram em maior ou menor grau.

---

<sup>186</sup> Cf. Seymour M. Lipset, *Consenso e Conflicto. Ensaio de Sociologia Política*, (Lisboa: 1992), p. 362.

<sup>187</sup> Cf. *Idem*, p. 364.



Em França e em Espanha movimentos como a *Action Française*, a AE, *Renovación Española*, a *Accion Popular* e os próprios carlistas, tinham um aparato organizativo bem mais amplo que o pequeno IL ou o Centro Católico, o que não pode deixar de ser associado a uma massificação da política que Portugal conheceu em escala bem mais modesta<sup>188</sup>. Mas a marca cultural destes grupos foi determinante na cultura política do Nacional Sindicalismo português. Sob esta perspectiva, como foi atrás assinalado, o movimento cujo percurso mais se aproximou do N/S foi o primeiro partido fascista francês, o *Faisceaux* de G. Valois.

Como salientou Stanley Payne, "a importancia histórica do fascismo tendeu a obscurecer o que eram duas novas forças autoritárias e anti-esquerdistas: o fascismo radical e o que, à falta de melhor definição, pode ser chamado de "nova direita" (uma direita autoritária moderna do século XX)"<sup>189</sup>. No caso português, como em França, a emergência do fascismo como movimento político representou mais claramente do que em outros países uma dissidência de movimentos de direita radical, provocada sobretudo pela a desilusão das suas elites mais jovens perante a incapacidade de adaptação à nova situação do após-guerra por parte dos seus dirigentes, presos a um reacionarismo elitista, incapaz de afrontar a nova política de massas e, particularmente, os trabalhadores do universo urbano e industrial.

Se o confronto entre fascistas e IL, esteve longe das tensões que caracterizaram as tensas relações entre a AF e os movimentos fascistas franceses seus derivados, foi apenas, como se viu atrás, porque o o IL nunca se transformou em partido político e estava já em desagregação no final dos anos 20.

O fascismo enquanto movimento nasceu assim, nas margens da direita radical, representando uma revolta geracional no quadro de uma incapacidade dos movimentos que lhes estão na origem de afrontarem os problemas políticos fundamentais nos polos urbanos e industriais da europa ocidental, particularmente a ameaça galvanizante do comunismo. As críticas de Valois à AE,

---

<sup>188</sup> Cf., sobre o carlismo, Martin Blinkhorn, *Carlism and Crisis in Spain, 1931-1939*, (Cambridge: 1975).

<sup>189</sup> Cf. Stanley G. Payne, "Introduction", Stein U. Larsen et Alli (Edited By), *Op. Cit*, p. 421.





anteciparam muitos dos escritos dos jovens fascistas ibéricos do início dos anos trinta, de Ledesma Ramos e José António Primo de Rivera, a Rolão Preto<sup>190</sup>.

O seu nacionalismo e o seu corporativismo integral foram integrados num contexto "moderno", laicizados, dir-se-ia mesmo "proletarizados", divinizadores de um "Estado Totalitário" que se queria agente integrador de uma comunidade nacional polarizada e dividida pelo liberalismo e pelo comunismo. Uma estratégia populista, uma prioridade "operária", uma organização e uma simbologia para-militar e de agitação de massas, demarcaram-nos dos seus inspiradores, e determinaram o nascimento dos novos centros fascistas. Em países como a França, Espanha e Portugal, mesmo tomando em consideração níveis de desenvolvimento económico e social bastante diferenciados, o fascismo foi, desde o seu início um movimento urbano e jovem, virado para uma resposta "revolucionária" à ameaça comunista.

Perante a presença de uma direita radical forte e com referências ideológicas codificadas em programa político, movimentos como o N/S português e espanhol radicalizaram a sua dimensão "social" e "popular", demarcando-se sobretudo pela acção política e não nos fundamentos ideológicos do paradigma reaccionário do tipo AE. Onde isso não aconteceu, como na Bélgica, os elementos tradicionalistas e o catolicismo integrista, mesclados com um monarquia popular e descentralizada, imperaram. O Rexismo de Leon Degrelle, foi um dos exemplos, também marcado pela mesma origem, só igualada pelo seu catolicismo, o que levou alguns autores a considerarem o movimento belga, na sua primeira fase, como "um proto-fascismo"<sup>191</sup>. Tal como Preto, Degrelle participou no mesmo humus cultural, duplamente marcado pela nova direita radical francesa e pelo fascismo italiano, e só após a ocupação é que se deu um processo de "nazificação", à semelhança do que ocorreu com os restantes movimentos que ficaram no interior da "Europa alemã"<sup>192</sup>.

---

<sup>190</sup> Cf., para além das obras já citadas, Zeev Sternhell, *Ni Droite..., Cit.*, pp. 106-135; Robert Soucy, *Le Fascisme Français, 1924-1933*, (Paris: 1989), pp. 130-270.

<sup>191</sup> Cf. Luc Schepens, "Fascists and Nationalists in Belgium 1919-1940", Stein U. Larsen et Alli (Edited By), *Op. Cit.*, pp. 512-513.

<sup>192</sup> Cf. sobre a formação política e intelectual de Degrelle, Ronald Henry Chertok, *Belgian Fascism*, Unpublish. Dissertation, Washington University,



O fascismo de Mussolini, mais que o Nacional Socialismo alemão, apesar da sua origem diversa, constituiu a referência internacional mais importante para o Nacional Sindicalismo. A maior parte das culturas políticas que viram nascer os movimentos fascistas em países como a Espanha ou Portugal, não geraram teorias originais de governo na época contemporânea, e as instituições do regime de Mussolini, no início dos anos trinta, ofereciam um modelo de regime ao universo cultural latino: Um regime capaz de eliminar a luta de classes; com apoio de massas e mobilizador; introdutor de um corporativismo "sindicalista" suceptível de "nacionalizar" a classe operária; sintetizando valores tradicionalistas de uma latinidade imperial com uma mística da modernidade.

---

1972. Sobre a evolução do rexismo durante a guerra, cf., Martin Conway, "Le Rexisme de 1940 a 1944: Degrelle et les Autres", *Cahiers-Budragen*, 10, Novembre 1986, pp. 5-55.









